

Fevereiro de 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)
13. [Investimentos Chineses em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	9
1.1 “ «As famílias nos próximos tempos vão ter grandes dificuldades de consumo» ”	9
1.2 «Não há salários que paguem todos os sonhos das famílias»	11
1.3 Como Angola e país pobre a UNICEF vai dar uma ajuda	11
1.4 Economist revê em baixa o crescimento de Angola para 1.8% este ano	12
1.5 Plano Integrado pretende reduzir níveis de pobreza	13
1.6 Académico propõe adopção de imposto sobre a fortuna	14
1.7 Camponeses apostam no cultivo da mandioca para combater a fome	15
1.8 Desenvolvimento local é discutido no Huambo	15
1.9 Mercado com dúvidas sobre inflação de Janeiro do INE	16
1.10 Milhares de crianças estão fora das escolas	17
1.11 Seminário debate plano de combate à pobreza	18
1.12 Reforçado combate à fome e à pobreza	18
1.13 Instituto de Estatística forma pesquisadores	19
2. MICROFINANÇAS	21
2.1 Banco Sol convida empresários a recorrerem ao crédito de investimento	21
2.2 O angolano e o - não - hábito de poupança	21
3. MERCADO INFORMAL	23
3.1 Administração factura 3 milhões no “Mercado do 30”	23
3.2 Bandas cambiais	24
3.3 Feirantes da praça do Artesanato negam pagamento das bancadas	25
3.4 Formalizar o informal	25
3.5 Pedonais transformadas em posto de vendas e ginásio	26
3.6 SIC detém suspeitos de crime de falsificação de datas em produtos vencidos	27
3.7 Solução informal à renda familiar	27
3.8 Venda ambulante no Cuito rende mais de 18 milhões	29
3.9 Vendedores do mercado Kifica reclamam exagero das taxas	30
3.10 Kinguilas perdem força	31
3.11 70 Mil litros de gasóleo apreendidos em contrabando	32
3.12 Cazenga credencia vendedoras	32
3.13 Fiscais roubam produtos de ambulantes à luz do dia	33
3.14 Lixo e venda ambulante	33
3.15 Polícia trava contrabando de combustível na fronteira	34
3.16 Moto-taxistas são as maiores vítimas	34
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	36
4.1 “Pressupostos do OGE podem pecar na prática”	36
4.2 Angola ainda é um dos africanos que menos investem na Saúde	37
4.3 Menos 197,19 mil milhões para atender os transportes	37
4.4 Orçamento de Angola para 2018 é demasiado optimista – BPI	38

4.5	Orçamento de Angola para 2018 é demasiado optimista	39
4.6	Protecção social sofre corte significativo	40
4.7	Deputados alteram OGE para contratar médicos	40
4.8	Os descompassos do compasso das artes no Orçamento Geral do Estado de 2018	41
4.9	ADRA e parceiros analisam OGE em "Jangos Temáticos"	43
4.10	OGE inaugura uma nova era	43
4.11	Orçamento na origem da "falta de diagnóstico"	44
4.12	Ajustes ao OGE e a vida das populações	45
4.13	Escolas orçadas a "peso de ouro"	46
4.14	O OGE 2018 e o espectro da estagflação	48
4.15	OGE foi aprovado na especialidade	50
4.16	Região Norte favorecida com Kz 335,5 milhões	50
4.17	OGE votado hoje no Parlamento	51
4.18	Executivo autorizado a realizar despesas	52
4.19	Orçamento aprovado com votos contra da UNITA	54
4.20	"As dívidas contraídas hoje são impostos a pagar no futuro"	55
4.21	Académico propõe adopção de imposto sobre a fortuna	58
4.22	Com votos contra e abstenção, posição dá benefício de dúvida ao OGE	59
4.23	Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018	60
4.24	OGE 2018 aprovado sem voto favorável da oposição	61
4.25	Oposição de costas viradas com o OGE 2018	63
4.26	Revisão do IRT e Imposto Industrial cai e regalias dos juizes mantêm-se	65
4.27	Dívida pública captada vai aumentar 18% este ano	66
4.28	Finanças locais passam a ter fundo de equilíbrio	67
4.29	Orçamento Geral de 2018	68
4.30	Angola tem mais 30 biliões de dólares de dívida para pagar entre 2019 e 2022	70
4.31	Angola tem oito biliões de Kz de dívida para pagar entre 2019 e 2022	71
4.32	Cartoon	72
4.33	Cidadãos devem ser envolvidos na discussão de leis	72
4.34	Investimento Público sem fundos orçamentais	73
4.35	Representante cívico solicita transparência	74
4.36	O OGE, a dívida pública e o Regime de Regularização Patrimonial	74

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 77

5.1	A descentralização do poder no projecto da reconstrução do país	77
5.2	Executivo quer acabar com as assimetrias entre regiões	77
5.3	UNITA capacita quadros em matéria de autarquias locais	79
5.4	Adriano Mendes de Carvalho quer toda Luanda com ele	79
5.5	Finanças locais passam a ter fundo de equilíbrio	81
5.6	Autarquias antes de 2022	82
5.7	Autarquias dominam 1ª Reunião do Conselho de Governação Local	83
5.8	Oposição quer data concreta para a realização das autarquias	85
5.9	Pacote Legislativo das Autarquias estará concluído em Junho	86
5.10	MINSA e EU querem gestão transparente das verbas municipais	86
5.11	Parlamento vai definir circunscrições autárquicas	87
5.12	O poder local	88
5.13	A questão autárquica em Angola parte	89
5.14	Aprovado o Regime Financeiro Local	90
5.15	Autarquias terão receitas	92
5.16	Há pouca informação sobre o Poder Local	93
5.17	João Lourenço tenta amainar "Dilema Autárquico" debaixo de críticas da UNITA	94

5.18	Municípios vão passar a gerir impostos arrecadados	94
5.19	«O nosso plano já está em acção»	95
5.20	População angolana aumenta cinco milhões em quatro anos	96
5.21	Viana em busca de melhorias na mobilidade urbana	96
5.22	Autárquicas em 2020 exigem (isto é...) a UNITA	97
5.23	Dizer, João Lourenço disse	98
5.24	Grupo Comunitário 'endireita' bairro da Graça em Benguela	99
5.25	Moradores do bairro Madeira clamam por tranquilidade	100
5.26	Agenda do MPLA para 2018 prioriza descentralização financeira	101
5.27	CASA-CE abre ano político com atenções viradas para as eleições autárquicas	102
5.28	Especialista recomenda estudos prévios para a implementação das autarquias	103
5.29	Executivo quer quadros para as autarquias locais	103
5.30	“A UNITA defendeu, em 2010, O princípio do gradualíssimo e da diferenciação”	104
5.31	"Marcação da data das eleições autárquicas depende de legislação específica"	105
5.32	Não é responsável conferir autonomia a municípios sem requisitos	106
5.33	UNITA pretende bons resultados autárquicos	108

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

109

6.1	Terminou pagamento do Imposto predial	109
6.2	Adiada venda de casas	109
6.3	Burlas nas imobiliárias descredibilizam mercado	109
6.4	Habitação eleva receita no Lubango	111
6.5	O imposto predial urbano	111
6.6	Angola procura apoio técnico para projetos habitacionais	112
6.7	Auto - construção dirigida beneficia cem mil famílias	113
6.8	Região austral concentra projecto de construção	114
6.9	‘Vícios’ assombram projecto habitacional Acácia Rubras	115
6.10	Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018	116
6.11	Empresários da construção pedem transparência na adjudicação das obras	117
6.12	Governo reclama perda do património imobiliário	118
6.13	Renda dos imóveis na capital adapta-se à conjuntura económica	119
6.14	Banco Sol convida empresários a recorrem ao crédito de investimento	119
6.15	Cartoon	120
6.16	Angola apresenta Nova Agenda Urbana em fórum na Malásia	120
6.17	Programa “vias de Luanda” não revitalizou a urbanização Nova Vida	121
6.18	Angola quer apoio da ONU para urbanizar municípios	122
6.19	Fórum alertou o mundo para métodos de gestão	123
6.20	Algumas pedonais sem utilização	124
6.21	Angola tem Oito biliões de Kz de dívida para pagar entre 2019 e 2022	124
6.22	«O nosso plano já está em acção»	125
6.23	Viana em busca de melhorias na mobilidade urbana	126

7. TERRA

128

7.1	Mulher de Tany Narciso acusada de querer burlar terreno	128
7.2	Prevista manifestação contra a privatização da Praia Morena	128
7.3	Lotes de terreno levam à discórdia	129
7.4	Benguelenses intentam providência cautelar em defesa do Pequeno Brasil	131
7.5	Gestão fundiária abordada em conferência	132
7.6	PR constata obras de valas de drenagem em Luanda	133
7.7	Generais e comandantes saqueiam terras dos diamantes nas Lundas	133

7.8	Invasores ocupam terras no Kikuxi	135
7.9	Jornalistas Mariano Brás e Rafael Marques Paulo Sérgio vão a julgamento no dia 5 de Março	136
7.10	Revolução à vista nas terras rurais	137
7.11	Ex-governador Cândida Narciso de expropriação de terra	140
7.12	Ministro Manuel Augusto discursa hoje em Genebra	140
7.13	Moradores do Cabarril vendidos “com” o bairro	141

8. SERVIÇOS BÁSICOS

143

8.1	Agência francesa assegura financiamento de USD 150 mil milhões para sector das águas	143
8.2	Acesso a alimentos, bens e serviços básicos limitado pela inflação	143
8.3	Brigadas de conservação entram em acção nas estradas	144
8.4	Falta de água deixa em risco mais de 700 mil pessoas	145
8.5	Cidade de Menongue “dominada” pelo lixo	146
8.6	Ministério da Energia e Água chamado ao combate ao cancro da bexiga	147
8.7	Recolha de lixo feita porta a porta	148
8.8	Carlos Cavuquila «mata» municípios de sede	148
8.9	Cobrança de lixo é um roubo organizado	149
8.10	PR constata obras de valas de drenagem em Luanda	149
8.11	Surto de cólera continua a provocar a morte de cidadãos na província do Uíge	150
8.12	Municípios de Cacuaco insatisfeitos com a distribuição de água no município acusam a administração de praticar injustiça	151
8.13	Bié sem empresas de recolha de lixo	152
8.14	Oito mil casos de malária em sete dias em Benguela	152
8.15	Mais água potável na vila da Quilenda	153
8.16	Malária mata 4 crianças por semana na pediatria do Huambo	154
8.17	Município da Chibia ganha novo sistema	155
8.18	Chibia aumenta oferta no fornecimento de água potável	155
8.19	Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018	156
8.20	Governo reclama perda do património imobiliário	157
8.21	Viana não há combate aos mosquitos	158
8.22	Cartoon	158
8.23	Cartas dos Leitores	158
8.24	Saneamento	159
8.25	Cartoon	160
8.26	Falta milhão de contadores no sistema pré-pago de luz	160
8.27	JLo cria comissão para rever contratos de 365 milhões de dólares na limpeza de Luanda	161
8.28	Lixo e venda ambulante	162
8.29	Recomendado novo plano para melhorar saneamento	162
8.30	A chuva é obra da natureza	163
8.31	Conselho de Aguas reunido em Luanda	164
8.32	Conselho Nacional de Águas define medidas para gestão de recursos hídricos Neusa Filipe	164
8.33	Índices de cólera afligem habitantes de Mbanza Calumbo	165
8.34	Negócio de água em alta	166
8.35	Pavilhões rodeados de lixo	166
8.36	Surto de malária causa vários óbitos	167
8.37	Titulares de licença de utilização de recursos hídricos passarão a pagar uma taxa	168
8.38	Três casos de aviso	168
8.39	Cartoon	169
8.40	Indústrias passam a pagar taxa de utilização da água Jornal De Angola	169

9. GÉNERO E VIOLENCIA	171
9.1 Policiamento insuficiente e falta de iluminação facilitam assaltos	171
9.2 Marginais controlam Samba Pequena	172
9.3 Moradores da Boa-fé pedem armas de fogo	172
9.4 A criminalidade	173
9.5 Moradores criam malícia para combater criminalidade	174
9.6 Especialistas analisam presumíveis razões	175
9.7 Onda de criminalidade em Malanje inspira socorro social	176
10. AMBIENTE	178
10.1 Inundações deixam estradas intransitáveis	178
10.2 “Devastação da floresta deixa Angola mais pobre”	179
10.3 “Mão pesada” pronta para proteger a madeira	181
10.4 Acesso a alimentos, bens e serviços básicos limitado pela inflação	182
10.5 Brigadas de conservação entram em acção nas estradas	183
10.6 Brigadas de conservação entram em acção nas estradas	184
10.7 Corte e transporte de madeira em Angola proibido a partir de 1 de Fevereiro	185
10.8 Falta de água deixa em risco mais de 700 mil pessoas	186
10.9 Fim da campanha florestal de 2017	187
10.10 Ministério da Agricultura reduz para 100 as licenças para abate florestal	187
10.11 Ministério quer travar degradação de solos	188
10.12 Ministério suspende exploração de madeira	188
10.13 Chuvas causam danos incalculáveis em Porto Amboim	189
10.14 Autoridades travam tráfico de madeira	189
10.15 Novas medidas na exploração florestal	190
10.16 PR constata obras de valas de drenagem em Luanda	191
10.17 Madeira do Bengo vendida na Europa	191
10.18 Aperta o cerco aos crimes ambientais	191
10.19 Milhares de árvores plantadas em Benguela	192
10.20 Chuvas destapam falhas em Luanda	192
10.21 Chuvas fustigam Luanda, Bengo e Malanje	193
10.22 Luanda acordou inundada e famílias ficaram desalojadas	194
10.23 Autoridades policiais retêm sete camiões de madeira ilegais	195
10.24 Calemas paralisam operações no Porto de Cabinda	195
10.25 Camponeses apostam no cultivo da mandioca para combater a fome	196
10.26 Chuva matou duas pessoas em Luanda	196
10.27 Chuvas fazem duas mortes em Luanda	197
10.28 Chuva faz quatro mortes numa semana em Luanda	197
10.29 Várias zonas de Luanda castigadas pela chuva	198
10.30 Chuva provoca mortes e inunda residências	199
10.31 Madeira retida na Estrada nacional 230	200
10.32 Exploradores de madeira querem descentralização	200
10.33 Sobe para seis o número de mortos ados pela chuva em Luanda	201
10.34 “A madeira é um recurso estratégico do Estado e contribui para o PIB”	202
10.35 Cartoon	205
10.36 Chuva mata duas crianças em Cacuaco	205
10.37 Chuva em Saurimo desaloja famílias	206
10.38 Consulta pública à sociedade civil	206
10.39 Chuvas desalojam mais de 200 pessoas	207
10.40 Chuvas provocam constrangimentos	207

10.41	Dois mortos e dois desaparecidos em novo dia de chuvas Fortes em Luanda	208
10.42	Época das chuvas já fez 47 mortes no Huambo	209
10.43	Fevereiro é apenas um "aviso à navegação" Março e Abril "Chuvas Mil"	209
10.44	Pesca por arrasto está proibida este ano para garantir longevidade das espécies	211
10.45	Recomendado novo plano para melhorar saneamento	212
10.46	A chuva é obra da natureza	214
10.47	A chuva esteja convosco, ela esta no meio de nós!	214
10.48	Bairros fustigados pela chuva recebem do governador	215
10.49	Ode a São Pedro	216
10.50	Chuvas impendem as crianças de assistir as aulas no Cazenga	217
10.51	Os camiões não podem ficar retidos por tempo indeterminado	218
10.52	Cartoon	218
10.53	Começa inspeção de madeira apreendida	219
10.54	Seca e fome levam deputados do 'M' aos municípios do Cunene	219
10.55	Vítimas das chuvas assistidas com bens	220

11. MIGRAÇÃO 221

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 222

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 223

13.1	Os 35 anos das relações sino-angolanas	223
13.2	Banco chinês e Deutsche Bank lideram segunda emissão de “eurobonds” angolanas	224
13.3	Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018	224
13.4	Serão estes os chamados “negócios da China”?	226
13.5	China garante metade dos 1,5 biliões de Kwanzas, de financiamento	226
13.6	Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018	227
13.7	China leva ao colo as finanças do país	228
13.8	Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo à China	228

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 “ «As famílias nos próximos tempos vão ter grandes dificuldades de consumo» ”

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Faustino Diogo

Nesta fase em que a vida vai encarecendo, como é que as famílias se devem organizar?

Temos já alertado há algum tempo que a cultura de poupança é obrigatória no seio da família.

Angola entrou para o sistema capitalista e de mercado sem fazer o devido trabalho para que as famílias e o país entendessem de facto as mudanças. E o Governo angolano apostou muito naquilo que é o consumo, não tendo precavido a nossa estrutura organizacional para aquilo que é a produção.

As famílias hoje têm acesso a informações em tempo real e isso aguça o consumo. Por exemplo, muitos querem consumir o mesmo telefone que viram lançar em outros países. E o Estado vê-se na necessidade de disponibilizar divisas para satisfazer essas necessidades, porque é aí onde estas pessoas vêem o seu tipo de felicidade.

O grande problema de Angola não é só problema da falta de divisas, mas também o facto de não ter constituído uma poupança elevada que pudesse ajudar o país e estruturar-se naquilo que são investimentos de grande vulto.

Falamos não só da construção de infra-estruturas, mas também daquilo que tem a ver com a criação de indústrias. Esta falta de poupança, associada ao consumo excessivo, fez com que sássemos do pouco que já tínhamos em termos de reservas financeiras para o nada que hoje temos.

Quando refere que o trabalho não foi feito, está a falar de quê concretamente?

Da elaboração de um projecto estruturante que na altura devia ter sido feito, não só em termos de educação da população sobre o que é o sistema capitalista e de mercado, mas também como as pessoas deveriam comportar-se no mercado.

Fomos atirando empresários praticamente a deus-dará. Ou seja, não conseguimos alinhar os mesmos para um projecto futuro em que o Estado organizasse, inclusive, as compras governamentais a partir desses empresários para poderem suprir aquilo que são as suas necessidades.

Se estes assuntos tivessem sido acautelados naquela altura, provavelmente hoje não estaríamos a sofrer tanto com a falta de divisas.

Fora aquilo que é o passado, o nosso conselho vai no sentido de o Estado fazer um trabalho no seio das populações, aproveitando o que ainda existe hoje, pese embora não haja muita coisa, e direccionar a actividade principalmente para a criação de cooperativas.

A falta de divisa explica ou justifica a actual situação que o país vive? Explica. Porque o facto de Angola não ter uma poupança sólida, produção interna suficiente e como não se está a desenhar uma estratégia industrial de produção no campo e na transformação do produto produzido, isso vai manter-nos dependentes das importações e da contínua necessidade de divisas para comprar lá fora.

O facto de sermos dependentes de uma única fonte de rendimento, no caso o petróleo, faz com que as coisas estejam mais difíceis. Se tivéssemos outras fontes de rendimentos que efectivamente ajudassem o país a crescer, as coisas seriam diferentes.

E do lado das famílias?

Do lado das famílias é um pouco mais difícil. Temos de ser realistas quanto ao facto de que as famílias nos próximos tempos vão ter grandes dificuldades de consumo, não só quanto àquilo que são os grandes elementos que proporcionam o sonho de consumo das mesmas, como também relativamente àquilo que são os elementos básicos.

A falta de produção local vai fazer com que as famílias vão procurar de uma forma mais desesperada os produtos de que precisarem. Os armazéns também precisam de divisas para

importar e as divisas estão escassas, e o que pouco existe vai obrigar as famílias a pouparem.

As famílias hoje vão ter de poupar mais e, para estancar esta falta de divisas, vão ter de consumir mais o pouco que existe de produção nacional.

Como é que as famílias vão poupar mais quando alegam não ter?

Infelizmente a remodelação e reestruturação de um país parte sempre da política. Se a política não estruturar como deve ser a curto ou a médio prazo, as famílias vão continuar a ter estes problemas.

É altura de as famílias olharem para o que é de facto necessário e deixarem de lado o supérfluo. Se olharem para as coisas necessárias, vão conseguir constituir uma poupança. Se pouparem, haverá dinheiros disponíveis para as coisas necessárias e também para a banca, que poderá permitir o investimento.

Sem poupança, não há investimento.

E isso não é apenas uma discussão de conceitos, mas uma realidade.

Hoje fala-se de poupança como um bicho-de-sete-cabeças, mas falam bem da "kixikila", que também não deixa de ser uma poupança. Embora seja muito crítico em relação a esta prática, por considerar que ela não traz nenhuma vantagem para ninguém, as pessoas que a utilizam dizem que sim.

Acho que a "auto-kixikila" é que mais contribui para a poupança, porque é o meu dinheiro guardado por mim. Vejo a "kixikila" como a chave da dispensa que é entregue ao vizinho para mais tarde devolver-me para eu abrir a minha dispensa.

Estou solidário com o sofrimento dos que menos têm, mas só com poupança é que as famílias e o país conseguirão resolver os seus problemas.

Existem incentivos no mercado para promover esta poupança familiar de que fala?

Não gastar em bens supérfluos é uma forma de incentivo à poupança. O actual regime cambial também está a incentivar a poupança, embora de uma outra forma. E há ainda a disponibilidade dos

empresários, em conjunto com o Governo, para a produção local de elementos simples.

As famílias têm também um outro elemento que devem reforçar ou começar a trabalhar, que é a junção dos rendimentos do casal para a realização e satisfação conjunta.

Ter o dinheiro no banco depositado é uma poupança?

Aplicado, por exemplo, em uma conta a prazo é uma poupança. Por causa da inflação hoje temos vantagens devido aos juros, que em alguns casos são altos e ajudam.

Considera o actual regime cambial ideal para a estabilidade do mercado?

Sim. Inicialmente as pessoas estão a ver isso como uma desgraça que está a dificultar a vida de todos, sobretudo olhando para os seus rendimentos.

O grande problema não está aí. O que temos de repensar é como vamos fornecer mecanismos e meios aos empresários para que os mesmos consigam produzir localmente. É só isso.

Podemos aproveitar, por exemplo, a campanha que está a ser feita pelo Governo para aqueles angolanos que têm disponibilidade financeira fora para que os mesmos, ao invés de apenas repatriarem os valores, tragam fábricas, indústrias de alta tecnologia para que se proporcione não só produção local como também renda para as famílias.

Na verdade o Estado não tem dinheiro, quem tem dinheiro são as famílias e quanto mais famílias trabalharem, mais a renda o país terá.

Neste contexto, as famílias ainda têm dinheiro?

Posso dizer que sim e também não. Por exemplo, vemos aqui muitas empresas que infelizmente fecharam. Estamos habituados a gastar aquilo que é o fundo da empresa, confundindo com o fundo dos sócios da empresa.

Esta confusão levou ao encerramento de muitas empresas. Hoje há necessidade de o Estado se organizar e criar políticas também de formação para os empresários, de forma a ganharem consciência do novo normal. Pagar impostos,

disciplina empresarial para que possam competir com empresários de outros países.

O angolano estava habituado apenas a esbanjar, isso é uma realidade que temos de trabalhar. Não devemos ter receio de admitir o nosso erro.

Temos de começar a repensar qual é a estrutura e como desenhar a nova política económica para o país. Não é subindo a taxa de juro que se incentiva o investimento no país.

1.2 «Não há salários que paguem todos os sonhos das famílias»

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Publicou recentemente o livro *Economia Doméstica & Finanças Pessoais*. É um instrumento para as famílias aprenderem a poupar?

O livro *Economia Doméstica e Finanças Pessoais* retrata o diálogo entre casais que fui acompanhando e trabalhando que não viviam bem, mas não por falta de dinheiro. Viviam mal porque não havia um projecto comum naquelas relações.

Estes trabalhos deram muitos resultados positivos e hoje muitos casais melhoraram significativamente a sua situação financeira, havendo mesmo alguns que fizeram investimentos. É importante as pessoas perceberem que não há salários que paguem todos os sonhos das famílias.

Considera fundamental as famílias viverem com o conceito da junção financeira?

Não é só fundamental. É a chave do sucesso.

Há famílias em que o marido e a mulher, cada um tem um carro topo de gama, sem necessidade. Estes carros são bons e ninguém proíbe alguém de os ter, mas é importante não comprar o carro e esquecer a manutenção do mesmo.

Com a realização deste livro também aprendemos práticas que as famílias de média e baixa renda utilizam para minimizar as suas dificuldades, como conceito de "sócia".

Um sistema cooperativo em que a pessoa quer comprar diferentes produtos, mas tem pouco dinheiro, e então associa-se a outra pessoa para ter um pouco de cada produto.

No actual contexto económico, qual deve ser o posicionamento das famílias para viverem sem grandes transtornos?

Primeiro é pôr os pés no chão, como se diz na gíria, e cair na real que aquilo que era os acessos anteriores desapareceram.

As famílias têm de se redimensionar, reestruturar, não só na forma de consumirem como também nos caminhos e meios para poderem rentabilizar aquilo que são as suas rendas. E uma delas é ver dentro da família quais são as aptidões que cada um oferece para aumentar o rendimento familiar e melhorar a qualidade de vida.

1.3 Como Angola e país pobre a UNICEF vai dar uma ajuda

Jornal Folha 8

03 De Fevereiro de 2018

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) precisa de quase 12 milhões de euros para apoiar as populações no sul de Angola, onde mais de 700 pessoas estão sem acesso a água potável, devido à seca prolongada.

Ainda bem que a Unicef sabe que Angola é um país pobre (é isso não é, presidente João Lourenço?) e que sem essa ajuda externa não será possível salvar muitos dos nossos cidadãos.

Aliás, ainda agora se ficou a saber que o Governo angolano prevê gastar este ano 19.500 milhões de Kwanzas (78 milhões de euros) com a aquisição, pelo Ministério da Defesa Nacional, de helicópteros, embarcações de patrulha, equipamentos de vigilância da costa.

Será, pensa-se, uma forma de diversificar a economia e diminuir o número de pobres, cerca de 20 milhões. É isso não é, presidente João Lourenço?

Esta informação resulta de dados compilados com base na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 20J8, em discussão na Assembleia Nacional (do MPLA) até Fevereiro.

Entre os investimentos orçamentados pelo Ministério da Defesa Nacional conta-se a aquisição e equipamento de transporte de seis helicópteros, por 12.159 milhões de Kwanzas (48,5 milhões de euros), mas sem avançar dados sobre os fornecedores. Como se sabe, a Defesa é prioritária para preservar a vida desses milhões de pobres que, apesar de tantos anos nessa situação, ainda não aprenderam a viver sem comer.

Soma-se a aquisição de equipamento de vigilância marítima, por 4.231 milhões de Kwanzas (14,7 milhões de euros), de embarcações de patrulha da costa, por 2.200 milhões de Kwanzas (8,8 milhões de euros), e de radares e outras embarcações, por 1.000 milhões de Kwanzas (quatro milhões de euros).

Outro dos grandes projectos do Ministério da Defesa Nacional em 2018 prende-se com a construção e apetrechamento da Academia Naval de Porto Amboim Kalunga, orçamentada em 1.500 milhões de Kwanzas (seis milhões de euros).

De acordo com o mais recente relatório daquela agência das Nações Unidas, o sul de Angola enfrenta uma crise prolongada de mal nutrição, decorrente dos "impactos combinados" da crise económica, da falta de chuva e da "deterioração da qualidade dos serviços básicos".

O documento refere que o acesso à água no sul de Angola "permanece limitado", com dois terços dos pontos de abastecimento não operacionais, nas áreas afectadas, e mais de 700.000 pessoas a precisarem de água potável".

Além disso, e embora reconhecendo que a segurança alimentar melhorou recentemente, o mesmo relatório sublinha que "os preços mais elevados restringem o acesso aos alimentos e aumentam o risco de malnutrição para milhares de crianças".

"Muitas dessas crianças ainda estão a enfrentar os impactos do fenómeno do 'EI Nino', que deixou 756.000 pessoas a precisarem de assistência alimentar", lê-se.

A prolongada estiagem no sul de Angola afecta essencialmente as províncias do Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Namibe.

A Unicef alerta que a presente estação das chuvas, que se prolonga até Maio, associada a outros

fenómenos, "provavelmente dará origem a doenças transmitidas pela água, particularmente a cólera".

Em articulação com Governo angolano, programa da Unicef para 2018 pretende apoiar até 275.000 crianças com menos de cinco anos que sofrem de malnutrição e 43.000 crianças com idades entre os 6 e os 59 meses em estado de malnutrição severa.

O plano de acção da Unicef para o qual necessita de doações no valor de 14,6 milhões de dólares (11,7 milhões de euros), prevê ainda acções para levar água potável a 125.000 pessoas e acções de sensibilização sobre cuidados de higiene a 470.000 pessoas, além da vacinação de 15.000 crianças. Inclui igualmente o apoio aos milhares de refugiados da República Democrática do Congo, sobretudo mulheres e crianças, que permanecem na província angolana da Lunda Norte.

"É necessário um financiamento adequado e previsível para apoiar a resposta nacional, que inclui o tratamento da malnutrição severa, (...) a ampliação das intervenções de resposta à saúde, educação e protecção infantil e a assistência vitalícia às crianças e mulheres refugiadas", aponta a Unicef.

I.4 Economist revê em baixa o crescimento de Angola para 1.8% este ano

Jornal O PAÍS

07 De Fevereiro de 2018

A unidade de análise do grupo da revista "The Economist" baixou as expectativas para o ritmo de crescimento da economia angolana este ano. 'Revimos em baixa a nossa previsão de crescimento para 2018, já que a depreciação e as pressões da inflação devem ter um impacto negativo no consumo privado', escrevem peritos da Economist Intelligence Unit (EIU).

Na análise mensal à economia angolana, enviada aos investidores, citada pela Lusa, os analistas dizem que 'o PIE deve crescer em média, 2,4% até 2020, devido ao ajustamento aos preços mais baixos do petróleo, a uma expansão ligeiramente maior no consumo privado e na despesa pública'.

A partir daí, acrescentam, 'o crescimento deve acelerar ligeiramente, para uma média de 2,9% em 2021 e 2022, já que os preços internacionais do petróleo devem subir cerca de 6,7% ao ano'.

No entanto, sublinham, 'o investimento fora da área dos hidrocarbonetos continuará a ser estrangido pelo difícil ambiente de operações'. Assim, concluem, 'o crescimento médio de 2,4% em 2018 é menos de um quarto da taxa registada na década até 2014, e o PIE real per capita deve contrair a uma média anual de 0,8% neste período'. O Governo prevê, no orçamento para este ano, um crescimento de 4,9%.

Para os analistas da Economist, um reequilíbrio da economia que afaste a dependência do petróleo é fundamental, 'mas um processo deste género deve ser demorado, mesmo que as autoridades estejam completamente focadas numa reforma em larga escala'.

Ainda que o Presidente da República, João Lourenço, tenha 'um apetite reformador maior do que o esperado, continua por esclarecer se tem vontade - ou se é capaz, dados os interesses instalados - de adoptar as reformas duras e a transparência que são necessárias para um envolvimento genuíno com o Fundo Monetário Internacional', concluem.

1.5 Plano Integrado pretende reduzir níveis de pobreza

Jornal de Angola

15 De Fevereiro de 2018

Texto: Josina de Carvalho

A implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, de iniciativa presidencial e supervisionado pelo Titular do Poder Executivo, pode vir a reduzir os níveis de pobreza no país até 2022.

O Plano Integrado, coordenado pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, vai ser implementado nos 164 municípios do país, que receberão um orçamento anual em Kwanzas no valor de 3.300.000 dólares para o desenvolvimento das acções programadas.

A ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Victória da Conceição que falava

ontem no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, em Luanda, no acto de apresentação do Plano Integrado à imprensa, informou que o Executivo pretende reduzir a incidência da pobreza de 36 por cento para 25 por cento com a implementação do plano, dando prioridade à conclusão do processo de reintegração dos ex-militares.

Victória da Conceição disse que o Plano Integrado teve em conta as experiências e lições apreendidas do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza implementado entre 2010 e 2015, com objectivo de melhorar o que foi bem implementado e corrigir as intervenções menos bem conseguidas.

A nível local, explicou a ministra, as populações serão engajadas nas diferentes fases dos projectos e sensibilizadas a serem partícipes activos do seu próprio processo de desenvolvimento, com o apoio das autoridades tradicionais, parceiros da sociedade civil, redes de protecção, organizações comunitárias e outras entidades de referência positiva nas comunidades.

A ministra disse ainda que os projectos vão ter sustentação técnica e metodológica na municipalização dos serviços da acção social, no quadro do novo paradigma de intervenção social assente na prevenção, protecção e promoção social. Este paradigma, prosseguiu, vai ser operacionalizado pelos Centros de Acção Social Integrados denominados "CASI", que vão assegurar o diagnóstico social, a identificação, cadastramento e referenciação dos beneficiários. Para garantir uma boa gestão dos recursos previstos e já orçamentados pelo presente Orçamento Geral do Estado, para a realização das acções, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher iniciou no dia 9 de Fevereiro, na província do Cuando Cubango, uma série de seminários de capacitação dirigidos aos administradores municipais. Hoje, acrescentou, esta acção formativa está a decorrer na província do Huambo.

Na ocasião, o ministro da Comunicação Social, João Melo, afirmou que o Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza é um dos programas mais importantes que o Executivo se propõe realizar durante o seu mandato, e vai ser apresentado em todas as províncias para um conhecimento amplo das autoridades e da sociedade civil.

A monitorização será assegurada pelo Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, através do Gabinete de Acompanhamento às Administrações Municipais. O seguimento permanente é da responsabilidade da Direcção Nacional de Acção Social do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

O Plano é supervisionado pelo Titular do Poder Executivo através dos gabinetes do ministro de Estado e chefe da Casa Civil e do ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social.

I.6 Académico propõe adopção de imposto sobre a fortuna

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2018

Texto: André dos Anjos

O economista Alves da Rocha defendeu na terça-feira em Luanda a criação de um imposto específico para as fortunas construídas com recurso ao dinheiro público, "por forma a atacar as desigualdades criadas pelo acintoso acesso ao Orçamento Geral do Estado".

"Temos aqui imensas fortunas, algumas das quais criadas à sombra do Orçamento Geral do Estado, e ainda não vi nenhuma proposta para a criação de um imposto sobre as grandes fortunas", disse Alves da Rocha, em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA).

"Uma das formas de 'atacar' essas desigualdades criadas pelo acintoso acesso ao Orçamento Geral do Estado é a criação de um imposto sobre as fortunas criadas à sombra do Orçamento Geral do Estado", sublinhou.

Numa altura em que o país prepara um pacote legislativo para o repatriamento de capitais, o economista interroga-se se ficam de fora do processo de esclarecimento da origem das fortunas aquelas transformadas em investimentos e empreendimentos em território nacional.

Alves da Rocha reconhece que, tal como repatriar capitais, taxar as fortunas não será, uma tarefa fácil. "É difícil" sim, como vai ser difícil repatriar dinheiro", disse, insistindo na necessidade de o Estado não "abrir mão" desse que pode ser mais um instrumento de redução das simetrias sociais.

O Conselho de Ministros aprovou há uma semana a proposta de lei para o repatriamento de capitais ilícitos domiciliados no exterior do país, que concede 180 dias para esse processo, sem qualquer procedimento criminal ou judicial por parte do Estado.

Aquando da sua aprovação pelo Conselho de Ministros, a 7 de Fevereiro, o governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, disse à imprensa que a proposta de lei cria um conjunto de incentivos para que esses recursos possam ser livremente repatriados.

Proposta de lei

A proposta de lei, prosseguiu José de Lima Massano, cria também instrumentos para, no caso de recursos ilícitos estarem retidos no exterior do país, esses possam ser igualmente repatriados, sendo concedida "uma janela (prazo) de 180 dias para que esse processo aconteça, sem que, por parte das autoridades, seja exercido qualquer poder criminal, judicial ou de qualquer outra natureza".

"Concluído o período de 180 dias, e naqueles casos de recursos ilícitos se mantiverem no exterior do país, as autoridades vão então fazer recurso de todos os meios que têm à sua disposição para, nos termos da lei, assegurar o seu repatriamento para o território nacional e serem integrados na nossa economia e apoiarem o esforço de desenvolvimento", referiu. O governador do banco central frisou ainda que "o processo é voluntário" e quem tem recurso no exterior do país e quer trazer, pode fazê-lo livremente. "Durante os primeiros 180 dias de vigência da lei, quer sejam os recursos de forma lícita como de forma ilícita, não será feito qualquer questionamento. Posteriormente, volta - se ao quadro de normalidade, no âmbito das regras de 'compliance' que serão aplicadas", observou.

"No caso de recursos obtidos de forma ilícita, aí, então, há um processo de recuperação coerciva", advertiu o governador do Banco Nacional de Angola.

A ideia do repatriamento de capitais e da sua conformação a um quadro legal foi inicialmente apresentada pelo Presidente da República, João Lourenço, que, pela primeira vez, se pronunciou a respeito num seminário do MPLA consagrado ao

combate à corrupção realizado em meados de Dezembro.

A partir do início do ano, avisou naquela ocasião o Presidente, "vai estabelecer-se um período de graça durante o qual todos os cidadãos angolanos que repatriarem capitais do estrangeiro para Angola e os investirem na economia e empresas geradoras de bens, de serviços e de emprego não vão ser molestados, não vão ser interrogados das razões de terem dinheiro lá fora, não vão ser processados judicialmente".

No final desse prazo, prosseguiu, "o Estado de Angola sente-se no direito de o considerar dinheiro de Angola e dos angolanos e, como tal, vai agir junto das autoridades dos países de domicílio para tê-lo de volta e em sua posse".

1.7 Camponeses apostam no cultivo da mandioca para combater a fome

Jornal Expansão
16 De Fevereiro de 2018

O sector da agricultura e desenvolvimento rural distribuiu sete toneladas de estacas de mandioca a famílias camponesas do município de Caimbambo, província de Benguela, para combater a fome causada pela estiagem que assola a região.

De acordo com o administrador municipal, José Cambiente, o objectivo é incrementar o cultivo da mandioca de crescimento rápido para assegurar a produção alimentar das populações, reduzindo assim a fome e a pobreza.

A experiência-piloto, que está sob coordenação do sector da agricultura e desenvolvimento rural, contemplou uma área de 15 hectares com a plantação de estacas de mandioca distribuídas às comunidades.

O programa abrange as famílias camponesas mais afectadas pela falta prolongada de chuvas, de forma a protegê-las da fome, num quadro, agravado ainda mais, pelo facto de a campanha agrícola estar comprometida em Caimbambo.

Com a implementação deste programa denominado "Multiplicação da Mandioca", cujas estacas constituem uma doação da Associação da

Hanha, no município do Cubal, prevêem-se resultados positivos.

Entretanto, os exemplos das autoridades de Caimbambo estão a ser replicados no vizinho município do Chongoroi, onde 8.900 estacas de mandioca estão a ser entregues a famílias camponesas dentro da estratégia de luta contra a fome, resultante da estiagem que devasta a região nos últimos meses.

Neste município (Chongoroi) o programa de cultivo de mandioca arrancou com três mil plantas, numa área de 15 hectar, sendo beneficiários na primeira fase 25 famílias localizadas na comuna do Sanje, apontadas como as mais vulneráveis.

A campanha de plantação das 900 estacas de mandioca vai estender-se a outras nove povoações, para fazer face às consequências da estiagem.

A administradora municipal do Chongorói, Idalina Carlos, referiu que o cultivo da mandioca deverá chegar às povoações sem chuvas regulares há vários meses, tais como Vandome 2, Hanha Primária, Hanha Mulai, Chiriu, Bolonguera, Chitembo e Canchivirite.

1.8 Desenvolvimento local é discutido no Huambo

Jornal de Angola
16 De Fevereiro de 2018
Texto: Estácio Camassete

Um seminário sobre o Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza termina hoje na cidade do Huambo, numa promoção do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. O objectivo do evento é reduzir as assimetrias existentes nas diferentes regiões do país e fortalecer a coesão social.

O secretário de Estado Lúdo do Amaral reafirmou, ontem, na abertura do seminário, a intenção do Executivo angolano de reduzir os índices de pobreza, de 36.6 por cento para 25 por cento, que correspondem a, aproximadamente, três milhões de angolanos, entre eles 412.624 ainda este ano.

Na visão do Executivo, segundo o governante, o maior património de Angola é o povo, daí que tudo fará para conseguir resultados sustentáveis no

combate à pobreza. O seminário vem reforçar as políticas de acção social, incluindo a formação de pessoas vulneráveis, para que possam adquirir capacidades e competências para aplicação no mercado de trabalho. Na abertura do evento, o governador da província, João Baptista Kussumua, chamou a atenção para a necessidade de prestação de contas, como forma de manter a transparência da coisa pública.

"Os gestores públicos devem prestar atenção aos procedimentos de monitorização e prestação de contas, por meio de relatórios mensais e trimestrais, como forma de ajudar o Executivo no seu programa de combate à pobreza.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza é de iniciativa Presidencial e propõe-se a reduzir os actuais índices do mal nas comunidades, com prioridade para a reintegração dos mais de 80 mil ex-militares. Os participantes ao seminário abordam "O Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza da província do Huambo", "Procedimentos de Execução do Programa Integrado de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza", "Programa de Municipalização da Acção Social" e "Mecanismos de Acompanhamento a estes programas".

1.9 Mercado com dúvidas sobre inflação de Janeiro do INE

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O custo de vida em Luanda aumentou 1,4% em Janeiro face a Fevereiro, revela o índice de preços no consumidor da Província de Luanda do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgado esta terça-feira.

Trata-se do melhor arranque anual da inflação desde 2015, o que surpreendeu os analistas que esperavam uma taxa mais elevada face ao aumento dos preços na sequência da desvalorização do Kz em cerca de 20% em Janeiro.

"Ainda não vi [o IPC de Janeiro do INE] mas acho [que a taxa de 1,4%] é baixa", comentou o empresário Carlos Cunha, presidente da Assembleia geral da Ecodima, acrónimo de

Associação de Empresas de Comércio e distribuição moderna de Angola acrescentando que "houveram mais divisas para importar e para os expatriados".

"Não sei como o INE chegou a uma inflação tão baixa. Não se justifica que a moeda esteja a desvalorizar e tenhamos os preços praticamente estáveis. Precisamos de uma segunda opinião", concorda o economista Lopes Paulo.

Como o Expansão noticiou na edição de 26 de Janeiro, o aumento dos preços após a queda do Kz iniciada no dia 9 fez mesmo disparar as queixas à Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC).

A depreciação da moeda nacional teve correspondência imediata nas prateleiras dos supermercados e nas bancas dos mercados, "sem que se justificasse", denunciou o presidente da organização de defesa dos consumidores.

"Vários operadores ou actores comerciais aproveitam-se da situação vivida no País com os cambiais. Uns, como têm informações privilegiadas, fazem stock de produtos, para aproveitarem a melhor fase para colocar em circulação os produtos", acusou o líder associativo.

A subida dos preços afectou em particular a cesta básica, constatou ria altura o Expansão e confirma o levantamento de preços semanal da União Nacional do Trabalhadores (UNTA) em três grandes superfícies (Jumbo, Maxi e Nosso Super) e em quatro mercados (São Paulo, Asa Branca, Congolenses e Roque) de Luanda.

O custo da cesta básica alimentar urbana para um agregado familiar de seis pessoas que abrange 17 produtos desde o arroz ao pão, passando pelo açúcar, sal, frango, massa, óleo de soja, entre outros, passou de pouco mais de 71.750 Kz no dia 9 de Janeiro para 80.800 kz no dia 26 de Janeiro, um aumento de 12,3%.

Os produtos que mais encareceram foram o óleo de soja, que mais do que duplicou de preço (148,3%), a ginguba (59,7%) e a couve (36,6%). Pelo contrário, o feijão, o frango e a massa alimentar baixaram 13,5%, 11,2% e 8,7%, respectivamente.

Se a cesta básica da UNTA ficou 12,3% mais cara em Luanda, a classe alimentação e bebidas não alcoólicas, que pesa 43,1 % no índice de preços no consumidor do INE da província de Luanda, subiu apenas 0,82%.

Embora as percentagens não sejam directamente comparáveis, porque a cesta básica da UNTA não é igual ao cabaz alimentar, o diferencial de aumentos é difícil de explicar.

A subida mensal de 1,4% dos preços em Janeiro na Província de Luanda colocou a inflação anual nos 25,1%, menos 1,1 pontos percentuais do que em Dezembro, e a média nos 30,5%, menos 1,2 pp: a Governo tem como objectivo para este ano uma taxa de inflação anual de 28,7%.

Das 12 classes que compõem o cabaz que serve de base ao cálculo do IPC em Luanda, a da Educação, cujos preços dispararam 15,0%, foi a que mais encareceu. Algo que não constitui propriamente uma grande surpresa, porque aumentou a procura de material didáctico com início do ano lectivo.

Depois da Educação, as classes cujos preços mais aumentaram foram as dos Bens e Serviços Diversos, com 2,6%, e a do Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção (1,6%). Do lado contrário, as Comunicações (0,2%), Transportes e Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis, ambas com 0,5%, foram as classes que menos subiram.

Em termos nacionais, os preços aumentaram 1,5% em Janeiro face a Dezembro.

As províncias que registaram maiores aumentos mensais de preços de Dezembro para Janeiro foram: Lunda-Norte, com 3,5%, Moxico (2,4%), e Zaire (2,2%). Benguela, Cuando Cubango e Huíla foram as províncias que registaram menor inflação mensal, todas com 1,3%.

I.10 Milhares de crianças estão fora das escolas

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Elautério Silipuleni

Um total de 30.599 crianças em idade escolar vão ficar este ano lectivo fora do sistema de ensino na

província do Cunene, devido à insuficiência de salas de aula e de professores.

A directora provincial da Educação, Ciência e Tecnologia no Cunene, Soraya de Jesus Kalongela, disse ao Jornal de Angola que a província tem um défice de 1.500 professores e de salas de aula.

Salientou que para o presente ano lectivo, a província vai contar com 6.336 professores em todos os subsistemas de ensino, para atender um universo de cerca de 243.353 alunos matriculados.

Mesmo em apontar números, a responsável da Educação no Cunene disse que em relação ao ano anterior houve uma diminuição considerável de alunos fora do sistema de ensino. "Na medida em que vão sendo construídas mais escolas e o recrutamento de mais professores, também se vai reforçando o programa de alfabetização e aceleração e colar que vai reduzindo o número de crianças e adolescentes fora do sistema normal de ensino e aprendizagem", acrescentou.

Disse que este ano lectivo, a cifra de crianças fora do sistema de ensino é superior a 30 mil crianças e temo algumas escolas com turmas superlotadas. "O normal era termos 35 alunos dentro da sala de aula, mas há escola em que temos 40 e 45 alunos, isto porque estamos a fazer tudo para diminuir o número de crianças fora do sistema de ensino", disse a directora provincial da Educação, para quem há mais crianças a ingressar no sistema.

A responsável da Educação lembrou que as escolas na província do Cunene estão distribuídas em 792 para o ensino primário, 56 para o I ciclo do ensino secundário, 20 para o II ciclo do ensino secundário. Soraya Kalongela afirmou que do universo de escolas constam quatro novas escolas, sendo três para ensino primário, que perfazem 21 novas salas de aula, e uma do I ciclo do ensino secundário, com 24 salas de aula.

A directora da Educação recordou que o Ministério propõe como desafios para o período 2018-2022 o fomento da educação pré-escolar, do ensino primário, secundário, técnico-profissional, formação de professores e a intensificação de acções de alfabetização.

Disse haver ainda dificuldades "mas não estamos muito mal, todos os subsistemas do ensino na província funcionam. Oferecemos às crianças e

aos jovens escola desde o ensino primário até ao II ciclo do ensino secundário e isso já é bastante positivo".

O Governo provincial, acrescentou, está a construir mais escola. "Vamos dando resposta para diminuirmos o número de crianças fora do sistema de ensino. Fazemos a distribuição gratuita dos manuais fornecidos pelo Ministério da Educação".

Soraya Kalongela disse que o que fiscalizam os serviços da Educação e também aqueles que os acompanham devem fazer tudo para e atingir um nível de organização aceitável.

Para isso, salientou ser preciso agir com rigor a nível de todos os estabelecimentos de ensino. "É isso que vamos fazer, porque afinal de contas a avaliação do desempenho do professor não significa castigo, mas sim animar as pessoas a trabalhar com prontidão. Significa sobretudo que os professores de em trabalhar com mais empenho, com mais eficiência para que de facto os nossos alunos aprendam".

Soraya Kalongela disse que a direcção provincial da Educação, Ciência e Tecnologia no Cunene está preocupada com os níveis de abandono escolar que se verificam na província, principalmente em zonas rurais.

Só no ano passado, acrescentou, 63.087 alunos abandonaram as escolas. "Estamos a trabalhar na sensibilização das comunidades para que casos do género não venham a acontecer nos próximos tempos na província".

I.11 Seminário debate plano de combate à pobreza

Jornal de Angola

20 De Fevereiro de 2018

Texto: Estácio Camassete

A província do Huambo acolheu um seminário com foco para o combate à pobreza. Durante a realização do mesmo abordou-se a medida do Executivo que visa reduzir os índices de pobreza de 36.6 para 25 por cento, que correspondem a aproximadamente 3 milhões de angolanos, dos quais 412.624 este ano.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza foi um dos temas centrais do seminário, que decorreu na cidade do Huambo e promovido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

O seminário, que encerrou ontem, visou apontar medidas tendentes à redução das assimetrias existentes nas diferentes regiões do país e fortalecer a coesão social.

O seminário visou elucidar a campanha de educação e destinada a reforçar as políticas de acção social, incluindo a formação dos mais vulneráveis para que possam adquirir capacidades e competências possíveis da aplicação no mercado de trabalho.

Na abertura do evento, o governador da província, João Baptista Kussumua, chamou atenção para a necessidade de prestação de contas, como forma de manter a transparência da coisa pública.

O Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza é de iniciativa Presidencial e que se propõe a reduzir os actuais índices carência nos seios das comunidades, com prioridade para a reintegração dos mais de 80 mil ex-militares.

O Executivo entende que somente através do desenvolvimento inclusivo e participativo o país atenderá as urgentes necessidades das populações vulneráveis, com destaque para as crianças, famílias carenciadas, pessoas idosas e outros grupos.

Durante dois dias, os participantes debateram temas como o Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, programa de Municipalização da Acção Social e outros.

I.12 Reforçado combate à fome e à pobreza

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2018

A secretária de Estado para a Administração do Território, Laurinda Cardoso, garantiu ontem que o Executivo vai prestar maior atenção às acções do Fundo de Apoio Social, ligadas ao combate à fome e à pobreza.

Laurinda Cardoso, que falava no encerramento da cerimónia de balanço do plano operacional das actividades de 2017 e a apresentação das acções para 2018, lembrou que foram traçados novos métodos de trabalho com as administrações municipais, no âmbito do processo de aprofundamento da desconcentração, visando a implementação da descentralização. Este processo, adiantou, visa a institucionalização das autarquias locais, que deverão ser implementadas gradualmente.

Laurinda Cardoso disse que a implementação das autarquias está ligada à municipalização dos serviços, por isso, defendeu uma discussão ampla sobre as autarquias com todos os actores da sociedade. Para tal, entende que as administrações municipais devem estar dotadas de quadros e técnicos com capacidades, competências e habilidades para o cumprimento destas obrigações.

A secretária de Estado para a Administração do Território destacou o contributo dos parceiros do Executivo, como a União Europeia e Fundo de Apoio Social (FAS), e espera o engajamento dos mesmos na continuação dos seus programas visando a redução dos níveis de vulnerabilidade das comunidades.

Laurinda Cardoso destacou também o trabalho dos agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário, criado pelos Ministérios da Saúde e da Administração do Território e Reforma do Estado na consciencialização das famílias para adoptarem hábitos e práticas que salvaguardem a saúde e o bem-estar.

O embaixador da União Europeia em Angola, Tomas Ulicny, disse que o FAS é um parceiro importante, uma vez que as suas acções concorrem para o bem-estar dos cidadãos. A União Europeia, disse, apoia este projecto desde 2015 com a doação de cerca 30 milhões de euros através do 1011 Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) implementado em 14 províncias e 45 municípios no país.

Tomas Ulicny sublinhou a importância do trabalho sobre o reforço das capacidades das administrações municipais, em particular na descentralização de poderes e da municipalização dos serviços que contribui de forma significativa no combate às assimetrias regionais.

O representante da UE falou do apoio prestado na elaboração do perfil municipal dinâmico de 30 municípios, bem como estudos sobre o sector económico produtivo de 11 municípios. O director do FAS, Santinho Figueira, lembrou que o Executivo renovou a confiança com a instituição e assinou recentemente um acordo com o Banco Mundial no valor de 70 milhões de dólares.

I.13 Instituto de Estatística forma pesquisadores

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2018

A componente de formação do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA), um projecto financiado pelo Banco Mundial em dez milhões de dólares (mais de dois mil milhões de kwanzas), decorre desde 25 de Janeiro, envolvendo pesquisadores.

O Jornal de Angola apurou ontem que os agentes de campo são 230 jovens das 18 províncias que recebem formação do Instituto Nacional de Estatística (INE) para, a 5 de Março, iniciarem o inquérito sobre uma amostra de 12.500 agregados seleccionados em vários municípios do país. O inquérito, que se prolonga por um ano, cobre áreas rurais e urbanas e visa a recolha de informação relacionada com o consumo das famílias, poder de compra, condição de emprego, aspectos sobre a saúde e características sócio demográficas.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o coordenador técnico para o IDREA, Paulo Fonseca: disse que o estudo vai fornecer informação estatística robusta e fiável" recolhida por agentes de campo para permitir aos decisores traçar programas e políticas que solucionem os problemas que afligem a população.

O inquérito vai também calcular indicadores sobre o perfil da pobreza em Angola, actualizar dados do emprego, estimar o consumo das famílias para as Contas Nacionais e a revisão da base inquérito de ponderação do índice de Preços ao Consumidor.

Paulo Fonseca acrescentou que após a recolha dos indicadores o I E prevê, nos primeiros seis meses, apresentar um relatório preliminar e, daí, analisar

qual a tendência dos indicadores. Fevereiro de 2019 é a data indicada para o lançamento do inquérito final sobre despesas, receitas e emprego em Angola.

O inquérito vai envolver 19 equipas de quatro inquiridores, um dos quais é supervisor. Três a quatro visitas por dia a diferentes agregados familiares serão realizadas, em 12 meses, nos municípios e comunas que vão servir de amostra para o inquérito.

O IDREA decorre com uma periodicidade de cinco anos, sendo que o primeiro foi realizado em 2001 e cobriu apenas sete províncias. O segundo, realizado em 2008/2009, teve uma abrangência nacional.

Estamos em condições de realizar este terceiro inquérito para actualizar os indicadores do Cálculo da pobreza, fundamentalmente", disse Paulo Fonseca.

Para obter a maior colaboração possível da população para a execução do IDREA, o INE pretende, uma semana antes do início dos trabalhos, realizar encontros informativos com a população sobre os objectivos do Inquérito.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Banco Sol convida empresários a recorrerem ao crédito de investimento

Jornal O PAÍS

17 De Fevereiro de 2018

O anúncio foi feito, ontem, em Benguela, pelo administrador executivo do Banco Sol, António Graça, no acto inaugural de um novo balcão no município da Ganda.

O gestor bancário revelou também que a agência bancária vai disponibilizar, entre outros serviços, o crédito à habitação, consumo, automóvel, depósitos à ordem e a prazo e multicaixas.

Convidou as empresas públicas e privadas, cooperativas, associações e particulares locais, a recorrerem ao balcão inaugurado para acederem ao crédito de investimento que necessitarem.

Inaugurada pelo administrador municipal da Ganda, Francisco Rodrigues Prata, a agência, primeira do género na localidade, foi erguida em dois anos numa área de 800 metros quadrados e criou 6 postos de trabalho.

Por seu turno, o administrador da Ganda, Francisco Rodrigues Prata, sublinhou que a instalação da agência na região vai impulsionar o comércio local.

Em 2016, os activos do Banco Sol cresceram 17% para Kz 384 mil milhões, que se comparam ao crescimento de 28,9 por cento ou Kz 327,6 mil milhões registado em 2015. Em 2017, o banco anunciou igualmente um crescimento positivo.

O banco é o nono em crédito concedido, tem uma quota de mercado de 2,8 por cento, um mal parado de 5,2 e 620 mil clientes.

O banco tem agências instaladas em Benguela, Lobito, Cubal e agora na Ganda. No quadro da política de expansão, crescimento e afirmação da instituição no mercado prevê nos próximos tempos abrir novos balcões nos municípios da Baía Farta e Caimbambo.

Com uma população estimada em mais de 235 mil habitantes, o município da Ganda possui um vasto potencial económico que assenta na produção agrícola, com destaque para o café arábica, cereais, hortofrutícolas e a exploração de madeira.

2.2 O angolano e o – não – hábito de poupança

Jornal O PAÍS

01 De Fevereiro de 2018

Texto: Lauriano Tchoia

Falar de poupanças no contexto Angolano remete-nos a avaliar às quantas andamos nesta matéria.

Estaríamos de todas as formas a tentar valorizar a participação do cidadão no desempenho da Economia. Estaríamos de igual modo a estimar como as famílias se organizam para responder a arte de guardar hoje o que pretendem beneficiar amanhã e responder ao sábio ditado; 'é no poupar que está o ganho'.

Diante de um pressuposto simples de abordagem das ciências económicas, não podia deixar de aferir o inverso da nossa acção enquanto poupadores, se olharmos para os países que perfilam em primeiro plano nas reservas, com a participação activa do seu cidadão no celeiro financeiro, dando a ver os exemplos dos principais cinco países cuja quota percentual das poupanças intervém no seu PIE: 1. Qatar 59%, 2. Kuwait 55%, 3. China 51%, 4. Arábia Saudita 48%, 5. Guiné Equatorial 46%.

O que ocorre na verdade nos contextos acima mencionados é a participação activa das populações no espólio financeiro, procurando ajudar na mitigação dos diversos riscos e tornar a sociedade mais estável e robusta do ponto de vista de activos financeiros e reservas. Contudo, voltando para o nosso circuito questionamos: onde andamos nós os Angolanos?

Acredito que ainda estamos sitiados do lado inverso da roda, se verificarmos os diversos relatórios da nossa banca quanto à distribuição de recursos por segmento e buscarmos dois exemplos típicos: Salta-nos à vista como primeiro cenário os atropelos que damos próximo dos ATMs, os famosos multicaixas desta era digital, no período temporal entre finais e princípios dos meses, assistindo à disputa de quem vence no sprint de

espremer todo o salário num único click e, se possível espreitar no orifício da máquina mágica, a ver se por algum bruxedo ou distração do seu software ainda sobeja algum tostão encravado para retirar como bónus desmerecido.

Outro espetáculo à luz natural (e passível de gala) rija é observar como nos atiramos, quais acrobatas em aranha céus de Hong Kong, quando se anuncia uma campanha qualquer de crédito. Corremos como endemoniados para o endividamento, sem no mínimo medirmos as consequências que advêm da nossa pouca perícia em gerir passivos.

Os cenários acima sugeridos, a serem aceites pela maioria de nós, levam-nos a anuir que estamos feitos autênticos instrumentos de consumo, sem receio do amanhã porque o que conta para nós é apenas o hoje, o agora, o resto não passa mesmo do resto.

Claramente podemos concluir que o Angolano poupa pouco, também não se sente incentivado a fazê-lo e se o faz, na maior parte das vezes fá-lo mal, muito mal.

Infelizmente é este o angolano que salta à vista e é este que deve ser ajudado a mudar?

O exercício primário passa por fazer que as poupanças façam parte da cultura do individuo e das famílias como núcleo social. Pelo sim ou pelo não, felizmente, na primeira oportunidade esta (família) aconselha-nos a poupar, mas quase nunca elucida como fazê-lo de maneira certa, mostrando caminhos, apresentando soluções.

Temos de reconhecer que também acontecem iniciativas colectivas de grupos consanguíneos, mas quase todas morrem durante o parto ou com o andar do tempo, por pecarem nos objectivos e na gestão.

No entanto e de forma contrária ao propósito, é a mesma família que se junta bastante para apelar a despesas e dívidas com actos pontuais como organização de casamentos, aniversários, funerais festivos e almoços com esbanjamentos infundáveis.

O quadro pode não parecer assim tão grave, porque reconhecemos o uso dos métodos tradicionais de poupanças. Aliás, o mais usado, que se resume em investir em bens como gado, terreno, casa etc., cujo método ajuda num

determinado contexto, mas com diversas limitações de crescimento.

Na lógica em assumir que "o país que não poupa não cresce", precisamos rever com urgência a nossa inteligência financeira, aprimorar a nossa maneira de contribuir para o funcionamento do sector económico e isso passa por poupar, para que este recurso se transforme no sangue que bombeia os órgãos vitais e possa levar oxigénio ao cérebro da nossa economia.

Apela-se o surgimento de intervenientes devidamente orientados, para timonar a temática junto de núcleos de especializações financeiras, áreas de formações e do saber, escolas, igrejas, grupos de interesses etc, com vista a treinar o cidadão com o ABC da poupança, faze-lo perceber a riqueza por detrás disto, fazendo que se deixe de pensar que o exercício da riqueza depende da sorte grande que nos faça cair em mãos valores apetecidos para a realização do sonho milionário.

Precisa-se desenvolver esquemas de poupanças individuais e colectivas, necessitamos de orientar o cidadão, as comunidades e os empreendedores a errarem de maneira mais reduzida, porque a continuar assim, estaremos condenados a irmanar a cigarra que cantarolava de galho a galho durante o verão e sentir depois o terrível e implacável abono da fome, enquanto a formiga trabalhadeira sorria de fartura durante toda a estação do inverno.

Voltamos a sugerir que "é no poupar que está o ganho".

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Administração factura 3 milhões no “Mercado do 30”

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: André Sibi

Contas feitas na redacção indicam que a praça do Km 30 em Viana, gera mais de três milhões de Kwanzas/dia. Durante a ronda realizada pelo JE, constactou-se, que para aceder a um espaço e colocar uma bancada, os clientes pagam o equivalente a 100 Kwanzas o metro quadrado. Marta Silipuleni, disse que o valor a pagar varia de acordo a área total ocupada pelo vendedor.

Segundo explicou, além do valor do espaço adiciona-se 50 Kwanzas para a limpeza e 150 para segurança. "A maioria vende em espaço de dois metros" disse.

Facturação

O JE, apurou, junto a uma fonte da administração que o mercado conta, com aproximadamente sete mil e quinhentos vendedores, sem incluir os armazéns, barracas, oficinas, casas de jogo, zungueiros, matadouros e outros. E se cada vendedor paga 200 Kwanzas dia, podemos acreditar que o mercado factura até 1.200.000 Kwanzas dia só nas bancadas. A este valor adiciona-se a taxa de lixo que ronda os 300.000, mais 900.000 Kwanzas resultantes da taxa de segurança, teremos uma renda que se aproxima a 2.400 mil Kwanzas.

O local constitui uma verdadeira fonte de receitas para o Estado assim como as famílias que diariamente comercializam produtos e serviços.

Fiscais

Na praça do Km 30 as cobranças começam as 10 e se estendem até 15 horas, disse Marta da Almeida que comercializa batata rena há 10 anos naquele espaço. Com um bloco de facturas de cor branca onde está estampado o carimbo da administração do mercado, homens e mulheres devidamente identificados, cobram o imposto pela utilização do

espaço para comercialização de produtos e serviços na praça do Km 30.

Interpelada pela equipa do JE, o cobrador de imposto que não aceitou ser identificado mostrou-se assustado. "Não posso prestar qualquer informação sem autorização superior", diz ao repórter enquanto procura se livrar do olhar deste.

Se ainda não vendeu o suficiente para pagar a ficha o fiscal regressa três quatro horas depois, disse Cesaltina Bernardo, que se ocupa da carne seca. Segundo contou, os fiscais do mercado são distribuídos por zonas. Desde produtos de campo, frescos, eletrodomésticos, tendas. Aos comerciantes a renda é mensal. Já os quitandeiros, a renda é diário.

Outros

A semelhança de bagageiros que seguem cada viatura que entra para o mercado, o cobrador de impostos de estacionamento também vai atrás de cada viatura que chega no mercado para taxar. Para quem usa uma viatura própria para chegar até ao mercado do Km 30, não precisa pagar o estacionamento. Já os taxistas e motoqueiros pagam uma participação de 100 Kwanzas para deixar os clientes na paragem das botijas, um itinerário conhecido por todos, pois bem ao lado está o mais velho Adão Luís, mais conhecido por "Jovem Adão", que se ocupa da produção de fogões, fornos e fogareiros de pequeno e grande porte "made in Angola" para impulsionar o empreendedorismo.

Produtos

Os luandinos acorrem para o local sobretudo, para adquirir produtos do campo e carne abatida na hora. Os preços são atractivos. O balde da batata rena por exemplo custa 1.250 Kwanzas. Da cebola ronda os 1.200, já o tomate vai até 1.500. O balde de bombó custa 800 Kwanzas e 300 para moer incluindo a mão-de-obra do trabalhador.

Carne abatida

Quanto a carne abatida o JE sabe que o Km 30 dispõe de dois "matadouros". O primeiro é especializado em cabritos, porcos e ovelhas, assim como galinhas, patos. Já o segundo localizado na parte Sul do mercado se ocupa do abate de bois.

No primeiro situado a escassos metros da paragem das botijas, os preços variam de acordo a robustez do animal. Galvino Catife gerente do estabelecimento, disse que o preço do cabrito e porco por exemplo, variam entre os 10 e 25 mil Kwanzas. Já o carneiro parte de 15 até 30 mil Kwanzas. A galinha doméstica e do mato, assim como o pato rondam entre 1.500 e 7.000 Kwanzas.

O gerente explicou, que para abater o animal a mão-de-obra ronda os 2.500 Kwanzas. Ao cliente cabe decidir de que forma quer levar a carne e a respectiva jinguinga.

O produto provém sobretudo do interior da Huíla e Cunene. O estabelecimento criou 24 postos de trabalho directos e mais de 30 indirectos. As vendas reduziram muito nos últimos dias, disse.

3.2 Bandas cambiais

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Andrade A. Ambrósio

Devemos olhar para as divisas, como se de um refrigerante tratasse. O seu preço é influenciado pelo custo de importação ou produção e pela demanda agregada. Assim sendo, quando estes pressupostos estão em cima, o efeito é incomensuravelmente progressivo. Logo, o bolso do consumidor é que paga. Ou seja, na situação de a cifra da oferta não satisfazer as necessidades da procura agregada em alta, pois o preço do produto ganha razão de disparar. E, isso dificilmente ou quase nunca, se resolve com as medidas administrativas, preços controlados, inspecções e medidas punitivas, enfim. É o fenómeno normal do mercado, onde a solução, não reside nos gabinetes.

Proseguindo, muitas vozes entendidas sobre a matéria, alegam que "sim", essa é a altura certa da aplicação deste regime cambial; outras, tal como eu, não obstante demonstrarem alguma simpatia em relação ao regime de "bandas cambiais", defendem que este estágio não se mostra ideal para a sua aplicação, a julgar pela exiguidade de divisas de que o país dispõe. Já os mais cépticos vão mais longe, não querem saber de "bandas" coisa nenhuma. Segundo dizem, agora é como dantes, não estamos talhados a este regime de câmbios.

Os leilões representam riscos acrescidos sob pena de conhecermos mais dificuldades em mitigar as insuficiências macroeconómicas, descritas nas entrelinhas da presente peça. Precisamos de entender que, para nós, as políticas macroeconómicas mais importantes das outras e que devemos defendê-las com unhas e dentes, custe o que custar, são aqueles que visam, além de enxugar o custo de produção nacional, garantam maior qualidade às despesas públicas - necessitando em certa medida, de algumas medidas austeritativas - façam diminuir o nosso défice orçamental, e que dê oxigénio às reservas internacionais líquidas.

Porquanto, realizar leilões em épocas de défice orçamental recorrentes dívidas públicas de roer as unhas e de poucas divisas disponíveis e comercializáveis, e como se não bastasse, diante de um OGE 2018 que prevê uma doze avultadas de verbas para pagar parte dos nossos quilápis, é uma odisseia. Olhemos só para as consequências mais prováveis: nos leilões, os bancos comerciais liquidamente mais fortes poderão ditar os preços cambiais, engolindo os outros e arrebatando, quase sempre, todo bolo ou pelo menos, a maior parte deste, servido à mesa. Por isso, alguns mais fracos terão mesmo de aguardar e ou depender das negociações no mercado formal secundário - interbancário, desiderato que, a meu ver, constitui uma espécie de discriminação financeira. O tecto máximo da banda cambial pode ser alcançado e até mesmo, ultrapassado, daí, para equilibrar a coisa, o Banco Nacional de Angola precisará de comprar Kwanzas, dando em troca, divisas. E, se não dispor de divisas suficientes para tal, sendo certo que, o petróleo, que nos dá divisas, vê o seu preço ainda na incerteza?

Como o sistema financeiro e policial não conseguem mitigar ou pelo menos encurtar o mercado informal de câmbios, e face a procura agregada em ritmo sempre, além das capacidades, os preços dos cambiais, nos mercados, quer formal, quer paralelo, vão continuar a conhecer diferenças enormes, até porque na rua, o mercado é atractivo, rende mais!

A mudança de regime cambial de fixo, para a de "bandas cambiais", embora não justifique ainda a subida de preços dos produtos, sobretudo de primeira necessidade, vindo lá de fora, (digo ainda, porque estes produtos foram adquiridos e armazenados ao preço do passado, os leilões, nem

sequer vigoravam, e por isso mesmo, trata-se por enquanto de especulação. Depois, quiçá sim, terá justificação economicamente aceite) que já se verifica, quer no sector forma I, quer no paralelo, infelizmente trouxe aos operadores comerciais a acção preventiva e de má-fé, a insegurança e a gula desmedida de amealhar lucros maiores, e com esta liquidez, poderem responder às prováveis - futuras - subida das importações dos produtos que comercializam.

3.3 Feirantes da praça do Artesanato negam pagamento das bancadas

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Xavier Ant6nio

Alguns vendedores do centro de artes e mercado do Artesanato, na comuna do Benfica, em Luanda recusam-se a pagar a taxa de ocupaç3o dos espaços por alegada falta de clientes aliada as péssimas condiç3es que o local disp3e, segundo informou o administrador do espaço, Emílio Marcolino.

Em entrevista ao JE o gestor garantiu que os faltosos devem efectuar os seus pagamentos num prazo de oito dias, caso não o fizerem lhes será retirada a titularidade do espaço. "São pagamentos desde o mês de Setembro a Dezembro do ano passado", revelou.

O espaço recebeu os agentes económicos oriundos da praça do Benfica e albergou ainda metade das pessoas vindas do vulgo "mercado do Choco". O espaço está dividido por áreas como escultura de madeira, cestaria, trajes africanos, fatos de banho, gastronomia e dos quadros.

Realçou que no total são 329 vendedores e pagam semanalmente 350 Kwanzas com excepção das áreas da cesta ria e fatos de banho que desembolsam 300 Kz/por semana. "Mas nem todos estão presentes, sobretudo a parte gastronómica porque tão logo receberam os lugares abandonaram por falta de clientes", acrescentou.

Contradição

Emílio Marcolino desmentiu o mito segundo o qual não há clientes, explicando que "pode é não haver uma grande afluência de clientes como no

antigo espaço, mas compradores há". Sublinhou que feitas as contas o valor nem é oneroso e que por mês o montante fixado é de 1.400 Kwanzas.

Exemplificou que com apenas uma peça de arte vendida dá para cobrir essa despesa junto da administração do mercado, acrescentando que um porta-chaves custa 2 mil Kwanzas. "Aonde está a dificuldade de cumprirmos com esta obrigação fiscal "7, questiona.

Fez saber que com estes constrangimentos no que toca a arrecadação de receitas não tem sido possível cobrir despesas do mercado e dos colaboradores que vai desde a limpeza com materiais gastáveis e salários do pessoal, por isso, é importante que as pessoas façam os pagamentos.

Reclamações

O escultor, Peter Mapeloka, um dos mais antigos do mercado contou à nossa reportagem que as vendas estão péssimas e o espaço não oferece as condiç3es de um verdadeiro centro e mercado de arte.

"A oficina de artesanato está mal feita, as casas de banho só começaram a funcionar a pouco tempo e quando chove a penetração de água danifica toda mercadoria", atira.

Peter Mapoleka justifica a ausência de clientes por causa da distância em que foi construído o espaço, sendo o antigo melhor e rendia mais e dava para manter os pagamentos e sustentar a família.

Já o jovem Nelson Francisco não concorda com a atitude dos seus colegas. Avança que há clientes todos os dias "e posso facturar entre 20 a 30 mil Kwanzas em função da peça".

O artesão afirmou que a obrigação de pagar pelo espaço é de todos, mas infelizmente alguns preferem não o fazer por motivos de vária ordem.

3.4 Formalizar o informal

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

O sector informal constitui nos dias que correm uma das principais fontes de sustento de muitas famílias. As estatísticas apontam que este sector alberga quase 40 por cento da população do país, e ganha consistência em função da alta taxa de

desemprego no mercado de trabalho causada pelas crises económicas e financeiras, tecido empresarial incipiente e das características da própria economia.

Por outro lado, a instabilidade económica que o país viveu nas últimas décadas provocou o êxodo muito grande da população rural para as cidades. Este aumento da população não foi acompanhado, certamente, por igual ritmo de crescimento de empregos, dando origem a uma superpovoação nas cidades.

O fenómeno informal, apesar de ser uma prática que os Governos nacionais, principalmente os da Africa Subsahariana, têm procurado reduzir em virtude das consequências negativas que acarreta (amontoados de lixo nos locais de venda, objectos espalhadas nas vias públicas, más condições higiénicas dos produtos comercializados), contribuindo para o rendimento de muitas famílias, razão pela qual as administrações nacionais têm procurado formas de inseri-lo no sistema tributário, até porque ela funciona como um "amortecedor" do sistema económico ajudando os Governos na superação do problema do desemprego.

Julgamos nós que a batalha contra o sector informal só se poderá vencer quando 0.6 mercados forem suficientemente capazes de absorver a força de trabalho em desperdício, ou seja, quando os recursos humanos forem na sua maioria aproveitadas, isto é, com o surgimento de mais unidades empresariais, formação de quadros qualificados e de um controlo eficiente das taxas migratórias.

Por outro lado, deve-se dar maior atenção à actividade agrícola para que o sector industrial seja eficiente, pois é da agricultura que provém a matéria-prima de que a indústria precisa para o seu funcionamento e consequentemente absorve a maior força de trabalho.

Em Angola, as autoridades económicas têm procurado formas de converter o sector informal para o formal, com o controlo dos mercados paralelos alojando os vendedores das ruas para os locais próprios de venda e com melhores condições sociais.

O Ministério das Finanças, mais concretamente da Administração Geral Tributária (AGT) empenha-

se, nos últimos tempos, em campanhas de sensibilização nos mercados, lojas e outros estabelecimentos comerciais no sentido de legalizarem as actividades do sector informal.

O objectivo é alargar a base tributária para maior arrecadação de receitas fiscais aos cofres do Estado. Aliás, com a descida do preço do barril do petróleo no mercado mundial, muitos Governos nacionais procuram formas de ajustar os seus orçamentos de modo a que as receitas provenientes do sector não petrolífero sejam de facto valorizadas.

3.5 Pedonais transformadas em posto de vendas e ginásio

Jornal A República

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Yuri Barros

A cidade de Luanda tem vindo a ser assolada por mais um problema que preocupa os cidadãos e não só, falamos concretamente do uso indevido que se está a dar às passagens aéreas que foram montadas para a circulação de peões, que hoje servem de mercado informal para alguns vendedores que utilizam as mesmas como locais de expansão dos seus negócios.

Em entrevista a um canal televisivo e ao jornal A República, alguns dos vendedores que funcionam nas pedonais dizem que as mesmas são o melhor local para a comercialização dos seus produtos, porque lá o negócio tem mais saída que nos mercados formais.

Questionados sobre a situação, os utentes "normais" das pedonais disseram que têm passado por algum constrangimento, porque os vendedores condicionam a circulação nas passagens aéreas, outro problema levantado pelos nossos entrevistados tem a ver com os focos de lixo criados pelos mesmos vendedores.

Por seu turno, dona Josefa, vendedora numa das pedonais do Rocha Pinto desde a inauguração da mesma, disse que é daquele local que sai o dinheiro de que precisa para o sustento dos seus filhos, dona Josefa diz ganhar mais do que ganhava quando vendia no mercado do Panguila.

Se durante o dia as pedonais são "invadidas" por vendedores, ao cair da tarde são sobrelotadas por jovens que veem nas passagens aéreas o local ideal para a prática de exercícios físicos, colocando, desse modo, em risco a durabilidade destas e criando igualmente transtornos para quem só quer passar de um lado para o outro em segurança.

Dentre as pedonais mais utilizadas destacam-se as do Rocha Pinto (21 de Janeiro), Deolinda Rodrigues (Congolenses), Viana (Vila-sede), etc.

3.6 SIC detém suspeitos de crime de falsificação de datas em produtos vencidos

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Dulcineia Lufua

Um trabalho levado a cabo pelos agentes do Serviço de Investigação Criminal de Luanda (SIC) resultou na detenção de dois cidadãos, um angolano e outro indiano, pertencentes à empresa de importação e exportação de produtos alimentícios Ango Zara, suspeitos de adulteração de géneros destinados ao consumo público.

Os funcionários colocavam os produtos já fora de validade em sacos novos com o logótipo Sana e alteravam as datas com um carimbo falsificado.

Foram apreendidos num armazém 2.500 sacos de 50 kg de feijão com a data de fabricação vencida, 1134 pacotes de temperos da marca Sana, 12 sacos de açúcar refinado, 36 frascos de arroz da marca Knorr, todos fora de validade, 4000 sacos vazios com o logótipo Sana destinados a embalar o feijão, carimbos falsificados, tinta indelével, peneiras e banheiras.

O Novo Jornal esteve no armazém pertencente à Ango Zara, localizado na estrada de Catete no Km 27, tendo visto os sacos de feijão castanho da marca "pinto" já adulterado colocados em outros sacos com o prazo de validade estendido de Janeiro de 2018 para Setembro de 2019. Foram encontrados ainda frascos de canela fora da validade de Março de 2015 adulterados para Agosto de 2019.

O funcionário de origem indiana detido pelo SIC de nome Shabir Allan afirma desconhecer a

existência dos produtos adulterados no armazém, justificando que não trabalha em Luanda mas que presta serviços à empresa como supervisor na província do Kwanza-Sul.

"Trabalho na província e estou em Luanda porque o meu visto de trabalho expirou e vim aqui para renovar", explicou o cidadão de 49 anos, residente no país há cinco.

Esclareceu também que já foi supervisor da Ango Zara em Menongue e no Soyo e que agora recebe produtos contentorizados e revende-os na província do Kwanza-Sul.

Contactado, o director administrativo da Ango Zara, Jerónimo Dias, salientou que não sabe da existência de produtos adulterados no armazém, e que também foi apanhado de surpresa.

"Não trabalho directamente com o armazém porque eu trato simplesmente da área da documentação e os nossos escritórios estão no centro da cidade", argumentou.

O director administrativo sublinhou que os funcionários têm a orientação de que, quando um produto está para expirar, devem separá-lo no armazém no prazo de 5 a 15 dias. "Se o indiano confirmou que aqui temos adulterado alguns produtos, então terá de responder quem foi que o orientou para tal e essa pessoa será sancionada", garantiu, lembrando que não pode compactuar com coisas do género porque "é um crime e estaríamos a colocar em risco a vida das famílias", finalizou.

3.7 Solução informal à renda familiar

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Pedro Peterson

A economia informal é seguramente um dos grandes problemas e desafios de muitos estados. É um fenómeno cada vez mais frequente no mundo, principalmente nos países da África Subsahariana.

Nas economias africanas o sector informal deriva em grande parte da má afectação dos recursos económicos e financeiros, tanto nacionais como provenientes do estrangeiro (comércio, investimentos ou ajuda), o que, tem como resultado, uma deficiente implementação das

estratégias para o desenvolvimento e uma dificuldade acrescida da pretendida "modernização" do continente africano.

Assim, perante a inoperância do aparelho do Estado, sector informal surge como substituto do sector formal e não como um complemento.

Na fase de surgimento, o sector informal era tido como residual, mas com o agudizar da crise económica e o conseqüente enfraquecimento do aparelho do Estado, os estudiosos e as instituições internacionais começaram a dar-lhe maior importância, o que levou o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional a integrarem mais recentemente este sector na sua estratégia de desenvolvimento.

Dada a sua importância, este sector foi reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, ocorrida em Genebra em 1993, em que se definiu o sector informal para fins estatísticos como uma área que absorve o desemprego.

Entre a década 60 e a primeira metade da década de 70, os modelos económicos de desenvolvimento eram baseados no Estado. Por isso, procurava-se esvaziar o sector informal através da formalização do informal.

Porém, os programas de ajustamento estrutural, podiam contribuir para a redução do peso do sector na economia, mas devido ao seu carácter neoliberal, imposto pelo FMI, os programas fracassaram e acabaram por surtir efeitos contrários.

Aliás, a expansão demográfica urbana não foi devidamente controlada, que permitiu a habitação informal, que teve efeito directo na oferta e procura dos bens alimentares.

Realidade angolana

Em Angola, o sector informal teve início na década de 80 com o surgimento dos primeiros grandes mercados informais, como Cala-boca, Tunga-Ngó, Roque Santeiro e Ajuda Marido, impulsionado pelo eclodir da guerra fria.

Grande parte dos produtos vendidos nesses mercados era proveniente dos países do bloco comunista que sustentava a economia angolana.

Com a ruptura do sistema socialista para a economia do mercado, o Governo tem procurado forma de reduzir o peso no sector informal da economia. Apesar desse esforço, ainda é visível a presença desse sector no mercado, pois grande parte da população ainda tem nesse sector a sua principal fonte de rendimento.

Por essa razão, vários mercados surgem quase que diariamente, em alguns bairros de Luanda, alguns controlados, outros passando despercebidos às estatísticas das administrações distritais ou comunais.

Segundo apurou o JE, até 2013, o Governo de Luanda colocou à disposição dos vendedores 56 mercados, construídos de raiz, com o objectivo de reduzir a venda desordenada e contribuir para as receitas do Estado, conservando também a cidade de Luanda mais limpa.

Distribuídos por sete municípios, alguns são especializados, como são os casos dos quatro destinados à venda de peixe (ASA Branca) e um do artesanato.

Cazenga, Viana, Cacucaco e Kilamba Kiaxi lideram nas estatísticas do número de mercados em Luanda.

Mas apesar de alguns funcionarem sob controlo das administrações locais, outros mesmo à margem da lei, dão alguma contribuição aos cofres das administrações.

Na ronda efectuada pela reportagem do JE, alguns vendedores disseram que pagam uma ficha diária de 100 Kwanzas e de 200 Kwanzas a segunda-feira, por se tratar de um dia para limpeza, além de outras taxas.

"Só vendermos até domingo, segunda-feira é para descanso mas se quiseres vender na segunda tens que pagar 200".

Condições

Nos mercados do Asa Branca e do KM 30, por exemplo, construíram-se alpendres em alguns locais, "essas sombras não pensam que foi a administração que custeou, fomos nós que contribuimos, eles nos exigiram que fizéssemos isso", desabafaram alguns comerciantes.

Neste município, a administração local já começou com o processo de ordenamento dos mercados informais, com a transferência dos vendedores dos para os sítios mais como dos com vista a facilitar o controlo dos mesmos.

Em declarações recentemente à imprensa, o administrador do município Victor Nataniel Narciso, disse que a transferência de todos os vendedores enquadra-se no programa de acção do governo de Luanda visando o combate a venda desordenada na capital.

3.8 Venda ambulante no Cuito rende mais de 18 milhões

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Delfina Victorino

Vinte e três mercados informais e dois formais estão controlados pela administração municipal do Cuito, Bié, segundo a administradora municipal adjunta para Área Social e Económica, Ângela Ucueianga.

A gestora salientou que os mercados informais estão a surgir na província com a criação de pequenos focos de comerciantes a procura de clientela.

Os mercados municipais do Cuito e do Chissindo, são os únicos criados e construídos pelo governo local com objectivo de melhorar as condições de venda dos produtos, disse.

Segundo a administradora, os 23 mercados renderam em 2017, cerca de 18 milhões 623 mil 773 Kwanzas, no município do Cuito, proveniente de vários serviços, explicou a administradora-municipal adjunta.

Ângela Ucueianga, reconheceu ser um valor ínfimo tendo em conta o volume da actividade económica e a expansão diária do município.

Dez fiscais fazem o controlo de 750 vendedores no maior mercado paralelo do Chissindo, localizado na periferia do município.

Ângela Ucueianga, assegurou ainda ser impossível precisar os dados mensais arrecadados por cada

mercado tendo em conta a desistência de muitos vendedores neste locais.

A responsável acrescentou, que a comparticipação dos vendedores dos mercados paralelos, os atestados de residência e a legalização de terrenos, são serviços que ajudam a administração na arrecadação de receitas.

Em relação à fuga ao fisco, Ângela Ucueianga, salientou que está a ser feito um trabalho de sensibilização para desencorajar a prática com objectivo de organizar os vendedores em locais apropriados.

Os vendedores que exercem a actividade económica em qualquer local da artéria urbana ou periférica do

município, não participam na contribuição de valores para a limpeza, lembrou.

"Diariamente os vendedores dos mercados do Chissindo e municipal pagam uma taxa que serve para a limpeza e a segurança dos seus produtos", informou.

A administradora municipal adjunta, acentuou que a recolha dos aglomerados focos de lixo, são realizadas e pagas à empresa que efectua a limpeza com a contribuição das taxas de comparticipação.

Vendedores querem mais higiene

O "JE" fez uma ronda no maior mercado paralelo do Chissindo, arredores da periferia da cidade do Cuito e constatou a degradação da via que dá acesso ao seu interior e a existência de amontoados de lixo.

Mariano Kizengo de 36 anos de idade, vendedor de bijuterias e aplicações de cabelos brasileiros, disse que "tenho duas bancadas e a cada vendedor é dado apenas um metro para a venda dos seus produtos. Pago diariamente 200 Kwanzas cobrados pelos fiscais", disse.

Antónia Lussaty, de 28 anos de idade vendedora de legumes lembrou que mensalmente pagam mil Kwanzas para a segurança do mercado além dos cem pagos diariamente aos fiscais.

De acordo com a vendedeira, o pagamento de 1000 Kwanzas para os seguranças foi feito de mútuo acordo entre os vendedores e a administração do mercado.

"Nós pagamos a segurança do mercado porque concordamos com a proposta dada pela administração na protecção dos nossos produtos e temos visto a melhoria dos serviços", assegurou.

Para I a o q u i m Alberto, vendedor de calçados e roupas, a segurança aumentou e o número de roubos reduziu de forma satisfatória.

"Por isso, aceitamos pagar mil Kwanzas de diferença para manter os nossos produtos em ordem", declarou.

3.9 Vendedores do mercado Kifica reclamam exagero das taxas

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: António Eugénio

São oito horas da manhã de quarta-feira (24). Estamos imersos no dia-dia do mercado "Kifica", no município de Belas, em Luanda. Nem a "chuva miúda" travou a nossa marcha. À nossa volta verifica-se a descarga, compra e venda de produtos diversos. Há muita gente envolvida no negócio de bens alimentares, material de construção e roupa.

Frutas e eletrodomésticos fazem parte do "forte" do mercado Kifica, que bem gerido representa uma verdadeira "mina de diamante". De todos os lados, as transacções são visíveis.

O passeio do mercado foi cedido à pessoas interessadas para explorar. Rentabilizar é o objectivo. Cerca de 35 bancadas e quiosques estão perfilados cada um vendendo o que lhe convém.

O custo para a ocupação do espaço, pago à administração anterior, foi de 50 mil Kwanzas, por cada 4 metros do espaço. E pagam em média diária uma quota de 250 Kwanzas que inclui os

custos com a limpeza e asseguramento do espaço. O acesso a energia eléctrica no interior é de 500 Kwanzas.

Contas feitas, com as unidades de comércio, os gestores do mercado arrecadaram na época da venda dos espaços um milhão 750 Kwanzas ao que se soma a taxa diária de 250 Kwanzas. Este exercício serve apenas para exemplificar o processo. Com uma contabilidade mais apurada e abrangendo todas áreas, a receita é de longe superior!

Há ainda no exterior uma feira avícola que recebe ao todo 50 vendedoras. Pagam por dia a mesma taxa de 250 Kwanzas. Excluindo as multas que lhes são aplicadas no registo de uma infracção.

Contentores transformados em armazéns completam o cenário exterior. A taxa a pagar diariamente é de 800 Kwanzas. Percorremos o mercado de lês-a-lês, constatamos que afinal, o Kifica nunca teve "travessia de deserto". Há sim dinheiro suficiente para facturar. A máxima de que os mercados rendem "é facto real, só não alcançado por força da má gestão", afirma o nosso guia.

Interior

Depois de longas horas no exterior, a entrada no "EI dourado" é inevitável. A organização chama-nos a atenção: No corredor da principal entrada, o vestuário está de um lado e do outro roupa de cama, colchões, material escolar e outros bens. Há regras do negócio a cumprir, literalmente.

"Não há monopólio na venda". Por exemplo, Yolanda Zangi vende roupa de cama, mosquiteiros e Raúl Isaac está virado para o negócio do material escolar. Nenhuma outra pessoa pode interferir na sua actividade.

Yolanda e Raúl pagam por semana 1.200 Kwanzas e na condição deles estão outras cerca de 60 pessoas contabilizadas, equivalente a igual número de bancadas. Só com estas, semanalmente, a administração factura 72 mil Kwanzas. Contas para se ter uma noção do rendimento. É obra!

"Nós aqui vendendo ou não temos a obrigação de pagar este valor. Foi o que nos propusemos. Só que quando começamos pagávamos 500 Kwanzas", desabafou Raúl Isaac.

A gestão passada do mercado é comparado a um "furacão financeiro", facturava e não melhorou nada. A nova gestão já começa a ter louvores. Dá exemplo das casas de banho que além, de melhoradas viram o preço do uso baixar 50 por cento em relação aos 50 Kwanzas cobrados anteriormente.

Berta Cavoio, vende roupa usada (fardo) e mesmo sem facturar paga semanalmente à administração 750 Kwanzas. "Vendendo ou não pago este valor", disse.

Fernando Carlos também vive deste negócio, não revela a facturação diária, mas o valor a pagar: 750 Kwanzas. Na condição dele estão outras 70 pessoas, semanalmente, a gerência do mercado arrecada muito dinheiro mas a factura dos encargos com a limpeza ainda é alta.

Na área alimentar as cozinheiras, também pagam 250 Kwanzas o mesmo valor para quem vende gindungo ou frutas.

O negócio de material de construção envolve centenas de pessoas. Pacientemente, da segunda entrada até a ponta podemos contabilizar 40 bancadas, as quais se juntam outras centenas no interior do mercado. O preço a pagar semanal ou por dia depende da extensão.

Por exemplo, por uma extensão de 12 metros de bancada o vendedor recebe do fiscal uma cobrança de 800 Kwanzas, dali para baixo 600,400, Kwanzas. O mercado Kifica é mesmo aliciante. Mas até o fim do ano económico há dinheiro. São 820 pessoas que praticam ali a actividade comercial.

Denúncia

Um jovem identificado por Márcio diz que paga às quotas todas, porém lamenta a actuação de alguns fiscais que recebem material a crédito e aproveitam-se da função e nunca pagam.

O JE, pode apurar no local que os fiscais e trabalhadores do mercado não recebem salário há oito meses, resultante da gestão passada. Contam que, com a nova gestão já receberam o salário de Dezembro.

Contas feitas com a factura mínima que é de 250/dia, em média o mercado factura aproximadamente 212.500 Kz por dia. Tendo em

base este mesmo valor o mercado mensalmente factura aproximadamente 6.375.000 Kwanzas por mês.

O mercado em renovação

Em entrevista ao JE, Matias Batalha chefe da secretária do mercado que entrou em funções a 15 de Novembro do ano passado. Revela que o problema salarial em atraso é responsabilidade da antiga gestão. E já está em curso o pagamento de salários de Janeiro, depois de ter pago o Dezembro.

A nova gestão herdou um passivo grande. Parar nem pensar! O mercado está em renovação e criou um gabinete de contabilidade. Há inclusive mecanismos para sancionar aqueles que fogem ao pagamento das quotas.

Bastante comunicativo defende que há que valorizar o local e assim "colher" mais. Reforçar o saneamento, a fiscalização, criar condições higiénicas estão na mira.

Lamenta que há vendedores que passam semanas e não pagam as suas obrigações, estando em curso medidas para banir está prática.

Como o segredo é arma do negócio, descartou revelar as quantidades oficiais que são registadas diariamente no mercado.

Assim vai o mercado! Afirma que o mercado nunca será o mesmo face a dinâmica em curso.

3.10 Kinguilas perdem força

Jornal Economia & Finanças

09 De Fevereiro de 2018

Texto: Regina Handa

O preço de compra de divisas nas ruas de Luanda desce nos últimos dias, após longas semanas (desde Janeiro) em alta.

Numa ronda feita por alguns bairros da capital, sobretudo à zona baixa da cidade, São Paulo, Vila Alice e Mártires, o JE deparou-se com algumas kinguilas a transacionarem a nota de 100 dólares por cerca de 38 mil Kwanzas, contra os 42 da semana passada. Já o euro, que estava custar 52 mil Kwanzas por cada nota de 100, neste momento, está ser transacionado a 48 mil Kwanzas.

Durante o mês de Janeiro, no mercado informal o custo da nota de dólar tinha aumentado quase 20 por cento e a de euro 15, segundo os cálculos feitos. A tendência agora inverteu.

O mercado da rua nas transações que realizámos, esta semana, em bairros como Mutamba, São Paulo e Mártires o cenário da descida de moedas estrangeiras é evidente, e as vendedoras dizem mesmo que as moedas estrangeiras estão escassas.

Desde que a moeda europeia passou a ser a referência para o mercado de câmbio do país, no novo regime flutuante cambial, a moeda nacional já acumula uma depreciação de quase 28 por cento para o euro que vale 258 Kwanzas na compra pelos clientes e 20 por cento para o dólar que custa 207 Kwanzas.

Angola ressentida desde finais de 2014 da crise financeira e económica decorrente da quebra do preço do petróleo nos mercados internacionais, e por ser o seu principal produto de exportação, esta quebra originou que metade das receitas com a exportação de petróleo deixasse de entrar. A situação originou uma acentuada perda do peso do Kwanza face ao dólar, estimada em 23,4 por cento, isso em 2015, e mais 18,4 por cento ainda no primeiro semestre de 2016.

Há cerca de três semanas que os valores indicativos propostos pelos bancos comerciais angola- nos passaram a definir o novo regime flutuante cambial no país, conforme anúncio do BNA.

Em reunião extraordinária do Comité de Política Monetária (CPM) do BNA realizada em Luanda, aquele órgão definiu "o limite mínimo e máximo da banda cambial" deste novo modelo, conforme refere um comunicado do banco central.

No comunicado, o CPM explica que o regime cambial que vigorou até antes da nova medida consistia numa taxa de câmbio administrada

determinada pelo BNA, "independentemente da relação entre a procura e a oferta".

"Doravante, o Banco Nacional de Angola adota um regime cambial caracterizado pela flutuação da taxa de câmbio dentro de um intervalo, com um limite máximo e um limite mínimo. Esse intervalo é denominado de banda cambial ", acrescenta o comunicado final da reunião extraordinária do CPM.

A medida, que foi bem acolhida pelos bancos, foi ainda esta semana melhorada com a orientação do BNA em que os bancos devem priorizar um mínimo de 500 dólares na atribuição de cambiais para apoiar, essencialmente, os estudantes nos estrangeiros.

3.11 70 Mil litros de gasóleo apreendidos em contrabando

Jornal O PAÍS

13 De Fevereiro de 2018

A Polícia Nacional (PN) dos municípios de Nóqui e Mbanza Kongo apreenderam 70 mil litros de combustível em contrabando que tinha como destino a República Democrática do Congo onde seria comercializado.

Segundo o inspetor-chefe, Luís Bernardo o produto estava a ser transportado num camião cisterna que tentava passar despercebidamente diante de uma operação conjunta entre os efectivos do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e a PN, realizada na semana finda.

A mesma operação resultou na apreensão de mil e 250 bidões de óleo vegetal de 25 litros cada, 217 sacos de farinha de milho, 70 caixas de leite em pó e 400 caixas de leite em pacote e outros produtos da cesta básica na eminência de serem levados ilegalmente das fronteiras terrestres do país em camiões contentorizados.

3.12 Cazenga credencia vendedoras

Jornal Economia & Finanças

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Pedro Peterson

Com o fito de garantir uma melhor prestação de serviço por parte dos vendedores ambulantes e

não só, a administração municipal do Cazenga tem vindo a realizar visitas aos vários locais de venda com o objectivo de acomodar melhor os vendedores dos vários bairros, tendo em vista o programa de reorganização dos mercados.

Em função disso, 90 vendedoras, entre elas, feirantes de mercado e ambulantes (vulgo zungueiras) recebem, desde Janeiro deste ano, cartões de identificação e deixaram de ser corridas pelos fiscais nos locais onde comercializam os seus produtos, no município do Cazenga, em Luanda.

Para o administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, o acto de identificação dos vendedores insere-se numa operação denominada "Formiga", iniciada a 4 de Janeiro de 2018, daí começar a entrega de cartões de vendedores no mercado dos kwanzas.

Acrescentou ser o primeiro acto de credenciamento das vendedoras ambulantes (zungueiras), para que possam exercer a actividade dentro e fora dos mercados, desde que paguem a taxas oficialmente exigidas.

No final do ano passado a administração do Cazenga iniciou com uma campanha de organização dos mercados informais espalhadas em várias comunas, tendo começado com o mercado do BCA cujos vendedores foram transferidos para outras praças, como forma de garantir melhor qualidade nos produtos vendidos e a comodidade dos vendedores.

Cazenga, um dos nove municípios da província de Luanda, conta com seis distritos urbanos, Tala-Hadi, Hoji ya Henda, Cazenga, 11 de Novembro, Kima-kieza e Calwenda.

De um tempo a esta parte a administração do Cazenga tem realizado trabalho de sensibilização junto das vendedoras ambulantes para a sua legalização.

3.13 Fiscais roubam produtos de ambulantes à luz do dia

Jornal Liberdade

16 De Fevereiro de 2018

Texto: António João

Joaquim, estava a comercializar vassouras, quando foi abordado por agentes da fiscalização do distrito

referido. O mesmo não reagiu, dissera apenas aos fiscais que não estaria a vender, apenas parou para descansar, tendo ficado surpreendido, quando os senhores da fiscalização não entenderam e receberam as vinte e duas vassouras que vendia.

"Apenas parei para descansar. Eles receberam-me as vassouras e ainda me pediram mil e quinhentos kwanzas que eu não tinha no momento, porque ainda não tinha vendido nada, mas eles insistiram e disseram que levariam tudo caso não arranjasse o dinheiro, foi quando a moça da boutique ao lado me emprestou quinhentos kwanzas, mas eles não aceitaram, por fim receberam o dinheiro e levaram duas vassouras sem que eu pudesse reclamar": lamentou.

Joaquim, avança que não foi a primeira vez, pois já em vários casos, teve o mesmo problema. Para o pacato cidadão, os fiscais têm usado e abusados os ambulantes, muitos deles chegam mesmo a humilhar, "varias vezes já me receberam os meus produtos, chamaram-me de burro, atrasado, estou na rua por falta de estudar, já apanhei dos fiscais e voltei sem nada": lamentou o ambulante.

De acordo as testemunhas do referido incidente, os fiscais tiveram uma atitude hedionda, Lazaro, que prefere o anonimato, avança que os referidos fiscais têm feito quase sempre as mesmas atitudes na referida circunscrição.

"Isto não é novidade, os mesmos fiscais fazem isso à luz do dia, sem qualquer intervenção das autoridades, é uma pena, mas são autênticos gatunos", disse o cidadão. Nas próximas edições, este semanário, trará mais dados sobre o referido assunto, bem como o pronunciamento das entidades responsáveis.

3.14 Lixo e venda ambulante

Jornal Manchete

23 De Fevereiro de 2018

Na ponte pedonal da Vila da Gamek a agitação começa logo às primeiras horas do dia. As vendas decorrem mesmo nas barbas dos agentes da Polícia que ali são colocados para impedir esta prática. Os comerciantes estendem tudo que têm para vender no solo da ponte e deixam apenas uma pequena passagem para as pessoas. Cenário idêntico verifica-se na pedonal do Golf II, a confusão começa logo na entrada, onde estão engraxadores,

vendedores de jornais e mulheres a confeccionar alimentos. Enquanto isso, os outros vendedores colocam-se ao longo dos corredores apregoando os seus produtos aos megafones. Um cidadão queixando-se a uma rádio sobre a desordem que se verifica nas pontes pedonais, sugere que as empresas de limpeza e saneamento deviam regularmente "visitar" as pedonais no sentido proporcionar limpeza e saneamento.

Quanto a Polícia Nacional, segundo a fonte, devia igualmente providenciar segurança na medida em que muitas passadeiras passaram igualmente a ser ocupadas por potenciais criminosos.

3.15 Polícia trava contrabando de combustível na fronteira

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2018

Mais de 11 mil litros de combustível foram apreendidos nos últimos 15 dias, pela Polícia de Guarda Fronteira, na comuna fronteiriça do Luvo, a 62 quilómetros a norte de Mbanza Kongo.

A Polícia de Guarda Fronteira libertou os autores do contrabando, entre nacionais e congolese e o combustível apreendido foi entregue à Administração Geral Tributária (AGT) que por sua vez, deverá fazer chegar à Sonangol.

O Jornal de Angola apurou que o combustível tem sido comprado em bombas da cidade de Mbanza Kongo, em bidões de 25 litros e transportado na calada da noite em motorizadas de três rodas e viaturas ligeiras, para a vizinha República Democrática do Congo, para a sua comercialização.

O negócio atrai centenas de cidadãos nacionais e estrangeiros, devido a facilidade de obtenção de lucros fáceis. Um bidão de 25 litros de gasolina custa cinco mil Kwanzas nas bombas de combustível e é revendido na fronteira a oito mil Kwanzas.

A venda de combustíveis em grandes quantidades de bidões nas bombas é proibido, razão pela qual os contrabandistas, pagam supostamente aos funcionários dos postos de abastecimento, uma caução de Kz 500 por bidão e outros 500 Kwanzas para custear o transporte até à fronteira do Luvo. No que se refere ao gasóleo, um bidão de 25 litros

custa Kz 4.500.00. Os negociantes pagam a caução e transporte no valor de 500 Kwanzas cada. Na parte congolese do Lufu, o bidão de gasolina é vendido a oito e nove mil Kwanzas, ao passo que o preço de gasóleo varia entre sete a oito mil Kwanzas o bidão.

Além dos contrabandistas que tentam atravessar a fronteira com bidões de combustível, existem outros mais organizados que transportam tambores em camiões basculantes ou em contentores.

Na maior parte das vezes, os cidadãos simulam estar a transportar géneros alimentares, quando na verdade levam combustíveis para o contrabando.

3.16 Moto-taxistas são as maiores vítimas

Jornal O Crime
24 De Fevereiro de 2018

Muitos são os jovens que diariamente fazem o serviço de moto-táxi, da paragem da Robaldina ao interior do bairro, uma actividade com a qual sustentam as suas famílias. Todavia, dizem que todos os dias deparam-se com meliantes que os atacam e se apropriam dos seus meios de trabalho. José Adão é pai de seis filhos.

Trabalhava como segurança em uma empresa, que, conforme conta, deixou de existir por conta da crise. Há um ano que está na actividade. "A minha primeira motorizada era uma Bajaj que me receberam nos bandidos aí na pracinha". Hoje, a conduzir uma motorizada de marca Kawazaki, trabalha apenas das 6 até as 17h30, "porque à noite é muito perigoso e não posso arriscar a minha vida. Antes eu trabalhava até às 19h e só levava mulheres, mas quando me receberam a moto eram 18h", recorda, acrescentando que, para adquirir a Kawazaki que usa actualmente, teve de recorrer a empréstimos junto de alguns familiares e amigos, estando a liquidar as contas aos poucos.

Outro mototaxista, que prefere não se identificar, refere que na segunda-feira escapou de um assalto. Tinha acabado de deixar a passageira à porta dela, quando foi interpelado pelos meliantes. A sorte, diz ele, foi o facto de não ter tirado a mudança, "arranquei a moto, rompi uma barraca e depois

caí no chão. Como havia muitos jovens onde fui cair, eles fugiram", disse, exibindo os ferimentos.

Os dois referiram que quase todos os seus colegas já sofreram assaltos a moto ou tentativa. Na mesma zona, uma jovem de 20 anos chegou a ser assassinada à facada, em Julho do ano passado, nas primeiras horas da noite. Assim, sem muita ajuda da Polícia, porque ela mesma acoberta os meliantes, os moradores daquela parcela de Viana suplicam o olhar atento da nova governação, sobretudo do Presidente da República, João Lourenço, para suspender esses agentes incompetentes sem nenhum senso de serviço público nem responsabilidade.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 “Pressupostos do OGE podem pecar na prática”

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

O que deve ser alterada na proposta do OGE para 2018 a ser aprovada até ao dia 15 de Fevereiro?

Qualquer análise da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2018 estará enviesada se os pressupostos não reflectirem a substância da realidade económica nacional. Desta forma, dever-se-á analisar a qualidade dos pressupostos da proposta do OGE 2018, uma vez que estes definem a sua resiliência. É aqui que dever-se-á efectuar as primeiras alterações, a título de exemplo, melhorar a qualidade de previsão das receitas, quer através da actualização da produção petrolífera para uma média diária para 1.673.000 barris de petróleo quota autorizada pela OPEP, contrariamente aos 1.698.000 barris de petróleo da proposta, quer pela comunicação e actualização da taxa de câmbio de referência orçamental.

Que programas acha que não deviam constar na actual proposta orçamental submetida pelo Governo à Assembleia Nacional?

Na generalidade, os seis programas estratégicos constantes na proposta de OGE 2018 estão de acordo com os principais desafios da situação económico-social nacional, pois não se trata de retirar ou adicionar programas. Todavia, os programas pecam nas acções propostas, ou seja, salvo opinião contrária, é meu entendimento que as acções são muitas vezes isoladas, sobrepostas e não são completamente exaustivas (não cobrem todos desafios que os programas pretendem resolver). A título de exemplo, aumentar a competitividade e produtividade nacional, elevando os custos de produção nacional, através da redução dos subsídios a preços nos sectores de energia, água e transportes (ferroviário, marítimo

e terrestre) e ao mesmo tempo rever as taxas aduaneiras que incidem sobre um conjunto de bens de primeira necessidade, que corresponderam 7 dos 10 produtos mais importados, conforme o Conselho Nacional de Carregadores.

Acha que as rubricas da continuidade de optimização das subvenções ao preço dos combustíveis, da energia, água e transporte colectivo urbano devem se manter?

Certamente, a subvenção aos preços manter-se-á directa ou indirectamente, uma vez que os preços dos serviços e produtos subvencionados retroalimentam-se, ou seja, o Estado brevemente deparar-se-á com uma escolha "tradeoff" entre aumentar os preços destes bens e serviços e, por conseguinte, reduzir o poder de compra da população ou consentir mais subvenção.

Ao verificar a proposta, há sectores que se justificam a afectação de avultadas somas?

A atribuição de dotações orçamentais é uma situação conjuntural e, por conseguinte, anualmente os distintos grupos de interesses tentarão a influenciar mais ou menos dotações para este ou aquele sector. Não podemos esquecer que apenas 30 por cento do OGE 2018 estão disponíveis, uma vez que 70 são despesas alocadas ao serviço da dívida e às remunerações, 53 e 17, respectivamente. Do ponto de vista estrutural e de eficiência de capital, no âmbito do Programa de Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas e de Reforço da Diversificação e de Aumento da Produção, sou de opinião que dever-se-ia atribuir maior dotação ao sector empresarial público com intuito único e exclusivo de viabilizar os investimentos em refinarias e petroquímicas, para a optimização da integração da agricultura e da indústria, ou seja, estes investimentos no médio prazo disponibilizarão os insumos, essencialmente energéticos, suficientes para atender às necessidades da indústria a jusante, nomeadamente, a produção de plásticos, fibras, borrachas, fertilizantes, insecticidas, dentre outros, o que permitira reduzir as importações e aumentar as exportações.

Que províncias, além das que já conhece, têm necessariamente de ser acrescidas mais verbas?

O OGE é reflexo das estratégias e políticas do Executivo, naturalmente, as dotações por

província dependerá das mesmas. Por exemplo, se o critério foi o desenvolvimento industrial, turístico e populacional, a dotação não me parece desarticulada. Todavia, se o critério foi o desenvolvimento ferroviário, rodoviário, prevenção da depressão social e económica, a dotação proposta no OGE 2018 está desarticulada, sendo que, dever-se-ia priorizar o Norte, Sul e o Leste do país.

4.2 Angola ainda é um dos africanos que menos investem na Saúde

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Borralho Ndomba

O sector da saúde no país continua a ter uma das mais baixas dotações orçamentais em relação aos outros países africanos, segundo a análise do Orçamento Geral do Estado (OGE) apresentada na terça-feira, 30 de Janeiro, em Luanda, pela ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A apreciação conjunta das duas instituições demonstra que Angola precisa de aumentar "as fontes de receita para melhorar a alocação de recursos aos sectores sociais e, conseqüentemente, a vida das crianças e das suas famílias".

Segundo o parecer das duas instituições, se as autoridades cumprirem a orientação, "o país poderá ajustar-se aos padrões internacionais, incrementar a prestação de serviços básicos e dar passos mais firmes rumo aos objectivos de Desenvolvimento Sustentável de modo geral e na redução das desigualdades sociais em particular".

A análise apresentada no Instituto Nacional da Criança (INAC) pelo director da ADRA, Belarmino Jelembi, aponta que o peso do sector da Saúde diminuiu de 4,21% em 2017 para 3,63% em 2018.

Entretanto, é reiterada a necessidade do Governo "priorizar o sector da saúde para melhorar as condições de vida da população mais vulnerável, tendo em conta os grandes desafios que o país ainda enfrenta neste domínio".

Ainda de acordo com o estudo, o país alcançou uma redução das taxas de mortalidade infantil, mas deve-se continuar a investir na redução da má-nutrição, da malária, das diarreias e das doenças respiratórias agudas, que são tidas como as principais causas das mortes de crianças.

No sector da Educação, o Orçamento Geral do Estado para este ano prevê alguns projectos de elevado custo para a construção de centros infantis, e centros educativos comunitários.

Mas a ADRA e a UNICEF concluem que "em grande parte dos casos não estão previstas verbas para a sua gestão. No cômputo geral, a construção dos centros em 2018 representa um investimento 3.4 vezes superior ao orçamento destinado a gerir toda a rede pública nacional destes equipamentos", revelaram.

Quanto ao sector de registo de nascimento e justiça juvenil, o OGE para 2018 apresenta um aumento nominal de 7% ao nível das despesas, segundo análise feita às verbas que o Executivo propõe para este ano.

Durante a sua dissertação, Belarmino Jelembi informou que houve cortes substanciais de 85% em programas impotantes, como é o caso da "Massificação do Registo Civil".

A redução de recursos, de acordo com o director da ADRA, "pode condicionar a redução das percentagens de crianças sem registo".

4.3 Menos 197,19 mil milhões para atender os transportes

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

O sector dos Transportes sofreu uma substancial redução de 372,7 mil milhões para 175,58 mil milhões de Kwanzas na afectação de recursos constantes na proposta do Orçamento Geral do Estado para 2018. Em comparação com o ano de 2017, o sector reduziu de 7,38 por cento para 3,81 sendo o valor do diferencial à volta de 197,19 mil milhões de Kwanzas. Os sectores da agricultura, silvicultura, pesca e caça, além da indústria extractiva, transformadora e construção, verificam-se igualmente uma redução. O primeiro

tem previsto o montante de 39,08 mil milhões de Kwanzas, contra os 35,33 de 2017, enquanto o segundo Kz 27,06 mil milhões, menos do valor de 30,07 de 2017.

Além das áreas enumeradas, também o sector ambiental teve uma baixa na rubrica respeitante ao sector social. Nesta proposta que a Assembleia Nacional está prestes a aprovar até ao dia 15 de Fevereiro, o ambiente aparece com uma verba de 8,12 mil milhões de Kwanzas, contra os 14,04 mil milhões de 2017, seguindo-se igualmente o sector dos assuntos económicos gerais, comerciais e laborais com 279,63 mil milhões de Kwanzas, a menos do que no orçamento de 2017 ao qual foi afectada a verba de 265,16 mil milhões de Kwanzas. A área das comunicações e tecnologias da informação baixou para 13,18 contra os 19,89 mil milhões de Kwanzas.

As Relações Exteriores e Investigação Básica também foram menos privilegiadas na proposta de OGE 2018, tendo o Ministério das Finanças proposto para o primeiro 39,68 mil milhões, contra os 40,21 e o segundo de 3,35 para 1,40 mil milhões de Kwanzas.

Quanto aos serviços gerais, reduziu-se aos órgãos executivos de 887,12 para 594,48, serviços gerais sem inclusão da administração pública especializada (1,78 para 0,67) e os não especializados 21,92 para 21,04, além da segurança e ordem pública de 477,46 para 429,70 mil milhões de Kwanzas.

Subida

Os sectores da educação, saúde, habitação e serviços comunitários, assim como recreação, cultura e religião, defesa foram a que tiveram um incremento na proposta orçamental. Por exemplo, o da educação saiu de Kz 500,56 mil milhões para 524,01, saúde de 110,75 para 351,84, habitação e serviços comunitários de 339,78 para 357,68 e recreação, cultura e religião passou de 28,30 mil milhões para 32,96 e na defesa de 535,13 para 545,59 mil milhões de Kwanzas.

No sector económico teve mais atenção o segmento de assuntos económicos gerais, comerciais e laborais cujo valor anda na ordem de 265,16 para 279,63 mil milhões de Kwanzas.

Leitura

A fundamentação orçamental alega que a decomposição da despesa com o sector social traduz-se em 27 por cento ao qual cor respondem às despesas com a educação, 18 para a saúde, 35 para protecção social, 18 para habitação e serviços comunitários, 2 para a recreação, cultura e religião e 0,44 para as despesas de protecção ambiental. As despesas com o sector social e económico perfazem 58,97 por cento da despesa fiscal total, fixando-se em cerca de 2.719,93 mil milhões de Kwanzas, enquanto as restantes em 41,03 % da despesa total.

Províncias

Quanto às previsões locais, apesar do Ministério das Finanças ter avançado a prioridade estar centrada maioritariamente para Luanda, Malanje, Huambo, Benguela e Huíla, na verdade, neste conjunto Luanda está de fora nas prioridades. Malanje teve em 2017 a verba de Kz 66,56 e agora na proposta aparece com 98,61 mil milhões, enquanto a Huíla de 71,53 para 83,04 mil milhões, Benguela de 95 para 96 e Huambo de 96, 35 para 99,29 mil milhões de Kwanzas.

A capital regrediu de 459,28 para 416,72, Zaire de 110,82 para 80,96 e Uíge de 66,76 para 59,81, Lunda Norte de 53,26 para 52,22.

No conjunto das províncias, Cuanza Norte foi a mais penalizada, sofrendo para o efeito uma redução de 113,25 para 68,13, enquanto Cabinda de 99,62 para 63,37 mil milhões e Cuanza Sul de 9°,26 para 76,82 e Cunene de 38,07 para 36,18 mil milhões de Kwanzas e Bié de 78,17 para 66,82. As restantes províncias subiram o bolo como Bengo (41,95 para 47,18), Lunda Sul (28,85 para 32,01), Cuando Cubango (de 35,34 para 40,33), Moxico (51,78 para 55,84) e Namibe (38,74 para 40,60) sofreram um incremento no orçamento. Estas previsões de despesas e receitas das províncias representam as funcionais, excepto a das estruturas centrais do Estado.

4.4 Orçamento de Angola para 2018 é demasiado optimista – BPI

Jornal A República

02 De Fevereiro de 2018

No documento que analisa a proposta, enviado aos investidores e a que a Lusa teve acesso, a

analista Vânia Duarte, que assina o texto, considera que "a proposta de Orçamento de Estado para 2018 revela um cenário macroeconómico muito optimista na nossa perspectiva, considerando os desafios com que a economia angolana ainda terá de lidar ao longo deste ano".

Entre eles, o BPI salienta o ajustamento cambial, que "deverá colocar restrições à actividade económica no país, levando a que a taxa de inflação volte a aumentar, e agrave o custo de vida da população" e acrescenta que, "adicionalmente, o Governo assumiu, de acordo com a proposta de OGE 2018, um compromisso para a consolidação fiscal, no sentido de colocar o rácio de dívida pública numa trajetória descendente e num nível sustentável (inferior a 60% do PIB) ".

O Executivo liderado por João Lourenço espera que a actividade económica acelere para 4,9% este ano, depois de ter crescido 1,1 % no ano passado, o que pressupõe "uma significativa recuperação do sector petrolífero, que, entre 2016 e 2017 deverá ter contraído, em média, 1,4%, projetando-se que cresça 3,1% em 2018".

O aumento da produção de petróleo, diz o BPI, "parece optimista, considerando as restrições identificadas pelo Governo no Programa de Estabilização Macroeconómica 2017-2018 (PEM), nomeadamente a questão da maturação dos campos petrolíferos e o fraco investimento em investigação e desenvolvimento por parte dos principais 'players' do sector petrolífero em Angola".

Além disso, o BPI diz também que a melhoria do saldo orçamental à custa do aumento das receitas petrolíferas parece improvável à luz dos dados orçamentais históricos.

"Um dos objectivos identificados no PEM é o cumprimento de um rácio das receitas não petrolíferas de 14% do PIB não petrolífero, sendo esperado na proposta de OGE para 2018 que o rácio seja ainda inferior (10,6%) ", nota BPI.

No entanto - acrescentam, citando cálculos próprios -, "mantendo o PIB não petrolífero projectado pelo Executivo, as receitas não petrolíferas teriam de crescer 70% face ao executado em 2017 para que este objetivo fosse conseguido em 2018, uma evolução pouco

provável, considerando a execução orçamental histórica".

Assim, concluem, "o ano de 2018 manterá o contexto desafiante que a economia angolana tem enfrentado nos últimos anos" e "a sua evolução dependerá de factores externos, nomeadamente o desempenho dos preços do Brent nos mercados internacionais, e das condições internas, nomeadamente o impacto que o ajustamento cambial terá nos preços dos bens e dos serviços, a par do seu impacto no rácio de dívida pública em percentagem do PIB e na despesa pública (afectando as componentes denominadas em moeda estrangeira) ".

4.5 Orçamento de Angola para 2018 é demasiado optimista

Jornal Visão

02 De Fevereiro de 2018

No documento que analisa a proposta, enviado aos investidores e a que a Lusa teve acesso, a analista Vânia Duarte, que assina o texto, considera que "a proposta de Orçamento de Estado para 2018 revela um cenário macroeconómico muito optimista na nossa perspectiva, considerando os desafios com que a economia angolana ainda terá de lidar ao longo deste ano".

Entre eles, o BPI salienta ajustamento cambial, que "deverá colocar restrições à actividade económica no país, levando a que a taxa de inflação volte a aumentar, e agrave o custo de vida da população" e acrescenta que, "adicionalmente, o Governo assumiu, de acordo com a proposta de OGE 2018, um compromisso para a consolidação fiscal, no sentido de colocar o rácio de dívida pública numa trajetória descendente e num nível sustentável (inferior a 60% do PIB) ".

O Executivo liderado por João Lourenço espera que a actividade económica acelere para 4,9% este ano, depois de ter crescido 1,1% no ano passado, o que pressupõe "uma significativa recuperação do sector petrolífero, que, entre 2016 e 2017 deverá ter contraído, em média, 1,4%, projectando-se que cresça 3,1% em 2018".

O aumento da produção de petróleo, diz o BPI, "parece optimista, considerando as restrições

identificadas pelo Governo no Programa de Estabilização Macroeconómica 2017-2018 (PEM), nomeadamente a questão da maturação dos campos petrolíferos e o fraco investimento em investigação e desenvolvimento por parte dos principais 'players' do setor petrolífero em Angola".

Além disso, o BPI diz também que a melhoria do saldo orçamental à custa do aumento das receitas petrolíferas parece improvável à luz dos dados orçamentais históricos.

"Um dos objectivos identificados no PEM é o cumprimento de um rácio das receitas não petrolíferas de 14% do PIB não petrolífero, sendo esperado na proposta de OGE para 2018 que o rácio seja ainda inferior (10,6%) " nota o BPI.

No entanto - acrescentam, citando cálculos próprios -, "mantendo o PIB não petrolífero projetado pelo Executivo, as receitas não petrolíferas teriam de crescer 70% face ao executado em 2017 para que este objetivo fosse conseguido em 2018, uma evolução pouco provável, considerando a execução orçamental histórica".

Assim, concluem, "o ano de 2018 manterá o contexto desafiante que a economia angolana tem enfrentado nos últimos anos" e "a sua evolução dependerá de fatores externos, nomeadamente o desempenho dos preços do Brent nos mercados internacionais, e das condições internas, nomeadamente o impacto que o ajustamento cambial terá nos preços dos bens e dos serviços, a par do seu impacto no rácio de dívida pública em percentagem do PIB e na despesa pública (afetando as componentes denominadas em moeda estrangeira) ".

4.6 Protecção social sofre corte significativo

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

O Orçamento Geral do Estado para este ano, que segundo a ADRA e a UNICEF apresenta "menos investimento em sectores-chave para o desenvolvimento da criança e as suas famílias", prevê um corte expressivo de 6% das verbas

alocadas para o sector da protecção social, que normalmente aumenta nos períodos de crise.

A análise demonstra que a fatia do OGE atribuída a esta área é muito limitada, sendo estimada em menos de 5% da atribuição sectorial.

O estudo realça que o sector de Água e Saneamento tem merecido um grande investimento ao longo dos últimos anos, particularmente nas áreas urbanas do país.

No entanto, para as zonas rurais, os níveis de acesso permanecem muito baixos e sem progressos significativos.

Durante o ano de 2017, verificaram-se várias epidemias de doenças infecciosas relacionadas com o saneamento e higiene, tais como a febre-amarela e a cólera, que no entender das ONGs poderiam ter sido prevenidas com um maior investimento em programas de promoção de higienização.

Entretanto, para além do lançamento oficial da análise, que visou promover o diálogo sobre o orçamento, particularmente entre os "actores-chave como deputados, políticos, administradores locais e líderes de opinião", a ADRA vai realizar nos próximos dias um programa de divulgação do documento com a realização de debates informais e a publicação de artigos de opinião em vários pontos do país.

A ADRA e a UNICEF analisam desde 2016 o OGE com o objectivo de aumentar o conhecimento geral sobre os investimentos do Governo no sector social.

4.7 Deputados alteram OGE para contratar médicos

Jornal de Angola

03 De Fevereiro de 2018

Texto: Adelina Inácio

Dois dias depois de o Presidente da República, João Lourenço, ter anunciado flexibilidade na discussão do Orçamento Geral do Estado para este ano a favor de um aumento de verbas para os sectores da Educação e da Saúde, o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Salomão Xirimimbi, confirmou ontem que o partido propôs ao Executivo um incremento de 96.4 mil milhões de Kwanzas, para admissão de 20 mil

professores, 1.500 médicos e 200 enfermeiros e técnicos de diagnóstico.

O deputado Salomão Xirimimbimbi adiantou que o concurso para admissão do novo pessoal da saúde e da educação acontece logo após aprovação do Orçamento Geral do Estado, que acontece já no próximo dia 14 de Fevereiro.

Como contrapartida destes aumentos, o deputado do MPLA apontou a eliminação de algumas rubricas no Orçamento Geral do Estado ligadas à defesa civil, para serem canalizadas aos sectores da saúde e da educação de forma significativa.

Salomão Xirimimbimbi, que falou à imprensa no final de um encontro que discutiu o projecto de lei sobre o repatriamento de capitais e sobre o OGE, adiantou que o MPLA solicitou também ao Executivo a conclusão das obras ligadas ao sector da educação no sentido de aumentar a capacidade de salas de aula e, para tal, prevê um aumento de 8 mil milhões de Kwanzas.

Os deputados do MPLA, segundo Salomão Xirimimbimbi, exigiram igualmente ao Executivo melhorias no sector da Justiça e da magistratura, judicial e do Ministério Público, e nos tribunais.

"São órgãos que devem estar dotados de meios e condições para se puder levar a cabo a tarefa principal, que é combater a corrupção e outros males que enfermam a sociedade", disse.

Repatriamento de capitais

O presidente do grupo parlamentar do MPLA reconheceu que foi o Presidente da República que anunciou a apresentação na Assembleia Nacional, no primeiro trimestre deste ano, de uma proposta de lei para o repatriamento de capitais.

O que aconteceu, segundo o deputado do MPLA, o partido UNITA, tendo ouvido a proposta antecipou-se. O deputado garantiu que ainda assim o MPLA vai analisar a proposta apresentada pelo Executivo e pela UNITA, para aprovar a melhor proposta.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA adiantou que, da análise feita ao documento apresentado pela UNITA, "a proposta tem pouco mérito".

Carros de luxo

O líder do grupo parlamentar do MPLA apresentou a posição do partido em relação a compra de carros de luxo para os deputados. O presidente do grupo parlamentar do MPLA entende que os partidos não devem criticar a direcção da Assembleia Nacional pela compra das viaturas. "A preocupação dos deputados devia servir para fazer pressão ao governo no sentido de melhorar as condições das populações para as quais fomos eleitos e não reivindicar um carro mais luxuoso ou menos luxuoso", disse.

O deputado do MPLA afirmou que, para a função parlamentar, os carros foram bem adquiridos, e constam de um regulamento que foi aprovado por unanimidade na Assembleia Nacional.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA explicou que os carros protocolares são para deslocações dos deputados de casa para a Assembleia Nacional, para cumprir com outra actividade protocolar que o Parlamento esteja implicado, e não para levar os carros para os municípios. "Para os municípios e outras partes do país iremos no âmbito da actividade parlamentar e, para isso, exigiremos da Assembleia Nacional viaturas adequadas", salientou.

Salomão Xirimimbimbi disse que o MPLA é de opinião contrária aos demais partidos, por entender que a legislação em vigor atribuiu competências não aos grupos parlamentares, mas ao presidente da Assembleia Nacional em matéria de gestão administrativa do Parlamento.

Salomão Xirimimbimbi falou da organização dos trabalhos parlamentares e explicou que os deputados podem fazer visitas e contactar os seus eleitores, mas devem fazê-lo em nome e tom os meios dos seus partidos e não da Assembleia Nacional, como algumas formações políticas pretendem.

O deputado do MPLA esclareceu que "não é a Assembleia Nacional que deve custear as despesas de viagens dos partidos em visitas de trabalho, mas as actividades dos deputados".

4.8 Os descompassos do compasso das artes no Orçamento Geral do Estado de 2018

Jornal O PAÍS

03 De Fevereiro de 2018

Texto: Belmiro Carlos

A proposta de despesas do OGE para 2018 é no valor de 9 685 550 810 785,00 Kz, com uma afectação de 2 593 896 903,00 Kz (cerca de dez milhões de euros) para a Cultura, (0,00%).

O OGE para 2018 tem mais de uma centena de Programas de Promoção, Fomento, Modernização, Reabilitação, enfim... para todos os gostos e feitios.

Mas, e para desgraça dos artistas, nele não consta nenhum Programa específico de Promoção, Desenvolvimento e Fomento das Artes, como acontece com os desportos que, só para o Desenvolvimento e Promoção lhe é disponibilizada a fatia de 5.328.643.534,00 Kz. Mais do que o Orçamento total de despesas da Cultura.

Na verdade as acções e o valor projectados para o fomento, promoção e desenvolvimento da Cultura, no seu todo, para além de reflectir as sérias dificuldades económicas que vive o país também deixa transparecer o modo errado como ainda as nossas autoridades encaram o factor Cultura no conjunto das premissas para o alavancar e a diversificação da nossa economia.

Esse paupérrimo Orçamento evidencia mesmo a falta de habilidade das nossas autoridades para pôr em marcha, na prática, acções susceptíveis de debelar, de facto, numa perspectiva de curto/médio prazos e de crescimento sustentado, os estragos sociais e económicos que, no dia-a-dia, marcam negativamente a vida dos artistas angolanos, mergulhados numa inglória luta contra o desemprego e de apelos no deserto para a criação das famigeradas infra-estruturas artístico-culturais, praticamente inexistentes em todo o país.

Assim, com, esse Orçamento de 2018 não podemos dizer que a sobrevivência do Ministério da Cultura, no quadro do emagrecimento dessa nova máquina governativa, tenha representado uma vitória real para a Classe artística angolana, uma vez que pelo volume e qualidade dos serviços projectados no âmbito da Cultura, o MINCULT mais parece um ente governamental apenas mantido por conveniências escusas.

Para confirmação ou não da nossa tese resta esperar pelo *modus operandi* que o Estado vai adoptar para a descodificação e implementação eficiente do Programa de Implementação do Sistema de Centros Culturais (1191187986,00), do Programa de Implementação do Sistema Nacional de Programas Culturais Municipais (568 949 179,00), da Promoção e Fomento das Actividades Artísticas e Culturais (40906 683,00), da Promoção da Investigação no Domínio da Cultura (1 546 771 549,00) " sem incluir a "científica" (140 543 000,00), e da Administração e Gestão da Política e do Desenvolvimento Cultural Nacional (1643 530 793,00). Política e do Desenvolvimento Cultural Nacional (1643 530 793,00).

É essa, lamentavelmente, a espinha dorsal do programa de governação das artes no nosso país, que nem chega a 1% do OGE. É esse o projecto de governação de um dos veículos mais eficientes para o fortalecimento do sentimento patriótico dum Nação em que, como a nossa, subjazem estereótipos susceptíveis de pôr em causa os pilares da sua sustentação.

Não há assim mais dúvidas de que a gestão da Cultura precisa de se requalificar e se redefinir em termos das orientações estratégicas e das competências, de modos a ajustar-se às reais necessidades dos diferentes sectores dos fazedores da arte, nessa fase do nosso desenvolvimento. O actual modelo está caduco.

Olhando para os números, em euros, do Orçamento da Cultura de alguns países irmãos, compreende-se melhor a profundidade da nossa frustração: Brasil: 170 milhões; Africa do Sul: 150 milhões; Portugal: 144 milhões; Moçambique; 7 milhões.

Em Angola, os artistas não poderão de maneira alguma estar e viver felizes com o Orçamento proposto pelo novo Executivo.

De acordo com gente que sabe do assunto, "a crise não pode impedir o sector cultural de trabalhar. Ao contrário, precisa trabalhar cada vez mais, porque o que pode nos salvar dessa situação constrangedora que o país está vivendo é a arte, a cultura".

E a necessidade do suporte do Estado aos fazedores da Cultura é inquestionável, conforme atesta a Ministra da Cultura sul-africana: " (...)

todos devemos aos nossos artistas, uma profunda dívida de gratidão por seus serviços. As homenagens não podem apenas assumir a forma de palavras proferidas nos seus funerais. Há uma prática cruel de não apreciá-los enquanto ainda estão vivos. Uma sociedade não pode ser chamada de uma sociedade atenciosa se não se importa com as suas lendas".

4.9 ADRA e parceiros analisam OGE em "Jangos Temáticos"

Jornal O PAÍS
06 De Fevereiro de 2018

A Organizações não-governamentais Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e UNICEF realizarão de 07 a 14 de Fevereiro, em Luanda, "Jangos Temáticos" para dar continuidade a análise do OGE e com o objectivo de aprofundar o diálogo intersectorial sobre o impacto do mesmo na vida das crianças e das suas famílias.

Em parceria com o Mosaiko e OPSA, os jangos que vão decorrer em Luanda vão abordar temas como o OGE Educação, OGE Saúde e Sobrevivência da Criança, OGE Água, Higiene e Saneamento e o OGE Registo de Nascimento, ao mesmo tempo que ocorrerá a apresentação da Análise nas províncias do Cuanza-Norte, Uíge, Benguela, Huambo, Malanje, Lunda Norte e Huíla.

No primeiro encontro apresentaram, no dia 30 de Janeiro de 2018, a análise do ciclo orçamental 2017-2018 e já no segundo prevê-se que participem nas discussões representantes de departamentos ministeriais, membros de organizações da sociedade civil, parlamentares, representantes do corpo diplomático acreditado em Angola e agências das Nações Unidas.

A ADRA e a UNICEF aplaudem a abertura do Executivo para rever áreas chave do Orçamento e por reconhecer o sector social como sendo prioritário no quadro de desenvolvimento humano do país, conforme manifestado pelo Presidente da República, João Lourenço, no discurso proferido na cerimónia de abertura do Ano Lectivo 2018, no Namibe.

4.10 OGE inaugura uma nova era

Jornal de Angola
06 De Fevereiro de 2018
Texto: André dos Anjos

Os objectivos macroeconómicos do Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano "representam uma nova orientação no desenvolvimento económico do país", concluiu uma análise conjunta do documento feita pelas organizações Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Na análise, a organização cívica angolana e a do sistema das Nações Unidas notam que, na elaboração do documento, o Executivo atribuiu elevada prioridade às acções destinadas à diversificação da economia, dinamização do sector produtivo e promoção das exportações não petrolíferas.

O OGE deste ano, declaram a ADRA e a UNICEF, não só inaugura a execução do Plano de Desenvolvimento 2018-2022, como compromete-se a rever e actualizar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo "Angola 2025", ampliando o seu horizonte temporal para 2050, com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas incorporados.

A preocupação com a diversificação da economia, dizem os subscritores da análise, começou a reflectir-se mais acentuadamente no plano financeiro do Estado com o OGE de 2017, que fez cortes assinaláveis em alguns sectores sociais.

O documento cita como exemplo o sector da Educação, que viu o seu peso diminuir de 7,7 por cento em 2016 para 6,9 por cento em 2017 e para 5,41 por cento este ano, a prevalecer a proposta do OGE que deve ser aprovado pela Assembleia Nacional no próximo dia 14.

A proposta do OGE para 2018 prevê para o sector social um acréscimo de dois por cento e cortes de 14 por cento no sector económico, quatro por cento na Defesa e Ordem Pública e 25 por cento nos Serviços Públicos Gerais, assinala o relatório.

O Jornal de Angola apurou que a bancada parlamentar do MPLA apresentou ao Executivo,

na sexta-feira, uma proposta para o incremento de 96,4 mil milhões de Kwanzas nas verbas destinadas aos sectores da Educação e Saúde, um assunto que as autoridades se predispuseram a analisar.

A proposta do MPLA sugere a eliminação de algumas rubricas ligadas à defesa civil, as quais devem ser canalizadas para os sectores da Saúde e da Educação. Os números para cada uma das áreas podem ser conhecidos já amanhã, data agendada para análise da iniciativa do MPLA.

Na fundamentação da proposta, o MPLA fala da necessidade de contratação de 20 mil professores, 1.500 médicos e 200 enfermeiros e técnicos de diagnóstico, tendo em vista a melhoria dos serviços nos sectores de Educação e da Saúde.

Dívida pública

Entretanto, a maior fatia do Orçamento Geral do Estado deste ano está reservada ao pagamento da dívida pública interna e externa, que deve absorver mais de 50 por cento do valor global.

A dívida pública passou de 30 mil milhões de dólares (6,2 triliões de kwanzas) em 2013 para mais de 60 mil milhões (12,4 triliões) em 2017, o que fez subir drasticamente os gastos com o pagamento da dívida, passando de 12,4 por cento da despesa em 2014 para 31,6 por cento em 2017.

O aumento do endividamento público, de 22 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, para 59,84 por cento até Julho de 2017, deve-se aos sucessivos défices fiscais que o país tem vindo a registar desde o começo da crise gerada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, em Junho de 2014.

A queda do preço do petróleo, principal fonte de receitas do Estado, gerou uma elevada depreciação cambial, o que afectou negativamente o quotidiano e o poder de compra das famílias. A escassez de divisas e as restrições no acesso acabaram por gerar um círculo vicioso de depreciação da taxa de câmbio.

O Relatório da fundamentação do OGE 2018, um documento do executivo, indica que o desequilíbrio cambial prevaleceu elevado em 2017, não obstante a manutenção da paridade cambial face ao dólar e a venda regular de divisas, o que culminou com a erosão das reservas Internacionais

líquidas, enquanto o crescimento económico se manteve abaixo do previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Com receitas fiscais estimadas em 4.404,2 mil milhões e o défice global em 724,7 mil milhões de Kwanzas, o equivalente a cerca de o OGE, declaram a ADRA e a UNICEF, não só inaugura a execução do Plano de Desenvolvimento 2018-2022, como se compromete a rever e actualizar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo 3,00 por cento do PIB, o OGE deste ano prevê um aumento da receita na ordem de 20 por cento.

As duas organizações dizem que os elevados níveis de despesa e a limitada capacidade de arrecadação de receita não petrolífera podem perturbar a execução do Orçamento, "bastante susceptível às flutuações dos mercados, muito especialmente no que diz respeito ao preço do petróleo".

4.11 Orçamento na origem da “falta de diagnóstico”

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2018

Texto: Kátia Ramos

O médico patologista, Carlos Mariano, defendeu a realização de um estudo sobre a quantificação das necessidades do sector da Saúde, para que se obtenha um orçamento capaz de corresponder às metas preconizadas na área.

O profissional de saúde entende que o baixo orçamento para a Saúde está associado à inexistência de um diagnóstico completo sobre as despesas catalogadas aos resultados previstos.

Carlos Mariano, antigo bastonário da Ordem dos Médicos, lamentou o facto de não existir diagnóstico escrito ou planificado, para acrescentar que "tudo o que se fala sobre a municipalização da saúde é publicidade autêntica. Temos é de nos organizar mais", disse.

O também professor universitário sublinhou que a organização do sector passa por contabilizar os médicos e enfermeiros, técnicos terapeutas e de diagnósticos, número de postos médicos, centros de saúde e hospitais necessários para distribuí-los por cada um dos municípios, tendo em atenção o número de habitantes.

O médico avançou que o sector necessita de uma arquitectura melhor organizada nas províncias e nos municípios, para que as infra-estruturas locais ofereçam a mesma qualidade de tratamento que os hospitais de dimensão nacional.

Carlos Mariano explicou que esse estudo ajudaria a determinar as despesas que o sector necessita e calcular a proporção das despesas que o orçamento dispõe, para que as unidades fiquem dotadas de bases tecnológicas.

O médico teceu tais considerações quando reagiu aos 7,4 por cento do valor global do Orçamento Geral do Estado (OGE) atribuído à Saúde, que considerou insuficientes para suprir as necessidades do sector.

O OGE/2018 comporta receitas e despesas na ordem de 9,6 triliões de Kwanzas, superiores aos 7,3 triliões de Kwanzas do exercício do ano anterior.

Carlos Mariano, disse em exclusivo ao Jornal de Angola que a questão do orçamento não deve ser vista numa perspectiva linear e diz não ter dúvida que com pouca verba haverá também pouca saúde. "É por isso que o problema deve ser visto numa perspectiva multidimensional, sem desistir do princípio que, se o orçamento permitir, é melhor aumentar a fracção atribuída à Saúde", propõe. Para o patologista, os valores atribuídos a cada sector podem produzir efeitos viciosos em função da organização interna da área.

"Se a Saúde estiver desorganizada, não vai cumprir com os objectivos, por isso, os recursos financeiros devem ser utilizados com maior eficiência", apelou. O antigo bastonário considerou o curso de Medicina como "o mais louco da vida académica", para lembrar que um médico leva cerca de seis anos para se formar, e que o país precisa de pelo menos duas dezenas de milhares de especialistas.

Carlos Mariano explica que um médico pode concluir 11 anos de formação, sobretudo quando se especializa nas áreas de pediatria e da assistência materno-infantil. Sobre o assunto, o antigo bastonário defende maior aposta na formação profissional de técnicos especialistas nas áreas mais necessitadas, com ciclos formativos mais curtos que dos médicos.

"Este é um princípio de organização, uma vez que a formação destes profissionais fica mais barata para o Estado em relação a dos médicos", salienta para exemplificar que 10 horas de trabalho, realizado por um técnico, equivalem a uma realizada por um médico.

Carlos Mariano acrescentou que o problema é pensar que um país como Angola, com poucos recursos e cheio de factores que provocam doenças, pode sobreviver com baixo orçamento.

"Se não houver maior organização, os problemas nunca serão resolvidos. Não podemos nos queixar da falta de dinheiro o tempo todo, num momento em que o país está sem financiamentos", disse o médico.

4.12 Ajustes ao OGE e a vida das populações

Jornal de Angola

07 De Fevereiro de 2018

As informações relativas às promessas segundo as quais o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018, iria sofrer alguns incrementos, durante a sua apreciação, discussão e votação na generalidade, foram confirmadas.

Na verdade, esse novo dado desmente a oposição que maioritariamente se tinha mostrado céptica quanto as propostas do principal documento da execução da política económica e financeira do Executivo para o ano de 2018.

Embora fossem compreensíveis as preocupações dos representantes da oposição, que manifestaram a alegada exiguidade de verbas para determinadas rubricas, mormente da área social, a proposta na altura tinha sido equilibrada.

Naquela altura, o Presidente João Lourenço, no seu discurso proferido na mencionada sessão parlamentar, defendeu, na primeira pessoa, que "a proposta de OGE que estamos a submeter ao Parlamento, é a melhor e mais realista que propomos, tendo em conta a real situação económica e financeira que vivemos nos últimos anos".

Segundo informações avançadas pelo chefe da bancada parlamentar do MPLA há melhoria nas

rubricas do OGE, destinadas ao sector social, com destaque para a Educação e para a Saúde.

É relevante a proposta da referida bancada no sentido do aumento entre 10 e 15 por cento das verbas destinadas às despesas de funcionamento da saúde, para a compra de medicamentos e material gastável.

Não é exagerado dizer que o sector da saúde é dos mais "sacrificados", sendo o mais importante o sentido de Estado e o compromisso do Executivo para a melhoria das condições de acesso à assistência médica e medicamentosa gastável.

Não é exagerado dizer que o sector da saúde é dos mais "sacrificados", sendo o mais importante o sentido de Estado e o compromisso do Executivo para a melhoria das condições de acesso à assistência médica e medicamentosa. Vale também dizer que, ao lado desta importante medida de acréscimo de verbas para o sector da saúde, no quadro do OGE, é preciso reforçar-se os mecanismos de execução e fiscalização.

Afinal de contas, o Estado gasta elevadas somas em medicamentos e material gastável que, obviamente, devem conhecer os seus devidos e necessitados destinatários, sejam unidades hospitalares, sejam as pessoas adoentadas.

Numa altura em que o paludismo continua endémico em muitas localidades de Angola, com mortes a afectar sobretudo crianças de tenra idade, urge apertar o cerco aos desvios, sem prejuízo para a responsabilização civil e criminal.

Como se diz, não se brinca com a saúde, facto que tem presidido as políticas públicas do Executivo, a julgar pela aposta na construção e reabilitação de unidades hospitalares um pouco por todo o país.

Algumas das medidas recentes tomadas pelos parlamentares, no que ao incremento de verbas para algumas das rubricas do OGE dizem respeito, incidem fortemente na vida das populações. E não há dúvidas de que uma das situações desafiadoras para o Executivo tem a ver com a cobertura escolar, sobretudo afectando o segmento da população formado pelas crianças em idade escolar. A inclusão de verbas no orçamento para a conclusão das obras ligadas à educação constitui uma boa nova para as famílias e para profissionais do sector.

Nesta empreitada, apenas podemos augurar que o Executivo seja bem-sucedido, sobretudo na implementação e materialização do seu Programa de Estabilização Macroeconómica. Que as despesas correspondam às receitas e, mais importante, que o diferencial em termos de défice esteja dentro dos percentuais previstos e aceitáveis. Pretendemos todos que, com o crescimento da economia, mesmo abaixo dos pretendidos dois dígitos, sejam alcançadas algumas metas tais como o aumento do poder de compra das famílias, maior oferta de bens e serviços, bem como a estabilidade das famílias.

4.13 Escolas orçadas a “peso de ouro”

Jornal O PAÍS

08 De Fevereiro de 2018

Texto: Paulo Sérgio

Oitocentos e 39 milhões, 163 mil e 663 Kwanzas é a maior quantia financeira que será aplicada este ano na construção e apetrechamento de um estabelecimento de ensino não universitário público, de acordo com a proposta de Orçamento Geral do Estado de 2018 que está a ser analisada pelas comissões de especialidade da Assembleia Nacional.

Este valor foi proposto pelo Governo do Moxico, a maior província do país e a 11^a mais populosa (segundo o Censo de 2014) para a construção e apetrechamento de um Instituto Médio Politécnico no município do Luau, que dista 334 quilómetros a Sul do Luena (a capital da província) e conta com cerca de 30 mil habitantes.

No referido documento, que vai para aprovação do Plenário na próxima Quinta-feira, 15, não consta a quantidade de salas de aulas, de laboratórios e de equipamentos desportivos que constituirão a escola.

Esta província, liderada por Gonçalves Muanduma, foi a que apresentou orçamentos mais elevados para a construção de instituições de ensino, designadamente, 401 milhões de Kwanzas para uma escola de 14 salas de aulas no bairro Kwenha (Luena), 200 milhões de Kwanzas para uma escola de 14 salas na comuna de Cangumbe (município do Moxico) e outra orçada em 185

milhões, 184 mil e 397 Kwanzas, com igual número de salas de aulas. Para estas três escolas, o documento não especifica se nestes valores já está incluído o seu apetrechamento.

Os orçamentos mais baixos apresentados neste quesito por este Governo provincial, em comparação com os seus homólogos, estão relacionados com os 52 milhões, 626 mil e 181 Kwanzas que serão aplicados na ampliação da Escola nº 180, no bairro Kwenha (Luena) e os 48 milhões, 630 mil e 352 para a construção de uma escola de 14 salas no bairro Lago Dalilo (município do Luacano).

No Cuanza-Norte, o maior orçamento a ser aplicado neste sentido será de 342 milhões, 917 mil e quatro Kwanzas para uma escola de 18 salas em Camabatela. Não obstante isso, o valor a ser aplicado numa escola de 30 salas no Cazengo (em Ndalatando), 207 milhões, 683 mil e 360 Kwanzas está muito próximo do montante que o Governo provincial do Bengo vai aplicar na construção de duas escolas de 12 salas nos municípios de Nambuanguongo em Bula Atumba.

A edificação de duas escolas com essas dimensões, uma na comuna do Kiage (Bula Atumba) e outra na localidade de Kimbage, comuna de Kicunzo (Nambuanguongo), está orçada em 210 milhões de Kwanzas cada, sendo as instituições de ensino que mais vão custar aos cofres do Estado nesta parcela do território nacional. Apesar da proximidade com a capital do país, o Bengo também figura no leque de províncias onde o valor para a construção de uma escola de 12 salas de aulas ultrapassa os 200 milhões de Kwanzas.

A título de exemplo, será erguida uma escola de 12 salas no Gombe do Piri (Dembos] em troca de 202 milhões de Kwanzas, bem como em Kibonga, Sassa Caria, Ulua, Kikabo, Sarico (Dande) e no Onzo (Nambuanguongo) ao preço de 201 milhões de Kwanzas.

A escola com orçamento mais baixo proposta pelo Governo provincial do Bengo está orçada em 196 milhões de Kwanzas e será erguida na aldeia Quesso, nos Dembos.

A Huíla também não fica de fora. De acordo com o documento que vimos citando, o Governo local terá de desembolsar 488 milhões de Kwanzas para a edificação de duas escolas de 24 salas de aulas nos

bairros do Tchioco e da Mapunda, no Lubango, sendo 244 milhões por cada uma delas.

Já para construir e apetrechar instituições similares nos municípios da Matala e Humpata e no bairro da Micha (Lubango) pagará menos 14 milhões de Kwanzas por cada, isto é, 230 milhões de Kwanzas no total.

Benguela com preços baixos

Por metade deste valor, 114 milhões de Kwanzas, o Governo provincial de Benguela promete construir uma escola de 20 salas e outras menos quatro salas no município do Cubal. Esta será a escola que vai custar mais caro, entre as oito propostas no OGE.

Por uma infra-estrutura semelhante no Chongoroi, Rui Falcão, governador de Benguela, vai desembolsar menos 10 milhões, ou seja, 104 milhões de Kwanzas.

As reduções não param por aqui. Para outras três unidades de ensino de 20 salas de aulas a serem erguidas na Ganda, Baía Farta e Caimbambo, os orçamentos sofrem reduções de um milhão de Kwanzas, custando 103 milhões, 102 milhões e 101 milhões de Kwanzas. O valor para a reabilitação da Escola Augusto Chipenda, no município de Benguela, a diferença é quase semelhante: 99 milhões, 999 mil e 999 Kwanzas.

Em Cabinda, a construção da Escola Primária do Cacongo está orçada em 136 milhões, 594 mil e 300 Kwanzas.

A reabilitação e o apetrechamento da Escola do Iº Ciclo 2 de Março, na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, orçado em 131 milhões, 819 mil e 747 será o maior investimento que o Executivo local fará num estabelecimento de ensino.

Por outro lado, o Seles é dos municípios onde a construção de obras públicas chega a custar mais caro. A título de exemplo, erguer e apetrechar uma escola de 12 salas lá, segundo o documento, custa 101 milhões de Kwanzas, ao passo que reabilitar e ampliar a Escola de Saúde local, de 24 salas, custa 104 milhões, 399 mil e 994 Kwanzas.

Entretanto, 101 milhões de Kwanzas é o montante que será desembolsado para a reabilitação e apetrechamento da escola de 24 salas de aulas do Perda 1, na cidade do Sumbe.

Em Malanje, o Governo vai pagar 124 milhões, 485 mil e 992 Kwanzas pela construção da Escola Provincial de Educação Física. Por menos 295 mil Kwanzas, ou seja, 124 milhões, 190 mil e 363 Kwanzas o Governo terá a Escola Hoji Ya Henda reconstruída, localizada na capital da província.

Na proposta de Orçamento, também não vem especificada se a quantidade de salas de aulas, nem se o apetrechamento das mesmas já faz parte destes montantes.

A Lunda-Norte também não fica de fora por, das 16 escolas que o Governo local pretende construir este ano, duas delas estão orçadas em 101 milhões de Kwanzas e outras duas em 99 milhões de Kwanzas. As restantes estão abaixo deste valor.

Na vizinha Lunda-Sul, o maior valor, 88 milhões, 173 mil e 469 Kwanzas, está destinado a uma escola do IIº nível da cidade de Saurimo, cuja tipologia não está especificada.

4.14 O OGE 2018 e o espectro da estagflação

Jornal Economia & Finanças

09 De Fevereiro de 2018

Texto: Lito Silva

Ao receber o convite para tecer algumas considerações sobre o OGE 2018, senti alguma relutância em fazê-lo, uma vez que na altura, o mesmo já havia sido muito debatido. Contudo, ponderando os factos, verifiquei que poderia abordar a questão sob um prisma de certa forma diferente, mas igualmente pertinente e ainda não explorado.

Antes da análise propriamente dita, julgo pertinente realçar que o orçamento em si é sempre um documento contabilístico perfeito do ponto de vista técnico. Claro que não podemos negar de qualquer modo as habituais assimetrias, Contudo, fundamentar a discussão nesse pressuposto, tende a deslocar o cerne da abordagem para aspectos não essenciais. Prefiro, portanto, fazer a abordagem noutra perspectiva, mas antes e para melhor fundamentar, baseio-me em dois factos importantes: o OGE 2017 e a medida de supressão de subvenção aos combustíveis no final de 2016. Importa recordar que já na altura o OGE 2017 fazia a previsão de um défice na ordem que dos 5,8

por cento do PIB, resultando a supressão do subsídio - após a aprovação do OGE - como uma ferramenta de suavização do défice. Na altura, pude manifestar a minha opinião sobre o assunto na MFM, chamando a atenção para o facto de que a ferramenta tem impacto positivo num curto prazo, mas deve ser secundada por outros mecanismos visando prevenir ou debelar uma canse- quente alta dos preços. Ou seja, dentre outros efeitos nefastos, a supressão do subsídio aos combustíveis, num curto prazo, avança a tesouraria, mas a médio-longo prazo tende a funcionar como um propulsor de preços, induzindo a economia num ciclo inflacionário. Com efeito, nos primórdios de 2017, a nossa economia registou uma forte tendência inflacionária. Sendo precisamente o mês de Janeiro, o momento do pico e os meses de Agosto/Setembro os meses em que se obteve uma estabilização em baixa e isso seguramente devido a medidas de contenção aplicadas como intuito de minimizar os efeitos colaterais negativos subjacentes ao acionamento da ferramenta atrás mencionada. Contudo, aparentemente a medida aplicada ao controlo da inflação foi o congelamento da despesa. Isso se por um lado susteve a tendência inflacionária. Não a eliminando, mas mantendo-a em níveis suportáveis, infelizmente por outro lado criou outro problema uma vez que estagnou a economia. Fazendo uma analogia simplificativa, era como se para combatermos a raposa que entrou no galinheiro, puséssemos lá dentro também um tigre. Assim, a economia que já apresentava forte tendência inflacionária, entrou em estagnação dada a falta de valores, pois o combustível e lubrificante dos mercados entrando a economia num estado de estagflação, como aliás não deixou de ser referido na conferência de imprensa da equipa económica do Executivo angolano.

Voltemos então ao OGE 2018 e à sua análise. Atentemos ao facto de que a previsão de 52,38 por cento de dotação de valor para suporte à dívida pública pode significar a intenção de estimular a economia até então estagnada. E embora os analistas que já tiveram a oportunidade de abordar a questão defendam a tese de auditar a dívida - por inferirem que muito desse valor poder corresponder à contratação irregular - o que dado o nosso historial de contratação pública é compreensível. No entanto, prefiro deixar

momentaneamente essa questão como "contas de outro rosário" e cingir-me ao aspecto candente do momento. A economia necessita efectivamente de um estímulo para debelar a crise. Por outro lado, e liberalização cambial, significa mais uma vez o recurso da ferramenta monetário financeira para por um lado gerar valor necessário para colmatar o défice orçamental, por outro lado para estimular os mercados – aqui chama-se a atenção para o cuidado que se deve ter dado ao facto de as exportações serem largamente deficitárias em relação às importações, o que poderá resultar num cenário de médio que a estabilidade do mercado cambial seja feito à custa das reservas líquidas nacionais - entretanto reconhece-se que, essa ferramenta se adequa perfeitamente como paliativo de curto, prazo. E é exactamente neste ponto, onde reside o problema; essa medida, tem sido repetidamente aplicada com ligeiras variações de formato, mas sendo essencialmente a mesma coisa, isto é: Ferramenta monetário-financeira para colmatar o déficit, estabilização cambial com forte intervenção do banco central e controlo da inflação com recurso ao congelamento da despesa pública - observem o OGE 2017, 16 e anteriores - e em todos esses cenários, o governo lança sempre um programa de redimensionamento, de reestruturação ou de qualquer outra índole a nível económico. É claro que a aplicação da medida paliativa de curto prazo exige a adopção de medidas estruturantes de reajuste macroeconómico de medio/longo prazo e para o caso do actual OGE, pese embora se tenha propalado um programa de reajuste, verificamos que este mais uma vez teceu linhas gerais, sem ser muito específico e é aqui onde reside toda a minha apreensão, uma vez que mais uma vez - mesmo com um elenco novo - o executivo, adoptou um procedimento que tem sido habitual ao longo dos nossos penosos 42 anos como nação independente; os programas têm sido apresentados, e depois não se apresenta o processo de monitoramento, o balanço de seguimento e simplesmente desaparecem dos radares de percepção da sociedade.

Regressando ao cerne deste artigo, que é - o OGE 2018 – que tem que ser inevitavelmente agregado ao programa de reestruturação, salta à vista que para a materialização dos fins perseguidos, várias medidas de carácter político têm que ser adoptadas, tais como:

1. Emagrecimento do estado, de modo a reduzir a despesa de gestão pública. E aqui importa referir que embora seja importante, não basta fazer a redução nas estruturas e organismos da administração do Estado. Este deve mesmo se desfazer de todo o património tido como não estratégico;
2. Na sequência do processo de alienação de propriedade e da captação de investimento privado - reconhecendo que esse investimento virá em grande parte do estrangeiro - o Estado deve aprimorar os mecanismos de defesa do emprego e do empresariado nacional, sob pena de pôr em causa a soberania e/ou importar desemprego, com a captação de investimento estrangeiro – é claro que no capítulo da defesa da nacionalidade, deverão ser criados mecanismos e incentivo a imigração de qualidade.
3. Devem ser aprimorados os mecanismos de supervisão e controlo das acções do executivo, bem como das medidas de responsabilização efectiva.
4. Provir para que a lei seja aplicada de forma escrupulosa, cega e inflexível.
5. Recorrer à ferramenta fiscal para o combate ao enriquecimento ilícito.
6. Aprimoramento dos métodos de fomento empresarial, privilegiando o sector produtivo.

Esses pontos aqui aflorados, devem juntar-se aos do programa de reajustamento, acrescentando-se também o compromisso de adoptarem-se os devidos mecanismos de monitorização da implementação, bem como de apresentação pontual da evolução do processo.

Em suma, o OGE 2018 sendo uma consequência directa do OGE 2016 e indirecta dos exercícios anteriores. Tendo ainda em consideração o facto do contexto em que o mesmo foi elaborado - onde para combater a raposa, alguém colocou um tigre no galinheiro - o mesmo não tinha muita margem para ser estruturalmente diferente do que é (embora pudesse sê-lo); visto que essa é uma das formas correctas de tentar alterar o actual cenário de estagflação com relativa estabilidade. Contudo, ainda nos pronunciando pela analogia do "tigre no galinheiro"; depois de termos lá dentro, uma raposa, galinhas, um tigre e muito sangue, temos

que fazer qualquer coisa. Mas a grande certeza mesmo é que não temos mais margem para falhanços; se não fizermos nada, o tigre come todo o mundo. Se abrimos a porta sem estratégia, o tigre sai e nos come, se entramos no galinheiro, o tigre nos agarra e nos come. Portanto, nesse momento em que as únicas ferramentas que temos são a nossa inteligência e o poder de abrir e fechar a porta, temos que adoptar a estratégia certa, séria e consistente. Ora, este é exactamente o ponto em que se encontra economicamente o nosso país.

O cenário determinado pelo contexto actual, exige que a estratégia - que ainda não nos foi apresentada - mais do que as linhas gerais apresentadas no propalado programa de reajustamento, seja assertiva, realística e consistente. O OGE até pode ser o que nos foi apresentado, com todos os seus desequilíbrios e pontos cinzentos. Mas a estratégia de implementação subjacente ao mesmo, não pode nem ser ambígua, nem vaga, nem inconsistente, porque infelizmente já há muito esgotamos a nossa capacidade de errar, e o estado caótico da nossa economia, já começa a pôr em causa questões fundamentais como a nossa soberania por outras palavras e recorrendo mais uma vez à analogia da fantasia, se o discurso pomposo, as práticas politicamente correctas, mas economicamente inviáveis, bem que podemos preparar-nos para sermos "comidos pelo tigre".

4.15 OGE foi aprovado na especialidade

Jornal de Angola
09 De Fevereiro de 2018
Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional aprovou ontem, na especialidade, a proposta do Orçamento Geral de Estado para este ano, com recomendação para a criação de condições para implementação do Fundo de Garantias de Autonomia Local, com vista à realização das autarquias.

As propostas acolhidas pelo Executivo foram aprovadas com 34 votos a favor do MPLA, dez contra da UNITA e duas abstenções da CASA-CE. O documento vai agora à aprovação final global do plenário da Assembleia Nacional.

Os deputados propuseram ao Executivo um incremento para o sector da Saúde no valor de 34.994.000.000 de Kwanzas.

Este aumento correspondera a 0,15 por cento do Produto Interno Bruto (PIE), e permitirá que o sector passe a deter quatro por cento das verbas alocadas pelo OGE. Para o sector da Educação, os deputados recomendaram que seja aumentado nove por cento, que corresponderá a um valor global de 46.458.320.000. Este aumento no sector da Educação vai permitir um incremento de 0.2 por cento do PIE, e permitirá que o sector passe a ter seis por cento das verbas alocadas no OGE.

O ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, disse que "a ideia convencional que se tinha de que o Orçamento entra na Assembleia Nacional e sai como entrou foi desfeita, e de maneira bastante positiva".

Manuel unes Júnior disse que o Orçamento está mais enriquecido, sobretudo no que diz respeito às despesas para a área social, sector importante para a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos. Acrescentou que o Orçamento aprovado é mais abrangente e apto para resolver os problemas das populações.

4.16 Região Norte favorecida com Kz 335,5 milhões

Jornal Economia & Finanças
09 De Fevereiro de 2018
Texto: Mateus Cavumbo

A região Norte do país, que compreende as sete províncias, nomeadamente Luanda, Bengo, Malanje, Cabinda, Zaire, Cuanza Norte e Uíge, permanece a liderar na afectação de recursos no Orçamento Geral do Estado para 2018. Na proposta inicia, a Zona Norte aparece com 834.762 mil milhões de Kwanzas (8.62 por cento), enquanto a parte Sul (Benguela, Bié, Cuanza Sul, Cunene, Huíla, Huambo e Namibe) com 499.170 mil milhões de Kwanzas (5.16) e o Leste (Lunda Sul, Moxico, tunda Norte e Cuando Cubango) com 180.397 mil milhões de Kwanzas (1.87). O diferencial das dotações entre as localidades do Norte e do Sul está à volta de 335.591 mil milhões de Kwanzas.

Apesar da proposta do aumento de verbas, em comparação com o ano de 2017, o orçamento atribuído à região Norte diminuiu drasticamente em 124 mil milhões de Kwanzas e a do Sul em 9 mil milhões. Já para o Leste, houve uma subida de 11 mil milhões de Kwanzas. Em 2017, o valor cabimentado para aquela região era de 169,23 mil milhões de Kwanzas menos de 180,397 mil milhões da proposta de 2018.

Distribuição

Sem a inclusão do aumento de 8 mil milhões de Kwanzas anunciados publicamente para o sector da Educação, quer a região Norte, quer a Sul e mesmo o Leste, vão continuar a investir fortemente na saúde e educação. Este segmento, sobretudo na zona Norte, terá razões suficientes para crescer em 2018, tendo em conta o volume financeiro alocado. Nas despesas por função, no Norte, o sector educativo terá uma verba de 142.691 mil milhões de Kwanzas, enquanto a Saúde Kz 139.412 mil milhões e habitação 44.7 mil milhões. Por exemplo em Luanda, os dois sectores sociais perfazem 54,83 por cento do orçamento por função destinado à capital do país, distribuindo em 71.547 e 28.370 mil milhões de Kwanzas, respectivamente. As outras áreas seguem os serviços públicos gerais com 30,56 por cento, Habitação e Serviços Comunitários com 5,59. Para Cabinda, os sectores da Educação absorvem 60,42 por cento do total do orçamento por função de 31.157 mil milhões de Kwanzas, enquanto os serviços públicos gerais 19,35, habitação e serviços comunitários com 11,68.

A área dos assuntos económicos vai ser contemplada com 1,02 mil milhões de Kwanzas.

Na província do Zaire, prioriza-se o sector da Habitação e Serviços Comunitários com 34,82 por cento num valor que corresponde a 10.315 mil milhões de Kwanzas, a seguir a Educação com 25104 tendo na rubrica 7,418 mil milhões de Kwanzas.

A Saúde vem na terceira com uma verba de 5,1 mil milhões, representando 17,37 do valor global das despesas por função do Zaire de 29,6 mil milhões de Kwanzas. Quanto ao Cuanza Norte, a Educação, Saúde e serviços gerais lideram na intenção de investimentos com 20.582 mil milhões, sendo repartidos em 10,136 (38,79), 6.188 (23,68) e 4.258 (16,29 por cento) mil milhões,

respectivamente. Nas despesas por função, o Cuanza Norte terá um valor aproximado de 26,133 mil milhões de Kwanzas.

O valor de 49.833.942 mil milhões de Kwanzas é o que consta da proposta das despesas por função do OGE 2018 para a província do Uíge.

Nesta localidade do Norte está previsto investir-se 26.649 mil milhões de Kwanzas no sector da Educação e da Saúde 8.859 mil milhões de Kwanzas e para Habitação e Serviços Comunitários 4.055 mil milhões.

No Bengo, a intenção de investimentos recai para a Educação (10,109 mil milhões), Habitação e Serviços Comunitários (7.777 mil milhões) e Saúde (6.734 mil milhões).

Os investimentos locais incidem sobre a construção e apetrechamento de escolas, hospitais, abastecimento de água, habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

4.17 OGE votado hoje no Parlamento

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Geral do Estado deste ano, com receitas estimadas em 9.685.550.810.785,00 (nove triliões, sei centos e oitenta e cinco mil milhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco kwanzas) vai hoje à aprovação final global, depois de passar na generalidade e na especialidade.

Os deputados vão aprovar o OGE com um aumento das verbas para o sector da saúde, educação, ensino superior e construção civil no valor global de 96.453.183.132,00 Kwanzas.

Durante o debate do Orçamento na especialidade, os deputados recomendaram ao Executivo a abertura de um concurso para admissão de até 20.000 novos professores para todos os níveis de ensino, a contratação de 1.500 médicos em todo o país e 200 técnicos de enfermagem e de diagnóstico no Sistema Nacional de Saúde Pública.

Os deputados recomendaram também a criação de mecanismos mais céleres de atendimento nas unidades hospitalares, de modo a garantir uma melhoria na assistência ao público.

Orçamento Inclusivo

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Salomão Xirimimbi, disse ao Jornal de Angola que o aumento do número de professores e médicos foi uma proposta do MPLA, que durante o debate, na especialidade, ouviu vários parceiros sociais e algumas entidades do Governo.

"Independentemente das audições do Parlamento, o grupo parlamentar do MPLA foi o primeiro a ouvir os vários parceiros sociais e algumas entidades, para nos inteirarmos dos vários problemas e da urgência em trabalharmos com o Executivo no sentido de atender às suas preocupações", disse o líder do grupo parlamentar do MPLA.

Quanto à orientação do Presidente da República para a contratação urgente de novos professores, o deputado Salomão Xirimimbi afirmou que a decisão de João Lourenço está em linha com aquilo que o grupo parlamentar do MPLA entende e defendeu durante a discussão do OGE na especialidade. "É uma orientação oportuna porque todos sabemos que a educação é a base de tudo, e tudo que pretendemos fazer passa necessariamente pela boa educação e preparação de profissionais e técnicos quer seja no domínio da saúde quer seja no domínio da educação", disse Salomão Xirimimbi.

O voto da UNITA

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, afirmou, durante o debate, na especialidade, que a UNITA deixou clara a sua tendência de voto ao Orçamento Geral do Estado para este ano.

Adalberto Costa Júnior disse "não ser tradição da UNITA votar favoravelmente ou abster - se rio Orçamento Geral do Estado", mas que, devido ao resultado da situação actual do país, a direcção da UNITA criou a possibilidade de mudar a sua tendência de voto no sentido de, em conjunto, se abraçarem os desafios difíceis que Angola tem e encontrar uma saída para os problemas.

"A UNITA absteve-se nas votações todas até à última hora, porque foi contribuindo nos debates com uma grande participação, e entregamos também por escrito uma proposta com uma visão de futuro para o país, onde a UNITA desafiou a um debate para se encontrar caminho que se devia seguir e não fomos respondidos em nenhum dos aspectos estratégicos apresentados", disse.

O deputado disse que a UNITA continua a pensar que a dívida pública assumida pelo país não é real, uma vez que a mesma atingiu 70 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e que, depois, tem o serviço da dívida com juros que consomem 52 por cento da despesa pública. "Se for verificado na prática ela (a dívida) é a mãe da corrupção em Angola", afirmou o presidente do grupo parlamentar da UNITA.

Adalberto Costa Júnior disse que a UNITA pensava que o actual Governo quer mesmo combater a corrupção e pretendia trabalhar em conjunto com o Executivo numa estratégia de combate a esta questão. Mas, acrescentou o deputado, o Executivo não respondeu a este desafio apresentado pela UNITA.

Para o presidente do grupo parlamentar do maior partido da oposição, o OGE continua a ter várias alíneas com financiamento partidário.

"Há uma série de instituições que encontram verbas no OGE vinculadas ao partido no poder e não foram retiradas, com excepção do CANFEU (Campo de Férias para Estudantes Universitários). Continuam a existir financiamento a instituições do partido e fazem campanha pelo país fora", afirmou o deputado.

4.18 Executivo autorizado a realizar despesas

Jornal de Angola

15 De Fevereiro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano, aprovado ontem com 136 votos a favor (do MPLA), 50 contra (da UNITA) e 18 abstenções (da CASA-CE, PRS e FNLA), começa a ser executado nos próximos dias.

O principal instrumento de execução financeira do Programa de Governo, o primeiro da governação de João Lourenço, foi aprovado globalmente, depois de passar na generalidade e nas comissões de especialidade.

O documento, aprovado com várias recomendações feitas pelos deputados ao Executivo, tem receitas estimadas em 9.685.550.810.785,00 (Nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco mil milhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil setecentos e oitenta e cinco kwanzas) e igual montante em despesas.

Mas, por recomendação dos deputados, a dotação orçamental para o sector da Educação está estimada em 46.458.320.039,85 Kwanzas, enquanto para o sector da Saúde são 34.994.863.091,3 Kwanzas. As principais recomendações dos deputados sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) estão viradas para o sector social, com destaque para a área da Saúde e da Educação.

Apesar deste aumento para os dois sectores no Orçamento foi recomendado ao Executivo a adopção de medidas céleres que permitam o reescalamento da dívida pública, com o objectivo de garantir a sua sustentabilidade.

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, disse que a interacção entre os deputados e o Executivo permitiu melhorar o documento de maneira significativa sobretudo na área social, com destaque para o sector da Saúde e da Educação. Quanto aos votos contra da UNITA e a abstenção da CASA-CE, PRS e FNLA, Manuel Nunes Júnior considerou "normal em democracia", uma vez que cada partido tem a sua maneira de estar e de observar a sociedade. Mas para o ministro de Estado, o mais importante é que o país tem um instrumento de governação com apoio do MPLA e o Executivo vai tratar da sua execução no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Ajuste ao OGE

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Salomão Xirimimbi, considerou o OGE 2018 um orçamento de transição, e afirmou que, pela primeira vez, foi possível fazer um ajuste ao

documento. "É possível que um Orçamento entre e saia da Assembleia Nacional de forma diferente, por isso esperamos que, no futuro, possamos caminhar", disse.

Saio mão Xirimimbi falou das recomendações feitas ao Executivo e destacou a mudança de discussão do OGE. "Ficou decidida a audição dos parceiros sociais no momento da preparação do OGE", disse.

O deputado do MPLA disse que foram aceites várias recomendações dos partidos políticos e da sociedade civil, O MPLA desejava que todos os partidos votassem favoravelmente ao Orçamento. O deputado, reagindo ao voto contra da UNITA, afirmou que este partido, desde 1992, nunca votou favoravelmente a nenhum Orçamento.

Adalberto Costa Júnior, presidente do grupo parlamentar da UNITA, disse que o OGE entrou na Assembleia Nacional com o mesmo formato dos anteriores e sem soluções para a profunda crise económica e social do país. A UNITA, disse, identificou o problema da dívida pública como factor central do OGE e que influencia negativamente as diversas variáveis macroeconómicas.

A UNITA defende um compromisso do Executivo direccionado ao sector social e que permita o aumento gradual da percentagem para a Saúde e Educação de modo a se abraçarem políticas sustentáveis para o futuro. Para Adalberto Costa Júnior. O aumento de 96 mil milhões de Kwanzas não resolve os problemas da Saúde e nem da Educação.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, esclareceu que "a abstenção é um sinal de boa vontade em reconhecer as melhorias na governação do país". "Já não sucedeu o que vinha sucedendo no passado quando o OGE vinha para Assembleia Nacional e saia como entrava", afirmou.

Bendito Daniel, do PRS, adiantou que o Orçamento não vai diminuir as necessidades do país. O deputado saudou ainda assim a abertura do Executivo em acolher as propostas dos parceiros, que permitiu o aumento de verbas para o sector social.

Lucas Ngonda, da FNLA, disse que apesar dos ajustamentos feitos, o OGE não é muito abrangente. No seu entender, o alargamento da base tributária iria colmatar as dificuldades orçamentais encontradas, sobretudo, nesta fase de diversificação da economia. O deputado afirmou que vai aumentar no país o desemprego e a inflação vai assumir proporções alarmantes.

4.19 Orçamento aprovado com votos contra da UNITA

Jornal O PAÍS

15 De Fevereiro de 2018

Texto: Rila Berta

O primeiro Orçamento Geral do Estado (OGE), com João Lourenço na liderança do país, foi aprovado com 136 votos, a favor do MPLA, e 18 abstenções da FNLA, CASA-CE e do PRS. 50 Deputados do maior partido da oposição, UNITA, votaram contra o documento aprovado ontem, em plenária, na Assembleia Nacional.

O governo deverá, neste orçamento, efectuar um incremento nas verbas atribuídas ao sector da Educação, da Saúde, do Ensino Superior e da Construção, no valor global de mais de 96 mil milhões de Kwanzas, de acordo com o relatório parecer conjunto das comissões de especialidade de Economia e Finanças, de Assuntos Constitucionais e Jurídicos e de Administração do Estado e Poder Local. Este incremento corresponde a 0,5% de incremento do défice fiscal.

O sector da Saúde beneficiou de um aumento na ordem dos 10%, relativamente ao que se previa na proposta orçamental inicial, correspondendo a um valor global de mais de 34 mil milhões de Kwanzas.

Para a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, em declarações à imprensa, no final da reunião, trata-se de um orçamento possível mas que resolve muitos problemas, "principalmente de recursos humanos", disse.

De acordo com o relatório parecer das comissões de especialidade, este valor corresponde a 0,15% do Produto Interno Bruto (PIE) e permite que o sector passe a deter de 4% das verbas do OGE. Assim, os deputados recomendaram, para o

presente ano, a contratação de 1.500 médicos e de 200 técnicos de enfermagem e de diagnóstico.

As verbas alocadas à Saúde deverão ser direccionadas, prioritariamente, para obras que já tiveram início ou que precisem de reabilitação e ou apetrechamento, como: a reabilitação do Hospital Geral do Dundo, do Banco de Urgência do Hospital Pediátrico David Bernardino, do Bloco Operatório do Hospital do Prenda, do Hospital Geral do Huambo, do Hospital Neves Bendinha e do Hospital Ngola Kimbamba do Namibe. De igual modo, será priorizada a conclusão das obras do Hospital da Catumbela, o apetrechamento do Hospital da Baía Farta, em Benguela, do Centro de Hemodiálise de Cabinda, a construção do Hospital Geral de Cabinda e a Morgue, do Hospital Sanatório de Luanda bem como do hospital especializado no tratamento de pacientes com queimaduras. "Que não constam da carteira do PIP 2018, com um valor de incidência indicativo de até 10 mil milhões de Kwanzas", frisou.

Sílvia Lutucuta disse que o orçamento é limitado, razão pela qual, internamente será definido como fazer a "melhor utilização e avaliação. Mas numa primeira fase vamos ver as necessidades gritantes", afirmou a ministra.

Ministra da Educação desmente contratação de professores Cabo-Verdianos

A ministra da Educação desmentiu a informação segundo a qual Angola vai contar com professores cabo-verdianos, para colmatar o défice de profissionais neste ramo. Respondendo a O PAÍS, no final da reunião plenária, na Assembleia Nacional, em que se efectuou a aprovação final e global do OGE, Maria Cândida Teixeira garantiu não haver qualquer tipo de acordo ou protocolo entre o governo angolano e cabo-verdiano que permita a presença de professores cabo-verdianos em Angola. "Não há acordos, nem há protocolos neste sentido", afirmou a O PAÍS, a ministra.

Por outra, o Governo deverá aumentar em 9% a verba para o sector da Educação assegurada pelo Estado em 2018, correspondente a mais 46,458 mil milhões de Kwanzas, face ao inicialmente previsto. Este valor permitirá que o sector passe a ter 6% das verbas alocadas ao OGE.

De acordo com as recomendações da Assembleia Nacional, este incremento ao sector da Educação permitirá que seja aberto um concurso de admissão de 20 mil novos professores, para os ensinos primário e secundário, a nível nacional.

Foram de igual modo incrementadas verbas avaliadas em 1% para os Programas de Investigação Científica.

No documento é ainda recomendado que o reforço para o sector social seja retirado da dotação orçamental para a concessionária nacional Sonangol, que dos actuais 7% passa a 5%, sendo o diferencial de 2% para a referida área.

A proposta do OGE para 2018 estima receitas de nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco mil milhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco Kwanzas e fixa despesas em igual montante.

4.20 “As dívidas contraídas hoje são impostos a pagar no futuro”

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2018

Sr. Ministro, o Orçamento Geral do Estado para 2018 acaba de ser aprovado pelos deputados. Tem sido dito que é o Orçamento possível. O que significa isso para os cidadãos?

Eu não diria um Orçamento possível, porque em política-sobretudo numa democracia cada vez mais consolidada como é a nossa - há sempre alternativa. E o Orçamento Geral de Estado é, no seu todo, a melhor alternativa para serem aplicados os recursos de que o País dispõe. O OGE de 2018, de resto, foi um dos que mais transformações registaram entre a proposta inicial do Executivo e a votação final global, fruto das inúmeras contribuições dos parceiros sociais e de todos os partidos - insisto: todos os partidos - com assento parlamentar. Pergunta-me: o que significa para os cidadãos este Orçamento? Significa em primeiro lugar que o Estado tem já à sua disposição o instrumento financeiro para executar os seus Programas que passo a destacar:

- Programa de Estabilização Macroeconómica;
- Programa da Reforma do Estado e do Reforço da Capacitação Institucional;

- Programa de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza;

- Programa de Melhoria da Qualidade de Serviço no Domínio da Educação e Saúde;

- Programa de Combate às Assimetrias e à Fome;

- Programa de Construção e Reabilitação das Infra-estruturas e Programa de Promoção das Exportações e Substituição das Importações.

Significa, em segundo lugar, que o Estado vai conseguir dar resposta positiva a todos os compromissos assumidos e tem margem para melhorar o acesso à saúde e à educação e a qualidade destes serviços, que deverão ser melhores para todos os angolanos. Significa, em terceiro lugar, que o Estado precisa de se endividar menos do que no passado, facto que inverte um ciclo de dependência face ao exterior. Significa ainda que o investimento previsto será executado com todo o rigor, transparência e disciplina e é aquele de que o País mais precisa para aumentar a produção nacional e o emprego.

A proposta de OGE 2018 baseia-se num crescimento do Produto Interno Bruto (a riqueza nacional produzida durante o ano) na ordem dos 4,9%, contra todas as projecções de outros economistas e instituições internacionais, como o FMI, que apontam para menos de metade do valor. Como será possível crescermos a este nível?

A previsão de crescimento económico em que o OGE se baseia, de 4,9%, eu diria que é ambiciosa, mais do que optimista. Essa previsão baseia-se num crescimento do sector do petróleo e do gás de 6,1 % e num crescimento do sector não petrolífero de 4,4%.

Essas estimativas estão fundamentadas nos projectos sectoriais. Por exemplo, no sector petrolífero - que esteve em retração nos últimos anos - há projectos que estão em fase de arranque e medidas tomadas para a recuperação da produção. O gás natural é outro subsector que esteve parado e o seu arranque há-de justificar igualmente a retoma do sector com grandes contributos para o crescimento económico. No sector não-petrolífero, há pelo menos quatro domínios projectados para suportar o crescimento:

-Na energia, com o arranque de duas turbinas do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca;

-Na construção e Obras Públicas, com a prossecução da reabilitação de estradas iniciadas em meados do ano passado.

-E nos sectores da agropecuária e da indústria mineira, com projectos que estão inscritos [no OGE] e que vão ser desenvolvidos. Exemplos: Cadeias de Valor da Província de Cabinda, mais de USD 100 milhões (Financiado pelo BAD); Projecto de Agricultura Comercial (Financiado pelo Banco Mundial); Projectos menores, como a resiliência do sector agrícola e outros com o FIDA-e muitos mais exemplos haveria.

Ainda assim são estimativas, que podem ser ajustadas no âmbito da Programação Macroeconómica Executiva.

As discussões na especialidade na Assembleia Nacional determinaram aumentos visíveis da despesa em vários sectores com destaque para a Educação e Saúde. Qual é a origem das verbas que permitirão atender a tais despesas? Teremos aumento do défice proposto?

O OGE de 2018 entrou no Parlamento com uma proposta de défice de 2,9% e a proposta aprovada consagra um défice de 3,5%. Esse aumento do défice será financiado com uma redução das margens da concessionária petrolífera nacional, Sonangol, e ainda com algum acréscimo do endividamento, 2018 será o primeiro ano em que se prevê um saldo primário positivo, desde a última crise. O Orçamento que foi entregue à Assembleia Nacional previa um superavit superior a 1%, o primeiro desde 2015.

É recorrente dizer-se que o principal problema da execução orçamental tem a ver com a fraca qualidade da despesa pública. Como melhorar e disciplinar a execução do OGE?

O OGE prevê uma despesa total de Nove Biliões e Seiscentos e Oitenta e Cinco Mil Milhões de Kwanzas. Uma parte muito significativa dessa despesa destina-se a fins sociais - e não é apenas nas rubricas tradicionais de Saúde e Educação. Por exemplo, a maior parte da despesa do sector da Defesa tem uma componente social muito relevante, na medida em que cerca de 59% da dotação orçamental do MINDEF é para salários e outros 23% correspondem a subsídios para apoio à velhice. Este é um facto incontornável, que decorre de o actual número de efectivos e

reformados ser consequência de mais de 40 anos de guerra. Esta é uma matéria com pendor social muito forte. O mesmo acontece com o Ministério do Interior, onde mais de 70% das dotações orçamentais são destinados a salários. Estamos a prosseguir o recadastramento de todos os quadros da função pública, para que essa despesa seja executada com o máximo rigor. Mas estamos também a trabalhar - o Executivo no seu todo - para encontrar soluções criativas na dinamização desta força de trabalho, particularmente do MINDEF. Não importantes como estas acções para melhorar a qualidade da despesa, temos as melhorias que já estão a ser praticadas em matéria de contratos públicos, especialmente através da Contratação Pública Eletrónica.

Cabe aqui um desmentido categórico ao líder da bancada parlamentar da UNITA, que acusa este Orçamento de "pagar canais de corrupção". Isso é completamente falso. A execução do OGE 2018 usará de todos os mecanismos administrativos, legais e - se necessário - judiciais para reprimir todas as práticas que lesem o interesse dos cidadãos e do Estado, sejam elas o peculato, a corrupção ou quaisquer outras. Adicionalmente, o Ministério das Finanças vai adoptar um conjunto de medidas que visam a melhoria da qualidade da despesa, das quais destaco o reforço do controlo interno da execução da despesa, para evitar que despesas sejam comprometidas fora do Orçamento.

A exemplo disso, vamos introduzir a figura do Controlador Financeiro e estamos a preparar projectos de elevado alcance, como é o caso da base de dados de contratos públicos, a Contratação Pública Electrónica e a obrigatoriedade de sujeitar a generalidade dos projectos de investimento público ao Regime dos Contratos Públicos.

Também estamos a introduzir alterações profundas na governação e gestão do tema da dívida dos atrasados do Estado com fornecedores de bens e serviços. Criamos um grupo com quadros do Ministério e apoiado por empresas especializadas, para gerir a regularização dos pagamentos em atraso e aplicar as medidas para sanar de uma vez este mal das finanças públicas em Angola. Por outro lado, o anúncio feito pelo Senhor Presidente da República sobre a eliminação dos subsídios a preços nos sectores de energia e águas e transportes vai permitir uma

gestão mais racional destes recursos e uma redistribuição mais equilibrada do rendimento nacional, eliminando factores de ineficiências das empresas públicas, reduzindo a pressão sobre a tesouraria do Estado e revertendo tais recursos para os sectores sociais.

O OGE 2018 prevê encargos elevados com a dívida pública. Não teremos já atingido um nível de asfixia face aos recursos absorvidos pelo serviço da dívida?

O serviço da nossa dívida pública - que inclui o pagamento de juros e os reembolsos nas maturidades que terminam ao longo deste ano - requer um esforço e uma disciplina financeira muito grande. Esse facto condiciona a nossa actuação, enquanto governantes, porque impõe um conjunto de obrigações, mas não nos assusta e muito menos nos paralisa.

Essa cifra de 52% para o serviço da dívida é reveladora da dimensão das responsabilidades que pesam sobre nós. Mas é preciso clarificar que os juros - o custo efectivo da dívida - são 10% do OGE. Estamos a trabalhar para reorganizar a nossa carteira de dívida, de tal modo que seja possível ter prazos mais longos de reembolso e taxas de juro mais baixas. A intenção do Executivo é alterar o actual perfil da dívida. A sua trajectória terá certamente uma curva descendente nos próximos anos.

Por outro lado, há que notar que o aumento do serviço da dívida está igualmente ligado ao facto de termos verificado, no período de 2015 a Janeiro de 2018, um nível acumulado de desvalorização de cerca de 100%, facto que aumentou as nossas responsabilidades em Kwanzas, quando convertida a dívida externa e a dívida em moeda nacional indexada à moeda externa.

Por isso, em 2018 vamos descontinuar a emissão de dívida interna indexada.

Outro factor de crescimento da dívida como um todo e do seu serviço está relacionado com a inclusão e reconhecimento de atrasados, para benefício dos fornecedores do Estado. Por último o registo de défices sucessivos nos últimos 3 anos, que afectaram o actual serviço da dívida.

De acordo com a lei, quando a dívida governamental ultrapassa 60% do PIB, o governo

deve apresentar um programa de redução da dívida pública. O Governo tem ou pensa apresentar esse plano de redução da dívida?

Essa trajectória da redução do peso da dívida já está traçada, particularmente no Programa de Estabilização Macroeconómica. Prevê-se que - com a execução do OGE de 2018 e seguintes - a dívida interna e externa já esteja acomodada, em 2020, dentro desse intervalo de segurança que é o limite de 60% do PIB. O factor que mais contribuiu nestes últimos anos para agravar a dívida pública foi a deterioração das receitas petrolíferas e o facto de o Estado ter feito a opção - e bem - de não repassar na íntegra o impacto dessas perdas para as famílias e as empresas, através de um agravamento fiscal.

O Estado não fez esse agravamento fiscal, porque teria externalidades negativas para a sociedade e para a economia. Pelo contrário, tratou de apetrechar a sua administração tributária com os meios humanos e tecnológicos necessários para uma cobrança fiscal que seja totalmente eficiente e justa.

As dívidas contraídas hoje são impostos que iremos pagar no futuro. Portanto, se formos totalmente eficientes e justos na cobrança dos impostos que são devidos pelas empresas e pelas famílias, certamente isso nos dará margem para gerir melhor a carteira de dívida. E tudo está a ser feito nesse sentido. Por outro lado, neste âmbito o Governo está a preparar um conjunto de instrumentos que ajudarão a estabilizar o ciclo económico, com uma previsão de médio prazo:

-Plano Nacional de Desenvolvimento; Quadro Fiscal de Médio Prazo; Quadro de Despesas de Médio Prazo; Análise de Sustentabilidade da dívida associada aos instrumentos anteriores. Aqui, o objectivo será sempre ter níveis de dívida de acordo com o que recomenda a Lei. Alguns dos instrumentos acima serão apresentados em Março do corrente ano.

Terá o Executivo medidas para conter a inflação ou vamos continuar a assistir o agravamento das condições de vida em face do aumento de preços?

O Governo continua particularmente atento à inflação, especialmente a que incide nos produtos da cesta básica. Há um certo nível de inflação necessário para gerar crescimento económico. Mas

o excesso de inflação que incide sobre as famílias com menos rendimentos é muito pernicioso e o Governo está a combater esse flagelo na origem - com acções concretas dirigidas pela autoridade monetária, pelas autoridades de concorrência e preços e pelo Ministério do Comércio.

A nível de coordenação existe um Comité de Liquidez, em que o MINFIN está representado, que faz esta gestão.

4.21 Académico propõe adopção de imposto sobre a fortuna

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2018

Texto: André dos Anjos

O economista Alves da Rocha defendeu na terça-feira em Luanda a criação de um imposto específico para as fortunas construídas com recurso ao dinheiro público, "por forma a atacar as desigualdades criadas pelo acintoso acesso ao Orçamento Geral do Estado".

"Temos aqui imensas fortunas, algumas das quais criadas à sombra do Orçamento Geral do Estado, e ainda não vi nenhuma proposta para a criação de um imposto sobre as grandes fortunas", disse Alves da Rocha, em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA).

"Uma das formas de 'atacar' essas desigualdades criadas pelo acintoso acesso ao Orçamento Geral do Estado é a criação de um imposto sobre as fortunas criadas à sombra do Orçamento Geral do Estado", sublinhou.

Numa altura em que o país prepara um pacote legislativo para o repatriamento de capitais, o economista interroga-se se ficam de fora do processo de esclarecimento da origem das fortunas aquelas transformadas em investimentos e empreendimentos em território nacional.

Alves da Rocha reconhece que, tal como repatriar capitais, taxar as fortunas não será, uma tarefa fácil. "É difícil" sim, como vai ser difícil repatriar dinheiro", disse, insistindo na necessidade de o Estado não "abrir mão" desse que pode ser mais um instrumento de redução das simetrias sociais.

O Conselho de Ministros aprovou há uma semana a proposta de lei para o repatriamento de capitais

ilícitos domiciliados no exterior do país, que concede 180 dias para esse processo, sem qualquer procedimento criminal ou judicial por parte do Estado.

Aquando da sua aprovação pelo Conselho de Ministros, a 7 de Fevereiro, o governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, disse à imprensa que a proposta de lei cria um conjunto de incentivos para que esses recursos possam ser livremente repatriados.

Proposta de lei

A proposta de lei, prosseguiu José de Lima Massano, cria também instrumentos para, no caso de recursos ilícitos estarem retidos no exterior do país, esses possam ser igualmente repatriados, sendo concedida "uma janela (prazo) de 180 dias para que esse processo aconteça, sem que, por parte das autoridades, seja exercido qualquer poder criminal, judicial ou de qualquer outra natureza".

"Concluído o período de 180 dias, e naqueles casos de recursos ilícitos se mantiverem no exterior do país, as autoridades vão então fazer recurso de todos os meios que têm à sua disposição para, nos termos da lei, assegurar o seu repatriamento para o território nacional e serem integrados na nossa economia e apoiarem o esforço de desenvolvimento", referiu. O governador do banco central frisou ainda que "o processo é voluntário" e quem tem recurso no exterior do país e quer trazer, pode fazê-lo livremente. "Durante os primeiros 180 dias de vigência da lei, quer sejam os recursos de forma lícita como de forma ilícita, não será feito qualquer questionamento. Posteriormente, volta - se ao quadro de normalidade, no âmbito das regras de 'compliance' que serão aplicadas", observou.

"No caso de recursos obtidos de forma ilícita, aí, então, há um processo de recuperação coerciva", advertiu o governador do Banco Nacional de Angola.

A ideia do repatriamento de capitais e da sua conformação a um quadro legal foi inicialmente apresentada pelo Presidente da República, João Lourenço, que, pela primeira vez, se pronunciou a respeito num seminário do MPLA consagrado ao combate à corrupção realizado em meados de Dezembro.

A partir do início do ano, avisou naquela ocasião o Presidente, "vai estabelecer-se um período de graça durante o qual todos os cidadãos angolanos que repatriarem capitais do estrangeiro para Angola e os investirem na economia e empresas geradoras de bens, de serviços e de emprego não vão ser molestados, não vão ser interrogados das razões de terem dinheiro lá fora, não vão ser processados judicialmente".

No final desse prazo, prosseguiu, "o Estado de Angola sente-se no direito de o considerar dinheiro de Angola e dos angolanos e, como tal, vai agir junto das autoridades dos países de domicílio para tê-lo de volta e em sua posse".

4.22 Com votos contra e abstenção, posição dá benefício de dúvida ao OGE

Jornal Manchete

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Jorge Neto

Depois de passar pelo crivo na generalidade e nas comissões de especialidade, o OGE, instrumento de execução financeira do Programa de Governo, contendo receitas estimadas em 9.685.550.810.785.00 (Nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco mil milhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil setecentos e oitenta e cinco kwanzas) e igual montante em despesas, foi aprovado globalmente, com 136 votos do MPLA.

As principais recomendações dos deputados sobre o OGE, foram viradas para o sector social, com destaque para a área da Saúde e da Educação.

Por recomendação dos deputados, a dotação orçamental para o sector da Educação está estimada em 46.458.320.039,85 Kwanzas, enquanto para o sector da Saúde são 34.994.863.091,3 Kwanzas.

O líder do Grupo parlamentar da UNITA justificou o voto contra porque as expectativas existentes para o novo ciclo político em Angola, com a chegada do Presidente João Lourenço ao poder, "não foram cumpridas".

Adalberto da Costa Júnior referiu que o documento não contém "soluções para a profunda crise económica e social" que atravessa.

Para o deputado o ajuste feito aos sectores da educação e saúde não são ainda suficientes. E o líder parlamentar da UNITA lembrou o que a Casa Militar do PR tem disponível "o dobro do que o OGE prevê para a Educação", tendo criticado o facto de terem sido recusados "todas as propostas no sentido de aplicar uma fiscalização preventiva" aos gastos do OGE.

"Este OGE é uma traição ao clamor dos angolanos que esperavam e exigiam uma mudança de facto", disse.

Para a UNITA falta no OGE um apoio claro aos empresariado nacional, mais verbas para a agricultura e, entre outras exigências, retirar o apoio financeiro à organizações partidárias, do MPLA, que estão ao serviço da actividade política mas que recebem verbas do Estado através do OGE.

Para Mendes de Carvalho "Miau", líder parlamentar da CASA-CE, a abstenção da coligação serve para marcar o reconhecimento do esforço "de se alterar o processo de aprovação do Orçamento".

"Sempre votámos contra, mas este ano optámos pela abstenção, reconhecendo o esforço do Executivo. Houve um passo em frente e nós correspondemos".

O deputado apesar da proposta da coligação "não tenha sido tida em conta", o partido entendeu que este é um momento particular e difícil optando pela abstenção, dando assim ao Governo "um sinal de boa vontade".

O deputado e presidente do PRS, Benedito Daniel, justificou a abstenção na votação do OGE 2018, admitindo que se tratou de um "benefício da dúvida" dado ao Executivo. Entretanto, exige que os "mecanismos de fiscalização" sejam melhorados, porque essa é a forma adequada de minimizar o facto de o país não ter capacidade para "corresponder às exigências da população": embora o PRS tivesse feito "exigência" que considera como "justas e necessárias". Lucas Ngonda, da FNLA, disse que apesar dos ajustamentos feitos, o OGE não é muito

abrangente. No seu entender, o alargamento da base tributária iria colmatar as dificuldades orçamentais encontradas, sobretudo, nesta fase de diversificação da economia. O deputado afirmou que vai aumentar no país o desemprego e a inflação vai assumir proporções alarmantes.

Para o Líder da Bancada Parlamentar do MPLA, Salomão Xirimimbi, o partido no poder teve em conta as contribuições dos partidos na oposição e da sociedade civil.

Salomão Xirimimbi, considerou o OGE 2018 um orçamento de transição, e afirmou que, pela primeira vez, foi possível fazer um ajuste ao documento. "É possível que um Orçamento entre e saia da Assembleia Nacional de forma diferente, por isso esperamos que, no futuro, possamos caminhar", disse.

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, disse que a interação entre os deputados e o Executivo permitiu melhorar o documento de maneira significativa, sobretudo na área social, com destaque para o sector da Saúde e da Educação. Para o ministro de Estado, o mais importante é que o país tem um instrumento de governação com apoio do MPLA e o Executivo vai tratar da sua execução no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Apesar deste aumento para os dois sectores no Orçamento, foi recomendado ao Executivo a adopção de medidas céleres que permitam o reescalamento da dívida pública, com o objectivo de garantir a sua sustentabilidade.

4.23 Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

A Linha de Crédito da China (Lcc) vai financiar 29% dos projectos de reabilitação de estradas e 20% das obras de construção de infra-estruturas do sector da energia e águas inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) em 2018, de acordo com cálculos do Expansão com base no Orçamento Geral do Estado para 2018.

Contas feitas, o crédito chinês vai financiar 13% dos 894,9 mil milhões Kz (4,3 mil milhões USD) do total do PIP, o equivalente a 117 mil milhões Kz (565 milhões USD).

A Linha de crédito chinesa vai financiar 29% do total da verba destinada aos projectos do Ministério da Construção e Obras Públicas, ou seja, o equivalente a 47,1 mil milhões Kz (227,6 milhões USD) dos 165 mil milhões Kz. Os projectos deste ministério financiados pela Lcc são somente para reabilitação de estradas um pouco por todo o País (ver página 4). Este tipo de intervenção nos municípios do Cuanza Norte é o projecto mais caro deste ministério a ser financiado pela China, com um custo de 3,1 mil milhões Kz.

O Ministério da Energia e Águas vai receber a segunda maior fatia dos financiamentos chineses em 2018, um total de 20% dos 350,1 mil milhões Kz disponíveis a este ministério, correspondendo a 70,5 mil milhões Kz. Entre os projectos, estão a reabilitação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e electrificação nas províncias do Bengo, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Luanda, Lunda Norte, Malanje, Huíla, Huambo e Namibe.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, considera que as dotações ao sector da construção são cruciais e vão animar o sector. No entanto, o 'patrão dos patrões' alerta que o recurso a financiamento chinês é uma porta aberta às empresas de construção do gigante asiático, em detrimento das operadoras nacionais.

Severino reconhece as limitações dos empreiteiros nacionais, mas apela ao Governo para que proteja as construtoras angolanas dentro do Sistema Nacional de Contratação Pública, bem como defende a necessidade de ampliar a abertura de concursos públicos para a adjudicação destas obras.

O presidente da AIA considera ainda que deve ser reforçada a fiscalização para que as obras tenham o tempo de execução planeado e evitar a repetição dos investimentos nos mesmos projectos, em cada dez anos.

Ministério da Energia e Águas é o campeão do PIP

O Ministério da Energia e Águas, com uma dotação de 350,9 mil milhões Kz é o órgão do Estado que recebe a maior fatia das verbas disponibilizadas para o PIP 2018. É também o ministério que vai 'gerir' os projectos mais caros, nomeadamente a construção do sistema de transporte de electricidade da barragem da Laúca, que custará 27,8 mil milhões Kz, seguindo da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, obra orçada em 25,2 mil milhões Kz. O sistema de transporte de electricidade da Central do Ciclo Combinado do Soyo completa o top 3 dos projectos mais caros do PIP 2018, com um valor total de 21,9 mil milhões Kz (ver página 4).

O Ministério da Construção e Obras Públicas, com 165,1 mil milhões Kz, é o segundo com maior peso no programa de investimentos públicos deste ano. A Defesa e os Transportes com 44,3 mil milhões e 40,4 mil milhões, vêm na terceira e quarta posição, respectivamente.

Luanda domina destino das verbas por província

A capital do País lidera o investimento do PIP em 2018, ao receber 241,9 mil milhões Kz. Malanje vem na posição imediata com 66,1 mil milhões Kz para a reabilitação de projectos naquela região. O Zaire vai receber 60,5 mil milhões Kz.

Por outro lado, o Namibe é a província que será menos abrangida por verbas do PIP, ao receber 9,1 mil milhões Kz, menos 800 milhões que a Lunda Sul.

O consultor Galvão Branco afirma que "temos decididamente de fazer recurso a outras modalidades" de execução de projectos e infra-estruturas "que não façam apelo a fontes próprias do OGE e/ou ao endividamento externo, como é o caso do recurso intensivo às parcerias público-privadas" e outras formas de financiamento privado. "É também importante otimizar a despesa pública, assegurando melhores padrões de qualidade das empreitadas, impondo regras de fiscalização e supervisão mais rigorosas e qualificadas", defende o consultor.

Por seu lado, o Ceo da MotaEngil Angola, Francisco Franca diz que a quebra de verbas do PIP 2018 em 7,4% face ao ano anterior é o reflexo das políticas do Governo. O responsável sublinhou que a crise não pode ser factor de

"receio" de trabalhar com o Estado, porque "com maior ou menor dificuldade, o Estado sempre foi cumprido" das suas obrigações.

"Nesse sentido a redução de 7,4% reflecte um esforço dos diversos sectores que no futuro permitirá um maior investimento no sector público", refere o gestor.

4.24 OGE 2018 aprovado sem voto favorável da oposição

Jornal Visão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Olímpio Carlos

Lei Geral do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico 2018 foi aprovada, no dia 14 de Fevereiro último, por 136 votos a favor (todos do MPLA), 50 votos contra (da UNITA) e 18 abstenções (da CASA-CE, FNLA e PRS).

Ao longo dos últimos dois meses verificaram-se na casa das Leis vários debates na especialidade, como é da praxe, mas com um pensar diferente, já que algumas correcções que as forças políticas da oposição sugeriram foram tidas em conta pelo Executivo, por um lado. Por outro lado, houve, no seio da própria bancada do partido no poder vozes que emitiram sugestões que se emparelham com as da oposição, sobretudo as de índole social.

Depois das comissões de trabalho especializadas, no âmbito das discussões na especialidade do OGE, e da proposta que o aprova, mormente pelas comissões da Economia e Finanças, dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos, e da Administração do Estado e Poder Local procedeu-se à aprovação de todas as recomendações decorrentes das discussões do orçamento.

Assim, decidiu que sejam incrementadas as verbas atribuídas aos sectores da saúde, educação, ensino superior e construção no valor global de 96 milhões 453 milhões 183 mil e 132 Kwanzas. O referido incremento corresponde aproximadamente a 0,5 por cento do incremento do défice fiscal, elevando para 3,5 por cento, sendo que o nível de endividamento seria elevado na mesma proporção.

Que havendo a necessidade de se corrigir o percentual fixado para a remuneração da

concessionária angolana Sonangol dos actuais 07 por cento para 5, o diferencial equivalente a 2 por cento sirva para o reforço da dotação orçamental atribuída ao sector social.

FNLA diz que OGE aperta vida dos cidadãos

Lucas Ngonda justificou seu voto contra, tendo em atenção o actual momento político que o país vive e o facto de, apesar de serem introduzidos vários ajustamentos para melhorar o projecto inicial apresentado pelo Executivo, e o facto de este orçamento conservar ainda muitas penalizações que direitos "demonstram uma regressão dos direitos consagrados por lei, ao invés de ter uma opção do alargamento da base tributária".

"Ao invés dos cortes que foram feitos, que penalizam famílias e grupos sociais, o alargamento da base tributária iria colmatar as dificuldades orçamentais constatadas já que estamos numa fase da diversificação da economia" sustentou.

PRS saúda Executivo por acatar contribuições

Já o líder dos Partido de Renovação Social (PRS) entende o exercício que foi feito pela Assembleia Nacional (AN), em conjunto com o Executivo no sentido de remanejar o orçamento para compensar os sectores sociais mais necessitados, "que de alguma forma estavam muito penalizados".

Apesar de saudar o esforço empreendido, decidiu abster-se porque ainda considera que esse esforço veio apenas colocar o orçamento num nível possível de funcionamento para o ano económico 2018, mas não um orçamento necessário que pode colmatar as necessidades do país.

"Saudamos o Executivo por ter tido, pela primeira vez, uma abertura de aceitar as preocupações dos seus parceiros e aceitar o remanejamento do orçamento': notabilizou.

CASA-CE estreia-se com 'nim' ao OGE

O líder da bancada parlamentar da CASA-CE começou por esclarecer que os votos da coligação não decidem a aprovação ou a reprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE), dada a maioria qualificada que o partido no poder tem na Assembleia Nacional.

A abstenção marca a posição do seu grupo parlamentar face à proposta do OGE 2018 e também face à apreciação do momento político que o país está a viver.

"Nos anos transactos, o nosso grupo parlamentar sempre votou contra o OGE. Desta vez, nós optamos pela abstenção, porque reconhecemos ter havido um esforço no sentido de se alterar o processo da aprovação do Orçamento Geral do Estado': justificou, afirmando que se trata de um esforço dentro daquilo que foi possível.

"Mas este orçamento não é o nosso orçamento, porque vai continuar a penalizar os mais pobres e a exigir deles fazer um grande sacrifício e todo este esforço não leva ainda a um porto seguro", reafirmou.

UNITA defende despartidarização do OGE

O maior partido da oposição, através do seu líder de bancada, Adalberto Costa Júnior, justificou o voto contra, referindo que a arquitectura do OGE permitira saber, de modo mais claro, as reais convicções reformistas, o abraço ou não da boa governação e da transparência do Executivo actual. Contudo, constatou que apresenta o mesmo formato dos anteriores orçamentos; sem soluções para a profunda crise social e económica do país.

"Identificamos a dívida pública como factor central deste orçamento, influenciando negativamente as diversas variáveis macroeconómicas" disse, sugerindo uma auditoria séria e patriótica à dívida pública, fonte "da grande corrupção que graça no nosso país".

Para além dessa exigência, a UNITA fala igualmente da necessidade de se despartidarizar o orçamento, eliminando o financiamento de numerosas organizações ditas de utilidade pública que continuam a receber verbas do Orçamento Geral do Estado e dedicam-se à actividades partidárias.

"Também votamos contra, porque o Executivo rejeitou as medidas de fiscalização preventiva da execução orçamental pela Assembleia Nacional, que propusemos ao longo das discussões na especialidade", disse, recordando que todo o dinheiro "que foi roubado ao país, e que agora se procura repatriar saiu essencialmente dos buracos

existentes nos actos de execução orçamental das leis aprovadas nos orçamentos anteriores.

MPLA exalta contribuições da sociedade

Para o Presidente do Bancada parlamentar do MPLA, Salomão Xirimimbi, este orçamento, que é o primeiro a ser aprovado na presente legislatura, considera-o o orçamento de transição.

"Foi possível introduzir, pela primeira vez, ainda que para muitos possam considerar ínfimo, mas só assim considera quem nunca teve gestão económica na sua mão, foi possível fazer um grande exercício de ajustamento deste orçamento", sublinhou, tendo sido constatado que é possível que um orçamento entre e saia da Assembleia Nacional de forma diferente.

O deputado disse que foram feitas várias recomendações para o futuro, uma das quais tem a ver com a mudança de paradigma. Ou seja, o Executivo aceitou que, doravante, fará primeiro a auscultação dos parceiros sociais no momento de preparação do Orçamento Geral do Estado.

4.25 Oposição de costas viradas com o OGE 2018

Jornal Liberdade
16 De Fevereiro de 2018

A UNITA, maior partido da oposição, justificou o voto contra com o facto de o texto final "incorporar os mesmos vícios e as mesmas práticas de má governação dos anos anteriores".

"A estrutura deste orçamento constitui uma traição aos angolanos que clamam por mudança. É mais um OGE que empobrece os angolanos, penaliza o sector social, agrava as assimetrias regionais, desinveste no sector produtivo e mantém as opções de política que acarretam falta de transparência", declarou, Adalberto da Costa Júnior.

Disse que o seu partido identificou a problemática da dívida pública como factor central deste orçamento, influenciando negativamente as diversas variáveis macroeconómicas, constituindo um imperativo proceder uma auditoria séria e patriótica à dívida pública que, no seu entender, está evitada de corrupção que graça o país.

O grupo parlamentar da UNITA diz ainda ter identificado aspectos essenciais neste orçamento que deveriam merecer uma abordagem aprofundada e procurou contribuir na busca de soluções, mas que foram motivos de interpretações pejorativas e de desconfianças.

"Apontamos as debilidades deste orçamento, para além da auditoria à dívida pública, a necessidade da despartidarização do orçamento, eliminando o financiamento às inúmeras organizações de utilidade pública que continuam a receber verbas do OGE, mas dedicam-se actividades partidárias", vincou.

Fez saber ainda que o Executivo rejeitou também as medidas de fiscalização preventiva da execução orçamental pela Assembleia Nacional, que propuseram ao longo das discussões na especialidade.

CASA-CE reconhece avanços no OGE 2018

Na sua declaração de voto, André Mendes de Carvalho, da CASA-CE, disse que nos anos transactos sempre votaram contra o orçamento e, desta vez, optaram pela abstenção, pelo facto de reconhecerem ter havido um esforço no sentido de se alterar o processo de aprovação deste principal instrumento de execução financeira do país.

"Reconhecemos que há, de facto, melhorias na governação do país, houve um passo em frente, um bom jeito da parte de quem detém o poder e nós correspondemos com um outro jeito positivo, embora tímido", sustenta.

Já a FNLA, na voz do seu representante, Lucas Ngonda, disse que, apesar de terem sido introduzidos vários ajustamentos para melhorar o projecto inicial apresentado pelo Executivo, o orçamento conservou ainda muitas penalizações, o que demonstra uma regressão de direitos já consagrados por lei, ao invés de ter uma opção do alargamento da base tributária.

O PRS, por seu turno, entende que o exercício feito pela AN com o Executivo, no sentido de remanejar o OGE para compensar o sector social ainda não é suficiente para colmatar as necessidades do país.

Benedito Daniel espera, todavia, que sejam melhorados os mecanismos de fiscalização deste orçamento, a todos os níveis.

MPLA critica voto contra e dá benefício de dúvida às intenções da UNITA

Em defesa do documento, MPLA, na voz do seu líder parlamentar, Salomão Xirimbimbi, disse não estranhar o "chumbo" dado pela UNITA ao OGE 2018, lembrando que desde 1992 este partido procede da mesma forma, mas que desta vez votou até contra as suas próprias recomendações.

Para si, quem procede desta forma não merece credibilidade.

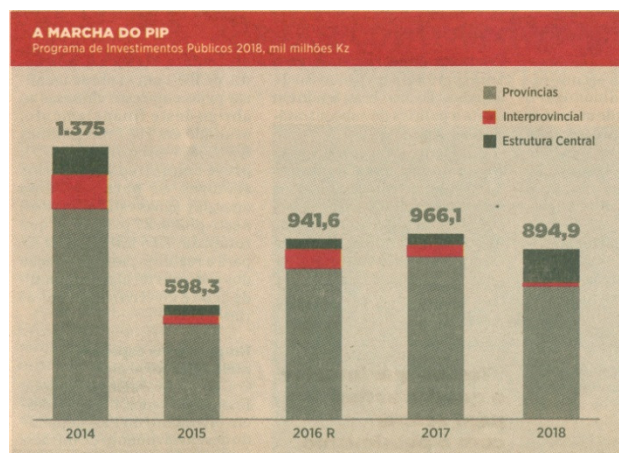
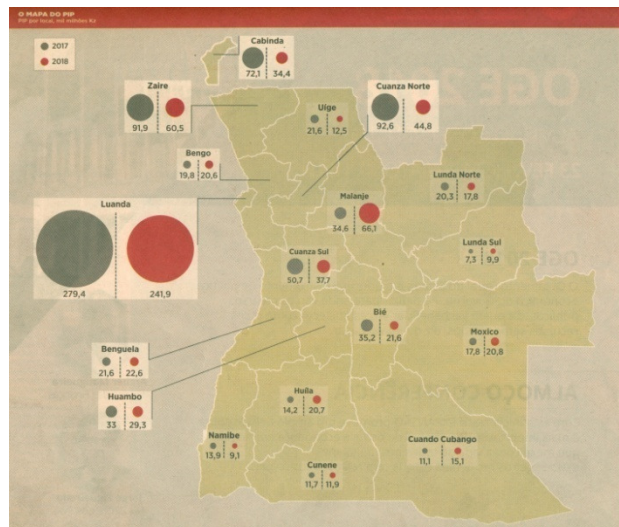
"O nosso desejo era que todos os partidos votassem favoravelmente o OGE 2018, mas a política não dita isto. A UNITA nunca aprovou favoravelmente nenhum orçamento. Se estivéssemos à espera que assim o fizesse, o país e os angolanos nunca teriam nem saúde e nem educação".

Informou que neste OGE 2018, que considerou de transição, foi feito um grande exercício de ajustamento.

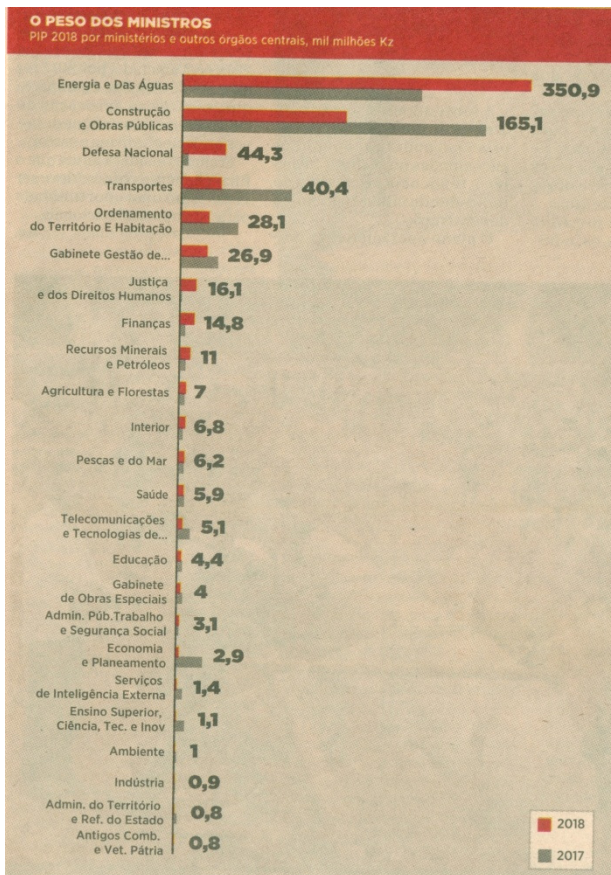
"Pela primeira vez os angolanos e as angolanas, de Cabinda ao Cunene, poderão dizer que finalmente é possível um orçamento entrar na AN e sair de forma diferente", expressou, lembrando que foram feitas várias recomendações para o futuro, uma das quais a mudança de paradigma para a elaboração do orçamento.

Adiantou que foram aceites contribuições e recomendações vindas de partidos políticos da oposição e da sociedade civil, mas não foram acolhidas as colocadas de forma incorrecta, apontando a questão da dívida pública.

Fez saber que a UNITA apresentou a questão da dívida pública como moeda de troca para que votasse favoravelmente o orçamento. "Não podemos aceitar este tipo de situações, porque para votarmos o orçamento não precisamos de fazer qualquer tipo de contrapartidas".



Projeto	LOCAL GESTOR	VALOR
Construção do A H de Laúca e Sistema de Transporte Associado	CACUSO MIN. ENERGIA E ÁG.	27,8
Construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Caculo Cabaça	BANGA MIN. ENERGIA E ÁG.	25,2
Instalação Central Ciclo Combinado Soyo, Sistema Transporte Associado	SOYO MIN. ENERGIA E ÁG.	21,9
Construção da Infra-Estrut. Costeira/ Projecto Marginal da Corimba	LUANDA GAB. FUT., BELAS E MUSSULO	18,6
Electrificação e Ligações Domiciliares da Cidade de Luanda - Lcc	VIANA MIN. ENERGIA E ÁG.	16,8
Cobstrução Infra-Estrutura Urbana 10.000 Fogos - Kilamba	BELAS MIN. CONSTRUÇÃO	15,8
Construção do Centro Nacional Coordenação e Vigilância Luanda-Kalunga	BELAS MIN. DEFESA	12,2
Aquisição Equipamento de Transporte 6 Helicópteros	ESTRUTURA CENTRAL MIN. DEFESA	12,2
Fornecimento de Bens, Instalação e Suporte Técnico do Bi, Rc Notariado	ESTRUTURA CENTRAL MIN. JUSTIÇA	11,9
Construção do Sistema Associado ao A.H. de Laúca - Lote C - Lcc	VÁRIOS MUNICÍPIOS-MALANJE MIN. ENERGIA E ÁG.	11,6
Reabilitação Central Térmica Cabinda /Malembo, Reforço da Capacidade Termoelectrica	ESTRUTURA CENTRAL MIN. ENERGIA E ÁG.	10,5
Const. Sist. Adução Dist. Eta Quilonga Grand. Sist. Dist. Associado/Minea	LUANDA MIN. ENERGIA E ÁG.	10,3
Reab. e Reforço do Sistema Abastecimento de Água de Cabinda - Lcc	CABINDA MIN. ENERGIA E ÁG.	8,8
Reabilitação Central Térmica Zaire - Soyo Assistência Técnica do Ciclo Combinado	ESTRUTURA CENTRAL MIN. ENERGIA E ÁG.	8,7
Electrificação da Província do Zaire	ESTRUTURA CENTRAL MIN. ENERGIA E ÁG.	8,3
Construção de Infra-Estruturas - Fase 1	BELAS GAB. FUT., BELAS E MUSSULO	8,3
Construção Infraestruturas da Centralidade Zango Red/Sonip	BELAS MIN. ORDEN. TERRIT.	8,1
Construção da Auto Estrada Luanda/Soyo-Pacote 5 (Km 8 + 800 ao Km 104 + 800) 2	VÁRIOS MUNICÍPIOS-ZAIRE MIN. CONSTRUÇÃO	7,7
Estudos de Levantamento Geológico Zona Sul	ESTRUTURA CENTRAL MIN. PETRÓLEOS	6,9
Construção e Apetrechamento do Aeroporto do Luau	LUAU MIN. TRANSPORTES	6,4
Const. e Aquis. de Equip. Sis. Eléct. Público Nac. de Geradores, Fotovoltaicos e Rede MT/Bt	ESTRUTURA CENTRAL MIN. ENERGIA E ÁG.	6,2
Construção do Nail em Luanda	ICOLO E BONGO MIN. TRANSPORTES	6,0
Construção Sistema 4 (Eta Biá) Sistema de Distribuição Água - Luanda	LUANDA MIN. ENERGIA E ÁG.	5,5
Programa Água para Todos / Minea	VÁRIOS MUNICÍPIOS-BONGO MIN. ENERGIA E ÁG.	5,3
Reforço do Sistema de Abastecimento de Água do Huambo (2ª Fase)	HUAMBO MIN. ENERGIA E ÁG.	5,2



4.26 Revisão do IRT e Imposto Industrial cai e regalias dos juizes mantêm-se

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Hermenegildo Tchিপilica

O Orçamento Geral do Estado para 2018 foi aprovado esta semana com alterações à proposta inicial, deixando cair a revisão do Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT) e do Imposto Industrial. O documento deixa os magistrados de fora da retirada de direitos e regalias a titulares de cargos públicos.

A Lei do OGE 2018 foi aprovada quarta-feira com 136 votos favoráveis do MPLA, 50 votos contra da UNITA e 18 abstenções da CASA-CE, PRS e FNLA. Face à proposta inicial, caíram medidas que visavam ajustamentos ao código do Imposto sobre os Rendimentos de Trabalho (IRT), do Imposto Industrial, ao código do Imposto Predial Urbano (IPU), bem como ao regulamento para liquidação e cobrança do imposto sobre as sucessões e doações e SISA sobre as transmissões imobiliárias, a título oneroso.

Contudo, o OGE mantém, face à proposta inicial, ajustamentos ao Código Aduaneiro, ao código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, ao

regulamento do Imposto de Consumo e ao código do Imposto de Selo durante o ano de 2018.

A proposta de lei inicial do OGE 2018 previa a suspensão e restrição de direitos a regalias a titulares de cargos públicos em geral, como o fim do subsídio de renda de casa para todos os beneficiários, o subsídio de manutenção de residência para todos os beneficiários, o subsídio de reinstalação e a suspensão da subvenção mensal vitalícia a beneficiários remunerados de forma cumulativa, bem como o fim da atribuição de veículos do Estado para apoio à residência dos titulares de cargos públicos.

De acordo com a proposta inicial, que justifica estas restrições a direitos e regalias com a "necessidade de consolidação e estabilização orçamental", em 2018 seriam ainda restringidos os direitos ao subsídio de instalação em 50%, ao subsídio de estímulo em 50%, a redução para dois do número de empregados domésticos, bem como a redução das classes dos bilhetes de viagem de primeira classe para classe executiva a todos os titulares de cargos políticos, magistrados deputados e respectivos cônjuges. Já os titulares de cargos de direcção e chefia, deixam de viajar em classe executiva e passam para a classe económica.

A proposta aprovada quarta-feira mantém as suspensões de direitos e regalias inicialmente previstas, mas abre excepções quanto aos titulares de cargos públicos abrangidos. Desta forma, os magistrados judiciais e do ministério público e os oficiais de justiça apenas perdem o subsídio de instalação em 50%. Já os deputados mantêm o subsídio de renda de casa e o subsídio de instalação.

"A suspensão e restrição de direitos e regalias estabelecidas no presente artigo tem natureza imperativa e excepcional, devendo prevalecer sobre quaisquer outras normas especiais ou excepcionais em sentido contrário", refere a lei do OGE.

De acordo com a lei, durante exercício económico de 2018, Presidente da República pode aprovar um regime de subvenção de combustíveis para potenciar factores de produção, devendo o mesmo obedecer os princípios da racionalidade financeira e orçamental, bem como da eficiência e eficácia económica.

Com receitas e despesas iniciais no valor de 9.685,6 mil milhões de Kz, o OGE 2018 viu os deputados aumentarem as despesas com a saúde, a educação, e a construção e obras públicas em 96,4 mil milhões de Kz. Aumento que será financiado através do aumento do défice fiscal em 0,5% do PIE e com a redução da comissão sobre as receitas da Sonangol, de 7% para 5%.

Governo destaca aumento do orçamento social

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, disse aos jornalistas que o "orçamento que sai aqui não é o mesmo que entrou há uma evolução importante e significativa sobretudo na área da educação e na área da saúde que são sectores fundamentais para o desenvolvimento do País e para a melhoria do índice do desenvolvimento humano".

A lei agora aprovada prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,9 %, considerado demasiado optimista pelo FMI, Banco Mundial e pelas agências de rating internacionais. "O orçamento tem uma estimativa de crescimento que foi feita com base em fundamentos considerados importantes e credíveis, a evolução da realidade vai permitir manter essas estimativas ou não", indicou.

4.27 Dívida pública captada vai aumentar 18% este ano

Jornal O PAÍS

18 De Fevereiro de 2018

Texto: Luís Faria

O volume de dívida pública deverá ascender no final deste ano a cerca de Kz 14,302 biliões (milhões de milhões), o que corresponde a 60% do produto interno, tendo em conta o crescimento de 4,9% projectado no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018. Este volume de dívida, que não inclui as empresas públicas, situa-se no limite admitido pela legislação em vigor, o que obrigará a uma correcção na trajectória do endividamento público. Um esboço preliminar do Plano Anual de Endividamento (PAE), elaborado pelo Ministério das Finanças, refere que 'o stock de dívida governamental deverá permanecer com a tendência de crescimento verificada nos anos

anteriores, que se fundamenta numa maior participação da dívida titulada'.

Este ano, com vista ao financiamento do OGE, o Executivo prevê captar Kz 6,721 biliões em dívida pública, o que representa um aumento de 18% face a 2017. A dívida emitida internamente ascenderá a Kz 4,762 biliões, ao passo que a colocada nos mercados externos (a qual compreende a emissão de USD 2 mil milhões em eurobonds) deverá atingir Kz 1,959 biliões.

O serviço da dívida governamental representa cerca de 153% das receitas fiscais, não sendo, de acordo com o documento do Ministério das Finanças 'suficiente para executar as despesas de capital e juros que se prevê para o período'. 'Sendo assim, parte da dívida deverá ser refinanciada, contudo o rollover deste serviço, principalmente para o endividamento interno, poderá afigurar-se complexo devido a inexistência de instrumentos que garantam a cobertura de risco', adianta o documento.

Esta semana, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, em entrevista à IPA, considerou necessário 'alterar a actual trajectória da dívida, sob pena de estarmos a hipotecar as gerações futuras. Portanto, o objectivo deve ser usar a folga que foi obtida pelo diferencial do preço do petróleo, comparativamente ao preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado, para reduzir a pressão sobre a dívida'. Para o ministro das Finanças 'o melhor é continuarmos a pensar no preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado para 2018. Logicamente que se ao longo do exercício fomos verificando os aumentos que estamos a verificar até agora, isso significará para nós, em termos de gestão das finanças públicas, menor pressão sobre a dívida pública'.

Melhorar a qualidade da despesa Archer Mangureira considera importante melhorar a qualidade da despesa pública, tendo anunciado, na entrevista, que o Executivo, com o objectivo de 'realizar despesa com maior rigor, com maior disciplina e com transparência' está a preparar uma 'lei de responsabilidade fiscal' e vai 'introduzir elementos novos, por exemplo a nível da gestão das finanças públicas nós vamos introduzir a figura do controlador financeiro'.

Após explicar que actualmente Tesouro e o Ministério das Finanças fazem apenas a atribuição das quotas financeiras para cada unidade orçamental (ministérios, departamentos governamentais e outros) e que no fim de cada exercício, 'por via da informação que recebe, vai controlando a execução, depois da atribuição das verbas', o ministro das Finanças adiantou que 'com este Orçamento [OGE 2018], com a introdução da figura do controlador financeiro, o objectivo não é depois da execução, é controlar em tempo real o destino dos recursos que são cabimentados e que são pagos'.

Ainda segundo o ministro, também o regime de contratação electrónica no fornecimento de bens e serviços ao Estado e a obrigatoriedade de realização de concursos públicos irão contribuir para melhorar a qualidade da despesa pública.

4.28 Finanças locais passam a ter fundo de equilíbrio

Jornal O PAÍS

19 De Fevereiro de 2018

Texto: Luís Faria

Ao novo fundo financeiro destinado a garantir o equilíbrio na afectação da receita do Estado aos órgãos de administração local, o Fundo de Equilíbrio Nacional (FEN), criado no âmbito do diploma que estabelece o regime de financiamento daqueles órgãos, deverá caber mais de Kz 64 mil milhões, resultantes de vários impostos, a que se acrescentará metade da receita a realizar com o Imposto Industrial aplicável às empresas do grupo B. O Orçamento Geral do Estado para 2018 prevê que, na totalidade, o Imposto Industrial venha a traduzir-se num encaixe superior a Kz 465,4 mil milhões.

O Fundo de Equilíbrio Nacional será financiado com base numa percentagem das receitas orçamentais consignadas às administrações municipais e gerido pelo Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

O novo regime de financiamento local estabelece a proporção em que as receitas consignadas de diferentes impostos e taxas serão afectos ao financiamento da administração local e do FEF,

estabelecendo que as administrações municipais e de distrito urbano contam como fontes de financiamento, para além dos recursos do OGE especialmente consignados, as taxas municipais, considerados recursos próprios daqueles órgãos, os recursos do OGE provenientes de impostos e taxas a si consignados, com base na arrecadação feita nas respectivas circunscrições, as afectações da administração central, 'nomeadamente por compensação, por bom desempenho na promoção do desenvolvimento económico local e na geração de receitas locais' e ainda os donativos que recebidos directamente.

O Decreto Presidencial que fixa novo regime de financiamento local, datado de 9 de Fevereiro, estabelece a proporção em que os diferentes impostos e taxas devem ser consignados ao financiamento da administração local, ao contrário da legislação até aqui em vigor, contida num Decreto Presidencial de Abril de 2010, que atribuía ao ministro do Planeamento a competência de fixar a percentagem de alocação aos orçamentos municipais dos recursos provenientes da receita não petrolífera, com base em determinados critérios.

Receitas petrolíferas e minerais

Por outro lado, deixam de ser consignadas às províncias do Zaire e Cabinda uma parte das receitas petrolíferas nelas geradas, o mesmo acontecendo em relação aos rendimentos da exploração diamantífera relativamente às províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico. Uma parte das receitas resultantes da actividade de exploração de petróleo, diamantes e outros minerais passa a ser atribuída ao FEN, designadamente 10% do Imposto sobre o Rendimento Petrolífero (o que deverá, de acordo com a previsão orçamental, gerar cerca de Kz 60 mil milhões), bem como 10% dos impostos que incidem sobre o rendimento do sector mineiro, a diploma, no que toca à afectação das receitas fiscais geradas nas actividades petrolífera e de mineração, refere que, na afectação das receitas consignadas referentes à exploração de recursos minerais, nomeadamente, o petróleo, o diamante e os outros minérios, são priorizadas as províncias e os municípios nos quais se desenvolve a actividade de exploração'.

Caberá aos ministros das Finanças e da Administração do Território propor ao Titular do

Poder Executivo a fixação da percentagem a afectar aos orçamentos das províncias e municípios dos recursos consignados ao FEN, tendo como base critérios como a densidade populacional de cada província (com as mais populosas a beneficiar de uma percentagem mais elevada), a necessidade de contemplar as províncias com maior índice de pobreza, o desenvolvimento de zonas de difícil acesso devido à sua localização geográfica e encargos de contingência, abarcando estes últimos as despesas sociais extraordinárias, resultantes de eventuais catástrofes, desastres nacionais ou outro acontecimento imprevisível.

As receitas consignadas às administrações locais, totalizam, de acordo com a inscrição orçamental e exceptuando os 50% do encaixe com o Imposto Industrial do Grupo B, mais de Kz 549,661 mil milhões. O OGE prevê que a cobrança do Imposto Industrial imposto venha a gerar, no seu conjunto, Kz 465,442 mil milhões. Entre a parte consignada da receita não petrolífera (exceptuando a respeitante ao Imposto Industrial) e a parte consignada ao FEN, exceptuando a parte do imposto que incide sobre o rendimento proveniente da actividade de mineração, o OGE para este ano afecta aos municípios cerca de Kz 614 mil milhões. No caso da receita fiscal consignada avultam as contribuições do Imposto de Consumo e do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho de trabalhadores por conta de outrem e, no que respeita à receita afectada ao FEN, sobressaem os impostos que incidem sobre o trabalho por conta de outrem e sobre o rendimento petrolífero.

4.29 Orçamento Geral de 2018

Jornal de Angola

20 De Fevereiro de 2018

Texto: Adebayo Vunge

A Assembleia Nacional viabilizou há cerca de uma semana a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2018. O documento mais relevante para a gestão macroeconómica do País foi aprovado, sendo nota de destaque a elevada participação dos parceiros sociais e dos actores de todas as bancadas parlamentares, que esgrimiram as suas motivações para uma maior aposta financeira em certos sectores, em detrimento de outros.

Por isso, temos hoje um documento que absorve forte participação de todos. O OGE que sai da Assembleia Nacional é nitidamente diferente daquele que entrou. Os deputados, como se depreende do parecer e da resolução, não se importaram com o crescimento do défice para atender ao que consideravam ser fundamental. Assim, a proposta de OGE contemplava um défice de 3%, mas a versão final admite um défice de 3,5%. Nem tudo mereceria acolhimento, por razões óbvias ligadas à actual conjuntura, mas, no essencial, foi uma discussão frutífera, que enriqueceu o documento final e ditou uma bitola nova na actuação do Executivo.

Foi nesta senda que aplaudimos a presença do Presidente da República na apresentação da proposta de OGE, assumindo a sua defesa pública, bem como as intervenções subsequentes, em que o Titular do Poder Executivo acolheu as preocupações de alguns sectores, como foi o caso do acto que assinalou a abertura do ano lectivo.

Assistimos por isso a uma discussão muito focalizada ainda nas dotações crescentes em sectores como a educação e a saúde, como forma de o Estado conter as dificuldades dos últimos tempos. No fundo, vivemos uma crise de crescimento do Estado e agora é importante apostar na sua eficiência. Os gestores públicos terão de adequar-se ainda mais no sentido de fazer mais e melhor com menos recursos. Seria interessante compararmos os nossos números aos de outros países como Moçambique, por exemplo, para percebermos os desperdícios e a necessidade de impregnarmos maior rigor aos nossos programas e projectos ao nível do sector social.

Mas o que salta à vista referir é que o OGE-2018 abre o caminho da consolidação fiscal, apostando numa redução do défice e da curva do endividamento, não obstante os números serem preocupantes, como assume corajosamente o Executivo. Daí que chame a atenção, especialmente, para uma discussão sobre algumas medidas de cortes que são assumidas com arrojo neste orçamento:

Em primeiro lugar, entre as medidas de natureza financeira e macroeconómica está a introdução da figura do controlador orçamental, que não se confunde nem substitui o papel das inspecções. Segundo o espírito do legislador, o controlador é uma figura que entra no ciclo orçamental para

garantir - em tempo real e em todos os momentos do processo - o compliance da execução e cumprimento das regras do sistema integrado de gestão financeira do Estado.

Espera-se que venha a ter um impacto no controlo dos atrasados, combatendo a indisciplina orçamental, ou seja, evitando-se, por exemplo, a contratação de serviços, empreitadas e fornecimento de bens sem prévia cabimentação e escrupuloso cumprimento das normas legais aplicáveis aos contratos públicos.

Em segundo lugar, é importante destacar a aposta em medidas e projectos para o relançamento do investimento público, que é, no nosso caso, vital para o relançamento da economia. Por exemplo, é relevante a aposta na conclusão de projectos estruturantes em áreas como a energia e águas, reabilitação de estradas - esperemos que tenham maior tempo devida, melhor qualidade e manutenção - assim como a garantia de regularização dos atrasados e a promoção e fomento empresarial assente em projectos como o PRODESI - a confiança da classe empresarial nas políticas governamentais é importante para que estas gerem os estímulos necessários. Ou seja, em 2018 iremos alargar os passos para a diversificação da economia, processo intimamente relacionado com a melhoria do ambiente de negócios e a captação do investimento estrangeiro directo. O road map definido irá permitir melhorias com impacto na receita fiscal não petrolífera.

A versão final do documento deverá ser publicada proximamente e entraremos para a fase mais delicada do processo que é a sua execução, uma vez que a sociedade faz maior escrutínio e demanda maior rigor e transparência, postura à qual o próprio Executivo tem procurado atender, publicando tempestivamente toda a informação e reportes.

Finalmente, e fruto da maturidade do processo actual, questiono-me sobre a pertinência de uma revisão legislativa em sede do cronograma de aprovação do OGE em anos atípicos/eleitorais, como este que vivemos. Afinal, 9 meses para executar um documento de um ano é, por si só, um desafio maior agravado com os riscos endógenos (o controlo e impacto social da inflação) e exógenos (como a variação do preço do petróleo no mercado internacional), que

precisamos não ignorar para que as metas previstas sejam alcançadas.

4.30 Angola tem mais 30 biliões de dólares de dívida para pagar entre 2019 e 2022

Jornal Visão

23 De Fevereiro de 2018

A informação resulta de uma análise ao Plano Anual de Endividamento (PAE) para 018, do Ministério das Finanças, que aponta para um pico de desembolsos em 2020, ano em que o total de resgates a pagar pelo Estado ascenderá a 2,6 biliões de kwanzas (9.800 milhões de euros).

Em 2019, estão previstos resgates, entre dívida interna e contraída externamente, na ordem dos 2,2 biliões de kwanzas (8.400 milhões de euros) , em 2021 no valor de 1,5 biliões de kwanzas (5.700 milhões de euros) e em 2022 de 1,7 biliões de kwanzas (6.500 milhões de euros), seguindo-se depois numa . Curva fortemente descendente de desembolsos.

O documento reconhece que em termos de dívida interna, a maturidade média residual da carteira da dívida é de aproximadamente 5,12 anos, que desce para 2,16 anos quando retiradas as emissões especiais.

Já na dívida externa, a maturidade média situa-se em cinco anos, "sendo que apenas 7% vence entre 1,5 a 2 anos": lê-se no documento.

O Governo angolano prevê captar 6,721 biliões de kwanzas (23.800 milhões de euros) de dívida pública em 2018, totalizando 54.500 milhões de euros de endividamento até final do ano, para "colmatar as necessidades de financiamento" do Orçamento Geral do Estado (OGE), igualmente de acordo como PAE.

O stock' de dívida governamental deverá permanecer com a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores, que se fundamenta numa maior participação da dívida titulada refere o documento, apontando um crescimento de 18% face a 2017. A cumprir-se, por outro lado, a previsão governamental de crescimento económico de 4,9% em 2018, o rácio da dívida

pública angolana deverá ascender no final do ano a 60% do Produto Interno Bruto (PIE).

Desta forma, Angola deverá chegar ao final de 2018 com um volume de dívida pública governamental (exceto empresas públicas) de aproximadamente 14,302 biliões de kwanzas (54.500 milhões de euros).

O serviço da dívida governamental totalizará em 2018 cerca de 5,665 biliões de kwanzas (21.500 milhões de euros), dos quais cerca de 65% corresponderão aos encargos com a dívida interna e 35% com a dívida externa.

O ministro das Finanças de Angola alertou na quarta-feira que o peso da dívida pública ameaça hipotecar as gerações futuras': defendo por isso que o eventual diferencial entre as receitas do petróleo, com a subida da cotação, seja utilizado na amortização.

Em causa está o preço de referência de 50 dólares por barril utilizado pelo Governo angolano para elaborar o OGE para 2018, quando o valor no mercado internacional tem estado acima dos 60 dólares, tendo mesmo chegado a tocar nos 70 dólares.

O melhor é continuarmos a pensar no preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado para 2018. Logicamente que se ao longo do exercício fomos verificando os aumentos que estamos a verificar até agora, isso significará para nós, em termos de gestão das finanças públicas, menor pressão sobre a dívida pública" admitiu ministro Archer Mangureira.

O petróleo representa um peso de 95% sobre o total das exportações angolanas, tendo o Governo angolano estimado no OGE para 2018 - aprovado quarta-feira na Assembleia Nacional encaixar 2,399 biliões de kwanzas (9.150 milhões de euros) com impostos decorrentes das vendas de crude ao exterior.

Temos de alterar a actual trajectória da dívida, sob pena de estarmos a hipotecar as gerações futuras. Portanto, o objectivo deve ser usar a folga que for obtida pelo diferencial do preço do petróleo, comparativamente ao preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado, para reduzir a pressão sobre a dívida" disse Archer Mangureira.

4.31 Angola tem oito biliões de Kz de dívida para pagar entre 2019 e 2022

Jornal Manchete
23 De Fevereiro de 2018

De acordo ainda com à Lusa, a informação resulta de uma análise ao Plano Anual de Endividamento (PAE) para 2018, do Ministério das Finanças, que aponta para um pico de desembolsos em 2020, ano em que o total de resgates a pagar pelo Estado ascenderá a 2,6 biliões de Kwanzas (9.800 milhões de euros).

Em 2019 estão previstos resgates, entre dívida interna e contraída externamente, na ordem dos 2,2 biliões de Kwanzas (8.400 milhões de euros), em 2021 no valor de 1,5 biliões de Kwanzas (5.700 milhões de euros) e em 2022 de 1,7 biliões de Kwanzas (6.500 milhões de euros), seguindo-se depois numa curva fortemente descendente de desembolsos.

O documento reconhece que em termos de dívida interna, a maturidade média residual da carteira da dívida é de aproximadamente 5,12 anos, que desce para 2,16 anos quando retiradas as emissões especiais.

Já na dívida externa, a maturidade média situa-se em cinco anos, "sendo que apenas 7% vence entre 1,5 a 2 anos", lê-se no documento.

O Governo angolano prevê captar 6,721 biliões de Kwanzas (23.800 milhões de euros) de dívida pública em 2018, totalizando 54.500 milhões de euros de endividamento até final do ano, para "colmatar as necessidades de financiamento" do Orçamento Geral do Estado (OGE), igualmente de acordo com o PAE.

"O stock" de dívida governamental deverá permanecer com a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores, que se fundamenta numa maior participação da dívida titulada', refere o documento, apontando um crescimento de 18% face a 2017.

A cumprir-se, por outro lado, a previsão governamental de crescimento económico de 4,9% em 2018, o rácio da dívida pública angolana

deverá ascender no final do ano a 60% do Produto Interno Bruto (PIB).

Desta forma, Angola deverá chegar ao final de 2018 com um volume de dívida pública governamental (excepto empresas públicas) de aproximadamente 14,302 biliões de Kwanzas (54.500 milhões de euros).

O serviço da dívida governamental totalizará em 2018 cerca de 5,665 biliões de kwanzas (21.500 milhões de euros), dos quais cerca de 65% corresponderão aos encargos com a dívida interna e 35% com a dívida externa.

O ministro das Finanças de Angola alertou na quarta-feira que o peso da dívida pública ameaça "hipotecar as gerações futuras", defendendo por isso que o eventual diferencial entre as receitas do petróleo, com a subida da cotação, seja utilizado na amortização. Em causa está o preço de referência de 50 dólares por barril utilizado pelo Governo angolano para elaborar o OGE para 2018, quando o valor no mercado internacional tem estado acima dos 60 dólares, tendo mesmo chegado a tocar nos 70 dólares.

"O melhor é continuarmos a pensar no preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado para 2018. Logicamente que se ao longo do exercício fomos verificando os aumentos que estamos a verificar até agora, isso significará para nós, em termos de gestão das finanças públicas, menor pressão sobre a dívida pública': admitiu o ministro Archer Manguera.

O petróleo representa um peso de 95% sobre o total das exportações angolanas, tendo o Governo angolano estimado no OGE para 2018 - aprovado quarta-feira na Assembleia Nacional-, encaixar 2,399 biliões de kwanzas (9.150 milhões de euros) com impostos decorrentes das vendas de crude ao exterior.

"Temos de alterar a actual trajectória da dívida, sob pena de estarmos a hipotecar as gerações futuras. Portanto, o objectivo deve ser usar a folga que for obtida pelo diferencial do preço do petróleo, comparativamente ao preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado, para reduzir a pressão

sobre a dívida”, disse Archer Mangureira.

4.32 Cartoon

Jornal Novo Jornal



4.33 Cidadãos devem ser envolvidos na discussão de leis

Jornal Vanguarda

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Félix Abias

A discussão dos diplomas a serem submetidos à Assembleia Nacional deve ser mais alargada, sob pena de os seus propósitos ficarem aquém do desejado pelos proponentes, defendem analistas ouvidos pelo Vanguarda.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) é um dos exemplos de documentos que devem merecer a discussão na sua essência antes de chegarem à Assembleia Nacional.

O regimento da Assembleia Nacional estabelece que os cidadãos, organizados em grupos e organizações representativas, podem apresentar ao parlamento proposto de projectos de iniciativas legislativas.

Contactado pelo Vanguarda, o deputado da UNITA Manuel Saviemba lembra que, de acordo com a Constituição da República, a iniciativa legislativa pode ser exercida pelos deputados, pelos grupos parlamentares e pelo Presidente da República.

Entretanto, embora não muitas vezes, os grupos parlamentares propõem leis sugeridas por cidadãos, ou, por vezes, as propostas ou projectos de lei têm a participação da sociedade civil aquando da sua discussão. Fonte da Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), por exemplo, confirma que já houve sugestões desta associação que evoluíram para leis.

Contudo, os diplomas devem chegar ao parlamento depois de uma ampla discussão com cidadãos e outras instituições, defende, ao Vanguarda, o economista e investigador Precioso Domingos. Citando o exemplo do OGE, o também docente universitário defende a discussão da sua feitura e não a participação da sociedade civil depois de estar no Parlamento enquanto proposta do Executivo.

"Há cidadãos que só se apercebem das verbas para as suas zonas depois de o OGE estar no parlamento, e esta forma é errada", critica Precioso Domingos, acrescentando que "o Orçamento que chega ao parlamento já é um 'Estado velho'".

Precioso cita ainda o exemplo do Sindicato dos Professores Angolanos (SIMPROF), que não viu as suas reclamações contempladas no OGE, quando, por ordem do Presidente da República, o Ministério das Finanças tinha de atender às suas preocupações.

"Isso só acontece, porque o Ministério da Educação não partilhou com o SIMPROF a sua proposta de orçamento para que os sindicalistas aferissem se as suas preocupações estavam respaldadas no documento", afirma.

No mesmo diapasão que Precioso Domingos está o director-geral da Acção de Desenvolvimento

Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, que confirma ao Vanguarda que a organização que dirige tem sugerido várias leis, entre as quais sobre o OGE, autarquias, descentralização, agricultura e delimitação do território.

"Mas mais do que sugerir leis é participar na sua concepção e discussão por parte dos cidadãos", defende Jelembi, alertando que, agora que vem aí a discussão sobre as autarquias, deveria ser encontrado melhor modelo de concepção e discussão das leis.

Cidadãos escrevem ao parlamento

Trezentos e quarenta e sete cidadãos angolanos, entre os quais académicos, activistas, políticos e deputados, subscreveram uma carta à Assembleia Nacional exigindo abrangência na discussão do repatriamento de capitais desviados dos cofres do Estado e domiciliados em instituições financeiras fora do País.

Os deputados começaram a discutir a proposta de lei do Executivo, mas estes cidadãos defendem que a discussão deve estender-se à sociedade civil. Estão entre os subscritores o antropólogo e investigador António Tomaz, o penalista, advogado e professor universitário Benja Satula, o constitucionalista Fernando Macedo, o deputado da CASA-CE Justino Pinto de Andrade e o activista e político Filomeno Vieira Lopes.

Igualmente, fazem parte da lista os ex-presos do caso "15+2", nomeadamente Luaty Beirão e Nuno Álvaro Dala, o activista José Patrocínio e a Lúcia da Silveira, o cartoonista Sérgio Piçarra, o músico MCK e o padre Pio Wacussanga.

O objectivo, de acordo com a carta aberta denominada Alerta e enviada à casa das leis em 21 deste mês, é que se proceda a uma auscultação dos cidadãos para que, entre vários mecanismos disponíveis de repatriamento de capitais, se escolha o mais justo.

"Que sejam, igualmente, discutidas e seleccionadas as contrapartidas igualmente mais justas que devem ser impostas aos que ilicitamente adquiriram riqueza em Angola e, entretanto, a guardaram fora do País, mesmo que depois se venha a conceder uma amnistia para as condutas criminosas atinentes a essa prática", lê-se na carta

enviada a Fernando Dias dos Santos, presidente da Assembleia Nacional.

Na mesma carta, os subscritores lembram a declaração do Presidente da República, João Lourenço, que disse que o Estado angolano accionará mecanismos legais à sua disposição para o repatriamento compulsivo de capitais a favor do Estado angolano, se não houver cooperação de quem detém esse dinheiro ilícito fora do País.

"Se esta forma de repatriamento existe, por que razão o Estado angolano não recorre directamente a ela?", questionam na carta. Na mesma carta, questiona-se ainda a razão de o Presidente recorrer à forma do repatriamento voluntário com base numa amnistia, beneficiando as pessoas que adquiriram riqueza de forma ilícita e que a puseram fora de Angola.

Por último, questiona-se ainda na carta se não seria mais fácil o Estado acionar mecanismos junto dos países onde está domiciliado esse dinheiro para que o mesmo seja revertido a favor do Estado. "As leis devem traduzir a vontade soberana, o povo", lê-se na carta, a que o Vanguarda teve acesso.

4.34 Investimento Público sem fundos orçamentais

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2018

A secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público declarou sexta - feira, em Luanda, que alguns projectos do Programa de Investimento Público (PIP) inscritos no Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano ainda não possuem financiamento assegurado.

Aia - Eza Silva, que apresentava o tema "OGE 2018 e Política Económica do Executivo", promovida pelo jornal "Expansão", por ocasião do seu nono aniversário, disse que apenas 20 por cento do PIP está a ser financiado por recursos do Tesouro, sendo o restante suportado com recurso a financiamentos internos e externos.

A secretária de Estado lembrou que o PIP foi traçado numa perspectiva de que permanecem este ano, apenas os projectos que tiverem financiamento assegurado.

"Mas o orçamento não é só um instrumento financeiro é também um instrumento político e se só lá mantivéssemos projectos que já têm financiamento assegurado, haveria localidades no país que não teriam nenhum tipo de projecto PIP a implementar", sublinhou.

A secretária de Estado anunciou que o Executivo está a "tentar várias outras vias" para obter financiamento orçamental para projectos do PIP, recordando que o Brasil prometeu reabrir a linha de dois mil milhões de dólares (424 mil milhões de kwanzas e que há "outras facilidades em negociação".

Aia-Eza Silva frisou que nesta condição estão inclusive projectos que já tiveram arranque, mas que "ficarão de fora, porque não têm financiamentos assegurados".

"Alguns deles já começaram, daí que houvesse uma grande contestação, principalmente a nível das províncias, por não verem alguns projectos já iniciados, no orçamento", frisou.

O PIP 2018 contempla um total de 1.893 projectos, com valor programado de 890,12 mil milhões Kwanzas, estando assegurado por recursos do Tesouro um valor inferior, de 704,15 mil milhões de Kwanzas.

4.35 Representante cívico solicita transparência

Jornal de Angola
25 De Fevereiro de 2018

A transparência nos processos de contratação pública foi considerada um dos aspectos mais importantes da execução do Orçamento Geral do Estado pelo director de Benguela da associação cívica Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Belarmino Jelembi, que falava à imprensa no fim de um debate consagrado ao peso do sector social no Orçamento, prevê níveis altos de transparência na execução da despesa pública, elevam a adesão da população às medidas institucionais para fazer face à conjuntura económica do país.

É isso que vai mobilizar os cidadãos para a situação crítica que o país vive", sublinhou Belarmino Jelembi, para quem "há quase um

consenso nacional" de que os sectores da Educação e da Saúde têm que figurar no topo das prioridades.

Durante o debate, os participantes concordaram em que as prioridades para a realização da despesa orçamental devem ser hierarquizadas pelos sectores da Saúde e da Educação, seguidos da Agricultura, Pescas e Ambiente.

No domínio da Agricultura e Pesca, afirmou o director do serviço da ADRA em Benguela, as despesas do Orçamento devem dar expressão financeira à conquista da segurança alimentar, para a eliminação da fome e a pobreza.

Belarmino Jelembi elogiou as mudanças inseridas no Orçamento Geral do Estado aprovado pela Assembleia Nacional a 14 de Fevereiro, depois dos deputados terem solicitado um realinhamento dos gastos.

4.36 O OGE, a dívida pública e o Regime de Regularização Patrimonial

Jornal de Angola
26 De Fevereiro de 2018

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018 está fortemente condicionado pela dívida pública. Tendo o stock da dívida alcançado o perigoso patamar de 70% do PIB, o serviço da dívida em 2018 vai representar 52% do total da despesa prevista pelo OGE, deixando a estreita faixa de 48% para todos os demais encargos a que o Estado se obriga. Não há dúvidas que numa situação destas a margem de manobra do nosso principal gestor, no caso, o Titular do Poder Executivo, se torna fortemente restritiva, o que apela para um alto sentido de Estado, para o alinhamento metódico das prioridades, evitando assim uma penalização maior de franjas da população já por si desfavorecidas.

A avultada dívida pública resulta essencialmente de uma lógica altamente despesista e corrupta que caracterizou o governo do ex-presidente. Durante o período em que o preço do barril estava em alta, os sucessivos OGE eram elaborados com preços de referência do barril abaixo do preço real. O diferencial resultante constituía na verdade um saco azul que permitia ao Titular do Poder

Executivo manobras mil, utilizadas essencialmente para a promoção pessoal e o enriquecimento dos seus próximos, em vez de constituir reservas que pudessem servir de almofada para acudir as contas públicas perante abalos externos e investir na diversificação da economia. Quando finalmente estourou a crise do petróleo, as parcas reservas internacionais líquidas rapidamente erodiram e, longe de adoptar medidas de contenção eficazes, o governo persistiu na sua lógica corrupto - despesista, recorrendo ao endividamento até para suportar despesas correntes. Formou-se assim uma dívida gigantesca que todos teremos agora que pagar.

A nível interno, com a redução drástica das receitas provenientes do petróleo, o Governo perdeu rapidamente a capacidade de honrar compromissos com prestadores de serviço e fornecedores, acumulando com estes uma avultada dívida que em muitos casos levou ao colapso das empresas, incapacitadas que estavam de pagar salários e de promover o reabastecimento técnico material. Em desespero de causa, os empresários passaram a servir-se de esquemas menos lícitos para reaver o que o Estado os devia e, por isso, a dívida pública passou a ser um verdadeiro antro de corrupção com o envolvimento de funcionários públicos de alto escalão tal como, aliás, admitiu recentemente o Sr. Ministro das Finanças. Na verdade, muitas das despesas que acabaram engrossando a dívida pública estão relacionadas com gastos absolutamente supérfluos que em nada acrescentaram ao crescimento e desenvolvimento do país. Basta, a título de exemplo, ouvir o empresário Henrique Miguel, para se ter uma ideia do despesismo desenfreado que desembocou no que é hoje parte significativa da dívida pública. Por outro lado, muitos dos empresários que hoje reclamam pagamentos do Estado são autênticos predadores do erário público que, em conluio com servidores públicos do alto escalão tiveram acesso privilegiado a contratos com o Estado em concursos completamente opacos ou inexistentes e em vez de aplicar os recursos nas obras/serviços contratados acabaram esbanjando o dinheiro com carros e outras banalidades que não convém aqui mencionar. O certo é que as empreitadas não foram concluídas e ainda por cima reclamam mais pagamentos do Estado. Um exemplo sintomático é os vários projectos de requalificação de Luanda (Cazenga, Sambizanga, etc.). Visitados por diversas ocasiões pelo então Presidente, o nível de

execução física destes projectos é ainda muito baixo, gerando muitos transtornos entre os potenciais beneficiários, enquanto os gestores se passeiam por Luanda e outras capitais mundo fora ostentando riqueza.

Fica assim manifesto que a dívida pública, sobretudo na sua componente interna, tem um lado

Bastante obscuro que precisa ser esclarecido aos contribuintes que vão carregar às costas o enorme peso que ela representa. Na verdade, a dívida é em grande medida fruto da gestão danosa, produto da irresponsabilidade daqueles a quem por via do voto se confiou a gestão do nosso tesouro colectivo e não é justo que sejam aqueles que menos usufruíram a arcar com a parte de leão da dívida mediante sacrifícios incomensuráveis. É tendo isso em consideração e com vista a aligeirar o peso da dívida sobre o OGE 2018 que a UNITA propõe para discussão duas grandes medidas: a auditoria à dívida pública e o regime extraordinário de regularização patrimonial (RERP).

A auditoria à dívida pública tem como objectivo a aferição do montante efectivo da dívida e os verdadeiros credores. Já atrás referimos que a dívida pública na sua componente doméstica tem um lado extenso de trevas que importa esclarecer. Baseada em experiências de outros países, a UNITA acredita que uma auditoria isenta poderia eventualmente revelar que o seu valor é substancialmente inferior, o que iria aliviar consideravelmente o seu peso sobre o OGE. É bom lembrar que muitos dos credores que reclamam hoje dívidas do Estado, na outra ponta beneficiaram de créditos generosos de instituições financeiras públicas, tais como o BPC e BOA. Um exercício de compensação crédito/dívida caso a caso permitiria certamente desafogar fortemente o peso da dívida.

O regime extraordinário de regularização patrimonial (RERP) visa promover a regularização do património e dos rendimentos provenientes de transacções ocultas ocorridas na economia não registada. O propósito é aumentar a capacidade arrecadada do Estado dos activos patrimoniais não declarados dentro e fora do país e, por esta via, conseguir alguma liquidez para o financiamento de vários programas e projectos públicos.

O RERP difere substancialmente do regime jurídico do repatriamento de recursos financeiros, proposto pelo Executivo, em dois aspectos fundamentais: o RERP aplica-se a todos os elementos patrimoniais que consistam em direitos reais, sejam eles barras de ouro e prata, minerais, metais e ligas metálicas, depósitos, certificados de depósitos, valores mobiliários e imobiliários, valores monetários e outros instrumentos financeiros de origem lícita ou ilícita, não declarados ou declarados com omissão ou incorrecção em relação a dados essenciais, remetidos ou mantidos dentro e no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no país, ao passo que o repatriamento de recursos financeiros diz unicamente respeito a "Recursos financeiros", isto é, os depósitos bancários, à ordem, a prazo ou na forma de certificados de depósito ou de aforro. Por outro lado, enquanto o repatriamento pretende, no regime voluntário, excluir toda e qualquer responsabilidade por eventuais infracções fiscais, cambiais e criminais relacionadas com os referidos recursos e dispensa os titulares dos recursos financeiros transferidos ou aplicados de declarar a sua origem, o RERP prevê a regularização patrimonial mediante declaração e impõe uma contribuição especial sob a forma de prestação pecuniária compulsória no valor de 45% sobre os elementos patrimoniais declarados.

Em termos simples, significa que enquanto o repatriamento de recursos financeiros, no regime voluntário, representa autêntica amnistia para aqueles que tenham incorrido em actos lesivos contra o património público, o RERP procura recuperar parcialmente estes activos, podendo constituir uma receita extraordinária para o Orçamento Geral do Estado. É claramente uma forma mais próxima dos mínimos éticos permitidos que irá contribuir para o alívio parcial das contas públicas sufocadas pelo enorme fardo da dívida pública.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 A descentralização do poder no projecto da reconstrução do país

Jornal A República

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Malumbo Katambi

A sustentabilidade de um projecto político sério, actuante, político e persistente, pressupõem acções equacionadas e equitativas que produzem a transparência indubitável do funcionamento dos seus órgãos, agindo em conformidade com as leis e todos os pressupostos legais que orientam a vida do país. Os processos arcaicos de transformação sócio-político, cultural, económico e histórico, têm estado a afundar, cada vez mais, os critérios e opções, equilibrantes de atitudes que harmonizam os anseios e aspirações da maioria, principalmente, nas sociedades desajustadas, onde um grupo de indivíduos procuram, a todo custo, impor os seus desejos e vontades, desrespeitando e não dando ouvidos, a quem quer que seja, sempre que aqueles não façam parte do grupinho especializado, criado para ditar regras de convivência e de imposição, com instrumentos repreensivos e cruéis para calar as vozes que se levantam em favor de um regime político mais digno e reconhecível, que venha a ter o peso plural no esforço e contribuição de todos quantos estão interessados em ter uma condição social, confortavelmente, agradável.

A descentralização do poder no projecto da reconstrução do país projecta à execução das tarefas públicas em várias artérias da vida provincial, municipal, comunal e outra, nas diferentes esferas dos órgãos criados, de modo haver uma atitude laboral mais aparente e salutar, onde a responsabilização, a dignidade e a penalização, se apresentam como dominador comum para fazer vincar todas as regras legais aceites, em sociedade.

Os processos de eleição a todos os níveis devem ser postos em evidência, activando e personalizando o destino dos intervenientes na escolha dos seus representantes, obrigando-os à

prestação de contas sempre que o ambiente assim convier. Pois, os eleitos poderão sentir maiores responsabilidades, em função das escolhas feitas, sentindo-se despidos de compromissos sociopolíticos e morais que os projectam para atitudes e círculos arrogantes, corruptos e malévolos.

A nível local, muitas tarefas podem ser realizadas com perspicácia e dedicação, desde que as leis sejam abrangentes e espaçosas, dando pendor legal aos vários universos que compõe o país para que os habitantes possam resolver, afinçada e dignamente os seus problemas e inquietações. Para essas escolhas devem estar elementos conhecedores das actividades político-administrativas acrescentando-se os conhecimentos económicos e financeiros para com maior empenho acompanhar e desenvolver, regularmente, todas as acções tendentes a melhorar a área que governa. Outras experiências reconhecíveis poderão estar em consideração trocando impressões e acções que vêm enriquecer todas as inquietações e preocupações das suas populações e gente; mesmo que o cidadão em idade de eleger e ser eleito pague, somente um dólar anual, na sua comuna ou município de imposto de cidadania se estas áreas tiverem cerca de 200.000 ou 1000.000 de habitantes poderão gerar receitas para resolver as suas preocupações sociais, subindo gradualmente.

As associações e outras organizações locais poderão ter acesso ao empréstimo bancário, para desenvolverem as suas actividades devolvendo ou restituindo os valores com juros.

5.2 Executivo quer acabar com as assimetrias entre regiões

Jornal de Angola

04 De Fevereiro de 2018

Texto: Garrido Frago, Pedro Bica e Alfredo Ferreira

O Executivo está a preparar "reformas profundas" para acabar com as assimetrias regionais através da promoção de políticas de desenvolvimento das localidades, anunciou ontem, na cidade de Caxito, Bengo, o ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, no acto central antecipado das comemorações do 57º aniversário do início da luta armada, que se assinala hoje, em todo o país.

"O princípio a seguir é a promoção do desenvolvimento das localidades através da implementação de políticas de descentralização e desconcentração administrativas", afirmou João Ernesto dos Santos "Liberdade", acrescentando que a medida vai garantir que o cidadão não precise de sair da sua terra para ter acesso a bons serviços.

O ministro manifestou "profunda gratidão" à gesta dos que a 4 de Fevereiro de 1961 ousaram enfrentar o poderio e brutalidade colonial, dando início à luta armada de libertação nacional, que culminou com a independência nacional, a 11 de Novembro de 1975.

"A bravura dos heróis do 4 de Fevereiro vai continuar eternamente guardada na memória dos angolanos", referiu o general "Liberdade", que destacou os nomes dos nacionalistas Cónego Manuel das Neves, Imperial Santana e Paiva Domingos da Silva, que partiram para a eternidade.

Ao governador do Bengo, deputados de diferentes grupos parlamentares, membros do Executivo, representantes religiosos, da Associação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, autoridades tradicionais e integrantes do Processo 50 presentes na cerimónia, o ministro lembrou que a liberdade, soberania, paz e estabilidade são elementos essenciais para o crescimento sustentado do país. Em relação ao processo de mudanças em curso, que visa melhorar o que está bem e corrigir o que está mal, João Ernesto dos Santos disse que é chegada a hora de fazer nascer novos projectos, materializar ideias e garantir o bem-estar dos cidadãos.

O ministro também recordou que a actual acção governativa está assente numa visão progressista e visa responder às necessidades essenciais dos governados, procurando projectar um futuro mais adequado ao posicionamento actual do nosso país no concerto das Nações.

Referindo-se sobre a necessidade do país diversificar a economia, o ministro disse que não basta apenas criar infra-estruturas e garantir que os bancos financiem os empresários, mas olhar-se também para a componente do empreendedorismo.

"É preciso desenvolver a consciência de que o Estado não pode fazer tudo", afirmou o ministro, salientando - que o país avança, de forma gradual, para uma realidade em que o envolvimento do Estado na economia será cada vez menor. O ministro defende ainda a criação de "projectos viáveis" adequados à realidade das diferentes localidades do país, para que as mesmas possam ser apoiadas quer pelo Estado como pelo sector bancário.

Centro para dependentes

O primeiro Centro de Reabilitação e Reinserção de Toxicodependentes do país, localizado no Musseque Capari, município do Dande, província do Bengo, foi inaugurado ontem pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, no quadro do 572 aniversário do início da luta armada de libertação nacional. O Centro esta tecnicamente preparado para responder às exigências de tratamento e recuperação de toxicodependentes. O mesmo tem capacidade para albergar 120 pacientes, e numa primeira fase vai atender 60.

Orçado em 20 milhões de dólares, o Centro comporta salas de quarentena e formação, laboratório, farmácia, internamento, áreas agrícolas e para desenvolver a avicultura, banheiros, dormitórios entre outros serviços.

"Existe uma similitude entre os fins da luta iniciada no dia 4 de Fevereiro de 1961, e os objectivos deste Centro de reabilitação de toxicodependentes, na medida em que ambos concorrem para a recuperação e preservação da dignidade, justiça social e equilíbrio emocional dos angolanos", disse Francisco Queiroz. Lembrou que decorridos 42 anos da proclamação da independência nacional, uma das maiores responsabilidades do Executivo no domínio social é a prevenção e tratamento dos males que afectam a saúde dos cidadãos.

Em declarações à imprensa, Francisco Queiroz manifestou indignação pelo facto de Angola continuar a ser usada como rota de passagem de drogas pesadas, para serem comercializadas e consumidas noutros países. Para o ministro, o uso e consumo de drogas envolvem redes de traficantes que operam em vários países do mundo, salientando que o movimento global do tráfico de drogas fez crescer na sociedade angolana o consumo de drogas pesadas, acrescentando que

actualmente aumentou o número de consumidores pelo que urge a criação urgente de infra-estruturas de recuperação e tratamento médico.

Francisco Queiroz reconheceu que a toxicodependência não resulta apenas do uso de drogas pesadas, mas também do álcool, tabaco e certos medicamentos usados para combater a depressão e ansiedade. Na ocasião referiu que, a toxicodependência é um mal que já não deve ser combatido com medidas repressivas mas, uma patologia social que deve ser tratada com meios de prevenção e tratamento médico especializado.

Aprofundar parcerias

A Federação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria manifestou o interesse de aprofundar a parceria com o Executivo, no quadro da realização de um estudo do actual ambiente de efetivação dos direitos e interesses dos associados.

A necessidade foi manifestada ontem, em Caxito, pelo secretário nacional da Federação dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Geraldo Vicente, no acto central antecipado das comemorações do 4 de Fevereiro. Geraldo Vicente indicou que a agremiação quer realizar um estudo de perfil dos associados, para apurar os problemas que os mesmos vivem.

"É necessário reformular as políticas actuais em matéria dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, com base nos resultados dos estudos diagnosticados para melhor integração dos mesmos", afirmou, realçando que está disponível para cooperar com o Ministério dos Antigos Combatentes, em prol da promoção social da população alvo e respectivas famílias.

5.3 UNITA capacita quadros em matéria de autarquias locais

Jornal O PAÍS

10 De Fevereiro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Trata-se do I seminário de capacitação desta força política decorrido na cidade de Benguela, de 1 a 7 de Fevereiro, tendo reunido quadros dos dez municípios da província.

Durante o encontro, orientado por especialistas em matéria eleitoral, da direcção central deste partido, foram ministrados temas como a História do Nacionalismo Angolano, o Papel do Partido Político, a Mobilização Política, Organização Partidária, Poder Local e Autarquias.

Sob o lema "UNITA - nova etapa, UNITA - nova dinâmica", alguns participantes, ouvidos por este jornal, disseram que o seminário constituiu 'uma oportunidade para absorver conhecimentos sobre as autarquias.

Acrescentaram que com este seminário, estão preparados para trabalhar e ajudar o partido a alcançar resultados positivos quando forem implementadas as autarquias, com base no que estabelece a Constituição da República de Angola (CRA).

O director da Escola Nacional de Formação de Quadros e Coordenador da Região Norte, Eduardo Tchinhundo Paulo, intervindo no acto de encerramento, após destacar a importância do seminário' apelou aos participantes a colocarem em prática as matérias ministradas. Explicou que a acção formativa visou implementar "a verdadeira democracia em Angola" que o seu partido sempre defendeu, através da realização de eleições autárquicas.

O político concluiu que com o início de formações em matérias do género, a UNITA passa a criar condições" para a devolver o poder de decisão às comunidades".

Esta formação, segundo apurou O PAÍS de fontes ligadas à direcção da UNITA, representa um ciclo das várias que esta força política levará a cabo em todo o país ainda ao longo deste ano.

5.4 Adriano Mendes de Carvalho quer toda Luanda com ele

Jornal Visão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Olímpio Carlos

Governador Provincial de Luanda, que pediu ao Chefe de Estado a prestimosa ajuda para, sem delongas acabar-se com esta sombra que se criou à volta o seu pelouro, entende que a província tem

um menor grau de autonomia e independência relativa e a descentralização do país.

"Em Luanda, todos fazem tudo e de tudo, menos o governo provincial. Dito de um outro modo, o governo provincial detém, no país, o maior grau de interferência e de intromissão nas suas competências", lamentou.

Disse não ser sua intenção enumerar todas essas situações que bloqueiam a actividade normal dos órgãos e instituições da província, mas realçou algumas que podem ajudar o seu equacionamento futuro.

"Os objectivos activos patrimoniais imobiliários mais valiosos da província foram entregues a custo zero a gabinetes de desenvolvimento que não dependem do GPL como se os terrenos camarários fossem entregues a fundos perdidos", acrescentou, exemplificando de modo incompreensível a Zona Económica Especial (ZEE), detentora de grandes extensões de território de Icolo e Bengo município de Viana, Quissama e não só, com algumas receitas dos impostos e taxas arrecadadas e da comparticipação que não se fez o retomo ao cofre do GPL.

Especificidade de Luanda

Adriano Mendes de Carvalho, que já foi Vice-governador de Luanda, considerou que o encontro com o Presidente da República serviu também para receber orientações que irão desbloquear as inquietações, situações recorrentes e encaminhar para a resolução progressiva de inúmeros problemas típicos de uma metrópole superpovoada, desestruturada e a viver no limite da exaustão das suas infra-estruturas e equipamentos sociais.

Para ele, a iniciativa presidencial revela claramente um governo de proximidade e participativo, comprometido com a resolução dos problemas e desafios mil que esta população enfrenta todos os santos dias.

Lembrou que Luanda tem registado um rápido crescimento populacional actualmente estimado em 8 milhões de habitantes, província que inicialmente acolhia uma população estimada em 500 mil habitantes.

"Esta pressão migratória deveu-se a factores de vária ordem e a natureza aliada à disfunção do

actual modelo de desenvolvimento, desagregado e a fragilidade de infra-estruturas já em estado de exaustão, a problemática dos resíduos sólidos, o estado caótico do trânsito devido ao estado precário das vias secundárias e terciárias, a falta de água, energia e a ineficiência na prestação de serviços de saúde e da educação fazem a vivência dos municípios e das estruturas da administração, "um grande desafio".

"É um desafio que aceitamos porque estamos dispostos a contribuir na resolução dos problemas do povo", reiterou contando nessa empreitada com a solidariedade e contribuição de todos e, em última instância, "sabemos que teremos sempre a vossa orientação, a superintendência e supervisão de vossa excelência".

Na ocasião foi apresentado um memorando que procurou caracterizar de forma "muito" sumária a situação da província nas mais variedades vertentes.

Na prática, "as necessidades urgentes e os recursos financeiros escasseiam".

Adriano Mendes de Carvalho pediu a atenção do Presidente da República às questões tais como: necessidades prementes e imediatas das populações, com a estratégia e o modo de se investir na província e, finalmente, com a eficácia do exercício da acção governativa na província de Luanda.

Todavia, elencou uma série de problemas cuja resolução impõe-se o mais depressa possível. A par do saneamento básico e do ambiente, a maior necessidade neste momento é a distribuição de água portátil que é, para a actual governação da capital angolana, o seu "calcanhar de aquiles" e, por isso, "de prioridade absoluta".

Na resolução desse problema, a escassez de recursos hídricos não se coloca em Luanda, como bem fez recordar o seu governador.

"A província é generosamente banhada por dois rios: rio Bengo e o majestoso Kwanza, mas não dispomos de água suficiente para os nossos municípios, para os nossos hospitais, escolas e para os nossos serviços, empresas e instituições", sublinhou.

Para além de apresentar problemas, o governador referiu-se à algumas acções concretas que o seu Executivo está a desenvolver.

"Encetamos com o INEA e com a EPAL medidas concretas com vista a debelar esta situação. A nossa meta é atingir nos próximos dois e três anos um índice de produção e de distribuição de 80 por cento das necessidades através da intensificação e de investimento neste sector", enunciou.

Quanto ao saneamento básico, disse ter priorizado a recolha de resíduos sólidos e a limpeza das valas de drenagem de modo a proporcionar-se algum conforto aos cidadãos das zonas mais afectadas por este flagelo, contribuindo assim para a melhoria saúde pública. Ainda no sector da saúde o governador não deixou de exaltar os problemas que enfrenta, salientando que "a medicina é cara" daí que sugere no contributo de todos, e de forma modesta, na geração de recursos que poderão contribuir para a manutenção das unidades hospitalares e no incentivo no seu quadro técnico.

Entende, porém, que com ou sem participação a população ainda enfrenta problemas no acesso às consultas e tratamentos médicos, uma vez da que têm que passar por esquemas montados pelos trabalhadores desonestos de algumas unidades sanitárias.

5.5 Finanças locais passam a ter fundo de equilíbrio

Jornal O PAÍS

19 De Fevereiro de 2018

Texto: Luís Faria

Ao novo fundo financeiro destinado a garantir o equilíbrio na afectação da receita do Estado aos órgãos de administração local, o Fundo de Equilíbrio Nacional (FEN), criado no âmbito do diploma que estabelece o regime de financiamento daqueles órgãos, deverá caber mais de Kz 64 mil milhões, resultantes de vários impostos, a que se acrescentará metade da receita a realizar com o Imposto Industrial aplicável às empresas do grupo B. O Orçamento Geraldo Estado para 2018 prevê que, na totalidade, o Imposto Industrial venha a traduzir-se num encaixe superior a Kz 465,4 mil milhões.

O Fundo de Equilíbrio Nacional será financiado com base numa percentagem das receitas orçamentais consignadas às administrações municipais e gerido pelo Ministério das Finanças em articulação com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

O novo regime de financiamento local estabelece a proporção em que as receitas consignadas de diferentes impostos e taxas serão afectos ao financiamento da administração local e do FEF, estabelecendo que as administrações municipais e de distrito urbano contam como fontes de financiamento, para além dos recursos do OGE especialmente consignados, as taxas municipais, considerados recursos próprios daqueles órgãos, os recursos do OGE provenientes de impostos e taxas a si consignados, com base na arrecadação feita nas respectivas circunscrições, as afectações da administração central, 'nomeadamente por compensação, por bom desempenho na promoção do desenvolvimento económico local e na geração de receitas locais' e ainda os donativos que recebidos directamente.

O Decreto Presidencial que fixa novo regime de financiamento local, datado de 9 de Fevereiro, estabelece a proporção em que os diferentes impostos e taxas devem ser consignados ao financiamento da administração local, ao contrário da legislação até aqui em vigor, contida num Decreto Presidencial de Abril de 2010, que atribuía ao ministro do Planeamento a competência de fixar a percentagem de alocação aos orçamentos municipais dos recursos provenientes da receita não petrolífera, com base em determinados critérios.

Receitas petrolíferas e minerais

Por outro lado, deixam de ser consignadas às províncias do Zaire e Cabinda uma parte das receitas petrolíferas nelas geradas, o mesmo acontecendo em relação aos rendimentos da exploração diamantífera relativamente às províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico. Uma parte das receitas resultantes da actividade de exploração de petróleo, diamantes e outros minerais passa a ser atribuída ao FEN, designadamente 10% do Imposto sobre o Rendimento Petrolífero (o que deverá, de acordo com a previsão orçamental, gerar cerca de Kz 60 mil milhões), bem como 10% dos impostos que

incidem sobre o rendimento do sector mineiro, a diploma, no que toca à afectação das receitas fiscais geradas nas actividades petrolífera e de mineração, refere que, na afectação das receitas consignadas referentes à exploração de recursos minerais, nomeadamente, o petróleo, o diamante e os outros minérios, são priorizadas as províncias e os municípios nos quais se desenvolve a actividade de exploração'.

Caberá aos ministros das Finanças e da Administração do Território propor ao Titular do Poder Executivo a fixação da percentagem a afectar aos orçamentos das províncias e municípios dos recursos consignados ao FEN, tendo como base critérios como a densidade populacional de cada província (com as mais populosas a beneficiar de uma percentagem mais elevada), a necessidade de contemplar as províncias com maior índice de pobreza, o desenvolvimento de zonas de difícil acesso devido à sua localização geográfica e encargos de contingência, abarcando estes últimos as despesas sociais extraordinárias, resultantes de eventuais catástrofes, desastres nacionais ou outro acontecimento imprevisível.

As receitas consignadas às administrações locais, totalizam, de acordo com a inscrição orçamental e exceptuando os 50% do encaixe com o Imposto Industrial do Grupo B, mais de Kz 549,661 mil milhões. O OGE prevê que a cobrança do Imposto Industrial imposto venha a gerar, no seu conjunto, Kz 465,442 mil milhões. Entre a parte consignada da receita não petrolífera (exceptuando a respeitante ao Imposto Industrial) e a parte consignada ao FEN, exceptuando a parte do imposto que incide sobre o rendimento proveniente da actividade de mineração, o OGE para este ano afecta aos municípios cerca de Kz 614 mil milhões. No caso da receita fiscal consignada avultam as contribuições do Imposto de Consumo e do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho de trabalhadores por conta de outrem e, no que respeita à receita afectada ao FEN, sobressaem os impostos que incidem sobre o trabalho por conta de outrem e sobre o rendimento petrolífero.

5.6 Autarquias antes de 2022

Jornal de Angola
20 De Fevereiro de 2018

Texto: João Dias

O Presidente João Lourenço prometeu ontem, em Benguela, que as eleições autárquicas devem acontecer antes da realização das eleições gerais de 2022, em data a negociar entre os partidos políticos com assento parlamentar e a participação da sociedade civil organizada.

João Lourenço, que falava na abertura da primeira reunião ordinária do Conselho de Governação Local, no Palácio do Governador, admitiu, face ao contexto que o país vive, a adopção do princípio do gradualismo na sua implementação.

O Chefe de Estado lembrou que os princípios que sustentam a realização das autarquias estão "claramente plasmados na Constituição da República de Angola, existindo apenas o desafio jurídico-constitucional sobre o que fazer, como fazer e quando fazer para que a produção legislativa e acções sejam programadas de forma ordenada e faseada".

O Chefe de Estado referiu-se ao compromisso que o "Executivo assume de forma clara para implementar as autarquias locais, sendo para tal necessária a preparação da legislação básica para o efeito e estruturar as equipas técnicas de trabalho encarregues de conduzir e executar as diferentes tarefas".

Neste sentido, anunciou que vai convocar, para o próximo mês de Março, o Conselho da República para auscultar os seus membros sobre a proposta do Executivo das principais linhas de força da legislação autárquica e as acções a realizar. "Vamos estimular a realização de um debate aberto e abrangente a toda a sociedade, de modo a conseguir o máximo consenso possível, ao mesmo tempo que daremos início a uma sondagem sobre as principais necessidades das populações de um certo número de municípios", disse.

Num discurso de perto de dez minutos, João Lourenço defendeu que o processo de implementação das autarquias passa pelo reforço da desconcentração administrativa, acção que o Executivo se propõe começar a realizar ainda no decurso deste ano, na medida em que ela começa pela transferência de competências, recursos humanos e financeiros para os municípios, por via da aprovação dos planos de desenvolvimento municipal e pela implementação da Lei da

Comunicação da Fixação e Alteração de Residência, da Lei das Comissões de Moradores, bem como da Lei sobre Toponímia.

Para o Chefe de Estado, os anos de 2018 e 2019 vão ser decisivos no quadro da preparação das eleições autárquicas, na medida em que, nos termos da Constituição, o Estado exerce sobre as autarquias locais o poder de tutela administrativa.

Municípios funcionais

O Presidente da República disse querer ver os municípios a funcionar e que não estejam apenas dependentes da realização das eleições autárquicas, e reconheceu que nesta fase de transição que vai conduzir o país à implementação centralização", sublinhou o Chefe de Estado.

O Presidente da República reconheceu haver excessiva concentração e centralização de poderes e lembrou que, embora o país esteja independente há 42 anos, circunstâncias de vária ordem, entre as quais o prolongado conflito armado, levaram a esta excessiva concentração e centralização dos poderes. "Isso faz de Angola um caso inédito, o único país da CPLP e provavelmente também da SADC que nunca realizou eleições autárquicas e consequentemente não tem poder autárquico eleito a nível do município", salientou.

João Lourenço referiu também que muito se espera da acção dos governadores provinciais, que na sua visão deviam ter capacidade de propor a indicação de quadros dinâmicos, competentes e comprometidos com a vontade de resolução dos problemas dos cidadãos para o exercício da função de administradores municipais, mas sobretudo, deixá-los trabalhar no espírito deste novo pensamento.

Para uma melhor administração do território, disse, é importante que se definam claramente no futuro as competências dos distritos urbanos e das comunas e a sua relação com as autarquias locais, para se evitarem conflitos e cada um assumir a sua concreta esfera de acção.

O Presidente da República disse ser mais avisado, seguro e prudente adoptar o princípio do gradualismo na implementação das primeiras autarquias locais, atendendo ao facto de vir a acontecer pela primeira vez em Angola e associado ao grande número dos seus municípios, recursos

humanos, capacidades técnicas e financeiras existentes. "Vamos ouvir o Conselho da República e aguardar o debate parlamentar à volta das propostas do Executivo e pela discussão pública sobre o assunto".

Participaram no primeiro encontro vários ministros e os governadores das 18 das províncias.

5.7 Autarquias dominam Iª Reunião do Conselho de Governação Local

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

A primeira Reunião do Conselho de Governação Local, um formato novo nas lides do Estado angolano, decorreu ontem, 19 de Fevereiro de 2018, na província de Benguela, no Palácio Provincial.

Para a estreia desse conselho, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 36/18, de 9 de Fevereiro de 2018, o tema debatido entre altas entidades da política foram as autarquias, sistema a adoptar em breve em Angola.

Nesse encontro de carácter nacional, com periodicidade anual, participaram os 18 governadores provinciais e vários ministros, dentre estes, o da Energia e Águas, Saúde, Educação, Economia e Ordenamento do Território, chefiados pelo Presidente da República.

No discurso de abertura da sessão, o chefe do Executivo declarou que as autarquias serão uma realidade antes das eleições gerais de 2022, sendo os anos de 2018 e 2019 destinados à sua preparação.

João Lourenço adiantou também que já existe uma proposta de Lei para regulamentar esse sistema, que será submetida a exame na primeira Reunião do Conselho da República, a suceder no próximo mês, Março.

Salientando que são ideais espelhadas na Constituição da República, "o Executivo dedica grande atenção e importância à questão de autonomia dos órgãos de poder local e à

desconcentração, e descentralização administrativas", enunciou o Presidente.

Descentralização do poder é a nova máxima do Executivo

O chefe de Estado realçou a existência de "excessiva concentração e centralização dos poderes", na forma de governação que caracteriza o país, pós-independência, daí que, torna-se imperativa a potencialização e autonomia dos municípios de Angola.

Quanto à necessidade urgente de evolução para outros modelos de gestão da coisa pública, o Presidente da República afirmou que "pretendemos alterar este quadro, que em nada nos dignifica", porque, "a vida faz-se no município".

Para que tal seja possível, João Lourenço deixou um alerta aos 18 governadores presentes no fórum, sugerindo-lhes que "deixem os administradores municipais trabalhar".

Mas, antes disso, há que escolher pessoas realmente capacitadas para ocupar tais cargos pois, "muito esperamos da acção dos senhores governadores", fundamentalmente no que toca a nomearem "quadros dinâmicos, competentes", afirmou João Lourenço.

Para o Presidente da República, é imprescindível que nos atributos dos administradores municipais conste estarem "comprometidos com a vontade da resolução dos problemas dos cidadãos", só assim poderão ser bem-sucedidos.

Almejando-se o bem-estar dos munícipes, o Titular do Poder Executivo acredita que as questões quotidianas devem ser resolvidas localmente, tais como problemáticas ligadas à educação, à saúde e à recolha de resíduos sólidos urbanos, exemplificou.

Uma visão que apenas se poderá materializar se as administrações municipais prestarem um melhor serviço à população, "com vista a corresponder às expectativas dos cidadãos em todas as áreas da vida social", defendeu João Lourenço.

Essa efectivação das melhorias no funcionamento dos municípios tem de ser notada já, decretou o Presidente, "sem esperar a realização das eleições

autárquicas, porque os munícipes devem começar a sentir já os benefícios da desconcentração."

Ficou estabelecida, pelo chefe de Estado, a meta de, em 2018, entrar em vigor, gradualmente, a nova forma de estar do governo central, com delegação de responsabilidades e atribuição de alguma autonomia aos sectores municipais.

Formas de financiamento discutidas na sessão Findo o fórum, o Ministro do Ordenamento do Território, Adão de Almeida, fez saber as principais conclusões a que chegou o grupo de ministros, secretários presidenciais e governadores provinciais, dirigidos pelo Presidente da República.

De agora em diante, é de se esperar do Executivo a transferência de uma parcela "da competência que hoje está atribuída a alguns órgãos da administração central, para os municípios", assegurou Adão de Almeida.

Para tal, não bastará a transição da responsabilidade inerente, também o capital financeiro associado ficará ao dispor das administrações municipais, bem como lhes serão providos os recursos humanos capazes de efectivar tais acções, outrora centralizadas.

Visando esse objectivo, "um novo paradigma no processo de arrecadação e afectação de receita" deverá ser implementado, estando disponível um fundo monetário para as administrações municipais, aprovado no OGE.

Assim, pondo em prática o fundo de equilíbrio municipal, os municípios que tiverem grande arrecadação de receitas num determinado sector, em que outros municípios estejam em desvantagem, doarão uma parcela aos vizinhos mais carenciados.

Neste âmbito, Adão de Almeida avançou que cerca de 30% do valor arrecadado no município com mais vantagens ficará disponível para se investir nos municípios com menor índice de crescimento.

Por seu turno, o Ministro das Finanças, Archer Mangureira, disse à imprensa que "foi uma boa ocasião para recolher dos responsáveis da gestão das comunidades contribuições que vão certamente enriquecer este diploma."

Resumindo, autarquias naquilo que é a acção do ministério de que tem tutela, declarou que irão "permitir que as receitas arrecadadas localmente sejam canalizadas para projectos que visam atacar as necessidades mais prementes das populações."

5.8 Oposição quer data concreta para a realização das autarquias

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2018

Texto: Rila Berta

O presidente da República, João Lourenço, anunciou na Segunda-feira, em Benguela, a realização das eleições autárquicas antes de 2022. Para o Chefe de Estado essa medida visa cumprir com o desejo da maioria expressa nas urnas.

Sobre esse pronunciamento, OPAÍS ouviu os partidos políticos da Oposição, com assento no Parlamento, que ao reagirem à respeito, disseram ser necessário que se estabeleça já a data concreta e não um horizonte temporal para as autarquias.

Manuel Fernandes, vice-presidente da CASA-CE, disse que a coligação recebeu de bom grado esta "reafirmação" do Presidente da República, relativamente à realização das autarquias.

A seu ver, tal demonstra a vontade de que de facto se vão concretizar as eleições autárquicas no país, antes das eleições gerais, ou seja as gerais agendadas para 2022.

Contudo, considerou que o mais importante nesta altura seria anunciar o ano exacto. "Para nós CASA-CE, a expectativa é de que seria bom se elas pudessem se realizar em 2020", afirmou.

Disse que a organização partidária precisa de reorganizar a sua agenda política, face ao processo, mas que para tal precisa de ter uma data indicativa e não um horizonte temporal para as autarquias.

No que se refere à realização das eleições de modo gradual, disse que a coligação discorda. "O nosso entendimento é que deveria haver um esforço para a universalidade das mesmas serem realizadas em todo território nacional. E no entanto, que o gradualismo fique para as atribuições que competem aos administradores e aquelas que caberão ao autarca", disse referido que poderiam haver excepções para casos específicos.

Para a UNITA não há novidades nas declarações do Presidente da República. Numa breve declaração, Raúl Danda, vice-presidente do maior partido da oposição, disse não haver qualquer novidade na data referida, ou seja, a realização das autarquias antes de 2022.

Sapalo António, membro do conselho político do PRS, disse ser importante que as eleições sejam realizadas de modo universal em todos os municípios. Apesar do que foi dito, ontem, pelo Presidente da República, em que afirmou que a realização das autarquias visa cumprir como desejo da maioria expressa nas urnas.

Sapalo António afirma que "o MPLA nunca quis as autarquias, e tivemos (nós PRS) muitos problemas na Comissão Constitucional para conseguir introduzir na Constituição as autarquias".

A seu ver, não há razões para se definir as autarquias para antes das eleições gerais, sem se precisar a data específica. "Porquê não definir o ano? Porquê não pode ser em 2019 ou 2020?", questionou.

Disse que a realização das eleições, de modo gradual, dará apenas vantagens ao partido no poder. "Este princípio do gradualismo será para o MPLA realizar eleições naqueles municípios em que o partido achar que terá condições eleitorais para ganhar", disse.

Defendeu, por isso, uma revisão na Constituição, de modo a que as eleições autárquicas aconteçam em todos os municípios em simultâneo. "A Constituição foi aprovada em 2010, já deveríamos ter a data das eleições autárquicas", disse.

Gerónimo Makana, porta-voz da FNLA, disse que para o seu partido as autarquias são prioridade. Por isso vê com bons olhos as declarações do Presidente da República relativamente à realização das eleições autárquicas. Entretanto, referiu ser importantes que se criem diplomas legais "que possam sustentar as autarquias".

Para a implementação das Autarquias Locais, de acordo com o Presidente da República, devem ser estruturadas equipas técnicas de trabalho encarregues de conduzir e executar as diferentes tarefas, como a proposta de legislação básica para o efeito.

Para Março próximo, o Presidente João Lourenço afirmou que pretende convocar o Conselho da República, recém-empossado.

5.9 Pacote Legislativo das Autarquias estará concluído em Junho

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2018

Texto: Norberto Sateco

O Conselho da República passará "ao pente fino" em Março, todas as questões atinentes à estratégia de implementação das Autarquias Locais com destaque para a questão da implementação do princípio do gradualismo, de que a Oposição Política discorda.

Segundo o titular do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, neste fórum serão analisados outros elementos para finalizar a estratégia, tornando o processo o mais inclusivo possível".

Durante o Conselho de Governação Local, o Presidente João Lourenço e os membros do seu Executivo, analisou o plano estratégico da implementação do programa de governação local e das autarquias.

O titular da pasta da Administração do Território explicou que o processo de implementação prevê duas fases, sendo a primeira virada ao reforço da desconcentração administrativa, sem prejuízo da não implementação das autarquias, colocar os municípios a funcionar num patamar diferente.

Na visão do governante, o referido processo irá atribuir outras competências a todos os municípios do país, com a implementação de uma nova estruturas orgânica para os mesmos, por via da capacitação dos seus recursos humanos. Neste momento, segundo o ministro, está em curso um trabalho de preparação de atribuições de competências ao nível dos municípios sob alçada da administração central.

"Vamos fazer programas de transferência de competências, os quais envolverão os recursos financeiros e humanos para que os municípios tenham estas valências", disse Adão de Almeida. Sobre o Regime Financeiro Local, ficou expressa a

necessidade de introdução de um novo paradigma na arrecadação de receitas ao nível dos municípios.

Neste sentido, recentemente foi criada uma nova estrutura que permita a existência de um Fundo de Financiamento da Administração Local, que já está previsto no actual Orçamento Geral do Estado. Relativamente ao pacote legislativo que dá suporte à implementação das autarquias, Adão do Nascimento disse que os trabalhos estão avançados, estando apenas a depender de 'acertos' do Conselho da República sobre aquilo que deverão ser as eleições autárquicas no país.

Além da estratégia de implementação das autarquias locais, a reunião do Conselho de Governação Local apreciou, igualmente, e com alguma preocupação, o plano de emergência de combate à malária e à cólera, cujos números de casos pelo país não são animadores.

Neste mesmo sector, a questão da importância dos indicadores de saúde na gestão e planificação captaram informação sobre o estado da saúde e do desempenho de um sistema de saúde.

Aos membros do executivo, no domínio das finanças locais, foi dado a conhecer o Regime Financeiro Local e tabelas de taxas e outras a cobrar pelos Órgãos da Administração Local do Estado.

O Conselho de Governação Local analisou o Programa de Investimento Público de 2018, documento que inscreve um conjunto de projectos a serem executados nas províncias, bem como dos valores necessários para a sua implementação.

5.10 MINSA e EU querem gestão transparente das verbas municipais

Jornal O PAÍS

21 De Fevereiro de 2018

Texto: Domingos Bento

Os responsáveis dos sectores da Saúde nos municípios de Belas, Cacuaco, Kilamba Kiáxi, Icolo e Bengo e Talatona participam, desde ontem, numa acção formativa sobre "transferência de ferramentas de planificação operativa e orçamental".

A mesma, que decorre no município do Icolo e Bengo, constituiu a segunda fase do Programa de Apoio ao Sector da Saúde (PASS II), programa de capacitação dos técnicos e responsáveis das Direcções Municipais da Saúde de iniciativa do Ministério da Saúde e da União Europeia.

Com esta acção formativa, os promotores preveem capacitar e dotar os responsáveis locais de ferramentas de planificação para que possam aplicar da melhor maneira, as verbas disponibilizadas para o sector ao nível das suas circunscrições.

Financiado pela União Europeia, com um valor de 30 milhões de Euros (7.773.604.812,69 de Kwanzas), o programa cobrirá apenas as províncias de Benguela, Huíla, Huambo, Bié e Luanda.

Em cada uma destas províncias será implementado em cinco municípios. a capital do país, segundo Alta João, da Delegação Provincial da Saúde, já beneficiou os técnicos e responsáveis das direcções municipais do Cazenga, Viana e Luanda.

Esta segunda fase, está direccionada aos gestores hospitalares dos cinco municípios acima mencionados. Depois de formados, disse a responsável, os técnicos e directores municipais da saúde servirão melhor as suas localidades, alocando as verbas com maior planificação, racionalidade e transparência.

Segundo Alta João, o referido programa vai possibilitar ainda que os gestores municipais saibam justificar melhor as verbas que recebem e apresentar com maior precisão as suas necessidades.

"Às vezes o que falta não é dinheiro. É a ausência de programas e instrumentos que possam garantir uma melhor planificação. Com essa iniciativa, penso que os nossos técnicos vão prestar um melhor serviço às suas comunidades", frisou.

Segundo a responsável, ao nível dos municípios já beneficiados, o programa tem surtido efeitos positivos, por esse facto houve a necessidade de se alargar a outras municipalidades de forma a tornar a gestão local transparente.

"Tivemos a experiência com os municípios de Viana, Cazenga e Luanda, e os resultados foram

fantásticos. Queremos, com este exemplo, abranger as outras zonas", declarou.

5.11 Parlamento vai definir circunscrições autárquicas

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2018

Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional deve definir por lei, em breve, os municípios e os critérios para a implementação das autarquias, anunciou ontem, o presidente da Comissão da Administração do Estado e do Poder Local da Assembleia Nacional, Vigílio Tyova.

"Dos actuais 164 municípios do país, só alguns vão ser autarquias, e vai ser o pacote legislativo autárquico a determinar as condições e os pressupostos em que um município poder ser uma autarquia", disse Vigílio Tyova. O presidente da Comissão da Administração do Estado e Poder Local defende que o pacote legislativo autárquico deve ir à consulta pública para o contributo da sociedade.

O conjunto de diplomas, acrescentou, deve integrar a Lei sobre Eleições Locais ou Municipais e da Alteração da Lei Orgânica das Eleições Gerais.

O deputado, que falou no seminário sobre integração dos deputados sobre o papel da Administração do Estado e do Poder Local (Organização e Funcionamento, Autarquias Locais em Perspectivas), adiantou que os municípios que não vão ser autarquias vão continuar a ser administrados no âmbito da desconcentração administrativa.

Em relação aos municípios que não vão ser autarquias, o deputado esclareceu que ficam sob a tutela administrativa dos governadores, que vão também ter a missão de verificar se os municípios estão a agir em conformidade com a lei.

O presidente da quarta comissão da Assembleia Nacional lembrou que as autarquias têm atribuições nos domínios da educação, saúde, energia e águas, equipamentos rural e urbano, património, cultura e ciência, transporte e comunicações, habitação, acção social, protecção

civil e ambiente, saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e social, ordenamento do território, polícia municipal e de cooperação descentralizada e de geminação.

O deputado adiantou que, embora as autarquias tenham todas essas competências, elas não vão ser entregues a 100 por cento aos municípios, mas sim em função de vários factores que a lei vai estabelecer.

O deputado lembrou que, mesmo com a implementação das autarquias, vai continuar a haver órgãos do Estado e Órgãos da administração local do Estado.

O deputado Vigilio Tyova lembrou que, mesmo com a implementação das autarquias locais, vai continuar a haver órgãos do Estado e órgãos da administração local do Estado.

O presidente da quarta comissão explicou que o poder local tem o papel de promover a participação dos cidadãos na solução e resolução dos problemas próprios do município, promover o desenvolvimento local e o aprofundamento da democracia.

O deputado alertou aos parlamentares que a Constituição da República de Angola não só define as autarquias, mas também as instituições do poder tradicional e outras modalidades de participação dos cidadãos nos termos da lei.

Recursos financeiros

Para o deputado, os recursos financeiros das autarquias locais devem ser proporcionais aos programas de desenvolvimento aprovados.

Vigílio Tyova lembrou o princípio da autonomia local, que consagra o direito e a capacidade efectiva das autarquias locais para gerirem e regulamentarem sobre responsabilidade e no interesse das respectivas populações os assuntos públicos locais.

O deputado sustentou que as autarquias têm o direito de recorrer judicialmente a fim de assegurar o livre exercício das suas atribuições e o respeito pelos princípios da autonomia local consagrados na Constituição.

Os deputados, durante o debate, centraram as suas preocupações no princípio do gradualíssimo nas autarquias. Vigílio Tyova esclareceu que a institucionalização das autarquias locais obedece ao princípio do gradualíssimo e devem ser constituídas por um órgão que delibera e outro que executa. O deliberativo disse é a assembleia municipal e o órgão executivo é o governo municipal.

Durante a apresentação do tema sobre o papel da Administração do Estado e do Poder Local (Organização e Funcionamento, Autarquias Locais em Perspectivas), o presidente da quarta comissão da Assembleia Nacional disse que a Administração do Estado e as autarquias locais serão estabelecidas em níveis em que podem interagir.

5.12 O poder local

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2018

Depois de o Presidente da República, João Lourenço, ter anunciado a realização de eleições autárquicas no país antes de 2022, actores políticos de diferentes quadrantes e segmentos da sociedade têm-se pronunciado sobre este assunto de extrema importância para a vida das populações.

Não há dúvida de que o poder local é indispensável ao processo de desenvolvimento do nosso país e que um Estado demasiado centralizado toma-se pouco eficiente na resolução de diversos problemas das populações que vivem em mais de cem municípios de que o país dispõe.

Temos um extenso território e faz sentido que se avance rapidamente para a descentralização administrativa, a fim de os diferentes municípios poderem, no quadro da autonomia local, tomar decisões para resolverem muitos dos seus problemas, sem esperarem pela intervenção dos órgãos centrais do Estado.

Nos termos da nossa Constituição (artigo 214º), “a autonomia local compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem (...), sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais”.

O anúncio de realização de eleições autárquicas antes de 2022, feito pelo Presidente da República, na segunda-feira, em Benguela, foi aplaudido por vários segmentos da sociedade, que acreditam que o Chefe de Estado vai trabalhar no sentido de se prepararem as melhores condições possíveis para a implantação do poder autárquico em Angola.

João Lourenço deixou claro na primeira reunião ordinária do Conselho de Governação Local que deseja que a desconcentração seja posta já em prática, para que esta, segundo as suas palavras, seja "a antecâmara da descentralização".

O Presidente da República tem consciência de que o poder autárquico é assunto que deve merecer um debate abrangente para que se recolham contribuições de diferentes estratos da população, a fim de os legisladores terem matéria suficiente para elaborarem leis "relativas ao poder autárquico e que possam de facto ir ao encontro dos anseios das populações.

"Vamos estimular a realização de um debate aberto e abrangente a toda a sociedade, de modo a conseguir o máximo consenso possível, ao mesmo tempo que daremos início a uma sondagem sobre as principais necessidades das populações de um certo número de municípios", disse o Presidente João Lourenço.

O debate na sociedade à volta do poder autárquico vai permitir que os cidadãos passem por exemplo a saber que benefícios podem advir da autonomia local. Os cidadãos precisam de saber o que é afinal o poder autárquico para que se possam aperceber das suas potenciais vantagens, no processo de desenvolvimento do país.

Com a implantação das autarquias locais, o país vai entrar num ciclo de descentralização administrativa que pode contribuir grandemente para que os cidadãos possam participar em maior grau na resolução dos seus próprios problemas.

Convém, a propósito, citar o artigo 217º da Constituição, relativo ao poder local: "As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações".

Que na fase de debates sobre as autarquias locais haja participação de especialistas, para que estes expliquem às comunidades a verdadeira dimensão do poder autárquico, num processo de descentralização administrativa.

Os cidadãos têm o direito de conhecer bem a natureza do poder local e o impacto que ele pode ter nas suas vidas. Queremos todo o progresso e a implantação das autarquias locais para acelerar o crescimento económico e o melhoramento da qualidade de vida das populações.

5.13 A questão autárquica em Angola parte

Jornal Visão

23 De Fevereiro de 2018

Bem, não tem como não sublinhar como positiva a deslocação do Presidente da República a província de Benguela, onde orientou a primeira reunião ordinária do Conselho de Governação Local, órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação e no acompanhamento da execução das políticas de governação da Administração do Estado a nível local, de acordo com o Decreto Presidencial nº 36/18 de 9 de Fevereiro.

Não é pela primeira vez, entretantes, que o Presidente sai de Luanda para trabalho numa outra cidade fazendo jus o princípio da presidência aberta. O Presidente da República tinha já estado em Cabinda onde orientou a segunda Reunião do Conselho de Ministros desde que chegou ao cargo tendo sido nessa importante sessão definida o abaixamento do tarifário para voos domésticos. Essa foi a principal novidade.

A deslocação a Benguela foi a que movimentou todos os governadores com fito de partilharem a sua experiência de governação e darem o seu ponto de situação sobre as condições prementes à administração local numa altura em que se fala de mais verbas para os municípios. E tudo parece coincidir com a agenda política. As condições de trabalho, actualmente, existentes são um factor de melhoramento de visão que se tende a impregnar durante o período que antecede a fase da desconcentração administrativa ou de implementação das Autarquias que será uma das divisas da governação do Presidente da República,

João Lourenço, por sinal, uma das maiores expectativas do povo angolano. É que o actual Presidente da República cedo tomou nota disso incluindo na sua agenda de governação como um troféu.

Não há algo que lhe retire a legitimação. O Poder autárquico é uma matéria prevista na nossa Constituição. Contanto, o Presidente não podia deixar de prometer o que lhe consigna a lei e filo durante a campanha política eleitoral que lhe coroou. Foi uma promessa pública que em política conta muito. Está a valer-lhe alguns pontos pelo que esta semana o seu nome subiu no gráfico reputacional.

Por mais exequível que pareça ou não, 2020 será o ano. E se as eleições autárquicas forem realizadas em 2020, já às portas, será um tempo mais do que razoável a distanciar das próximas legislativas com que se poderia adotar definitivamente, como ocorre noutras paragens. Também poderia cair a linguagem ou nomenclatura de eleições gerais tendo em conta a hermenêutica que se impõe: as outras eleições a se realizarem em concurso das autárquicas, que para todos os efeitos, elegem o Presidente da República' deveriam designar-se como legislativas em razão de o PR ser o primeiro da lista mais votado. "Mutatis mutandis", são eleições presidenciais porque no fundo elegem o Presidente da República sem despidendo ao que no rigor da expressão doutrinal, as legislativas ocorram no sistema semi-presidencialista sendo que aí teria que, igualmente, haver um simultâneo que é de se escolher, igualmente, o Presidente como ocorreu em 91. Porém fomos chamando até agora, as coisas, como eleições gerais por elas encerrarem tudo nos moldes com que actual lei eleitoral consagrou. Com as autarquias, haverá alterações na lei eleitoral.

É mister alertar, para situar os cidadãos, que estaremos em de dois conceitos diferentes no que tange a problemática do Poder Local (em que se incluem autarquias locais / Poder Tradicional) e da Administração Local do Estado que nem sempre, aliás, não se assume mesmo ao entendimento académico sobre as autarquias. Há ainda entendimento a reter de que aí onde houver/estiver um autarca estará, igualmente, uma entidade administrativa, uma figura que represente o estado. Como vá funcionar isso?

Aguardemos para quando a questão for tratada na Assembleia Nacional e daí, virmos a imaginação jurídico-legal e político. Desde logo, o Estado exerce um poder de tutela administrativa sobre as autarquias locais (art. 221.0 n.1 CRA), que fique claro. Isso pressupõe a existência dum administrador, entidade de Estado ao lado de cada autarca ou Presidente da Autarquia quando até bastava um governador provincial com papel fiscalizador sobre a administrabilidade da lei, no caso, uma competência absoluta de órgão central como o Parlamento, já agora, tal entidade, isto é, o governador a quem se podia adjudicar o acompanhamento da execução ou aplicação das demais leis vigentes, como seria a aplicação de medidas atinentes à tributabilidade, direitos humanos, um monopólio irrefutável ao Estado e que pertine fiscalizar na sua vertente dos direitos económicos e por aí além. A questão de dois entes de autoridades dentro do mesmo município deve ser discutida a exaustão no Parlamento.

Uma santa Quaresma!

5.14 Aprovado o Regime Financeiro Local

Jornal Vanguarda

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Ana de Sousa

"Foi, recentemente, criada uma nova estrutura que permite a existência de fundos de financiamento da administração local, e o Orçamento Geral do Estado (OGE), recentemente aprovado, já prevê esse fundo. O PR já praticou o primeiro acto nesse domínio. O Regime Financeiro Local foi aprovado", declarou o portavoza da primeira reunião do Conselho de Governação Local (CGL), o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE), Adão de Almeida. O encontro, o primeiro deste órgão, que irá reunir semestralmente, decorreu nesta segunda-feira em Benguela, presidido pelo PR, João Lourenço.

Mas coube ao ministro Adão de Almeida, antes e depois da reunião, sublinhar a importância deste órgão de consulta e dar conta dos temas abordados, discutidos e aprovados. E, entre eles, a criação de um novo Regime Financeiro Local, que se traduz num novo paradigma no processo de

arrecadação de receita e da sua afectação aos municípios.

Tome-se, por exemplo, o Imposto Predial Urbano, cobrado num município pela repartição de finanças local. Antes, entrava para a Conta Única do Tesouro; agora, uma parte significativa do imposto fica para o município. Uma outra medida anunciada, o Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM) - uma parte da receita, na ordem dos 70%, que reverterá para o município, e os restantes 30% passam para um FEM. "O potencial de arrecadação do município de Luanda não é igual ao dos municípios da Ganda ou Bibala. O fundo vai ser um elemento para corrigir este desequilíbrio e dinamizar projectos específicos", explicou o ministro.

Adão de Almeida destacou as várias etapas para o processo eleitoral autárquico, que obedecem a três fases distintas: 1) reforço da desconcentração; 2) implementação do primeiro grupo de autarquias locais; 3) aumento gradual do número de autarquias locais e o reforço das suas competências.

O documento do encontro de Benguela, que reuniu João Lourenço com os 18 governadores provinciais e outros tantos membros do Governo - com destaque para os ministros Adão de Almeida e Archer Manguera, das Finanças -, dá conta do decreto presidencial sobre o modelo dos relatórios dos governos provinciais e administrações municipais, que devem ser apresentados trimestralmente e anualmente pelos órgãos da administração local do Estado.

Autárquicas antes de 2022

"A vida faz-se no município", o slogan que orienta a nova estratégia do poder local em Angola, foi algo sublinhado no discurso do Presidente João Lourenço, na primeira reunião do CGL - um órgão colegial auxiliar do PR, na formulação e no acompanhamento da execução das políticas de governação da Administração do Estado a nível local.

No seu breve discurso de dez minutos, o PR começou por lembrar que, apesar dos 42 anos que o País leva como nação independente, "circunstâncias de vária ordem, entre as quais destaque o prolongado conflito armado", levaram a "uma excessiva concentração e centralização dos

poderes". Deste modo, Angola é "o único país da CPLP - e, provavelmente, também da SADC - que nunca realizou eleições autárquicas e, conseqüentemente, não tem poder autárquico, eleito a nível do município".

Um quadro que se quer inverter e, por isso, o "Executivo dedica grande atenção e importância à questão da autonomia dos órgãos do poder local, da desconcentração e descentralização administrativas, até porque são princípios que "estão claramente plasmados na Constituição da República de Angola, e apenas se nos coloca o desafio jurídico-constitucional sobre o que fazer, como fazer e quando fazer, para que a produção Legislativa e as acções sejam programadas de forma ordenada e faseada".

É, provavelmente, no "como fazer e quando fazer" as eleições autárquicas que se colocam, agora, os maiores desafios. Há um novo registo eleitoral a fazer; há o indispensável debate legislativo; há a necessidade de uma maior definição do gradualismo funcional; há que consolidar um regime de financiamento local.

O Presidente da República afirmou o compromisso eleitoral das eleições autárquicas, mas não disse nada de novo, isto é, continua a referir apenas um horizonte temporal-antes das eleições gerais de 2022.

Mas os partidos da oposição exigem mais: querem uma data concreta. O porta-voz da UNITA, Adalberto da Costa júnior, afirmou que o discurso de João Lourenço "é vago", e acrescenta: "Para a UNITA, dizer que as eleições municipais vão ser realizadas antes de 2022 não significa nada". O partido do 'Galo Negro' tem defendido que as autárquicas devem ocorrer em 2019 ou 2020.

A CASA-CE, através do deputado Manuel Fernandes, vai no mesmo sentido: "Dizer que vai se realizar eleições autárquicas em 2022 é apenas um horizonte temporal. Seria necessário dizer a data em que teriam lugar essas eleições", ao mesmo tempo que considera "que o gradualismo deveria ficar para as competências e não para a territorialidade".

Lucas Ngonda, da FNLA, argumenta que o pacote legislativo para as eleições autárquicas deve ser remetido o quanto antes ao parlamento para discussão. A definição de uma data é essencial para

os partidos definirem, também eles, as suas próprias agendas.

O MPLA, que discutiu a questão na última reunião do Bureau Político - na mesma altura em que João Lourenço presidia ao CGL -, partilha com o Presidente o horizonte temporal de 2022. Paulo Kassoma, o secretário-geral do partido, acredita que o combate político vai estar no reforço da capacidade organizacional e preparação das estruturas intermédias e de base para as eleições autárquicas.

5.15 Autarquias terão receitas

Jornal de Economia & Finanças

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

O diploma 44/18, publicado em Diário da República, que regula a matéria, ao que soube o JE, prevê que 70 por cento dos Impostos sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) e o Predial Urbano (IPU), só para citar, fiquem no município.

Assim, a concretização das autarquias em Angola começa a ser cada vez mais real, o que faz com que as dúvidas sobre como o poder local dever-se-á financiar diminuam no tom de contestação.

O que deverá representar tais valores em termos de números reais é tido como contas a considerar, mas, e de acordo com o antigo director do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), Ismael Mateus, já é um bom sinal a legislação definir de forma clara em como determinadas receitas serão repartidas entre o poder central e o local.

Ismael Mateus, empossado recentemente, como membro do Conselho da República, disse ser importante a compreensão do que está a ser chamado de gradualismo na implementação das Autarquias, sendo que, para ele, o mais importante é a definição dos prazos e a clarificação das competências e tarefas do Governo nestes processos.

Esta semana, o 1º Encontro do Conselho de Governação Local; realizado em Benguela, sob presidência do Chefe de Estado e Titular do Poder Executivo, João Lourenço, abordou sobre o regime financeiro local e tabela de taxas, licenças e

outros a cobrar pelos órgãos da Administração Local do Estado.

O documento apreciado na reunião de periodicidade semestral estabelece os critérios de consignação da receita fiscal.

Segundo o comunicado, o diploma define os termos e as condições de gestão e afectação dos recursos dos fundos de financiamento dos órgãos de Administração Local do Estado. Entre esses órgãos estão o Fundo de Equilíbrio Nacional (FEN) e o Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM).

Conselho da República

O Chefe de Estado disse na ocasião que para Março vai ser convocado o Conselho da República, recém-empossado, com o objectivo de o Presidente auscultar os conselheiros sobre a proposta do Executivo relativa à realização das eleições autárquicas.

"Vamos estimular a que se realize um debate aberto e abrangente a toda a sociedade, de modo a obter o máximo consenso possível", afirmou.

Ainda no quadro da implementação das Autarquias Locais soube-se que deverão ser estruturadas equipas técnicas de trabalho encarregues de conduzir e executar as diferentes tarefas, sendo uma delas a de preparar a proposta de legislação básica para o efeito.

Na reunião desta semana, em Benguela, o conselho apreciou já as propostas de orçamento dos governos provinciais, bem como o acompanhamento da implementação dos Planos Anuais e propor medidas de concertação entre os órgãos da Administração Central e Local do Estado.

Poder Local autónomo

O Presidente da República, João Lourenço, afirmou nesta segunda-feira, em Benguela, que o Executivo está a dedicar grande atenção à questão da autonomia dos órgãos do poder local e à desconcentração e descentralização administrativas.

Segundo disse, a desconcentração começa pela transferência de competência e recursos humanos e financeiros para os municípios, pela aprovação dos Planos de Desenvolvimento Municipal, pela

implementação da Lei sobre a Comunicação da Fixação e Alteração de Residência, da Lei das Comissões de Moradores, assim como da Lei sobre a Toponímia entre outras.

"Nesta fase de transição que nos vai conduzir a implantação dos órgãos do poder autárquico, é fundamental a melhoria da capacidade de prestação de serviços públicos aos cidadãos pelas actuais Administrações Municipais com vista a corresponder às expectativas dos cidadãos em todas as áreas da vida social", disse.

Conforme lembrou, os princípios (autonomia, desconcentração e descentralização) estão plasmados na Constituição da República, faltando "o desafio jurídico e constitucional sobre o que fazer, como fazer, quando fazer para que a produção legislativa e as acções sejam programadas de forma ordenada e faseada".

"O cidadão deve encontrar nos municípios a satisfação das necessidades básicas, como a escola pública, os centros de saúde, hospital, acesso e usufruto da água potável e energia elétrica, a recolha e tratamento dos resíduos sólidos, entre outros", disse.

O PR reconheceu que embora o país esteja independente há 42 anos, circunstâncias de vária ordem, entre as quais o prolongado conflito armado, levaram à excessiva concentração e centralização de poderes.

Para si, esta concentração faz de Angola um caso inédito, o único país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, provavelmente, também da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que nunca realizou eleições autárquicas e, conseqüentemente, não tem poder autárquico eleito a nível dos municípios.

O que se pretende é alterar esse quadro que em nada dignifica, para cumprir com o desejo da maioria, expresso nas urnas, segundo o qual a vida faz-se nos municípios.

Investimento Público

Sobre o Programa de Investimento Público 2018, o Conselho de Governação Local tomou conhecimento do Programa de Investimento Público de 2018.

O documento inscreve os projectos a serem executados nas diferentes províncias durante o período em referência, e os valores necessários para a sua implementação.

O Conselho de Governação Local (CGL) é um órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação e no acompanhamento da execução das políticas de governação da Administração do Estado a nível local. É orientado pelo Presidente da República, auxiliado pelo vice-presidente.

Dele fazem parte ministros de Estado, secretários do Presidente da República, ministros, governadores provinciais, entre outras individualidades.

No quadro das competências do órgão foi-lhe também atribuída a competência de contribuir na formulação de políticas e avaliar a aplicação de medidas no domínio do aprofundamento da desconcentração administrativa e financeira.

5.16 Há pouca informação sobre o Poder Local

Jornal Economia & Finanças

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Vânia Inácio

As autarquias locais são pessoas colectivas públicas correspondentes a certas circunscrições administrativas do território nacional e que, nos termos constitucionais e legais, devem assegurar os interesses próprios das respectivas populações.

Em Angola, a legislação que vai reger a realização das eleições autárquicas fica concluída no primeiro semestre deste ano, segundo fez saber o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

O presidente da Comissão da Administração do Estado e do Poder Local da Assembleia Nacional, Virgílio Tyova disse recentemente que as autarquias têm atribuições nos domínios da educação, saúde, energia e águas, equipamentos rural e urbano, património, cultura e ciência, transporte e comunicações, habitação, acção social, protecção civil e ambiente, saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e social,

ordenamento do território, polícia municipal e de cooperação descentralizada e de geminação.

O deputado adiantou que, embora as autarquias tenham todas essas competências, elas não vão ser entregues a 100 por cento aos municípios, mas sim em função de vários factores que a lei vai estabelecer.

A Assembleia Nacional deve definir por lei, em breve, os municípios e os critérios para a implementação das autarquias. Dos actuais 164 municípios do país, só alguns vão ser autarquias, e vai ser o pacote legislativo autárquico a determinar as condições e os pressupostos em que um município poder ser uma autarquia.

A reportagem com os cidadãos fez-nos perceber que a maior parte da população angolana ainda não tem noção do que significa o tema em discussão. Um motivo que torna necessário o governo investir em campanhas de elucidação e sensibilização, sob pena de termos eleitores sem noção das competências dos candidatos.

5.17 João Lourenço tenta amainar “Dilema Autárquico” debaixo de críticas da UNITA

Jornal A República
23 De Fevereiro de 2018

João Lourenço realça que há um desafio jurídico e constitucional que exige a preparação da legislação, ao passo que o segundo maior partido lembra que a sua proposta nem sequer foi discutida a nível da Assembleia Nacional.

O Chefe de Estado, crítico em relação ao que chama de excessiva concentração e centralização de poderes, até começou por reconhecer que Angola, sem poder autárquico eleito a nível dos municípios, acaba ultrapassada por todos os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Perante uma realidade que diz estar ligada a longos anos de guerra, João Lourenço admite que é preciso correr atrás do prejuízo, agora com os préstimos do Conselho da República e da sociedade civil.

"Para que a produção legislativa, e as acções sejam programadas de forma ordenada e faseada. O

Executivo assume este compromisso e importa preparar a proposta de legislação básica. Vamos estimular um debate aberto e abrangente a toda a sociedade, para que se consiga o máximo consenso possível anunciou Lourenço.

Em reacção, o vice-presidente da UNITA, Raúl Danda, considera que uma consulta a nível do Conselho da República e da sociedade civil, com as bases há muito definidas, pode ser equiparada a acções paliativas.

"Já foram encomendados estudos aqui e ali para se fazer autarquias, por isso não sei como é que o senhor Presidente precisa de fazer consultas. O que eu espero é que se parta para a legislação. Nós tínhamos uma lei sobre o poder local, mas os nossos companheiros do MPLA não quiseram sequer discutir, mesmo na generalidade. Não há nada de especial para se avançar para as autarquias" afirmou Danda.

Agora no Conselho da República, que será ouvido pelo Presidente já em Março, o analista Ismael Mateus teve sempre um discurso a valorizar a participação da sociedade civil desde que abraçou a causa das autarquias.

"Acho sobretudo que esta governação centralizada já deu tudo o que tinha a dar. Devemos fazer mais, estamos a deixar esta questão dependente das agendas dos partidos políticos", ressalta o analista.

Poder autárquico dominou o discurso de João Lourenço em Benguela, província que terá mesmo uma refinaria, no Lobito, mas a custar quase metade dos 12 mil milhões de dólares definidos inicialmente.

5.18 Municípios vão passar a gerir impostos arrecadados

Jornal Expansão
23 De Fevereiro de 2018

As administrações municipais vão passar a gerir 70% do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho e outros impostos arrecadados localmente, de acordo com o decreto presidencial nº 40/18 de 9 Fevereiro, que estabelece o Regime de Financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado.

O documento define que constituem receitas próprias da administração local o produto da cobrança de taxas, de licenças diversas e da prestação de serviços, que dão entrada na conta única do Tesouro Nacional, canalizadas para as contas provinciais e municipais.

O diploma é aplicado aos governos provinciais e às administrações municipais, enquanto órgãos executivos desconcentrados da administração central. As administrações locais são nomeadas pelos governadores provinciais, por sua vez nomeados pelo Presidente da República.

O Governo já apontou o objectivo de descentralizar competências para a administração local, nomeadamente na gestão dos sectores da educação, da saúde e da conservação e manutenção de estradas. O anúncio foi feito, esta semana, por João Lourenço, no discurso de abertura da primeira reunião do novo conselho de governação local, órgão consultivo do Presidente da República para as questões da administração local, que junta vários ministros e os 18 governadores provinciais.

Além de consignar 70% do IRT (por conta própria e por conta de outrem, um dos impostos mais lucrativos) cobrado localmente e entregue às respectivas administrações municipais, a nova legislação estabelece ainda a mesma alocação para 50% do Imposto Industrial do grupo B, 70% do Imposto Predial Urbano, 80% do Imposto sobre as Sucessões e Doações, 70% do imposto de SISA, 100% do Imposto de Consumo (com excepção do valor arrecadado nas importações), 30% da taxa de circulação e fiscalização de trânsito e 90% do valor de multas aplicadas por transgressões administrativas.

Acresce a cobrança de taxas municipais, que também revertem para os cofres das administrações municipais, com a nova legislação. As restantes percentagens dos impostos nacionais passam a reverter para o Fundo de Equilíbrio Nacional (FEN).

5.19 «O nosso plano já está em acção»

Novo Jornal

23 De Fevereiro de 2018

Texto: António Paulo

A administração de Viana garante que está empenhada na realização de trabalhos de melhoria da circulação dos seis distritos e 48 bairros que compõem o município. Cerca de 200 ruas foram já cadastradas pela administração municipal, que deu igualmente início aos trabalhos de reabilitação de algumas vias secundárias e terciárias, segundo informou ao Novo Jornal o administrador municipal adjunto de Viana para a Área Técnica, Fernando Binge.

"Temos em carteira várias intervenções. Está prevista a reabilitação da antiga estrada nacional, que parte da 'Ponte partida', liga à estrada do Gamek ou aterro sanitário dos Mulenvos e faz ligação também à Via Expressa", pormenorizou.

O responsável deu ainda a conhecer que está prevista a reparação da conhecida via da guarda passagem, que dá acesso ao município de Cacucaco. "Neste momento, estão em curso a asfaltagem da rua Brasileira assim como a estrada do Cemitério. Está ainda prevista a reparação da rua do Mandimbra, que é a via a seguir àquela, assim como intervenções na comuna de Calumbo sede, no troço Banza-Calumbo a Kakila, que também está bastante esburacada e carece de reparação".

O governante acrescentou que está ainda prevista a ligação por estrada do distrito do Zango ao distrito da Baía, cuja mobilidade, segundo Fernando Binge, é feita actualmente por via de terra batida pela centralidade do Zango 8000, num raio de 18 quilómetros. A asfaltagem daquela via, perspectiva a fonte, irá permitir assim a ligação de calumbo à Estrada Nacional 230.

"Está prevista também no distrito da Baía a abertura dos acessos ao mercado do Km 30, Dimba, Tandy até à Via Expressa. Já na conhecida zona da Estalagem está prevista a intervenção no KM 9 A, ruas dos Quartéis, Paraíso, Fiéis e Robaldina".

Já na área do Km 12, o interlocutor explicou que estão previstas intervenções nas ruas da Cometa, Imporáfrica e comarca, também conhecida por estrada da Fenícia. "Este troço da Comarca, apesar de ter sido já asfaltado, tem dois pontos críticos que se agravam nesta época chuvosa. Faremos ainda intervenções no troço que liga Viana ao Kimbango, e na zona de Kikuxi faremos a reparação da via de acesso ao Pantal, que é uma rua que passa entre a universidade utanga e o

supermercado Shoprite. É uma via muito importante que também liga à Via Expressa. Portanto temos uma carteira de projectos em acção em termos de mobilidade, e, tão logo façamos as intervenções, os munícipes verão solucionados os sérios problemas de circulação que enfrentam a nível dos bairros", assegurou.

5.20 População angolana aumenta cinco milhões em quatro anos

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2018
Texto: Edna Dala

A população angolana deve chegar, até final deste ano, aos 30 milhões de habitantes, de acordo com as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE), o que representa quase cinco milhões a mais do que o número apurado durante o censo realizado há quatro anos.

O Recenseamento Geral da População e Habitação realizado de 16 a 31 de Maio apurou que a população angolana era, na altura, constituída por 25 milhões 789 mil e 24 habitantes, dos quais seis milhões 945 mil e 386 viviam na capital do país. Entretanto, as projecções indicam que só em Luanda o número de habitantes vai atingir os oito milhões, até fim do ano.

O director do INE, Camilo Ceita, discursou no encerramento da acção de formação nacional do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA).

"As projecções são práticas habituais e anuais. Apenas no próximo censo (em 2024), o INE vai fazer a reactualização das mesmas (projecções)", declarou Camilo Ceita, salientando que as projecções para os indicadores económicos são aplicadas apenas para a população através dos censos.

O INE vai, no dia 5 do próximo mês, proceder em todo o país ao Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola. Camilo Ceita esclareceu que não se pode projectar sobre o IDREA, porque os indicadores económicos só funcionam com os inquéritos, pois trata-se de uma situação real das condições de vida da população. Para a empreitada, disse, foram mobilizados 200

inquiridores e supervisores onde cada província vai contar com duas equipas, entre as quais um supervisor, quatro inquiridores, um cartógrafo e um motorista.

A excepção vai para Luanda que terá quatro equipas com a mesma composição. Depois de 13 meses, informou Camilo Ceita, são respondidas todas as questões atinentes ao inquérito, que terá a duração de 12 meses.

O secretário de Estado do Planeamento disse que o Executivo defende a disposição de estatísticas económicas, sociais abrangentes e de qualidade, enquanto instrumentos de suporte ao planeamento do desenvolvimento nacional para a formulação de políticas públicas e as decisões da acção governativa, entre outros fins. Manuel Neto da Costa afirmou que o inquérito vai responder a questões atinentes aos dados demográficos, rendimentos e outros aspectos relevantes aos níveis de vida, o que permitirá a actualização da cesta básica e do Índice de Preços do Consumidor, bem como a estimação do consumo dos agregados familiares, das contas nacionais e da produção de indicadores de pobreza monetária.

O inquérito, acrescentou, vai, igualmente, permitir a produção de estatísticas oficiais sobre a força de trabalho nacional comparáveis ao nível regional e internacional, emprego, desemprego, ocupação e outros ramos de actividades.

Manuel Neto da Costa disse que a informação é fundamental para a elaboração de políticas sectoriais de desenvolvimento, para as contas nacionais e para a avaliação das flutuações do mercado de trabalho.

5.21 Viana em busca de melhorias na mobilidade urbana

Novo Jornal
23 De Fevereiro de 2018
Texto: António Paulo

A mobilidade urbana em Viana continua a ser um dilema para muitos moradores, situação que se agrava na presente época chuvosa, em que muitas ruas se apresentam alagadas e intransitáveis. No entanto, a administração municipal garante estar já em acção um projecto que visa melhorar os

acessos e a mobilidade no interior dos bairros da conhecida cidade-satélite de Luanda.

A chuva cai e recomeça o calvário de todos os anos para os moradores de Viana, Luanda e todos os arredores. As últimas intempéries que se abateram sobre a capital deixaram milhares de casas e ruas inundadas e intransitáveis, e o município de Viana também não foi poupado, dificultando ainda mais o problema da locomoção das populações.

O morador Edno Graça, que vive a escassos metros da estrada principal de Viana, na rua da Quinta Rita, diz estar cansado do "calvário" que enfrenta todos os anos. "Olha, estou aqui na rua da Quinta Rita, a escassos metros da estrada principal, mas tenho de dar muitas voltas para chegar a casa. Esta situação está insuportável", reclamou o munícipe, que reside há seis anos em Viana.

Para Nanda Fernandes, outra moradora, já está "mais do que na hora" de o Governo pôr em marcha o seu plano de reabilitação das vias secundárias e terciárias do município, que, de acordo com a interlocutora, será facilitado pela configuração das ruas, que se apresentam "bem estruturadas".

"As nossas ruas estão urbanizadas, os moradores construíram as suas casas pensando mesmo na reabilitação das ruas. Esta via, por exemplo, liga Viana ao Jacinto Tchipa. Quem vai para o Calemba 2 ou para o Zango teria esta via como alternativa se estivesse asfaltada. Mas, infelizmente, parece que a administração de Viana anda distraída", atirou a moradora da Cometa.

Na zona dos Mulenvos de Cima, moradores queixam-se igualmente do estado de degradação em que se encontram as ruas e as principais vias de acesso à zona. O bairro tem poucas entradas e saídas, possuindo apenas duas ruas asfaltadas, que dão acesso a meio milhão de habitantes. Os residentes reclamam a melhoria das ruas e a abertura de mais vias de acesso. A reposição da ponte partida, aguardada há mais de 11 anos, é apontada pelos munícipes como uma das maiores soluções para o problema.

Nos dias de hoje, entrar e sair do bairro Mulenvos de Cima é "um Deus nos acuda", como lamentam os moradores que dizem estar cansados dos

transtornos que têm de enfrentar diariamente. Honório, jovem residente na zona do Chimuco, diz ter apenas a rua do Millennium como a única opção para sair ou chegar a casa. "Há dois anos que asfaltaram esta via pelo meio. Nós que estamos aqui próximos, temos hoje a ligação facilitada com a estrada principal de Viana, que é a Avenida Deolinda Rodrigues, mas é a única rua que temos. Recentemente, fizeram o trabalho de duplicação da ponte e passámos mal porque os automobilistas não conseguiam entrar pelo facto de a via ter sido temporariamente encerrada", lembrou.

Por outro lado, acrescentou que o trânsito fica "apertado a toda hora" por ser a única via asfaltada do bairro. "Não podemos continuar a depender de uma única rua", lamentou.

Os vizinhos de Honório também partilham da mesma opinião. Vilola, Alexandre e Marcolino contaram à nossa re-portagem que a situação dos acessos fica ainda mais complicada para os moradores de outros pontos, como os da rua da Santa, dos bairros Seis, Miru e Mulenvos sede. Estes disseram ter de caminhar muito para chegar à estrada asfaltada do Millenium e arredores.

5.22 Autárquicas em 2020 exigem (isto é...) a UNITA

Jornal Folha 8

24 De Fevereiro de 2018

O líder da UNITA disse no dia 22.02, em Paris, que "2020 devia ser a data para a realização das eleições autárquicas" em Angola. Claramente Isaiás Samakuva continua a pensar que o MPLA (seja na versão Eduardo dos Santos ou João Lourenço) passa cartão ao que a Oposição pensa. Não passa. E fará as eleições quando tiver a certeza que nelas vai voltar a aniquilar os adversários.

O líder do maior partido de oposição no país afirmou que "há que dizer a data exacta da realização das eleições autárquicas", depois de o Presidente João Lourenço ter anunciado, a 19 de Fevereiro, que o executivo vai preparar as condições legais e técnicas para realizar as primeiras eleições autárquicas em Angola antes das eleições gerais de 2022, em data a "negociar com os partidos.

"Não basta dizer que acontecem antes de 2022, precisamos da data exacta. Quando? Na minha maneira de ver, na nossa maneira de ver, nós, UNITA, achamos que 2020 devia ser a data para a realização das eleições autárquicas", defendeu. Samakuva também já achou que essas eleições deveriam ter acontecido há já alguns anos, mas quem sabe é mesmo, e só, o MPLA. E o melhor é dizer-se que serão... um dia destes. Isaías Samakuva apontou 20:20 porque em 2018 "há ainda alguma legislação a aprovar sobre as eleições autárquicas", 2019 "devia ser o tempo para as candidaturas, para a campanha" e, no início de 2020, o escrutínio, porque, mais tarde, fica muito próximo das eleições gerais de 2022.

O líder da UNITA sublinhou, também, que as autárquicas já se deveriam ter realizado porque "em 2011, o Conselho da República reuniu para tratar das eleições autárquicas e tinha sido concordado que deviam acontecer em 2014", algo que não aconteceu.

'Questionado sobre se acredita que as autárquicas se realizem mesmo antes de 2022, Isaías Samakuva alertou que "os responsáveis do país não podem andar com fintas" e que "seria bom que não houvesse mais recuos".

"Para o Presidente falar disso, esperamos que não faça como o outro (José Eduardo dos Santos). Esperamos que elas tenham mesmo lugar e, por enquanto, não tenho razões para não acreditar. Pelo menos, faria algo de concreto das intenções e das promessas que tem estado a fazer. Precisamos que saíamos das promessas, das intenções para a realidade", declarou.

O líder da UNITA disse, também, que o partido está pronto para as autárquicas e que é preciso analisar a composição do organismo que vai conduzir as eleições porque "até aqui, no fundo, [as eleições] têm sido conduzidas pelo partido no poder" e "eles ficam árbitros e jogadores ao mesmo tempo".

Isaías Samakuva está de passagem por Paris, antes de regressar, este sábado, a Angola, depois de uma deslocação a Budapeste, na Hungria, para a reunião anual do comité executivo da Internacional Democrata Centrista, e a Madrid e Salamanca, em Espanha, para a reunião anual da União Internacional Democrata.

5.23 Dizer, João Lourenço disse

Jornal Folha 8

24 De Fevereiro de 2018

De facto, o Presidente João Lourenço, anunciou no passado dia 19 que executivo vai preparar as condições legais e técnicas para realizar as primeiras eleições autárquicas em Angola antes das eleições gerais de 2022, em data a "negociar" com os partidos. O anúncio foi feito por João Lourenço, em Benguela (a, recorde-se, província que prometeu seria a Califórnia de Angola), no discurso de abertura da primeira reunião do novo Conselho de Governação Local, órgão consultivo do Presidente da República para as questões da administração local, reunindo vários ministros e os 18 governadores provinciais.

"O Executivo vai preparar as condições para que as eleições autárquicas sejam realizadas antes das eleições gerais de 2022, em data a negociar entre as formações políticas com assento parlamentar e o concurso da sociedade civil organizada", afirmou o chefe de Estado. João Lourenço sublinhou que 2018 e 2019 serão anos "decisivos" na preparação das eleições autárquicas, mas desde já adverte que face à novidade que representará a implementação do poder autárquico, ao grande número de municípios (360) e à necessidade de recursos humanos, capacidades técnicas e financeiras, as eleições podem não ser em todo o país, em simultâneo. "Parece-nos mais avisado, seguro e prudente, adoptar o princípio do gradualismo na implantação das primeiras autarquias locais no país", disse João Lourenço, sublinhando ser necessário esperar pela discussão no Parlamento e pelo debate na sociedade civil para definir um modelo definitivo. Independente desde 1975, Angola nunca realizou eleições autárquicas, sendo o actual poder local de nomeação da administração central, um "caso inédito" a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), como o próprio Presidente reconheceu, justificado com o prolongado conflito armado que se viveu no país e que, acrescente-se, terminou em 2002.

Por isso, admitiu, o país vive hoje uma "excessiva concentração e centralização dos poderes". "Um quadro que em nada nos dignifica", reconheceu João Lourenço.

Sobre este assunto, em 2016 o então vice-presidente da República, Manuel Vicente, dizia que o processo de preparação para a prometida concretização de autarquias locais em Angola estava em curso e poderia estar concluído até 2021. Agora João Lourenço fala de 2022...

Sobre o assunto, Manuel Vicente afirmou que o executivo aprovou o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT), que previa o apoio à implementação das autarquias locais no país, através da criação de instrumentos técnicos de apoio, que incluem meios técnicos, humanos e financeiros e a institucionalização das autarquias locais.

"Deste modo, penso que o financiamento do poder local é uma pedra angular para o verdadeiro poder local autónomo do Estado ou do Governo central", disse Manuel Vicente, sublinhando que o futuro do desenvolvimento de Angola passa também por aquilo que foi feito em matéria local, nos domínios económico, social e cultural.

"Na realidade, a descentralização e desconcentração administrativas deverão constituir o elemento fundamental da nossa acção política e administrativa, a fim de conseguirmos atingir os patamares do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional", afirmou. Tiste processo exige que sejam adoptadas medidas de transparência e harmonização de competências, poderes, responsabilidades e recursos do Governo central para as entidades locais, que representam os interesses específicos das populações", frisou Manuel Vicente, acrescentando que o processo de descentralização constitui um aprofundamento da democracia, permitindo que determinadas necessidades colectivas sejam resolvidas de forma mais próxima das populações.

Manuel Vicente admitiu que é necessário os municípios serem dotados "de vida, na verdadeira acepção da palavra", para a solução dos seus problemas e satisfação das necessidades das populações.

"Nesse sentido, temos de alocar recursos adequados e proporcionais aos mesmos, para que os órgãos locais desempenhem com propriedade as suas competências", disse Manuel Vicente.

Em 2015, como muito bem sabe João Lourenço, o Governo disse que a realização das primeiras

eleições autárquicas em Angola iria ser antecedida, já nesse ano (2015), pela elaboração de um diagnóstico sobre os recursos humanos do actual poder local e por uma delimitação territorial.

5.24 Grupo Comunitário 'endireita' bairro da Graça em Benguela

Jornal O PAIS

24 De Fevereiro de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

O bairro Nossa Senhora da Graça, em Benguela, tal como os demais no país, cresceu de forma desordenada, quer em termos estruturais, como organizacionais, propagando-se as carências existentes. Habitavam no bairro, 26.734 pessoas, de acordo com o último Censo.

Visando ensinar comunidades a identificar, analisar e solucionar os problemas que as envolvem, a ONG católica, de origem portuguesa "Leigos Para o Desenvolvimento" criou o Grupo Comunitário da Graça (GCG), em 2011, munindo-os de ferramentas para exercerem governança partilhada.

Durante anos, o lixo constituiu um grande transtorno para aquela população, porém, com as práticas de governança partilhada, que chama todos a intervir, esse mal tem sido combatido e os resultados estão à vista.

Maria Generosa Baptista, coordenadora do Grupo Comunitário da Graça, que tem representantes de igrejas, escolas, órgãos locais do Estado, hospital, bem como autoridades tradicionais, disse que discutem as dificuldades enfrentadas e traçam metas para a resolução.

Foi dessa forma que se organizaram e criaram as acções de sensibilização da comunidade para o problema do lixo, que antes era depositado em qualquer lugar, causando doenças e prejudicando a comunidade.

O grupo comunitário conseguiu levar contentores ao bairro. Os cidadãos perceberam a importância que os seus actos individuais exercem no colectivo, logo, têm-se mostrados disponíveis a ajudar.

Teresa Viera é uma dos 4 membros dos Leigos Para o Desenvolvimento, voluntários de Angola,

na província de Benguela, está confiante que as acções darão uma nova imagem ao bairro da Graça, embora reconheça que existem ainda muitos desafios.

"A ONG tem diagnosticado outros bairros locais, pois há muita necessidade em muitos sítios, nos quais gostariam de orientar iniciativas semelhantes, mediante os apoios que conseguem", revelou.

Pôr ordem no caos com o pouco que se tem

A responsável deste grupo comunitário pioneiro, Maria Generosa, acredita que a população da Graça tem vindo a interiorizar os princípios regedores da vivência em colectividade, estando a par dos seus direitos e obrigações enquanto cidadãos.

O projecto-piloto, que os Leigos Para o Desenvolvimento pretendem expandir a outras localidades' tem vindo a ajudar no desempenho das tarefas da própria administração comunal da Zona F, conforme garantiu o administrador Pedro Samuel.

Os índices de comportamentos desviantes dos jovens do bairro da Graça diminuíram nos últimos 7 anos, de acordo com o governante. Hoje, apesar de continuarem a existir gestantes precoces e adolescentes dependentes de drogas, álcool, bem como a criminalidade juvenil, a tendência é decrescente, fruto das acções de consciencialização feitas, porta a porta, pelo grupo comunitário.

A luta do grupo comunitário da Graça em prol das crianças do bairro também se tem mostrado profícua. Com os patrocínios arrecadados e participação voluntária dos populares, está em vias de materialização um A.T.L., para actividades lúdicas infantis, retirando assim as crianças das ruas, onde se sujeitam a inúmeros riscos.

5.25 Moradores do bairro Madeira clamam por tranquilidade

Jornal O Crime

24 De Fevereiro de 2018

Texto: Domilde Fuxi

No encontro, os participantes apresentaram diversas preocupações aos representantes das

instituições convidadas, sobretudo ligadas ao saneamento básico, distribuição de água, serviços de saúde, registo para menores e outros, como a questão da ordem e tranquilidade e a comercialização de liamba no bairro, que também tiveram elevado destaque.

Segundo os moradores, há muito que no Sambizanga já não se circula tranquilamente, de noite ou de dia, devido às acções dos delinquentes que surgem em maior número dia após dia, com recurso à arma branca para subtraírem meios diversos a qualquer pessoa que circula no bairro.

Conforme apuramos, o antigo Roque Santeiro, completamente vedado com chapas, alegadamente para obras ligadas à requalificação do Sambizanga, é dos locais que mais aspira perigo aos moradores. Possui vários lugares que servem de esconderijo para os delinquentes, enquanto esperam pela "kazola".

"As nossas mulheres e filhas não podem atravessar este local para ir à praça do "Pornbinha" (adjacente ao antigo Roque) fazer compras, eles recebem tudo e ainda lhes ferem. Precisamos de esquadras móveis no bairro", exclamou Salvador Gongá, um dos participantes e morador do referido bairro.

Por outro lado, Simplício António alega que a vedação feita ao redor do antigo Roque, que carece de iluminação, só facilita o trabalho dos meliantes e que a Polícia em nada ajuda os munícipes, preocupando-se apenas com as vendedoras de liamba, porque dali também obtêm lucros. "A minha vizinha foi esfaqueada recentemente, mas o autor do crime já foi solto", contou.

A voz de Simplício juntou-se Fuxi Cumbissa, afirmando que os moradores até conhecem os meliantes, mas quando denunciam à Polícia, poucos dias depois o acusado aparece em casa de quem efectuou a denúncia e faz ameaças. Os moradores são unânimes de que a Polícia não garante segurança para denúncias e que o sigilo das informações que os moradores prestam ainda não é uma realidade.

Outras vozes se levantam e também clamam por, pelo menos, uma esquadra móvel no bairro, afirmando ainda que actualmente os adolescentes saem das cadeias piores do que entraram. Dentre

elas, destacava-se a voz da moradora Joana da Costa, que admitiu ter um dos filhos com comportamentos desviantes, mas que quando o denunciou à Polícia, a resposta não foi das melhores. Segundo Joana da Costa, a Polícia entende que, por ser seu filho, o problema deve ser resolvido em casa. "Mas se são eles os homens da lei, onde é que nós vamos buscar ajuda para isso?" Indagou.

Os moradores dizem ainda que a criminalidade que tem vindo a aumentar nos últimos anos no Sambizanga, para além de resultar da forma errada como está a ser demolido o bairro, é motivada pelo gigante comércio de estupefaciente, um negócio maioritariamente feito por senhoras e que envolve muitas crianças e adolescentes, assim como funcionários, intermediários e até mesmo consumidores.

A administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Milca Quessue Caquesse, junto do Comando da Divisão do Sambizanga, realizou, a 15 de Abril do ano passado, o seu primeiro e único encontro de auscultação com os moradores do bairro da Madeira, sendo que as promessas ali feitas não se efectivaram até ao momento. Essa figura foi uma das grandes ausentes neste encontro.

A representar o Comandante da Divisão do Sambizanga, esteve o inspector-chefe Adão que, à sua maneira ou como lhe foi orientado, respondeu às preocupações apresentadas pelos moradores, embora alguns ainda digam que muita coisa ficou por se explicar.

Durante a entrevista com o inspector-chefe Adão, este explicou que, embora os moradores afirmem que os crimes têm vindo a aumentar nos últimos tempos, é apenas uma estimativa deles, pois, de acordo com os dados policiais, os crimes diminuíram bastante, devido ao constante patrulhamento e recolha dos indivíduos suspeitos.

Este agente da PN avançou ainda que os números de detenções nos trabalhos de rotina já realizados pela Polícia apontam para aproximadamente 42 (quarenta e duas), mas que, por não haver prova alguma, já se encontram todos em liberdade. Em relação aos confrontos entre grupos de delinquentes, que normalmente resulta em mortes, o inspector-chefe diz que a Polícia tem agido com mais cautela, mas que não podia

avançar mais dados para não atrapalhar as investigações.

Aquele agente diz que a falta de iluminação no antigo Roque Santeiro constitui uma dificuldade para o trabalho da Polícia, mas que ainda assim já há dois meses que têm feito patrulhamento apeado e auto para conter a situação que se regista no local. Aos delinquentes que têm vindo a atrapalhar a tranquilidade ao nível do município o inspector-chefe disse: "Os seus dias estão contados. Vamos tomar medidas a favor da paz e da democracia".

Este encontro realizado pela Comissão de Moradores do Sector 4 do bairro da Madeira é o resultado das preocupações dos residentes em relação ao aumento da delinquência praticada naquela zona e a comercialização de liamba que envolve muitas crianças e adolescentes.

5.26 Agenda do MPLA para 2018 prioriza descentralização financeira

Jornal O PAÍS
26 De Fevereiro

A descentralização financeira e administrativa são, entre outras, as prioridades para agenda do MPLA de 2018, visando os preparativos para as autarquias locais, disse Sábado, 24, o primeiro secretário provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho.

Segundo o político, é chegado o momento do Governo Provincial de Luanda transferir as competências para as administrações municipais e distritais, para que estas possam de forma célere, melhorar as condições de vida dos habitantes.

Adriano Mendes de Carvalho prestou estas informações no final de uma visita de campo que efectuou aos distritos urbanos dos municípios do Kilamba Kiaxi e Talatona, com o propósito de expandir a divulgação da agenda política do MPLA para 2018.

Nos cinco distritos urbanos visitados, o primeiro secretário orientou os militantes no sentido de intensificar a sensibilização dos cidadãos, para que evitem a construção em locais de risco, como

linhas de água e zonas susceptíveis de desmoronamento de terras.

De igual modo, o responsável fez um apelo ao civismo, à higiene do meio, à cultura de plantação de árvores e ao respeito ao próximo.

A visita de campo teve início no comité provincial (município de Luanda), seguindo depois para os distritos urbanos da Sapú e Palanca (município do Kilamba Kiáxi), Cama ma, Talatona e Cidade Universitária, (Município do Talatona).

5.27 CASA-CE abre ano político com atenções viradas para as eleições autárquicas

Jornal O PAÍS

26 De Fevereiro

Texto: João Katombela

Em entrevista a O PAÍS, o secretário provincial desta força política, na Huíla, Serafim Simeão, disse que a agenda política deste ano será marcada com a formação dos seus militantes e quadros sobre eleições autárquicas. Nesta senda, o político começou desde o dia 23 a desdobrar-se em vários municípios, tendo começado em Quipungo, cuja digressão o levará também a Matala, Chipindo, Caconda e Chicomba.

Esta visita servirá também para constatar o grau do cumprimento das actividades nas estruturas de base em toda a província, dimanadas pela direcção central desta coligação.

Trata -se do processo de recrutamento e mobilização de cidadãos para engrossar as fileiras desta coligação presidida por Abel Chivukuvuku.

Aliás, Serafim Simeão disse que a CASA-CE conta com um número considerável de militantes espalhados em todo o território da província da Huíla.

Afirmou que a sua organização política continua a consolidar -se e a fortalecer-se, cada vez mais, contando com novos membros, sendo alguns oriundos de outras forças políticas.

Nível interno, a CASA-CE goza de boa saúde, não obstante alguns minúsculos problemas, próprios de qualquer organização. Temos estado a receber muitos novos militantes, sobretudo jovens",

informou. A maior parte destes novos militantes saem do MPLA, e, segundo a fonte, têm sido recebidos com as mãos abertas, aliás, como tantos outros que vêm de outros partidos políticos.

O entrevistado deste jornal augura que as eleições autárquicas anunciadas pelo Presidente da República, João Lourenço, em Benguela, se realizem o mais depressa possível.

Garantiu que a sua formação política vai trabalhar afinadamente para obter bons resultados nas eleições autárquicas, razão pela qual está apostada na capacitação dos seus membros para fazer face a esse novo desafio.

Mais atenção aos cidadãos Por outro lado, o político manifestou-se preocupado com as prementes questões sociais que afligem a maior parte da população, sobretudo a falta de medicamentos nos hospitais.

Apontou também a seca e a fome que está a assolar a região Centro Sul do país, com maior predominância nas províncias da Huíla, Cunene, e Namibe, respectivamente.

Ser afim Simeão disse ser necessário unir -se esforços entre políticos, Sociedade Civil, Igrejas e pessoas de boa fé para acudir a situação que está a afectar milhares de pessoas, com realce para a camada mais vulnerável.

Informou que a situação é alarmante no município do Curoca (Cunene) onde várias pessoas vivem em condições sub-humanas e de mendicidade, "e que só são lembradas quando precisam delas para fins eleitorais listas".

Nós visitámos há quase um mês município do Curoca, onde há gente a morrer de fome apresentamos uma proposta a nossa bancada parlamentar, no sentido de, nos próximos dias, deslocar-se aquela localidade e prestar o devido apoio às comunidades", contou.

O político afirmou ser este o momento de os actores políticos e sociais começarem a preocupar-se com os problemas sociais, tais como medicamentos para os hospitais, alimentação e vestuário para as pessoas que mais necessitam.

É vergonhoso assistirmos à morte de crianças nos hospitais públicos por falta de medicamentos, e

peças a morrerem de fome por falta de comida", concluiu Serafim Simeão.

5.28 Especialista recomenda estudos prévios para a implementação das autarquias

Jornal O PAÍS

26 De Fevereiro de 2018

Implementação das autarquias locais no país exige a realização de estudos profundos defendeu Sábado, 24, na província do Huambo, o director do Centro de Debates e Estudos Académicos de Angola, Agostinho Sicato.

Expressando-se numa palestra sobre o tema a "implementação das autarquias locais no Estado unitário", durante um seminário de capacitação política promovido pelo Partido de Renovação Social (PRS), o especialista referiu que os resultados destes estudos vão determinar o sucesso das autarquias.

Agostinho Sicato advogou a necessidade de se levar o debate sobre as autarquias aos académicos, cujas contribuições valiosas ajudarão a sanar eventuais receios ao processo de implementação do poder autárquico em Angola.

Os académicos poderiam ajudar a definir melhor as competências do Governador (nomeado pelo Presidente da República) e dos autarcas (eleitos pelo povo), evitando, assim, choques em termos de obediência e hierarquia entre estes", propôs.

Para ele, a identificação dos municípios onde poderão inicialmente ser ensaiadas as autarquias.

Também deve merecer um estudo aprofundado.

5.29 Executivo quer quadros para as autarquias locais

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O secretário de Estado para Reforma do Estado, Márcio Daniel, pediu ontem em Luanda maior empenho aos administradores municipais nas acções de formação para a efectiva implementação das autarquias locais.

Ao discursar na abertura do ano formativo do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), Márcio Daniel indicou que um dos grandes desafios do Executivo prende-se com a qualidade dos recursos que vão movimentar a "máquina" autárquica.

Para as autarquias serem funcionais e implementadas para a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos devem ser valorizados os recursos humanos, declarou o secretário de Estado, para quem o programa formativo do IFAL tem em atenção um dos grandes desafios da presente legislatura, consubstanciada na efectiva execução das autarquias locais.

Márcia Daniel entende que a melhoria da qualidade do atendimento e prestação de serviços aos cidadãos pelos órgãos da administração local do Estado passa pela planificação formativa do IFAL.

O secretário de Estado propôs, por isso, que o IFAL estenda a sua acção formativa para um modelo mais sustentável e adequado ao momento do país.

Às administrações municipais recomendou o envio quer ao nível central como dos centros regionais, melhores quadros para a sua capacitação.

"Temos ainda muito a percorrer em termos da qualidade formativa dos funcionários da administração", reconheceu Márcia Daniel, que considerou "desafiante" o plano educativo do IFAL, ontem apresentado durante a abertura do ano formativo. O plano educativo da IFAL vai ser implementado num contexto financeiro adverso.

Dificuldades

O director-geral do IFAL apontou como uma das principais dificuldades da instituição, a limitada disponibilização orçamental, que em 2017 rondou 20.73 por cento, que serviu apenas para pagar salários e alguns bens e serviços.

Graciano Domingos disse que a escassez de recursos está a limitar também a expansão e a massificação da acção formativa. Adiantou, contudo, que apesar das dificuldades foram realizadas o ano passado 66 acções formativas, que resultaram na capacitação de 2,1 mil quadros administrativos.

O director-geral do IFAL anunciou Para este ano a realização do curso de gestão municipal de unidades urbanas para não administradores, aberto ao público que preencha determinados requisitos académicos.

O IFAL, acrescentou Graciano Domingos, também pretende reforçar a interação entre os centros regionais do IFAL com os governos provinciais e administradores municipais, para uma maior atomização das acções de formação nos respectivos territórios.

Para este ano formativo, o IFAL tem disponíveis 59 cursos e 300 acções de formação. Entre os cursos destaque para os de elaboração e gestão de projectos municipais, sistema de informação municipal, contabilidade autárquica e sistema integrado de gestão municipal autárquica.

Os cursos de autonomia patrimonial das autarquias, sistema integrado de gestão do património, fiscalização e controlo dos actos autárquicos, regime jurídico, regimento das autarquias locais, serviços autárquicos e controlos administrativos, também estão previstos para este ano.

A cerimónia coincidiu com a abertura do Curso de Gestão Municipal e de Unidades Urbanas (GMMU), formação de carácter obrigatório dirigida a todos os administradores municipais recém-nomeados, bem como àqueles que nunca beneficiaram de tal formação pelo IFAL, à luz do estabelecido na Lei nº 15/16 de 12 de Setembro e, do Decreto Presidencial nº 208/17 de 22 de Setembro.

Pretende-se, com a formação, o aperfeiçoamento técnico e administrativo dos participantes, num período de cinco semanas com uma carga horária de 180 horas.

O IFAL é a instituição encarregue de organizar e realizar cursos de formação, seminários de aperfeiçoamento técnico e estágios para dirigentes, responsáveis, técnicos e funcionários da Administração Local do Estado e Autárquica.

5.30 “A UNITA defendeu, em 2010, O princípio do gradualíssimo e da diferenciação”

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2018

Há municípios que, mesmo juntando a eles quatro ou cinco municipalidades mais próximas, ainda assim podem não completar os requisitos para serem verdadeiras pessoas colectivas públicas autónomas. Como é que pensa que esse assunto deve ser resolvido ou quês critérios julga que devem ser adoptados?

A orientação constitucional, quanto ao nível das autarquias, estabelece que as autarquias são de nível, por regra, municipal. Isso é, cada autarquia vai ser constituída no espaço territorial de um município, embora a e RA permita, excepcionalmente, que existam autarquias infra-municipais e supra-municipais, com a aglutinação de vários municípios para fazer uma autarquia. Mas, mais do que isso, esta questão nos remete para um tema central que temos de equacionar no quadro da preparação do nosso processo autárquico. Até, para ser mais preciso, não temos que equacionar, temos que obedecer àquilo que a e RA define. E a e RA, avisada dessa circunstância, impõe que o processo de implementação ou criação das autarquias locais seja feito de modo gradual. É uma espécie de um reconhecimento implícito de que nem todas as parcelas territoriais do espaço municipal estão preparadas para serem autarquias locais imediatamente.

Há aspectos fundamentais a esclarecer sobre isso?

Há. Quando falamos em autarquias locais estamos a falar de autonomia, administrativa e financeira, e eleição dos titulares desses cargos. Não podemos reduzir a criação da autarquia à eleição dos autarcas. Mais importante do que termos alguém eleito numa parcela do território é haver condições para que ele possa, com autonomia, exercer as suas competências. E aqui entra a problemática do princípio do gradualíssimo, porque temos ouvido nos últimos tempos a tentativa de introdução de um debate que está completamente a Leste daquilo que a e RA estabelece. Aliás, sobre o princípio do gradualíssimo não devia haver mais debate a fazer, porque já foi feito quando a e RA foi aprovada. Em 2010, quando aprovamos a e RA, claramente foi discutida a questão e ficou decidido que o processo de implementação das autarquias locais obedecesse ao princípio do gradualíssimo. E mais,

a e RA diz também que os órgãos competentes do Estado determinam, por lei, a oportunidade da sua criação, ou seja, dizem quando é ou não oportuno criar uma autarquia numa determinada parcela do território; o alargamento gradual das suas atribuições, isto é, começar com um certo número de atribuições e, gradualmente, ir alargando; o doseamento da tutela de mérito; e a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais.

Como é que fica um país com uma parte do território nacional com autarquias e outra parte sem autarquias?

Estamos a falar de uma opção constitucional feita pelo legislador constituinte. Não estamos a debater novamente a questão sobre se deve ou não ser assim. A e RA já definiu como é que deve ser. Mas de qualquer das formas é preciso perceber porquê a e RA definiu isso. E aí está o debate que foi feito na altura sobre esta matéria quando se aprovou a e RA. E a e RA definiu assim porque entende que não é responsável fazer com que municípios que não tenham requisitos sejam autónomos. Um dos aspectos fundamentais das autarquias locais é autonomia financeira.

Por princípio, a autarquia é autónoma do ponto de vista financeiro, o que quer dizer que tem capacidade de arrecadar receitas e de executar as suas despesas de acordo com as receitas que arrecadar sem quaisquer interferências do Estado. A realidade do nosso país diz que hoje há municípios - e não são poucos - com uma capacidade de arrecadação de receitas bastante frágil. Há municípios cujo total de arrecadação de receitas não cobre sequer a sua folha salarial de funcionários. O que seria deste município se fosse autónomo? Do ponto de vista financeiro, o Estado é que iria suportar este município e, neste caso, não teria autonomia financeira. O que está em causa, no fundo, é saber se há ou não um conjunto de pressupostos, requisitos, pré-condições para que o município se torne autarquia.

E há para todos os municípios do país?

Entendemos as autarquias como uma pessoa colectiva pública autónoma, e reitero um aspecto fundamental aqui porque temos estado nos últimos dias a ver isso com alguma perplexidade, é que se tenta reduzir a autarquia local às eleições autárquicas.

5.31 "Marcação da data das eleições autárquicas depende de legislação específica"

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2018

A oposição política quer uma data concreta ou, pelo menos, um ano indicativo.

Isso revela uma preocupante fragilidade da oposição, sobretudo a UNITA, e uma ausência de estratégia sobre o dossier autarquias. A oposição parece estar mais preocupada com o que o Executivo diz do que como provar que tem estratégia. Isso está evidente numa série de pronunciamentos que têm sido feitos pela oposição quanto à data. Veja que, em Julho do ano passado, o presidente da UNITA manifestou a vontade de ter eleições autárquicas um ano depois das eleições gerais de 2017. Em Janeiro deste ano, o presidente da UNITA já disse que queria eleições autárquicas em 2020. É a mesma pessoa que, num período de seis meses, revela uma contradição. Mas aceitemos a última manifestação de vontade feita. O vice-presidente da UNITA, Raul Danda, em sentido contrário, defendeu autárquicas em 2019. O presidente do grupo parlamentar do mesmo partido, Adalberto Costa Júnior, avançou que as eleições autárquicas deviam ser em 2019 ou 2020. Tudo isso revela que a UNITA ainda não tem uma estratégia definida para o processo. Parece que a UNITA tem dificuldades em fazer a gestão da sua própria agenda, e, numa tentativa de escamotear esta verdade, lança farpas ao Executivo de forma populista. Acho que a UNITA devia fazer bem o seu trabalho de casa.

Como acha que deve ser encontrada a data para as autárquicas?

Acho que tudo depende de qual vai ser o posicionamento do Conselho da República sobre este assunto, até porque não temos ainda legislação sobre marcação ou convocação das eleições autárquicas. Ainda não podemos marcar eleições locais porque não há lei para o efeito.

Creio que o Presidente da República pretende encontrar uma base de consenso sobre o assunto e dar os passos seguintes, como encontrar o ano ideal ou dois anos que podem ser alternativos.

Claro que se for encontrado um ano de referência isso ajuda na preparação do processo.

5.32 Não é responsável conferir autonomia a municípios sem requisitos

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2018

Texto: Santos Vilola

Como justifica que, tendo sido consagradas em 1992, ainda na Lei Constitucional (transitória), as autarquias locais nunca saíram do papel? É difícil implementar autarquias locais em Angola?

Para entendermos esta questão, temos de ver o percurso histórico do nosso país. Em 1992, de facto, foi aprovada a Lei Constitucional, que previa autarquias locais. Todos nós que andamos aqui sabemos o que foi o país de 1992 até 2002. Estamos a falar de um período em que nem sequer a administração do Estado estava em todo o território nacional. Em 2002, felizmente, conseguimos alcançar a paz, que permitiu termos as bases para todo o resto que temos feito até hoje. Naturalmente, em 2002, o país herdou uma herança difícil, um país completamente minado com infra-estruturas por reconstruir, e quando assim é, há que definir prioridades. E as prioridades do país não eram a institucionalização das autarquias locais, nem podiam ser. O país assumiu um conjunto de acções prioritárias no domínio da reconstrução nacional e da reconciliação nacional, onde, aliás, marcamos passos importantes. Não podemos esquecer que, entre as tarefas definidas, estavam a regularização da vida democrática nacional. E isso foi feito de modo faseado. É assim que, em 2010, foi aprovada a Constituição da República de Angola (CRA), concluindo a transição constitucional e política que vinha desde 1992.

A partir de quando se percebeu que já era tempo?

Em 2008, começou a regularização da vida política nacional do ponto de vista da realização de eleições regulares. Tivemos eleições em 2012 e em 2017. Alcançados estes objectivos, julgamos, sim, estarmos agora em condições de marcar passos mais firmes e mais céleres no âmbito do processo de implementação das autarquias locais.

Mas nos programas de governo para as últimas eleições falou-se muitas vezes em autarquias locais. Faltou vontade política?

Nunca faltou vontade política. Nos principais programas de governo que foram apresentados não só nas eleições de 2017 como nas eleições de 2012, constava o objectivo de materializar as autarquias locais. Pura-e-simplesmente não foi possível fazer tudo ao mesmo tempo. Nem sempre é possível, e quando assim é, temos de fazer opções. E as opções feitas foram as mais correctas.

Mas já vamos em três processos eleitorais gerais e zero em autárquicas. O que é mais difícil, fazer eleições gerais ou autárquicas?

Cada um dos processos tem a sua particularidade. Naturalmente que hoje fazer as eleições autárquicas é mais fácil, porque tudo que fizemos para as eleições gerais também aproveita para as eleições autárquicas. Não só do ponto de vista de criação de instituições capazes de conduzir o processo, porque temos já instituições preparadas para isso, por um lado, mas também, por outro lado, porque temos também toda uma consciência cívica e democrática mais avançada. Portanto, uma coisa é fazer eleições depois de muitos anos, em 2008, outra é fazer eleições autárquicas a poucos anos já com três eleições gerais realizadas recentemente. A consciência e maturidade dos cidadãos hoje é outra. E a garantia de melhores condições também é outra. Mas veja que na organização das eleições gerais temos dois círculos eleitorais, nacional e provinciais. Portanto, do ponto de vista de organização eleitoral para efeitos dos resultados só precisamos dividir os eleitores num círculo nacional e nos outros círculos provinciais. Quando falamos em eleições autárquicas, estamos a falar em círculos eleitorais diferentes, que é do respectivo município. O rigor no tratamento dos dados nas eleições autárquicas deve ser maior do que nas eleições gerais por uma questão simples, se nas eleições gerais, do ponto de vista do apuramento dos resultados, é irrelevante que um cidadão do município de Luanda, por exemplo, vote no município do Talatona (mesma província e círculo eleitoral), nas eleições autárquicas isso é relevante. É importante que cada um vote apenas no município onde reside.

Já temos um calendário pré-definido para as autarquias?

Há um calendário de tarefas. Há acções que começaram a ser desenvolvidas ainda na legislatura passada. Recordo que foi já aprovada a Lei Orgânica sobre o Poder Local, e por unanimidade, na Assembleia Nacional. Foi também aprovada uma Resolução sobre o plano de tarefas essenciais às eleições gerais e autárquicas, e há todo um processo de desconcentração que tem acções que já vêm da legislatura passada. Mas dividimos agora o processo em duas grandes fases que, depois, terão continuidade. A primeira fase é a do reforço da desconcentração administrativa' que achamos ser um caminho necessário a percorrer, e que vai incidir no reforço do papel dos municípios de modo a que se consiga, como é orientação do senhor Presidente da República' pôr o município a funcionar já agora antes mesmo da institucionalização das autarquias locais. A segunda fase é da institucionalização das autarquias locais.

De quê é que o processo está à espera?

Esse processo vai passar por ajuste de competências, transferência de recursos humanos e de recursos financeiros. Uma das medidas que foi tomada neste âmbito é a aprovação do novo regime financeiro local, que vai permitir que se introduza um paradigma diferente no processo de arrecadação e afectação da receita local.

Numa só palavra, o que vai acontecer é que parte substancial da receita que é arrecadada a nível dos municípios fica imediatamente disponível para os municípios, sem haver necessidade de entrar para a Conta Única do Tesouro e, depois, regressar ao município por via Ministério das Finanças. Portanto, vai simplificar esse processo e os municípios vão ter uma capacidade de intervenção maior. Outro aspecto é a própria estrutura orgânica para acomodar uma nova visão quanto às competências, porque estamos a reforçar competências dos municípios e temos que adequar a estrutura orgânica dos municípios para as competências que vão passar a ter. Preenchida esta fase, que pretendemos fazer entre, tal como referiu o senhor Presidente da República' os anos 2018 e 2019, vamos ter melhores condições para entrar para a fase seguinte, que é a da criação das autarquias locais propriamente ditas, e, aqui, a ideia é que se ausculte o Conselho da República e a sociedade em geral sobre as diferentes questões da implementação das autarquias.

Que leis devem ser obrigatoriamente aprovadas para concretizar as eleições autárquicas?

Devem ser aprovados um conjunto de instrumentos normativos que designamos de pacote legislativo autárquico, que está em fase avançada de preparação e que congrega um conjunto de instrumentos que são os fundamentais para que se consiga partir para a criação das autarquias locais. Estamos a falar de leis que vão ser transversais para toda a base da organização e funcionamento das autarquias locais, por exemplo, que vai dizer quem é o presidente da câmara, como é composta a assembleia municipal, como se organiza internamente o governo do município, e questões conexas. E, depois, temos de ter uma lei sobre a tutela administrativa. Isso é importante porque as autarquias locais são entes autónomos. E o Estado, tal como diz a CRA, exerce sobre elas o poder de tutela. Portanto, através da tutela o Estado controla o trabalho que é feito pelas autarquias locais.

Para as autarquias locais a tutela é, em regra, de legalidade e não de mérito?

Se é tutela de legalidade (controlar a legalidade das decisões) ou de mérito (a oportunidade ou conveniência da decisão), precisamos discutir a questão, porque a CRA permite, também, a tutela de mérito. Portanto, a lei da tutela administrativa é que vai disciplinar todo o mecanismo da tutela administrativa, ou seja, dizer que poder tem o Estado sobre as autarquias. Depois, vamos ter uma lei sobre as autarquias locais que vai estabelecer as regras sobre a organização do processo eleitoral ao nível das autarquias locais. Não menos importante será a lei das finanças locais, que é crucial por causa dos mecanismos de relacionamento entre o Estado e as autarquias locais para efeitos financeiros e, nomeadamente, por causa da distribuição da receita arrecadada ao nível dos mais recentes domínios, estabelecendo o que é receita do Estado e o que é das autarquias locais. Essas são as espinhas dorsais do processo. Mas haverá outras, como um diploma sobre o estatuto do pessoal das autarquias locais.

Teremos um processo autárquico de modelo doutrinariamente universal, onde as autarquias são pessoas colectivas públicas autónomas de população e território que prosseguem interesses comuns em função da proximidade geográfica, ou

um modelo "suis generis", adaptado aos tempos de hoje?

As balizas do que vão ser as nossas autarquias estão definidas já na CRA. O modelo seja ele qual for estabelecido, não pode fugir daquilo que a CRA estabelece.

O quê é o gradualíssimo num processo autárquico? Muitos entendem como a implementação faseada das autarquias enquanto outros consideram-no tratamento desigual de regiões de um todo do território nacional.

Esta é uma questão de ordem constitucional. E o primeiro preconceito a afastar é de que a solução do gradualíssimo é inconstitucional, porque viola o princípio da igualdade. Não é verdade. Está na CRA, por um lado. Por outro lado, é preciso recordar que não devemos ter memória curta. E diria mais: muitas das posições que têm vindo a ser apresentadas, principalmente pela UNITA, são posições que se fundam apenas em demagogias e em populismo, e esses são os principais inimigos da democracia, porque quando olhamos para o passado, quando se fez o debate da CRA, temos uma proposta da Constituição que a UNITA apresentou e, no seu artigo 288º nº 3, dizia claramente que "a criação, organização e funcionamento das autarquias obedece aos princípios do gradualíssimo, da legalidade, da diferenciação e da participação do Estado democrático de Direito". Está na própria proposta da UNITA, de 2010.

Não terá o maior partido da oposição evoluído nas suas posições depois de se consagrar o gradualíssimo?

Acho que a UNITA deve explicar às pessoas porquê agora interpreta o gradualíssimo de modo diferente. O próprio relatório de fundamentação desse projecto de Constituição da UNITA, na parte respectiva ao poder local, reitera esse princípio. Portanto, quando a UNITA apresentou o seu projecto até disse que os municípios deviam ser diferentes, e hoje, contrariamente, vem dizer que é uma violação do princípio da igualdade. Parece - me que há um populismo descontrolado, o que é grave.

5.33 UNITA pretende bons resultados autárquicos

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2018
Texto: Lourenço Bule

O comité provincial da UNITA no Cuando Cubango promoveu um seminário de capacitação para os seus membros, no quadro da preparação das eleições autárquicas.

A formação contou com a participação de membros dos comités municipais, que foram dotados de ferramentas sobre o poder local, as linhas políticas do partido para os próximos tempos.

Ao discursar no encerramento, o vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, José Pedro Kachiungo, disse ser necessário que o partido se prepare convenientemente para conseguir bons resultados nas eleições autárquicas.

O político defende que as eleições devem abranger todos os municípios e não em algumas regiões.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Terminou pagamento do Imposto predial

Jornal de Angola
01 De Fevereiro de 2018
Texto: Madalena José

A primeira fase de pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) terminou oficialmente ontem, em todo país, embora a cobrança se mantenha activa até segunda fase, que decorre em Julho, declarou ao Jornal de Angola o técnico da Administração Geral Tributária (AGT) Fernando Veríssimo.

O pagamento decorreu desde o início do mês de Janeiro para permitir aos contribuintes liquidar os impostos, mas as filas nos últimos dias eram longas e criaram embaraços nas Repartições Fiscais, o que levou a AGT a maximizar o uso do Cartão Multicaixa como alternativa de pagamento.

A AGT instalou, em Dezembro, uma linha de atendimento com o número 923 190 810, com a finalidade de agilizar e simplificar o relacionamento com os contribuintes na qual, com o fornecimento do Número de Identificação Fiscal (NIF) e da localização do imóvel, são dadas diretrizes para o pagamento, tornando-o "mais simples, rápido e prático", disse Fernando Veríssimo. O serviço disponível por telefone permite actualizar determinados dados de cadastro do contribuinte, como a morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico (email), ou a solicitação da emissão de documento de liquidação do IPU, a Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE) e obter qualquer tipo de informação fiscal.

Lembrou que o imposto pode ser pago depois da data limite, com os contribuintes que se dirigirem voluntariamente às repartições a terem tratamento especial e diferenciado dos que esperarem pela cobrança da segunda prestação, em Julho.

O IPU é pago anualmente ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, desde que estes bens se destinem a

quaisquer fins que não sejam a actividade agrícola, silvícola e pecuária.

Deve ser ainda pago sobre edifícios ou construções móveis assentes no mesmo local por um período superior a seis meses, como, por exemplo, contentares, naves, e estaleiros.

6.2 Adiada venda de casas

Jornal Economia & Finanças
02 De Fevereiro de 2018

A comercialização de casas na centralidade da Caála, na província do Huambo, inicialmente prevista para este ano, está a depender da conclusão dos trabalhos de infra-estruturação técnica.

O anúncio foi feito, recentemente, em declarações à Angop, pela directora provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Nadir Juliana Vondo Gomes, tendo na ocasião informado que a infra-estruturação consiste na instalação de sistemas de água potável, energia eléctrica e saneamento básico.

Segundo ela, estes trabalhos decorrem num ritmo lento, o que pode condicionar a recepção de moradores ainda este ano.

"Tendo em conta a situação financeira que o país vive não podemos avançar prazos de conclusão, pois os trabalhos decorrem a ritmo lento", informou.

Em construção desde 2012, a centralidade da Caála possui quatro mil moradias do tipo T3, estabelecimentos comerciais, creches, escolas e centros de saúde.

No projecto habitacional do Governo estão em curso trabalhos de instalação de redes de energia eléctrica, água potável, correcção das residências já concluídas e o melhoramento das vias de acesso.

A nova centralidade faz parte da execução do projecto de fomento habitacional, que o Governo está a desenvolver em todo o país, para suprir o défice de moradias.

6.3 Burlas nas imobiliárias descredibilizam mercado

O mercado imobiliário em Angola está agitado. Há conflitos de interesses entre os proprietários e os seus parceiros, assim como uma gritante desonestidade na entrega de imóveis pagos por clientes em vários projectos habitacionais a nível da província de Luanda.

Acontece que muitos, aderiram ao processo de compra de residências no papel continua a ver "navios". Os contratantes estão em lugar incerto os que aderiram estão entregues a sua sorte. Os expatriados que deram à cara estão em lugar incerto.

Por exemplo, mais de uma centena de pessoas que comprou casas em projecto "no papel" nas supostas residências que deveriam ser construídas no espaço do patriota no município de Belas não lhe foi entregue o dinheiro ou as casas.

Para atrair mais gente, os supostos burladores atribuíam aos projectos nomes bastante sugestivos como "Copacabana", uma infra-estrutura de grande referência na República Federativa do Brasil, ou "Quinta do rio Bengo" e convidaram figuras emblemáticas como o "Rei Pelé" no acto de lançamento só para citar alguns exemplos.

A inauguração foi feita com pompa e circunstância, música ao vivo, uma casa modelo completamente mobilada, capaz de atrair qualquer pessoa. Passados mais de 10 anos não há nada.

Os interessados no projecto "Copacabana" pagaram valores que vão de 200 a 500 mil Kwanzas entre apartamentos e vivendas. Mas ter de volta o dinheiro ou a casa continua a ser um "sonho".

Freita Margoso já na reforma pagou 500 mil dólares solícita a justiça angolana para que dê passos que possibilitem reaver os valores investidos.

"Quero de volta o meu dinheiro para pelo menos fazer outra coisa, como montar um negócio para me aguentar nesta fase. Alguns promotores imobiliários enganaram-nos com a publicidade", desabafou.

Júlia Queiroz, também aderiu ao "Copacabana" quer reaver os valores perdidos, o recurso à justiça continua a ser a solução do problema para repor a legalidade.

O projecto Copacabana esteve a cargo de uma empresa angolana e brasileira denominada "Build Angola".

O terreno foi percorrido pela reportagem do JE, lá estão os cabocos e algumas paredes que iludiram os angolanos que pretendiam obter casa própria.

Na nossa redacção em 2009, tinha chegado uma nota que dizia: Um empreendimento imobiliário denominado "Copacabana Palace" é lançado hoje (domingo), na zona do Benfica, em Luanda, pela imobiliária "Build Brasil". O empreendimento, cujo formato é Total Club, vai colocar à disposição dos seus clientes espaços para conforto e lazer, como quadras de jogos e piscina.

O cliente terá a possibilidade de escolher o seu apartamento e a mobília, pois a empresa tem parceria com outras do ramo mobiliário, responsáveis pela decoração dos edifícios. A Build Brasil actua no ramo imobiliário há 20 anos no Brasil e em Angola lançou já, em 2008, o empreendimento "The One" e o projecto "Apartamento decorado".

Este factor terá atraído muita gente para aderir ao projecto que não passou de uma publicidade enganosa.

Outro fiasco foi o projecto "Quinta do rio Bengo", os interessados pagaram também valores acima de 250 mil dólares, passaram também 10 anos e não há casa para ninguém, supostamente também é mais uma burla.

Oliveira Decio e Fátima Carla aderiram ao projecto. Dizem que até agora não há resultados. Dos cerca de 300 mil dólares que pagaram, as consequências são muitas, principalmente com os "problemas ligados à saúde".

Tribunal entra acção

Os conflitos de interesse já provocaram o arrolamento de muitos processos no Tribunal de Luanda. O sector imobiliário está "quente" neste sentido.

Por exemplo, o empresário Chinês Zhan Haping processou o consórcio comandante "Loy", por alegadamente não ter pago a construção de 300 casas das quais 155 T2 e 13 em Catete Bengo, 174 casas do tipo 13 e T4 no Km 22 em Viana Luanda.

O empreiteiro, alega que o consórcio deve pagar-lhe cerca de 21 milhões de dólares pela construção das obras e justifica que a dívida já se arrasta há muito tempo.

"Eu quero só vender as casas para tirar o dinheiro que investi. A dívida é de muito tempo, preciso pagar salários dos trabalhadores e concretizar outros projectos.

Entretanto, enquanto o processo estiver em Tribunal o Chinês não pode efectivar a negociata. Somente, pode ser feito depois do resultado do tribunal.

Por sua vez, o presidente do conselho de administração Nelson Cristóvão, disse à imprensa que é urna inverdade a dívida não atingiu os 21 este valor englobava os acabamentos do projecto.

Pelo incumprimento da empreiteira, constitui o motivo pelo qual o consórcio não liquidou a dívida da Zhan Haping.

6.4 Habitação eleva receita no Lubango

Jornal Economia & Finanças
02 De Fevereiro de 2018

Um total de 59,2 milhões de Kwanzas é o valor arrecadado em 2017, pelo Instituto Nacional de Habitação na Huíla, através de cobrança de emolumentos, renda resolúvel de imóveis diversos, mais 22 mil e 556 em relação a 2016. Deste valor, 31,5 milhões de Kwanzas são provenientes de 143 fogos habitacionais, dos 573 existentes na província, correspondentes a 439 contratos celebrados. Outros 15,2 milhões são provenientes da venda de imóveis de T1 a T4 respectivamente.

6.5 O imposto predial urbano

Jornal de Angola
05 De Fevereiro de 2018

Texto: Gabinete de Comunicação Institucional/AGT

O Imposto Predial Urbano (OPU) é uma contribuição monetária que cada cidadão deve pagarl ao Estado pela posse, detenção, usufruto da imóvel ou fruição de rendas referentes a imóveis, desde que não se destinem à actividade agrícola, silvícola ou pecuária.

O IPU incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos ou sobre o seu rendimento quando se encontrem arrendados. Todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, que possua imóveis, deve inscrevê-los na Repartição Fiscal da area da respectiva localização.

Todos os anos, durante os meses de Janeiro e Julho, devem dirigir - se à Repartição Fiscal da área de localização dos imóveis e proceder o pagamento do IPU na dependência bancária instalada junto da Repartição ou através do "Portal do Contribuinte".

Se os imóveis estiverem la inscritos na Repartição Fiscal, devem os seus titulares actualizar o respectivo valor patrimonial, Para os casos de imóveis não inscritos (omissos) devem os titulares dos mesmos proceder à inscrição na Repartição Fiscal da localização do imóvel.

Em qualquer destes casos, devem os contribuintes apresentar a "Declaração Modelo 5" do IPU na referida Repartição Fiscal, onde lhes será prestado todo o apoio e esclarecimentos para o respectivo preenchimento.

Esta declaração pode (e deve) ser apresentada pelo proprietário ou qualquer outro beneficiário.

Assiste-se no país a um crescimento exponencial do parque imobiliário. No entanto, grande parte dos edifícios e condomínios ainda não estão registados nas Repartições. Porém, todos os imóveis estão sujeito à inscrição e tributação em IPU, logo que concluídas as obras, quando os imóveis forem ocupados ou lhes sejam emitidas as respectivas licenças de utilização, devendo a "Declaração Modelo 5" ser apresentada até ao final do mês seguinte.

Para esse efeito, os proprietários beneficiários ou usufrutuários devem apresentá-la na Repartição Fiscal da área onde se localiza o imóvel. No caso

das centralidades, os imóveis estão sujeitos às mesmas obrigações de todos os restantes.

A taxa do IPU é de 0,5 por cento sobre o montante do valor patrimonial que excede 5.000.000,00 de Kwanzas. Para os prédios que se encontram arrendados, aplica-se a taxa efectiva de 15 por cento sobre o total da renda.

A falta do pagamento do Imposto Predial Urbano leva o contribuinte a acumular dívidas fiscais, que podem dar origem a instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

6.6 Angola procura apoio técnico para projetos habitacionais

Jornal de Angola

07 De Fevereiro de 2018

Texto: Béu Pombal

Os trabalhos da IX sessão do Fórum Urbano Mundial, evento que aborda o problema do assentamento humano, sob a égide das Nações Unidas, arrancam hoje, em Kuala Lumpur, capital da Malásia.

Angola está representada no certame por uma delegação do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, chefiada pela titular da pasta, Ana Paula de Carvalho.

Mais de 40 Estados membros das Nações Unidas haviam confirmado, até ontem, a participação no evento, que este ano decorre sob o lema "Cidades Para Todos Até 2030". Vários chefes de governo e entidades de vários organismos internacionais estão em Kuala Lumpur, para tomarem parte dos trabalhos.

Angola, segundo a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, vai apresentar neste fórum o projecto do país sobre a política de urbanização, que está praticamente concluída, como resultado de um trabalho de parceria com as Nações Unidas.

"Vamos apresentar neste evento o nosso Programa de Ordenamento do Território e também daremos a conhecer alguns passos que se estão a dar para a implementação do Programa Nacional de Habitação", disse Ana Paula de Carvalho, durante uma curta entrevista colectiva a jornalistas angolanos.

A ministra assegurou que vai destacar, na sua apresentação, os aspectos candentes do Programa Nacional de Habitação Social e de Infraestruturação em curso no país, mormente os casos das reservas fundiárias já constituídas.

"Vamos fazer uma abordagem dos planos de urbanização, que estão em curso no país, por serem projectos muito importantes e que devemos dar continuidade. Também nos debruçaremos sobre o projecto do Executivo da auto-construção dirigida. Portanto, penso que o foco do nosso discurso será este", esclareceu.

Na óptica de Ana Paula de Carvalho, Angola não deve ficar de fora de eventos desta natureza, que constituem uma oportunidade para promover e divulgar as suas políticas e arrecadar apoios em todas as vertentes.

"Além de passarmos a mensagem do que estamos a fazer em Angola, podemos também conseguir financiamentos para dar seguimento aos nossos projectos. Por isso acho importante a nossa presença", frisou.

No evento, Angola vai intervir amanhã e na próxima segunda-feira, 12, seguindo-se a participação da ministra numa mesa redonda. A organização considera ser um encontro de alto nível. No fórum, os chefes de delegação desempenham o papel de porta-vozes dos respectivos Governos e são convidados a apresentar os programas da Nova Agenda Urbana dos seus países.

Na próxima segunda-feira, 12, o arquitecto António Gameiro, consultor do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação vai, durante uma palestra, debruçar-se sobre o tema "Políticas Nacionais Africanas nos Países de Língua Portuguesa", enquanto o director nacional da Habitação, Adriano da Silva, engenheiro de construção civil, deverá apresentar o tema "Habitação no Centro da Nova Agenda Urbana em Angola".

Ainda no quadro do programa de trabalho, além do encontro entre os chefes de delegação, maioritariamente ministros, destacam-se debates sobre a implementação de políticas de ordenamento urbano, métodos para atrair investidores para apoio às sociedades mais necessitadas e discussões sobre o efeito da

urbanização nas economias, finanças e alterações climáticas dos países.

Pavilhão de Angola

Os projectos das centralidades e todos os outros detalhes ligados ao programa de implementação da Nova Agenda Urbana em Angola serão apresentados aos participantes do fórum em vídeo, no pavilhão de Angola, que ocupa um espaço de 70 metros quadrados. No espaço reservado ao nosso país, está ainda prevista a exibição de um filme, sobre a diversidade cultural da nossa terra, ambiental e turística.

Nova agenda urbana

O projecto de uma Nova Agenda Urbana, defendido pelas Nações Unidas, para ser implementado em todos os países nasceu em 2016, no último Fórum Urbano Mundial, em Quito, capital do Equador. A intenção das Nações Unidas é, no fundo, a criação de condições para que os países membros tenham um desenvolvimento urbano sustentável até 2030.

A ONU quer tomar a Nova Agenda Urbana numa espécie de "varinha mágica" para solucionar os grandes problemas dos assentamentos humanos no planeta, dando prioridade às cidades densamente povoadas e sem estruturas adequadas de habitação e de infra-estruturas.

Kuala Lumpur

A cidade de Kuala Lumpur foi escolhida por unanimidade para acolher o fórum de 2018, na última sessão realizada em 2016, na cidade de Quito, Equador, pelos participantes ao evento. A opção recaiu para a cidade asiática por oferecer condições extraordinárias de alojamento, mobilidade urbana, e instalações.

O número de participantes estrangeiros, que deverá passar dos mil, tem alojamento garantido. A capital malaia tem uma imensa rede de hotéis com qualidade notável.

6.7 Auto - construção dirigida beneficia cem mil famílias

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2018

Texto: Réu Pombal | Kuala Lumpur

Director Nacional da Habitação foi um dos palestrantes o sub- programa de auto-construção dirigida, consubstanciado na venda de terrenos loteados para a construção de residências, já beneficiou mais de 100 mil famílias em todo o país, disse ontem em Kuala Lumpur, Malasia, o director Nacional da Habitação, Adriano da Silva, durante uma palestra, no âmbito do Fórum Urbano Mundial que decorre nesta cidade.

O programa, que arrancou em 2009 segundo Adriano da Silva, prevê beneficiar 700 mil famílias nas zonas urbanas e rurais, cabendo ao Governo a missão de disponibilizar os lotes infra-estrutura dos e garantir aos contemplados aquisição de materiais de construção a preços relativamente baixos.

Os cidadãos que têm rendimentos muito baixos vão adquirir terrenos a preços módicos, porque o Governo está a subvencionar, mas os da classe média e alta vão comprar ao preço real. Portanto, o Executivo está apenas a participar nas despesas das pessoas que têm pouco poder aquisitivo", esclareceu o responsável adstrito ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Adriano da Silva, um dos promotores e criador do projecto urbanístico e habitacional em curso no país, sublinhou que, no âmbito do sub-programa de construção dirigida, o Governo programou espaços para a auto-construção de casas, para os equipamentos sociais, assim como lugares para a promoção de obras privadas e público ou privada. "É responsabilidade do Estado neste programa fazer o loteamento dos terrenos, tratar da infra-estruturação dos próprios terrenos e da elaboração dos planos urbanísticos para as reservas fundiárias com fins habitacionais. Portanto, estes três itens são os fundamentais em termos de participação do Estado", detalhou.

Falando para representantes de vários países, entre eles, integrantes das delegações de Governos da comunidade lusófona, o director nacional da Habitação, disse, por outro lado que, no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, o Governo tem uma participação de 68 por cento,

que engloba a construção de centralidades e os 200 fogos por municípios.

Neste programa temos o sector público e privado, refiro-me aos organismos do Estado e entidades meramente privadas que construíram moradias, portanto, estes tiveram uma participação de 11, 5 por cento. Do lado, público, que são as obras diversas construídas pelo Governo, totalizaram 12 por cento deste programa", frisou.

Adriano da Silva apresentou ainda, em síntese, o projecto de requalificação urbana, sustentando que as operações em curso para "a renovação urbana" dos bairros precários antigos visam garantir a posse jurídica dos moradores sobre os terrenos e melhorar as suas condições de habitabilidade.

Os residentes em áreas peri-urbanas, consolidadas e urbanisticamente regularizáveis serão chamados a aderir ao processo, e deverão observar as seguintes normas: Primeiro, legalização criteriosa a dos terrenos que ocupam; segundo, a valorização económica das suas habitações, e terceiro, o completamento das infra-estruturas públicas e dos equipamentos sociais e serviços em falta", aclarou.

6.8 Região austral concentra projecto de construção

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2018

Texto: Armando Estrela

O sector da construção em África registou no ano passado um crescimento de 5,9 por cento no número total de projectos, de 286 para 303, embora, em termos de valor, tenha decrescido 5,2 por cento face ao ano de 2016, fixando-se nos 307 mil milhões de dólares, revela o estudo anual "África Construction Trends 2017" da Deloitte. A região da África Austral foi a que reuniu o maior número de projectos (93), enquanto a região da África Ocidental fixou os mais valiosos, num total de 98,3 mil milhões de dólares.

Mesmo que o número de projectos na África Austral tenha crescido de 85 para 93, quase 9,4 por cento, o valor dos mesmos diminuiu de 93,5 para 89,7 mil milhões de dólares (4,1 por cento), um resultado influenciado pela suspensão da construção da refinaria do Lobito, em Benguela.

Grande parte dos projectos de construção na região austral está localizada na África do Sul (47 por cento), Angola (14 por cento) e Moçambique (13 por cento).

Os países africanos continuam a ser afectados por um conjunto de factores externos e internos, com impacto não só no crescimento económico, mas também no sector da construção", referiu Joaquim Oliveira, director da Deloitte.

Enquanto em 2016 se atingiu o ponto mais baixo do abrandamento económico, é expectável que a expansão económica para a região da África Subsariana atrase o crescimento do continente em 2017, mas que recupere até cerca de 3,4 por cento em 2018, afirmou Joaquim Oliveira, quando admitiu que "este cenário continua a afectar a confiança dos investidores, bem como os orçamentos para os projectos de infra-estruturas, conforme o nosso estudo evidencia".

Uma das tendências identificadas no estudo é o aumento do número de projectos de menor dimensão, isto é, entre os 50 e 500 milhões de dólares, os quais representam 64 por cento do total (193 dos 303). Esta situação deve-se ao facto de os projectos de pequena dimensão serem mais simples de concretizar, face a projectos de maior dimensão, onde a necessidade de articulação dos vários intervenientes no processo (entidades financiadoras, empresas de construção, Governos, entre outras) é mais complexa, conduzindo a um prazo mais alargado para a sua concretização.

Transportes e imobiliário acordo como estudo da Deloitte, o sector dos transportes foi o que reuniu o maior número de projectos de construção no continente africano, em tomo de 36 por cento, seguido pelo imobiliário (22 por cento) e energia (19 por cento). Embora a percentagem de projectos no sector do petróleo e gás tenha permanecido baixa (4,00 por cento), este destaca-se como o mais valioso, representando 25 por cento do valor total do continente, de 76,9 mil milhões de dólares.

Na África Austral, o sector imobiliário foi aquele que apresentou em 2017 o maior número de projectos (29 por cento), seguido pelo sector da energia (25 por cento). Contudo, foi o sector dos transportes que registou o maior crescimento, cerca de 24 por cento, um resultado que esteve ligado à construção de quatro novos projectos,

dois dos quais em Angola (modernização do Aeroporto Maria Mambo Café, em Cabinda, e reabilitação da estrada Quitexe Ambuila Quipedro).

Governos participam na maioria Os Governos continuam a ser responsáveis pela promoção da maioria dos projectos de construção em África (73 por cento) e, também, as entidades que mais financiaram, com 27 por cento. As empresas nacionais privadas surgem em segundo lugar como promotores de 13 por cento dos projectos.

Em relação ao financiamento, a China ocupa a segunda posição, com 16 por cento, seguida pelas empresas privadas, com 15 por cento, e pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento, com 13 por cento.

No caso particular da África Austral, verifica-se a mesma tendência que no resto do continente. A grande maioria (60 por cento) dos projectos foi promovida pelos Governos e 26 por cento pelas empresas nacionais privadas. Analisando o financiamento, existe um maior equilíbrio entre os Governos e as empresas privadas, com 32 por cento e 26 por cento, respectivamente.

É interessante analisar as diferenças regionais entre quem financia e quem constrói, no entanto parece existir um ponto em comum: o papel do Governo enquanto principal promotor de projectos. Os Governos são responsáveis por 57 por cento a 90 por cento dos projectos de cada região, o que demonstra a sua importância no desenvolvimento de infra-estruturas," concluiu um dos gestores da Deloitte.

China o maior construtor Em 2017, a China ganhou relevância no panorama africano de construção, ao executar 85 dos 303 projectos, quase 28 por cento.

As empresas privadas nacionais são responsáveis pela construção de 22 por cento e os "outros países asiáticos" por 7,00 por cento. Igualmente, as empresas italianas ganharam expressão face ao ano anterior, executando 17 projectos (6,00 por cento) e seguem-se os consórcios internacionais com 12 projectos (4,00 por cento) e as empresas americanas, portuguesas e sul-africanas com 10 projectos cada (3,00 por cento).

Na África Austral, as empresas privadas executaram 30 por cento dos projectos, enquanto as empresas chinesas 18 por cento. As empresas portuguesas tiveram também um peso importante na construção de projectos nesta região, com 9,00 por cento do total.

6.9 'Vícios' assombram projecto habitacional Acácia Rubras

Jornal O País

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Concebido pelo seu predecessor, Isaac dos Anjos, o projecto habitacional Acácias Rubras, no bairro do Kalohombo, está impregnado de vícios, segundo Rui Falcão, actual governador provincial. Por isso, o seu pelouro vai corrigir o quadro, pois acredita que a intenção foi positiva' porém não foram criados os mecanismos mais adequados.

O projecto previa a construção de residências destinadas aos professores e médicos estrangeiros, fundamentalmente cubanos, em missão de serviço em Benguela. A construção surgiu para evitar-se os gastos avultados que se faziam junto às unidades hoteleiras em que os médicos se alojavam.

Segundo fontes familiarizadas com o processo, visando conter desperdícios financeiros, Isaac dos Anjos desenhou a construção de um projecto habitacional, e consequentemente, poupar fundos públicos. Contudo, pelo facto de serem casas numerosas para um escasso número de beneficiários, o então chefe do Executivo de Benguela resolveu alargar o projecto aos cidadãos com capacidade financeira para comprar.

O projecto, que está a ser executado por uma empresa chinesa, conta com 7 prédios construídos e tenciona-se concluir um total de 14 prédios e mais de 200 fogos habitacionais, segundo dados recolhidos por OPAÍS no local.

"Encontramos um problema sério, em relação a algumas iniciativas que foram tomadas aqui, mormente as relacionadas com a criação de condições de habitabilidade para professores estrangeiros", referiu Rui Falcão, no decorrer de uma visita efectuada na Universidade Katyavala

Bwila, dizendo que o mesmo está impregnado de alguns vícios que urge corrigir.

A ideia consiste primeiro, em resolver o assunto de base, que é propriedade do Espaço, segundo o governador. "Se me permitem a expressão, foram fazer filhos em mulher alheia. Então, nós temos de corrigir isso rapidamente", admite.

A posição de Falcão veio dar sustentabilidade às vozes que acusavam o anterior governo de se ter apoderado de um bem público. Sem revelar nomes, fontes dignas de crédito referem que pairou a ideia de reverter a propriedade dos imóveis a favor de agentes privados, e posteriormente vender-se-iam as residências aos cidadãos com capacidade para o efeito.

Em entrevista à imprensa, o membro da sociedade civil, Martins Domingos, deplora o facto de não terem sido exercidas medidas de fiscalização à obra. No seu entender, os vícios a que Falcão se refere, embora sem os especificar, deviam ter sido evitados se a fiscalização funcionasse como tal.

"Esta fiscalização teria capacidade para apresentar alguns relatórios, de forma pública, e os orçamentos que a obra custou, bem como os possíveis responsáveis", declarou, suspeitando que actos de corrupção no projecto tenham ocorrido e espera que não sejam aplicados preços exorbitantes.

6.10 Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

A Linha de Crédito da China (Lcc) vai financiar 29% dos projectos de reabilitação de estradas e 20% das obras de construção de infra-estruturas do sector da energia e águas inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) em 2018, de acordo com cálculos do Expansão com base no Orçamento Geral do Estado para 2018.

Contas feitas, o crédito chinês vai financiar 13% dos 894,9 mil milhões Kz (4,3 mil milhões USD) do total do PIP, o equivalente a 117 mil milhões Kz (565 milhões USD).

A Linha de crédito chinesa vai financiar 29% do total da verba destinada aos projectos do Ministério da Construção e Obras Públicas, ou seja, o equivalente a 47,1 mil milhões Kz (227,6 milhões USD) dos 165 mil milhões Kz. Os projectos deste ministério financiados pela Lcc são somente para reabilitação de estradas um pouco por todo o País (ver página 4). Este tipo de intervenção nos municípios do Cuanza Norte é o projecto mais caro deste ministério a ser financiado pela China, com um custo de 3,1 mil milhões Kz.

O Ministério da Energia e Águas vai receber a segunda maior fatia dos financiamentos chineses em 2018, um total de 20% dos 350,1 mil milhões Kz disponíveis a este ministério, correspondendo a 70,5 mil milhões Kz. Entre os projectos, estão a reabilitação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e electrificação nas províncias do Bengo, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Luanda, Lunda Norte, Malanje, Huíla, Huambo e Namibe.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, considera que as dotações ao sector da construção são cruciais e vão animar o sector. No entanto, o 'patrão dos patrões' alerta que o recurso a financiamento chinês é uma porta aberta às empresas de construção do gigante asiático, em detrimento das operadoras nacionais.

Severino reconhece as limitações dos empreiteiros nacionais, mas apela ao Governo para que proteja as construtoras angolanas dentro do Sistema Nacional de Contratação Pública, bem como defende a necessidade de ampliar a abertura de concursos públicos para a adjudicação destas obras.

O presidente da AIA considera ainda que deve ser reforçada a fiscalização para que as obras tenham o tempo de execução planeado e evitar a repetição dos investimentos nos mesmos projectos, em cada dez anos.

Ministério da Energia e Águas é o campeão do PIP

O Ministério da Energia e Águas, com uma dotação de 350,9 mil milhões Kz é o órgão do Estado que recebe a maior fatia das verbas disponibilizadas para o PIP 2018. É também o ministério que vai 'gerir' os projectos mais caros, nomeadamente a construção do sistema de

transporte de electricidade da barragem da Laúca, que custará 27,8 mil milhões Kz, seguindo da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, obra orçada em 25,2 mil milhões Kz. O sistema de transporte de electricidade da Central do Ciclo Combinado do Soyo completa o top 3 dos projectos mais caros do PIP 2018, com um valor total de 21,9 mil milhões Kz (ver página 4).

O Ministério da Construção e Obras Públicas, com 165,1 mil milhões Kz, é o segundo com maior peso no programa de investimentos públicos deste ano. A Defesa e os Transportes com 44,3 mil milhões e 40,4 mil milhões, vêm na terceira e quarta posição, respectivamente.

Luanda domina destino das verbas por província

A capital do País lidera o investimento do PIP em 2018, ao receber 241,9 mil milhões Kz. Malanje vem na posição imediata com 66,1 mil milhões Kz para a reabilitação de projectos naquela região. O Zaire vai receber 60,5 mil milhões Kz.

Por outro lado, o Namibe é a província que será menos abrangida por verbas do PIP, ao receber 9,1 mil milhões Kz, menos 800 milhões que a Lunda Sul.

O consultor Galvão Branco afirma que "temos decididamente de fazer recurso a outras modalidades" de execução de projectos e infra-estruturas "que não façam apelo a fontes próprias do OGE e/ou ao endividamento externo, como é o caso do recurso intensivo às parcerias público-privadas" e outras formas de financiamento privado. "É também importante otimizar a despesa pública, assegurando melhores padrões de qualidade das empreitadas, impondo regras de fiscalização e supervisão mais rigorosas e qualificadas", defende o consultor.

Por seu lado, o Ceo da MotaEngil Angola, Francisco Franca diz que a quebra de verbas do PIP 2018 em 7,4% face ao ano anterior é o reflexo das políticas do Governo. O responsável sublinhou que a crise não pode ser factor de "receio" de trabalhar com o Estado, porque "com maior ou menor dificuldade, o Estado sempre foi cumprido" das suas obrigações.

"Nesse sentido a redução de 7,4% reflecte um esforço dos diversos sectores que no futuro

permitirá um maior investimento no sector público", refere o gestor.

6.11 Empresários da construção pedem transparência na adjudicação das obras

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

Empresários do sector da construção admitem que os projectos do PIP podem dinamizar o sector mas defendem maior transparência no processo de adjudicação.

O presidente da Associação dos Empreiteiros da Construção Civil e Obras Públicas de Angola (AECCOPA), João Gago Gomes, defende que falta clarificar, por exemplo, questões como a quota de 30% que as empresas nacionais do sector da construção têm direito nas obras públicas, no âmbito do Programa dos Investimentos Públicos.

Gomes alerta que, actualmente, a participação das construtoras nacionais nos projectos adjudicados pelo Estado ronda os 10%. "Temos que inverter o quadro actual para acabar com o pessimismo que afecta os empreiteiros nacionais e assim garantir a transparência na execução dos investimentos públicos", disse o empresário que também é vice-presidente da Confederação Africana dos Construtores.

No PIP para 2018, as empresas chinesas prepararam-se para construir e reabilitar uma série de obras com destaque para os sectores da construção e obras públicas e o da energia e águas.

Apesar dos acordos de crédito entre os dois estados, os industriais da construção exigem transparência no processo de adjudicação das obras, tendo em conta a política de subcontratação das empresas.

Uma fonte do sector disse ao Expansão que, apesar de obrigadas à subcontratação local, as empresas chinesas que já estão a adjudicar algumas das obras inscritas no PIP 2018, recorrem a empresas chinesas mais pequenas já instaladas em Angola.

A fonte acredita que só com através de uma clarificação do processo poderá aumentar as encomendas no sector e inverter a tendência pessimista do indicador de clima económico da construção.

O plano operacional do crédito chinês, elaborado no quadro do PIP com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo deste financiamento, avaliado em 117,7 mil milhões Kz (568,6 mil milhões USD), prevê empreitadas em vários sectores. Só para a área da energia e águas estão previstos, neste plano, 27 projectos, que totalizam 70,5 mil milhões Kz para a reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e electrificação de várias regiões.

Empresários esperam melhorias no sector

O CEO da MotaEngil Angola, Francisco Franca, diz que o desenvolvimento do País depende do desenvolvimento de infraestruturas básicas que deem suporte à população e ao desenvolvimento da indústria de forma a gerar os empregos necessários. "É expectável que o prazo se sinta uma retoma de sector da construção, que naturalmente em 2018 será afectado, por 2017 ter sido ano de eleições, e o impacto que isso traz na aprovação do Orçamento e no arranque de novos projectos", afirma o gestor.

Franca considera ainda que o financiamento chinês "deve ser visto como uma oportunidade para as empresas" nacionais.

6.12 Governo reclama perda do património imobiliário

Jornal Economia & Finanças

16 De Fevereiro de 2018

Texto: António Eugénio

Os activos patrimoniais imobiliários mais valiosos da província foram entregues a custo zero, a gabinetes de desenvolvimento que não dependem do Governo Provincial de Luanda (GPL), o que está a dificultar no pleno funcionamento das estruturas.

A informação é do governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, durante um encontro com o Presidente da República, João Lourenço que manteve na sede da província, na

sexta-feira passada, e que visou fazer o balanço da actividade de campo, realizada em vários pontos da província no dia anterior.

Na sua intervenção, onde o governante fez o diagnóstico da província, Adriano Mendes de Carvalho disse ser "incompreensível" que a Zona Económica Especial (ZEE), detentora de grandes extensões do território do município de Icolo e Bengo e de Viana, algumas das receitas de impostos e taxas arrecadadas e comparticipações não dão retorno aos cofres do Gp1.

Num encontro concorrido, - acrescentou que a gestão da rede de semáforos não está sob o controlo do Governo local, e indica que o actual sistema de recolha de lixo e resíduos sólidos está desadaptado para o actual momento, o que motivou a reactivação de uma comissão criada para a redefinição de novos modelos operacionais e eficientes.

Uma outra aflição das autoridades locais prende-se com a ocupação ilegal de terrenos, por um lado, e o abandono de terrenos pelos proprietários, que também originam as ocupações ilegais, criando problemas para as administrações.

Problemas

Adriano Mendes de Carvalho enumerou algumas "disfunções" que estão a comprometer o desenvolvimento socioeconómico da província.

Para ele, à fragilidade das infra-estruturas já em estado de exaustão, ao estado precário das vias secundárias e terciárias, à falta de água potável e energia eléctrica, à ineficiência na prestação de serviços encravam o progresso de Luanda.

Em relação ao abastecimento de água potável, o Gpl quer trabalhar em parceria com o departamento ministerial encarregue desta pasta, no sentido de se tirar proveito da proximidade dos rios Kwanza e Bengo.

Neste segmento, Adriano Mendes de Carvalho, apontou mesmo os constrangimentos, com destaque ao baixo consumo per-capita de água potável, nas zonas urbanas, peri-urbanas e sobretudo rurais, onde as populações estão a contrair doenças graves devido a má qualidade da água consumida.

A meta do Gpl é atingir, nos próximos dois ou três anos, um índice de distribuição de 80 por cento, através da intensificação do investimento no sector.

Consta do programa a aplicação de medidas pontuais de melhoria do trânsito na cidade, com o aumento dos operadores de transportes colectivos urbanos (autocarros e táxis), além de melhorar a iluminação e garantir a segurança pública.

6.13 Renda dos imóveis na capital adapta-se à conjuntura económica

Jornal Economia & Finanças
16 De Fevereiro de 2018
Texto: António Eugénio

O mercado nacional tem absorvido produtos imobiliários que face ao actual contexto, provocado com a "instabilidade cambial" pequenos aforradores particulares e também muitas empresas adquirem espaços ou bens imóveis para servirem como um "activo de refúgio".

Segundo um documento da Proprime "O mercado imobiliário Angola 2016", que o JE teve acesso, a absorção de escritórios em Luanda é cada vez mais lenta, em resultado de um abrandamento nos planos de investimento das empresas estrangeiras.

A fonte indica que a oferta de escritórios e de habitação em Luanda está a adaptar-se à nova realidade do mercado imobiliário.

A conjuntura económica adversa marcada pela queda do preço do petróleo, instabilidade cambial e desvalorização do Kwanza atingiu o mercado imobiliário, que, em 2016, assistiu de forma mais evidente a uma redução da actividade.

A procura de imóveis voltou a decrescer, afectada em particular pela menor actividade de empresas multinacionais no país, e as novas quedas sentidas no volume de transacções e nos preços e rendas.

A oferta de escritórios e habitação em Luanda tem procurado mecanismos que permitam escoar as infra-estruturas existentes e os que estão em construção.

Oferta habitacional

Do lado da oferta, embora não sejam lançados novos projectos, os que se encontravam em construção mantiveram o seu plano de desenvolvimento, o que fez com que as rendas médias em Luanda descessem cerca de 20 por cento em 2016, para os 80 dólares/metros quadrados (75,2 euros/m²). Também os preços médios de venda dos escritórios caíram, recuando 10 por cento, para os 6.400 usd/m² (6020€/m²), entre 2015 e 2016.

Uma das principais franjas de procura de habitação em Luanda eram os expatriados, quadros de empresas, sendo que as tipologias de menor dimensão eram as mais procuradas.

No actual quadro de procura residencial, os nacionais ganham expressão e as tipologias maiores são as preferidas.

Os preços médios de venda dos apartamentos na região das Ingombota desceram 10 por cento em 2016, fixando-se em 5.670 usd/m² (5.333€/m²) e também as moradias em Talatona têm vindo a corrigir em baixa, com uma descida de 9,5 por cento nos preços para os 4.093 usd/m² (3.850€/m²).

Hoteleira

A Proprime informa que num mercado em que o grosso do turismo continua a ser motivado pelo segmento de negócios, o número de turistas estrangeiros tem apresentado urna tendência de queda acentuada nos últimos anos, com "os reflexos óbvios nas taxas de ocupação da hotelaria em Luanda".

Em 2016, revela a fonte, o sector de hotelaria na capital registou taxas médias de ocupação em torno dos 40 por cento, quando nos últimos anos, este indicador se situava entre 80 a 85 por cento. O valor das diárias médias registou igualmente descidas de entre 20 a 25 por cento em todas as categorias, com a hotelaria de 5 estrelas a apresentar, ainda assim, diárias médias de 380 usd/noite (358€/noite) em 2016.

6.14 Banco Sol convida empresários a recorrerem ao crédito de investimento

Jornal O PAÍS

17 De Fevereiro de 2018

O anúncio foi feito, ontem, em Benguela, pelo administrador executivo do Banco Sol, António Graça, no acto inaugural de um novo balcão no município da Ganda.

O gestor bancário revelou também que a agência bancária vai disponibilizar, entre outros serviços, o crédito à habitação, consumo, automóvel, depósitos à ordem e a prazo e multicaixas.

Convidou as empresas públicas e privadas, cooperativas, associações e particulares locais, a recorrerem ao balcão inaugurado para acederem ao crédito de investimento que necessitarem.

Inaugurada pelo administrador municipal da Ganda, Francisco Rodrigues Prata, a agência, primeira do género na localidade, foi erguida em dois anos numa área de 800 metros quadrados e criou 6 postos de trabalho.

Por seu turno, o administrador da Ganda, Francisco Rodrigues Prata, sublinhou que a instalação da agência na região vai impulsionar o comércio local.

Em 2016, os activos do Banco Sol cresceram 17% para Kz 384 mil milhões, que se comparam ao crescimento de 28,9 por cento ou Kz 327,6 mil milhões registado em 2015. Em 2017, o banco anunciou igualmente um crescimento positivo.

O banco é o nono em crédito concedido, tem uma quota de mercado de 2,8 por cento, um mal parado de 5,2 e 620 mil clientes.

O banco tem agências instaladas em Benguela, Lobito, Cubal e agora na Ganda. No quadro da política de expansão, crescimento e afirmação da instituição no mercado prevê nos próximos tempos abrir novos balcões nos municípios da Baía Farta e Caimbambo.

Com uma população estimada em mais de 235 mil habitantes, o município da Ganda possui um vasto potencial económico que assenta na produção agrícola, com destaque para o café arábica, cereais, hortofrutícolas e a exploração de madeira.

6.15 Cartoon

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2018



6.16 Angola apresenta Nova Agenda Urbana em fórum na Malásia

Jornal de Angola

05 De Fevereiro de 2018

Texto: *Beu Pombal*

Angola vai apresentar, na IX sessão do Fórum Urbano Mundial, evento organizado pelas Nações Unidas, em Kuala Lumpur, capital da Malásia, de 7 a 13 do corrente, o seu Programa de Implementação da Nova Agenda Urbana, consubstanciado na criação de condições de habitabilidade para as populações e de garantia de infra-estruturas modernas para as cidades do país.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, chega hoje a Kuala Lumpur, à frente de uma delegação, composta por técnicos do seu pelouro, para dar a conhecer, aos países membros das Nações Unidas que vão participar no evento, os passos que Angola está a dar para a materialização da sua nova agenda de urbanização.

Ana Paula de Carvalho vai participar, nos próximos dias 9 e 12, em duas mesas redondas, nas quais fará uma abordagem do Programa Angolano de Urbanismo e Habitação e da parceria angolana com os Nações Unidas na vertente de urbanismo.

"A ministra vai fazer uma abordagem do ambiente que está a ser criado no país, para o desenvolvimento urbano sustentável. Portanto, é importante divulgarmos além - fronteiras os passos que estamos a dar neste sentido, para que possamos captar apoios em termos gerais", disse Adriano da Silva, director nacional da Habitação, que se encontra já em Kuala Lumpur. O responsável integra, por inerência da função, a equipa que coordena o Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano no país.

Ainda no decorrer dos trabalhos, especialistas angolanos serão prelectores em duas palestras. Numa, vão falar sobre "Habitação do Centro", na qual abordarão a experiência da parceria que Angola tem com as Nações Unidas, concretamente sobre o projecto UN-Habitat, e o Programa Habitacional, que está virado a habitações sociais. Noutra, cujo tema é "Políticas Urbanas", os quadros do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação vão informar os participantes sobre as políticas que o Governo está a implementar para a criação de uma urbanização sustentável. Adriano da Silva fez saber que a comitiva angolana tem na sua agenda, entre outras actividades, a troca de experiência com os participantes que estão bem encaminhados, em termos de programas de urbanismo e habitação, com vista à obtenção de valências, para que o Executivo angolano possa dar bom andamento às construções de habitações, como as dos projectos das centralidades, fogos habitacionais, entre outras obras.

"Vamos procurar manter contactos, a vários níveis, trocando experiência com os países que nos podem dar realmente uma lufada de ar fresco para os nossos projectos. Por exemplo, verificamos que aqui, em Kuala Lumpur, há mobilidade urbana assinalável. Portanto, é importante dialogar com entidades que nos podem dar uma mais-valia para o nosso Programa de Habitação e Urbanização", frisou Adriano da Silva.

O fórum

O Fórum Urbano Mundial é um evento que se realiza num intervalo de dois anos, sob a égide das Nações Unidas, com vista, essencialmente, à análise e à busca de soluções para os problemas prementes que assolam às populações no planeta, em termos de assentamentos humano. Ou seja, as Nações Unidas pretendem, ao congregar

periodicamente os seus membros, nesta conferência, encontrar fórmulas para a rápida urbanização e modernização das sociedades em crescimento, particularmente as que apresentam um nível paupérrimo.

Este evento, que reúne especialistas dos governos nacionais e regionais, instituições financeiras, organizações comunitárias e não-governamentais, agências internacionais e entidades privadas, discute ainda o impacto da urbanização nas economias e na alteração do clima.

O Tema central dos trabalhos desta cerimónia de Kuala Lumpur foi previamente concertado em 2016, na cidade de Quito, no Equador. Na altura, os participantes decidiram discutir mais profundamente a urbanização das sociedades, pelo que produziram um documento com metas a alcançar nesta vertente, até 2030, ficando estabelecido o slogan "Cidades para Todos até 2030".

6.17 Programa "vias de Luanda" não revitalizou a urbanização Nova Vida

Jornal Visão

09 De Fevereiro de 2018

Texto: N'goma Pedro João

As valas de drenagem já não existem e a reabilitação da via rodoviária que liga ao Tanque das águas da EPAL, não contempla o tapete asfáltico de quase um quilómetro que não permite a fluidez do trânsito. A urbanização nova vida, na sua concepção, previa a construção de valas de drenagem, sinalização e asfatação de todas as vias bem como a recuperação das infra-estruturas viárias e o redesenho de paisagem urbana dos principais corredores viários.

A iniciativa incluía também a implantação de redes de drenagem, redes técnicas, pavimentação, calçadas, áreas verdes e iluminação pública.

O programa sobre a égide do Governo Provincial de Luanda abrange a revitalização e ampliação contínua das avenidas, ruas e áreas funcionais, para dar uma qualidade de vida eficaz aos moradores da capital. Essas acções não foram concretizadas por desfalca de verbas no GPL.

Por este motivo, o PR JLO deslocar-se-á ao palácio da Mutamba para se inteirar do andamento das coisas para depois agir. Sobre o desfalque de bilhões de Kwanzas no GPL, informações dão conta de que isto não ocorreu agora, mas sim no consulado de Higino Carneiro.

Projecto Nova Vida sem vida

A degradação em que se encontra a via que dá acesso à sede do Distrito Urbano do Nova Vida, província de Luanda, está a preocupar as populações, por condicionar a execução de projectos económicos e sociais na urbe.

O trajecto de 200 metros entre a Avenida Pedro de Castro e a sede do distrito, é feito em mais de 20 minutos, porque a estrada está em mau estado. Esta situação, além de desencorajar os potenciais investidores, cria dificuldades na vida social e económica do Distrito, impedindo a transporte de materiais e equipamentos para as obras de construção ou reabilitação de infra-estruturas.

Os buracos começam logo a entrada da Shoprite Nova Vida um problema social que administradora local pode resolver sem intervenção da administração municipal do Kilamba Kiaxi, na pessoa da sua titular Guilhermina Luísa.

Segundo apurou o jornal Visão de fontes próxima a administradora do município, Guilhermina Luísa, teme que a execução dos projectos planificados para este ano não seja cumprida na totalidade, dado o mau estado das vias que ligam o município e resto da província é o caso que se vive quase sempre na rua Machado Saldanha a quase trinta anos que a estrada nunca beneficiou de obras de requalificação condigna.

A população quer que a senhora pede aos organismos centrais para fazerem obras nas estradas e ruas do Kilamba-Kiixi sobretudo o projecto Nova Vida sendo uma urbanização recentemente construída de raz e porque também lá mora boa parte dos dirigentes do MPLA.

6.18 Angola quer apoio da ONU para urbanizar municípios

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2018

Texto: Réu Pombal

A Ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, abordou, ontem, em Kuala Lumpur, capital da Malásia, com a secretária executiva das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Amina Mohammed, as preocupações do Executivo Angolano sobre o desenvolvimento urbano.

Ana Paula de Carvalho, que está nesta cidade desde o passado dia 7, à frente de uma delegação angolana que participa no Fórum Urbano Mundial, cujos trabalhos terminam amanhã deu a conhecer a Amina Mohammed o andamento do programa Urbano Angolano na vertente municipal, concretamente, no que toca à construção de habitações sociais para pessoas com renda média e baixa.

"Acabamos de colocar as nossas preocupações ao responsável máximo das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, sobre o processo de desenvolvimento urbano angolano. Portanto, trata -se de alguém que pode influenciar para que consigamos apoios para dar seguimento ao nosso Programa de Urbanização e Habitação, particularmente, a nível dos municípios", disse a ministra.

A governante angolana avançou ainda detalhes sobre o processo de infra-estruturação em curso do país, no quadro da Nova Agenda Urbana.

"Apresentamos os principais pontos que norteiam o programa de infra-estruturação que estamos a implementar no país. Sobre este aspecto, falámos, particularmente, do que estamos a fazer nas zonas rurais", disse Ana Paula de Carvalho.

A governante manifestou, à saída do encontro, satisfação por ter recebido "garantias de Amina Mohammed de que as Nações Unidas poderão apoiar alguns subprogramas do Governo angolano".

Entretanto, o dia de ontem foi marcado por vários debates em modelos de mesa redonda, bem como serviu para balanço dos programas apresentados pelas diferentes delegações. Amanhã, dia do encerramento não está previsto qualquer actividade entre os participantes aos eventos.

A última palestra

O ciclo de palestras angolanas terminou ontem, com a apresentação, pelo principal consultor do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, António lameiro, do tema "Políticas Nacionais Urbanas n 5 Países de Língua Oficial Portuguesa". António Gameiro disse que o Executivo angolano pretende, com a implementação do seu Modelo de Sustentabilidade no Planeamento Urbano, garantir a geração de riqueza, "A política de Ordenamento do Território do Executivo Angolano visa a garantia de ambiente paisagístico urbano no país e de promoção habitacional, de equipamentos da indústria, comércio e serviços", frisou o arquiteto, que falava para uma plateia composta por representantes de vários países do mundo.

António Gameiro sublinhou que a concepção global do ordenamento do território acarreta preocupações urbanísticas, quer do foro económico-social e ambiental, quer de todas as políticas com influência no desenvolvimento e configuração do espaço físico.

"Daí que-tanto a planificação económica, como a territorial, devem ser consideradas de desenvolvimento e de ordenamento, porque os planos de desenvolvimento deverão ter em conta os planos territoriais que ordenam a ocupação, uso e transformação do território e dos seus recursos", sustentou.

Para o arquiteto, "olhar para a cidade do futuro é reconhecer primeiro que se enfrenta uma complexidade das cidades em Angola, como em todo mundo".

6.19 Fórum alertou o mundo para métodos de gestão

Jornal de Angola
14 De Fevereiro de 2018
Texto: Béu Pombal

A IX sessão do Fórum Urbano Mundial encerrou ontem, em Kuala Lumpur, depois de sete dias de acesos debates à volta da problemática do assentamento humano. Sob os auspícios das Nações Unidas, o evento decorreu sob o lema "Cidade para Todos" e congregou 22 mil pessoas, provenientes de 165 países. O fórum juntou ainda 100 ministros que chefiaram as respectivas delegações.

O final dos trabalhos foi marcado por uma declaração, subscrita por todas as delegações, na qual se destaca a pretensão dos participantes de dar bom andamento ao projecto das Nações Unidas de urbanização e infraestruturização de cidades e vilas.

"Os governos devem adoptar novos métodos de governação, que permitam coerência em termos de assentamento humano, porque nenhuma sociedade atinge o crescimento sem que tenha garantida habitação condigna", lê-se no documento.

A nota, que serve de documento chave para o próximo evento, que terá lugar em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos), em 2020, diz ainda que as crises, como catástrofes naturais, afectam sobremaneira as localidades que não estão urbanizadas e causam, conseqüentemente, grandes embaraços às populações destes locais.

"Os governos, ao traçarem as políticas de urbanismo e habitação, não devem deixar de lado as populações de zonas periféricas ou de localidades recônditas", acrescenta a declaração.

Participação de Angola

Angola esteve presente neste evento com uma delegação chefiada pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho. Além de funcionários do ministério, integraram a comitiva angolana técnicos dos ministérios do Ambiente e das Relações Exteriores.

Durante o fórum, Ana Paula de Carvalho interveio numa mesa redonda ministerial, na qual apresentou o projecto da Nova Agenda Urbana do país, realçando os passos que o Executivo angolano está a dar, em termos de infraestruturização nas zonas rurais.

A ministra desdobrou-se ainda em contactos com várias delegações, com as quais trocou experiência e semeou bases para a captação de apoios diversos para o sector que dirige.

Ana Paula de Carvalho encetou, na última segunda-feira, o contacto de maior incidência da agenda em Kuala Lumpur, ao abordar, com a secretária executiva das Nações Unidas para o Assentamento Humano, Amina Moammed, questões sobre o processo de urbanização em

comunidades angolanas e a necessidade de Angola obter apoios da ONU e de outras entidades para dar impulso aos seus programas.

Na mesma senda de esclarecimento sobre a Nova Agenda Urbana de Angola, o director nacional da Habitação, Adriano da Silva, proferiu uma palestra, na qual informou os detalhes que envolvem o programa angolano de urbanização.

Ainda nesta esteira, o arquitecto António Gameiro, consultor do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, foi orador numa palestra subordinada ao tema "Urbanização nas Cidades dos Países da Comunidade de Língua Oficial Portuguesa".

6.20 Algumas pedonais sem utilização

Jornal Manchete

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Moreira Mário

Algumas pontes pedonais que foram construídas recentemente nas principais avenidas de Luanda, estão praticamente sem utilização, por se encontrarem em zonas de pouca afluência de peões.

O Manchete fez uma ronda pelas pedonais do Cazenga e Cacuaco e verificou em alguns pontos, que as pessoas continuam a optar por atravessar a estrada, mesmo havendo pontes de travessia em seu dispor, correndo o risco de serem atropeladas.

Abordados pela nossa reportagem, muitos justificaram os critérios de localização deste bem público. Lamentaram que algumas estejam em locais de pouca afluência de peões.

Por exemplo, a ponte pedonal da Rua Ngola Kiluanji, no Hoji-ya-Henda, imediações da Igreja do Santo António, está em funcionamento desde Setembro do ano passado e os pedestres quase não utilizam.

Recorde-se que a montagem de pontes áreas em locais desnecessários já se verificou nos anteriores quando o Governo de Luanda, na perspectiva de reduzir a sinistralidade rodoviária na cidade, e garantir uma travessia segura nas estradas, implementou um projecto virado à construção de pedonais nos pontos mais críticos.

Com o passar dos anos, notou-se que muitas delas haviam sido instaladas em locais pouco convenientes. Hoje as mesmas não passam de verdadeiros "monstros adormecidos", sem proveito.

Parece que este cenário tende repetir-se novamente. A par da pedonal do Hoji-ya-Henda, na do Kifangondo, em Cacuaco, também está sem utilização.

A mesma foi construída numa área separada mais de dez metros do local habitual de travessia. Os moradores da zona criticaram a postura das autoridades, pelo facto de não ter-lhes consultado antes que se iniciasse a construção da referida infra-estrutura. Em Luanda, há ainda outras pedonais que vivem a mesma situação como as que foram instaladas perto da Mediateca Zé-Dú (no Cazenga), no Supermercado Max (no Morro Bento), no Destacamento da Brigada Especial de Trânsito (na Via Expresso), e no Quilómetro 25 (em Viana).

Sobre a localização das pedonais, a Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas garante que foi feito um trabalho com órgãos do Ministério da Construção, Governo Provincial e o Comando da Polícia Nacional de Luanda, para garantir a travessia segura dos peões.

6.21 Angola tem Oito biliões de Kz de dívida para pagar entre 2019 e 2022

Jornal Manchete

23 De Fevereiro 2018

De acordo ainda com a Lusa, a informação resulta de uma análise ao Plano Anual de Endividamento (PAE) para 2018, do Ministério das Finanças, que aponta para um pico de desembolsos em 2020, ano em que o total de resgates a pagar pelo Estado ascenderá a 2,6 biliões de kwanzas (9.800 milhões de euros).

Em 2019 estão previstos resgates, entre dívida interna e contraída externamente, na ordem dos 2,2 biliões de kwanzas (8.400 milhões de euros), em 2021 no valor de 1,5 biliões de kwanzas (5.700 milhões de euros) e em 2022 de 1,7 biliões de kwanzas (6.500 milhões de euros), seguindo-se

depois numa curva fortemente descendente de desembolsos.

O documento reconhece que em termos de dívida interna, a maturidade média residual da carteira da dívida é de aproximadamente 5,12 anos, que desce para 2,16 anos quando retiradas as emissões especiais.

Já na dívida externa, a maturidade média situa-se em cinco anos, "sendo que apenas 7% vence entre 1,5 a 2 anos", lê-se no documento.

O Governo angolano prevê captar 6,721 biliões de kwanzas (23.800 milhões de euros) de dívida pública em 2018, totalizando 54.500 milhões de euros de endividamento até final do ano, para "colmatar as necessidades de financiamento" do Orçamento Geral do Estado (OGE), igualmente de acordo com o PAE.

"O stock" de dívida governamental deverá permanecer com a tendência de crescimento verifica da nos anos anteriores, que se fundamenta numa maior participação da dívida titulada', refere o documento, apontando um crescimento de 18% face a 2017.

A cumprir-se, por outro lado, a previsão governamental de crescimento económico de 4,9% em 2018, o rácio da dívida pública angolana deverá ascender no final do ano a 60% do Produto Interno Bruto (PIB).

Desta forma, Angola deverá chegar ao final de 2018 com um volume de dívida pública governamental (excepto empresas públicas) de aproximadamente 14,302 biliões de kwanzas (54.500 milhões de euros).

O serviço da dívida governamental totalizará em 2018 cerca de 5,665 biliões de kwanzas (21.500 milhões de euros), dos quais cerca de 65% corresponderão aos encargos com a dívida interna e 35% com a dívida externa.

O ministro das Finanças de Angola alertou na quarta-feira que o peso da dívida pública ameaça "hipotecar as gerações futuras", defendendo por isso que o eventual diferencial entre as receitas do petróleo, com a subida da cotação, seja utilizado na amortização.

Em causa está o preço de referência de 50 dólares por barril utilizado pelo Governo angolano para

elaborar o OGE para 2018, quando o valor no mercado internacional tem estado acima dos 60 dólares, tendo mesmo chegado a tocar nos 70 dólares.

"O melhor é continuarmos a pensar no preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado para 2018. Lógicamente que se ao longo do exercício fomos verificando os aumentos que estamos a verificar até agora, isso significará para nós, em termos de gestão das finanças públicas, menor pressão sobre a dívida pública" admitiu o ministro Archer Mangureira.

O petróleo representa um peso de 95% sobre o total das exportações angolanas, tendo o Governo angolano estimado no OGE para 2018 - aprovado quarta-feira na Assembleia Nacional -, encaixar 2,399 biliões de kwanzas (9.150 milhões de euros) com impostos decorrentes das vendas de crude ao exterior.

"Temos de alterar a actual trajectória da dívida, sob pena de estarmos a hipotecar as gerações futuras. Portanto, o objectivo deve ser usar a folga que' for obtida pelo diferencial do preço do petróleo, comparativamente ao preço de referência definido no Orçamento Geral do Estado, para reduzir a pressão sobre a dívida", disse Archer Mangureira.

6.22 «O nosso plano já está em acção»

Novo Jornal

23 De Fevereiro de 2018

Texto: António Paulo

A administração de Viana garante que está empenhada na realização de trabalhos de melhoria da circulação dos seis distritos e 48 bairros que compõem o município. Cerca de 200 ruas foram já cadastradas pela administração municipal, que deu igualmente início aos trabalhos de reabilitação de algumas vias secundárias e terciárias, segundo informou ao Novo Jornal o administrador municipal adjunto de Viana para a Área Técnica, Fernando Binge.

"Temos em carteira várias intervenções. Está prevista a reabilitação da antiga estrada nacional, que parte da 'Ponte partida', liga à estrada do

Gamek ou aterro sanitário dos Mulenvos e faz ligação também à Via Expressa", pormenorizou.

O responsável deu ainda a conhecer que está prevista a reparação da conhecida via da guarda passagem, que dá acesso ao município de Cacucaco. "Neste momento, estão em curso a asfaltagem da rua Brasileira assim como a estrada do Cemitério. Está ainda prevista a reparação da rua do Mandimbra, que é a via a seguir àquela, assim como intervenções na comuna de Calumbo sede, no troço Banza-Calumbo a Kakila, que também está bastante esburacada e carece de reparação".

O governante acrescentou que está ainda prevista a ligação por estrada do distrito do Zango ao distrito da Baía, cuja mobilidade, segundo Fernando Binge, é feita actualmente por via de terra batida pela centralidade do Zango 8000, num raio de 18 quilómetros. A asfaltagem daquela via, perspectiva a fonte, irá permitir assim a ligação de calumbo à Estrada Nacional 230.

"Está prevista também no distrito da Baía a abertura dos acessos ao mercado do Km 30, Dimba, Tandy até à Via Expressa. Já na conhecida zona da Estalagem está prevista a intervenção no KM 9 A, ruas dos Quartéis, Paraíso, Fiéis e Robaldina".

Já na área do Km 12, o interlocutor explicou que estão previstas intervenções nas ruas da Cometa, Imporáfrica e comarca, também conhecida por estrada da Fenícia. "Este troço da Comarca, apesar de ter sido já asfaltado, tem dois pontos críticos que se agravam nesta época chuvosa. Faremos ainda intervenções no troço que liga Viana ao Kimbango, e na zona de Kikuxi faremos a reparação da via de acesso ao Pantal, que é uma rua que passa entre a universidade utanga e o supermercado Shoprite. É uma via muito importante que também liga à Via Expressa. Portanto temos uma carteira de projectos em acção em termos de mobilidade, e, tão logo façamos as intervenções, os munícipes verão solucionados os sérios problemas de circulação que enfrentam a nível dos bairros", assegurou.

6.23 Viana em busca de melhorias na mobilidade urbana

Novo Jornal

23 De Fevereiro de 2018

Texto: António Paulo

A mobilidade urbana em Viana continua a ser um dilema para muitos moradores, situação que se agrava na presente época chuvosa, em que muitas ruas se apresentam alagadas e intransitáveis. No entanto, a administração municipal garante estar já em acção um projecto que visa melhorar os acessos e a mobilidade no interior dos bairros da conhecida cidade-satélite de Luanda.

A chuva cai e recomeça o calvário de todos os anos para os moradores de Viana, Luanda e todos os arredores. As últimas intempéries que se abateram sobre a capital deixaram milhares de casas e ruas inundadas e intransitáveis, e o município de Viana também não foi poupado, dificultando ainda mais o problema da locomoção das populações.

O morador Edno Graça, que vive a escassos metros da estrada principal de Viana, na rua da Quinta Rita, diz estar cansado do "calvário" que enfrenta todos os anos. "Olha, estou aqui na rua da Quinta Rita, a escassos metros da estrada principal, mas tenho de dar muitas voltas para chegar a casa. Esta situação está insuportável", reclamou o munícipe, que reside há seis anos em Viana.

Para Nanda Fernandes, outra moradora, já está "mais do que na hora" de o Governo pôr em marcha o seu plano de reabilitação das vias secundárias e terciárias do município, que, de acordo com a interlocutora, será facilitado pela configuração das ruas, que se apresentam "bem estruturadas".

"As nossas ruas estão urbanizadas, os moradores construíram as suas casas pensando mesmo na reabilitação das ruas. Esta via, por exemplo, liga Viana ao Jacinto Tchipa. Quem vai para o Calemba 2 ou para o Zango teria esta via como alternativa se estivesse asfaltada. Mas, infelizmente, parece que a administração de Viana anda distraída", atirou a moradora da Cometa.

Na zona dos Mulenvos de Cima, moradores queixam-se igualmente do estado de degradação em que se encontram as ruas e as principais vias de acesso à zona. O bairro tem poucas entradas e saídas, possuindo apenas duas ruas asfaltadas, que dão acesso a meio milhão de habitantes. Os residentes reclamam a melhoria das ruas e a

abertura de mais vias de acesso. A reposição da ponte partida, aguardada há mais de 11 anos, é apontada pelos munícipes como uma das maiores soluções para o problema.

Nos dias de hoje, entrar e sair do bairro Mulenvos de Cima é "um Deus nos acuda", como lamentam os moradores que dizem estar cansados dos transtornos que têm de enfrentar diariamente. Honório, jovem residente na zona do Chimuco, diz ter apenas a rua do Millennium como a única opção para sair ou chegar a casa. "Há dois anos que asfaltaram esta via pelo meio. Nós que estamos aqui próximos, temos hoje a ligação facilitada com a estrada principal de Viana, que é a Avenida Deolinda Rodrigues, mas é a única rua que temos. Recentemente, fizeram o trabalho de duplicação da ponte e passámos mal porque os automobilistas não conseguiam entrar pelo facto de a via ter sido temporariamente encerrada", lembrou.

Por outro lado, acrescentou que o trânsito fica "apertado a toda hora" por ser a única via asfaltada do bairro. "Não podemos continuar a depender de uma única rua", lamentou.

Os vizinhos de Honório também partilham da mesma opinião. Vilola, Alexandre e Marcolino contaram à nossa re-portagem que a situação dos acessos fica ainda mais complicada para os moradores de outros pontos, como os da rua da Santa, dos bairros Seis, Miru e Mulenvos sede. Estes disseram ter de caminhar muito para chegar à estrada asfaltada do Millennium e arredores.

7. TERRA

7.1 Mulher de Tany Narciso acusada de querer burlar terreno

Jornal Liberdade
02 De Fevereiro de 2018
Texto: Albino Sampaio

Levanta-se a hipótese de que a posição política exercida pela deputada da Bancada Parlamentar do MPLA, possa ser bastante influente para a arquivagem do processo que já se arrasta há vários anos.

De acordo com o processo nº 92/017 que envolve as Organizações Salala e Cândida Narciso, esta terá influenciado os órgãos que titulam a justiça naquela circunscrição da Lunda Sul, no sentido das águas jorrarem a seu favor.

Entretanto, atendendo ao período longo a que o litígio se remonta, José Soares da Cruz entende que o tribunal não deve arquivar um processo que prejudica, não só a sua pessoa, mas também a população, que espera ver aberta as portas das Organizações Salala. "Nós estamos cientes que a razão é nossa".

"A deputada queria apenas fazer valer a sua função para intimidar o verdadeiro dono do terreno", sustentou, com ares de muita revolta, pelo facto de haver pessoas que se aproveitam das suas posições de governantes para dominar pacatos cidadãos que ganham o seu dinheiro honestamente. José Soares da Cruz revelou que na qualidade de gerente recorreu às instâncias judiciais da província da Lunda Sul, no sentido de se encontrar uma solução sobre o imbróglio existente com a titular do poder executivo, Cândida Narciso, mas esta levava uma certa vantagem devido à sua função governamental. Todavia, achando-se detentor da razão não deixou intimidar-se diante da governadora, que a todo custo deseja ficar com o terreno para também exercer os seus negócios. Suspensão da eficácia do acto administrativo.

Querendo puxar as águas para o seu moinho, Cândida Narciso, na qualidade de governadora da Lunda Sul naquele período, emitiu um despacho consubstanciado a atribuição do direito de

superfície pertencente ao recorrente, ao favor da Sonangol Distribuidora, SA.

Situando a história, verificou-se que a requerente Lídima superficiária do terreno localizado em Saurimo, bairro 11 de Novembro (Ponto Final), segundo às ruas Liberdade e A, necessariamente, situando a norte, com o quintal das Forças Armadas Angolanas, à sul limite com a rua da Agência de Diamantes de Angola, a este faz limites com os terrenos Alberto Recua e Paulo Mussuequengue e a oeste delimita com a avenida da Liberdade. Ocupando desta feita, uma área global de 2.925 metros quadrados, descritos na Conservatória do Registo Predial de Saurimo, sob o n= 107, constante da folha 71, do livro B1 e registado por transmissão a seu favor no dia 23 de Agosto de 2006, sob nº 46, constante de folhas 11 do livro G-1 (doc 1), sustenta o processo enviado à nossa redacção.

No entanto, nos próximos dias voltaremos a tratar estes e outros dados com maior profundidade.

7.2 Prevista manifestação contra a privatização da Praia Morena

Jornal O PAÍS
02 De Fevereiro de 2018
Texto: Zuleide de Carvalho

O Pequeno Brasil, uma parcela da famosa Praia Morena, situa-se a poucas centenas de metros do palácio de Benguela, no município com o mesmo nome. É uma zona balnear que muitos habitantes dos bairros Quioche e Massangarala frequentam com alguma regularidade.

A vedação do espaço, que nos últimos tempos tem levantado inquietações e enfurecido os moradores, dada a sua privatização, levou os benguelenses a mostrar a força pacífica. Unida e organizada, a sociedade civil no município de Benguela remete, hoje, uma petição pública à Administração Municipal, em prol da protecção do "Pequeno Brasil".

O documento, que até ao fecho desta edição contava com a assinatura de pelo menos uma dezena de munícipes, dentre os quais, juristas, jornalistas e anciãos, espelha a indignação desta perda. O movimento pacífico, que os

Benguelenses levam avante, prevê, para além da recolha de assinaturas, uma manifestação pelas artérias da cidade das acácias rubras.

Oswaldo dos Santos é dos munícipes que se orgulham da praia em questão e mostra a sua tristeza pelo facto de se estar a retirar o seu recanto preferido. Deixou de ser e nunca conseguiu encontrar beleza natural que lhe preenchesse a alma do mesmo modo que a morena praia. Hoje, com desgosto, tem saudades de Benguela do seu tempo.

Sem hesitar, Oswaldo dos Santos dispôs-se a lutar até conseguir o embargo da mais recente obra, de carácter definitivo, que está a ser erguida no Pequeno Brasil, contabilizando a terceira, em menos de três anos.

"As praias de Santo António e Baía Azul deixaram de ser populares e foram privatizadas. Não devemos permitir isso, também para não colocar em risco o ambiente, com a contaminação das águas (marinhas) com as águas fecais", defende ele que recorda que, desde 1969 que a Praia Morena é de (e para) todos.

Uma vedação ilegal

Invoca ainda a Lei da Costa Marítima, uma vez que foi funcionário da Câmara Municipal, que diz que "todo o terreno ao longo da costa, até aos 200m do nível médio do mar, pertence à Capitania e não às administrações". Por isso, constitui uma ilegalidade a recente obra, apesar de a Administração Municipal de Benguela ter cedido o espaço e a Licença de Construção.

No papel de presidente da associação dos Naturais e Amigos de Benguela, outro cidadão, Jorge Gabriel, reforça a ideia de que o "Pequeno Brasil" deva ser preservado. Não concordando com as actuais "invasões", para si, o ideal seria surgirem sim projectos empresariais que contribuam para a riqueza do país e não inverso.

Como tal, em conjunto com outras entidades afins, fez chegar a preocupação às autoridades estatais. Recebeu a resposta de que "as questões técnicas e ambientais estavam salvaguardadas".

Todavia, os especialistas em arquitectura e ambiente, entrevistados por O PAÍS defendem que as infra-estruturas edificadas naquela praia não

respeitam esses parâmetros, consistindo num crime ambiental.

Segundo o que este jornal averiguou, o actual administrador municipal de Benguela não se poderá pronunciar sobre o diferendo entre a sociedade civil e o Estado, uma vez que a pasta processual encontra-se no gabinete do governador provincial.

7.3 Lotes de terreno levam à discórdia

Jornal de Angola

05 De Fevereiro de 2018

Texto: Fula Martins

Cidadãos que concorreram para a obtenção de lotes de terrenos destinados à autoconstrução dirigida, nos projectos "Maye-Maye", "Vila das Ideias" e "Cativa", no município de Cacucaco, estão insatisfeitos com a não divulgação das listas, nos órgãos de comunicação social, dos candidatos habilitados ao projecto.

Os alvos da insatisfação são os responsáveis do Gabinete Municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro da Administração, porque, segundo reclamantes, prometeram divulgar as listas e não disseram nada até agora, o que levanta suspeitas quanto à transparência do concurso.

O Luanda, Jornal Metropolitano, apurou que o loteamento, nos três projectos, teve início em Junho de 2015. E, em Julho do mesmo ano, através de um anúncio, assinado pelo administrador municipal, Carlos Alberto Cavuquila, decorreu o processo de entrega/recepção das candidaturas.

Em Novembro de 2015, o loteamento do projecto ficou concluído. Posteriormente, em Fevereiro de 2016, terminou o lançamento dos dados dos candidatos no sistema. No acto de candidatura, aos concorrentes foi exigido o assento de nascimento, fotocópia do bilhete de identidade e três requerimentos. Foi-lhes dito que, tão logo fossem cadastrados, receberiam a nota de pagamento dos emolumentos administrativos, à qual juntar-se-ia o título de ocupação e vedação do terreno.

"Já passaram mais de dois anos e as listas dos candidatos apurados não foram pública das nos órgãos de comunicação social, conforme a promessa feita pelo director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro. Enquanto isso, verificamos a ocupação física dos terrenos", disse, agastado, Adão Cambamba, que concorreu ao projecto "Vila das Ideias".

MILHARES DE CANDIDATURAS

Mais de 29 mil e 71 candidaturas foram recebidas, aquando do concurso para aquisição de terrenos nos três projectos do município de Cacuaco. Deste número, apenas 500 pessoas foram escolhidas.

O director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro explicou, ao Luanda, Jornal Metropolitano, que, devido à escassez de terrenos, além da população, optou-se por priorizar algumas instituições do Estado e associações profissionais. José da Conceição Caunda informou que foram cedidos 150 hectares ao Ministério da Construção e Obras Públicas, destinados à construção de moradias para albergar os moradores desalojados dos bairros Sambizanga, Rangel e Cazenga.

"Por força dos projectos de requalificação urbana, ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, foram cedidos 80 hectares, para a edificação de habitações sociais, e 200 hectares, para os agentes imobiliários com projectos superiormente aprovados", disse.

O director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro disse também que o projecto de urbanização foi objecto de uma operação de loteamento, numa extensão de 1.360 hectares, resultando em 4.816 lotes e um remanescente de 500 hectares, destinados a instituições públicas que serão assim distribuídos: 4.684 lotes destinados à construção de habitação social, 43 lotes para actividade comercial, 10 lotes para pequenas e média actividade industrial e 79 lotes para equipamentos sociais. Lembrou que o leilão recebeu 28.856 candidaturas para o sector da habitação, 168 para comércio e 48 para indústria.

Por orientação do Governo da Província, salientou José da Conceição Caunda, a maior parte dos lotes foi cedida ao Programa Provincial de Habitação Social (PPHS) e foram

recompensados, com dois a quatro lotes de terrenos, os 911 camponeses que, naquele local, desenvolviam a actividade agrícola.

A Administração Municipal de Cacuaco, na voz do director de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, nega as informações que dão conta da existência de ocupações ilegais de terrenos nos projectos "Maye-Maye", "Vilas das Ideias" e "Cativa", por elementos que não se candidataram ao concurso. Ainda assim, admite a existência de ocupações anárquicas de terrenos no perímetro do projecto.

"Não existe ocupação física de terrenos de forma ilegal nos projectos loteados", disse, tendo garantido que as construções decorrem dentro da legalidade.

IDONEIDADE POSTA EM CAUSA

Os cidadãos ouvidos pela reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, refutam categoricamente as informações do director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, colocando ainda em causa a idoneidade do processo de selecção dos candidatos.

A falta de transparência e o alegado envolvimento directo dos responsáveis do processo, em benefício de familiares, amigos e pessoas com poder financeiro, fazem parte das acusações.

Engrácia Bernardino, por exemplo, contesta a forma silenciosa como decorreu o processo e como estão a ser cedidos os terrenos nos referidos projectos.

"Não existe nenhuma informação oficial a dar conta do número de pessoas contempladas com lotes de terreno", disse, discordando da informação que dá conta de que alguns lotes foram cedidos ao Governo da Província de Luanda, para acolher moradores do Iraque-Bagdá, e ao Gabinete de Requalificação do Sambizanga, Rangel e Cazenga. Engrácia Bernardino conta que, no Cazenga e N' gola Kiluanje, na área da Petrangol, existem projectos habitacionais para alojar os moradores.

"A Administração Municipal de Cacuaco não deve vir com informações desonestas para enganar as pessoas", discordou.

No projecto "Maye-Maye", nas mediações da Centralidade do Sequele, encontramos Madalena Soeiro, de 63 anos. À nossa reportagem, a antiga camponesa da área envolvente ao projecto explicou que aguarda para receber o seu terreno.

"Sou camponesa nesta zona; tenho o título de cedência atribuído pela Administração Municipal, mas, até ao momento, não me foi entregue o terreno", disse.

Com o semblante triste, a anciã conta que tem estado a verificar alguns indivíduos a realizarem obras no espaço do projecto, provavelmente, depois de terem adquirido um lote.

Manuela Lucrécio, outra camponesa, disse ser uma falsidade o processo de cedência de terrenos nos três projectos e não acreditar na honestidade das pessoas directamente envolvidas, sobretudo dos responsáveis do Gabinete de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro da Administração de Cacucaco.

Impaciente com o desfecho que tarda, Manuela Lucrécio justifica a sua acusação: "Nós, os camponeses, somos os legítimos proprietários das terras onde estão localizados os projectos e, ainda assim, nem todos foram indemnizados com lotes para a construção".

AFIXAÇÃO DAS LISTAS E INTERFERÊNCIA

Geograficamente, o projecto "Maye-Maye" faz fronteira com o município de Viana, num ponto onde são visíveis ocupações anárquicas. A Norte, o projecto é delimitado pelo município do Icolo e Bengo, onde, igualmente, se notam casebres de chapas e ocupações anárquicas.

José da Conceição Caunda, o director municipal de gestão urbanística, urbanismo e cadastro, considera que vários factores contribuíram para a não divulgação das listas nos órgãos de comunicação social, Apontou a falta de segurança, locais para fixação e verbas para a publicação nas páginas no Jornal de Angola.

O entrevistado esclareceu que, a dado momento, pensou-se em afixar as listas nas lojas existentes na Centralidade do Sequele, mas pesou a questão da vandalização das listas, devido à avalanche de pessoas que ali se deslocariam.

"A não publicação deveu-se a questões meramente financeiras e de segurança no local onde deveriam ser afixadas", disse. Ressaltou que o processo criou uma certa expectativa entre a população e, pela análise feita, concluiu-se que a divulgação nos órgãos não seria a forma ideal.

"Estamos a falar num universo de 29 mil processos. Não havia capacidade para a publicação das listas. Também não acautelámos a questão financeira, para cobrir as despesas do processo", disse, José da Conceição Caunda esclareceu que não existe interferência nos projectos de loteamento de terrenos afectos à Administração Municipal de Cacucaco e da Empresa de Gestão de Terrenos Infraestruturado (EGTI). Antes de ter iniciado o loteamento nos três projectos, disse, já se conheciam as delimitações dos terrenos desta.

"Temos a vantagem de estarmos próximos e os cálculos feitos pela EGTI, em relação à água e energia eléctrica, vai englobar os projectos afectos Administração de Cacucaco", disse.

José da Conceição Caunda explicou que, devido à escassez de verbas, foram em busca de parcerias nos ministérios da Construção e Obras Públicas, e do Ordenamento do Território e Habitação, sendo que, os perímetros estão bem identificados e à EGTI trabalham no plano de infraestruturização integrado.

"O cidadão que pretender resolver assunto relacionado com terreno ao nível da administração de Cacucaco não tem que se dirigir à EGTI. Os processos relacionados com administração não tem nada a ver com a EGTI, porque cada instituição tem o seu perímetro definido", disse.

7.4 Benguelenses intentam providência cautelar em defesa do Pequeno Brasil

Jornal O PAÍS

09 De Janeiro de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

Um grupo de habitantes da cidade das acácias rubras deu entrada, ontem, a uma providência cautelar em prol da protecção da praia do Pequeno Brasil, na Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Benguela.

Os subscritores, entre os quais juristas, jornalistas e anciãos, pretendem o embargo da construção que diariamente cresce na areia da referida praia.

Assim, em tom de protesto pacífico, a sociedade civil no município de Benguela está unida e organizada, sendo este o segundo documento legal remetido pois, Sexta-feira, 2 de Fevereiro, uma petição pública foi remetida à Administração Municipal.

Esses documentos, em defesa do bem comum, foram assinados por figuras credíveis da cidade das acácias rubras que, assistindo Benguela a perder-se aos poucos, estão dispostas a recuperá-la. Dado o impacto que a situação está a causar no seio da sociedade revoltada, Quarta-feira, dia 7, os subscritores da petição pública e providência cautelar, foram chamados para dialogar com o governador provincial, Rui Falcão. O encontro de duas horas não satisfaz os intentos dos cidadãos. Segundo apurou OPAÍS, Falcão terá declarado que foi constituída uma comissão técnica para avaliar a questão, porém, a si atribuirá a decisão final.

À frente da referida comissão está Leopoldo Muhongo, vice-governador para infra-estruturas. Contudo, quando o terreno foi cedido pela Administração Municipal à empresa que está a erguer um ginásio na areia da praia, Muhongo era o administrador.

Deste modo, os reclamantes sugeriram a inserção de especialistas multidisciplinares que não fazem parte do governo da co- missão para que se faça uma análise imparcial dos aspectos em discórdia, tendo Falcão negado, alegando "confiar nos seus".

No papel de presidente da Associação dos Naturais e Amigos de Benguela, Jorge Gabriel acredita que o Pequeno Brasil deva ser preservado.

Não concordando com as actuais invasões verificadas na área, para si, o ideal seria surgirem, sim, projectos empresariais que contribuam para a riqueza do país mas, respeitando os espaços públicos.

Como tal, em conjunto com outras entidades afins, já fez chegar a preocupação às autoridades estatais concernentes, como a Administração e o Governo, a altura, segundo ele, foi-lhe dito "que

os aspectos técnicos e ambientais estavam salvaguardados".

Todavia, acerca disso, especialistas em arquitectura e ambiente entrevistados por O PAÍS defendem que as infra-estruturas edificadas no Pequeno Brasil não respeitam esses parâmetros, o que consistiu crime ambiental. Para o veterano munícipe Eurico Carmelino Pereira, há indícios de que esta obra em andamento possa ser ilícita, dedução sustentada no facto de não haver placa de identificação da construção. Sabendo que Benguela precisa de investimentos, sublinhou que abraça todos, desde que devidamente autorizado pelo Estado, crendo que este, na qualidade de entidade de bem, apenas aprovará o que for benéfico para o povo. Já um historiador renomado em Benguela, José Joaquim Grilo, declarou-se estupefacto com a privatização da Praia Morena. Ao que designou, do ponto de vista legal, "uma transgressão desenfreada".

Também nas lides da defesa dessa causa, que veio uma vez mais pôr à prova a força dos benguelenses, o ancião Grilo descreveu esta privatização como um crime. "Qualquer dia, não vamos ter praia", lastimou.

7.5 Gestão fundiária abordada em conferência

Jornal Visão

09 De Fevereiro de 2018

Texto: Joaquim Paulo

A actividade de carácter nacional, contou com a presença de organizações da Sociedade Civil que lidam com questões fundiárias ou situações a si associadas, autoridades tradicionais, representantes religiosos e do Executivo, bem como operadores da justiça visou mapear os trabalhos sobre as questões fundiárias para a produção de uma estratégia articulada sobre novas formas de advocacia e monitoria.

Por outro lado, foi realizada com o condão de contribuir na elaboração de um relatório de balanço sobre a realidade fundiária actual em Angola e fortalecer as sinergias entre as redes das Organizações Não Governamentais que trabalham sobre a temática da terra.

No seu discurso de abertura, Abrão Muchivi, coordenador nacional da Federação Luterana (FLT) em Angola, apresentou um breve historial da organização, na mesma ocasião, disse que a FTL está a facilitar programas de melhoramentos das acções de vida das comunidades e a prestar vários apoios nas comunidades nacionais e estrangeiras.

"A Federação Luterana Mundial em parceria com a Rede Terra tem lutado incansavelmente nas resoluções de conflito de terras em várias províncias de Angola" sublinhou.

Bernardo Castro, Director da Rede Terra, por sua vez, lamentou as "práticas maquiavélicas" de algumas entidades políticas e militares que visam somente a "usurpação de terras dos respectivos proprietários", estes, muitas vezes indefesos.

Ainda, sobre a questão de atribuição e usurpação de terras, no decorrer da conferência, várias organizações apresentaram o seu ponto de vista sobre a situação nas suas províncias. José Patrocínio, Director Executivo da associação OMUNGA, organização sediada em Benguela, em entrevista ao Jornal Visão disse que é alarmantes as situações ligadas a terra naquela província mais a sul do país, pelo que, não existe ainda uma relação sadia por parte das administrações e as comunidades, onde a população sai sempre prejudicada.

Tendo em conta a abrangência multisectorial da conferência, Verónica Sapalo, Directora executiva da Plataforma Mulheres em Acção (PMA), mostrou-se satisfeita com a realização da mesma e, apelou que a sociedade civil e os órgãos do governo trabalhassem sempre em conjunto nas questões ligadas a terra.

Vale recordar que, a Federação Luterana Mundial é uma organização que tem a sua sede em Genebra, e em Angola a organização actua desde 1986.

A conferência contou com a presença de mais de 15 organizações, onde cada uma delas expôs algumas actividades levadas a cabo em 2017, assentes nas questões relacionadas com o tema em debate nas suas províncias, os desafios, as soluções e as lições aprendidas, ou as boas práticas que podem ser partilhadas.

7.6 PR constata obras de valas de drenagem em Luanda

Jornal Liberdade

09 De Fevereiro de 2018

A informação foi avançada durante a visita de campo que o Presidente da República realiza a infra-estruturas sociais, viárias e de saneamento em Luanda.

O director-geral da unidade técnica de saneamento de Luanda, Manuel Van-Dúnem, disse que é essencial o cadastro actualizado do número de famílias que habita ao longo da vala, por considerar ultrapassados os dados de há três anos que indicavam a existência de 32 agregados familiares a realojar.

Informou que as obras de construção da vala, iniciadas há seis anos, estão avaliadas em 136 milhões de dólares e que foram já executadas 93 por cento da empreitada com 264 quilómetros de rede de saneamento.

Manuel Van-Dúnem lamentou o facto de as obras terem sido retiradas do Programa de Investimentos Públicos de 2018, por alegada exiguidade financeira. O Presidente João Lourenço manteve um encontro de cortesia com o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, e o programa inclui visitas a escolas, obras de requalificação do Futungo de Belas e da Península do Mussulo.

O estadista deve passar também pelas centralidades do Kilamba, Sequele, 44, Zango O, entre outros pontos da capital angolana.

7.7 Gerais e comandantes saqueiam terras dos diamantes nas Lundas

Jornal Liberdade

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Ana Mendes

Segundo o Soba Katapi, as figuras em causa exploram as terras de Sanmutcheleka onde governa o Soba Mwatchissengue, e quando chegam na capital do país dão um discurso diferente do que se passa na província, enganando a opinião pública, e nós os autóctones gostaríamos

que o Presidente da República e o novo PCA da Endiama para instaurarem um inquérito para averiguar a legalidade das empresas que exploram os diamantes e as mortes inexplicáveis que ocorrem diariamente nas Lundas.

De acordo com o Soba, alguns dirigentes do aparelho do Estado são os principais mentores da exploração dos diamantes, para não falarmos dos filhos do Ex-presidente da República José Eduardo dos Santos que têm invadido as terras diamantíferas das Lundas, deixando o povo na miséria.

"As minas do Lutchiegi que esta localizada no Luwou, privatizaram e entregaram a um dos dirigentes que até não explora o mesmo espaço", acrescentando o Soba que "as autoridades tradicionais solicitaram aquela área para o desenvolvimento social e até agora não há resposta porque está lá metido alguns generais", disse Katapi.

A fonte salientou que não são apenas aquelas terras que estão ocupadas; há ainda a linha de Sanmutcheleka onde governa o Soba Mwatchissengue, explorados pelo comandante da Lunda Sul, os generais Tchimuku, os Chefe de Estado-maior, Sachipengo Nunda e tantos outros. "Portanto, eles na capital passam um discurso diferente, enquanto no local as coisas são outras e nós gostaríamos que o Presidente da República e o novo PCA, instaurassem um inquérito para averiguar a legalidade das empresas que exploram os diamantes e as mortes inexplicáveis que ocorrem nas Lundas", enfatizou.

De acordo com a fonte, as mortes por parte da população que pretende cavar diamantes por falta de emprego nas Lundas é constante. "Mas os generais e altas figuras do aparelho do Estado colocaram seguranças nas áreas onde há pedras preciosas" realçou, acrescentando que as empresas "ALFAS, MAMBOGI, TELESERVICE, entre outras, é que matam e violam os garimpeiros nas áreas ricas em diamantes.

O soba salientou ainda que os seguranças das empresas dos generais que actuam nas Lundas, usam várias técnicas para receber as pequenas pedras de diamantes que os garimpeiros natos conseguem para sobreviver, disse o nosso interlocutor, sublinhando que as vítimas que engolem as pedras para que os "predadores" não as

recebam, são submetidos a uma rigorosa purga, vulgo "cristel", para que o mesmo defeque o diamante. Outros são simplesmente mortos e os corpos abertos para extrair as pedras que possivelmente tenham engolido.

"Hoje as Lundas tornaram-se num pedaço em que cada abutre vai lá extorquir os recursos naturais enquanto os próprios autarcas vivem na miséria, até estradas não temos em condições, mesmo estando a quinze anos de paz", lamentou o ancião.

A empresa "CATOCA" explora oito mil Kilates de diamantes e ninguém sabe para onde vão as verbas que são arrecadadas naquela região. A população ainda habita em casas de pau-a-pique e isso tudo só acontece porque o governo de José Eduardo dos Santos colocou lá a sua família e estrangeiros, enquanto os nativos se encontram desempregados.

"O principal testa-de-ferro de José Eduardo dos Santos nos negócios dos diamantes em Angola é os filhos Isabel dos Santos, Tchizé e aquela que veio da República Democrática do Congo. Toda a população das Lundas sabe disso e se quiserem, posso convidar-vos para irmos às Lundas constatarem 'in loco' e conversarem com a população de uma forma discreta; vão ver que Isabel dos Santos não sai da boca do povo, como sendo a dona de algumas empresas de exploração de diamantes", reiterou o Soba Mário Katapi. O soba salientou ainda que, do município de Saurimo até ao Lukapa, há mais de dez empresas de exploração de diamantes, mas não funcionam; apenas uma trabalha que é a ALFAS, as referidas empresas são de generais e inclusive da filha de Eduardo dos Santos. "Agora gostaria que os proprietários destas instituições viessem a público explicar para que é que estas organizações foram criadas e o que estão a fazer nas Lundas", questionou.

"Estes empresários que acabei de citar, só têm semeado ódio na população e extorquem as riquezas que a terra possui, deixando ravinas em toda a parte e nem deixam o que está escrito num decreto do ano 2000, que diz que, das riquezas exploradas nas Lundas deve-se retribuir com 10% à província, o que nunca vimos e, se têm dado, então devem estar a repartir apenas para um grupinho de indivíduos", denunciou.

"O povo Lunda não beneficia das riquezas que saem do subsolo da sua terra, hoje lá não há Universidades, nem escolas com qualidade académica, hospitais, energia, água potável; portanto, esta não são as Lundas com que nós sonhávamos depois da independência, porque depois do colono branco veio o colono preto com discriminação e mortes": lamentou o interlocutor.

O Protectorado Lunda Tchokwé

"A Lunda tem que ser libertada, porque existem documentos do colono português dizendo que somos um povo independente, mas nós não estamos a pedir independência, apenas um estatuto especial de autonomia", disse o Soba Mário Katapi, acrescentando que o facto de se dar um estatuto, não significa a divisão do país, mas sim o federalismo, ou o enquadramento das autarquias.

"Portanto o que as Lundas estão a reclamar, é o direito de cidadania, porque ninguém permite em qualquer parte do mundo que as pessoas estejam a passar mal, enquanto as suas riquezas estão a ser levadas para outras partes do mundo", declarou, lembrando que o governo angolano deve-se rever; se está a ver a autonomia de Cabinda, então deve pensar também nas Lundas.

"O MPLA não deve querer 'domesticar' o povo Lunda Tchokwé, porque fomos sempre acolhedores desde a guerra de libertação do país à guerra fria. Nós tomamos conta dos militantes, dos camaradas, a FNLA e a UNITA. Portanto devemos respeitar aquele povo que tem lutado bastante para sobreviver com muita humilhação".

O MPLA no Leste do país

"O partido dos camaradas já não é o mesmo, porque o povo não se revê mais nas políticas deles, disse o soba Mário Katapi, acrescentando que o Movimento Popular de Libertação de Angola de hoje, é dos ambiciosos, fomentadores de calúnias, matam o povo e roubam o país. E eu digo que este partido não ganhou as eleições, porque as Forças Armadas, a Polícia Nacional, a maioria votaram na oposição, dado o nível de sofrimento que temos vivido", referiu o soba.

O líder tradicional, disse que fazendo uma análise sociológica, o presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos e o Chefe do Executivo, João

Lourenço, nos últimos dias não têm tido boas relações, porque Dos Santos, ao ceder o seu lugar a JLo, pensou que poderia salvaguardar os seus interesses e não é o que estamos a constatar, razão pela qual temos visto algumas reuniões no Comité Central ou Bureau Político dos camaradas sem a presença de João Lourenço. "E gostaria deixar um recado ao Presidente José Eduardo dos Santos, para deixar o seu lugar no partido ao camarada João Lourenço, para não destruir o MPLA, porque neste momento JES não tem mais popularidade e se não o fizer, o MPLA vai cair no abismo, portanto este partido deve criar a união e traçarem uma política para o bem de todos e eliminarem as alas que se criaram a favor de JLo e de JES", rematou o Soba Mario Katapi.

Contactado em contraditório o Comandante Provincial do Moxico Dias do Nascimento, refutou as acusações e salientou que as pessoas que o acusam que provem o que estão a dizer, porque aqui no Moxico não há exploração de diamantes, nós já fizemos um estudo e não encontramos sinais das pedras preciosas, disse acrescentando que ao envolverem as pessoas nestas situações constitui gravidade dos factos, afirmou o homem mas forte da polícia naquela província.

Já as outras figuras em causa, este semanário contactou-os por email e deslocando-se nas instituições que representam mas sem sucessos.

7.8 Invasores ocupam terras no Kikuxi

Jornal O PAÍS

22 De Fevereiro de 2018

Texto: Tio Kanzala

Ilustre José Kaliengue, Director do Jornal O PAÍS, bom dia e excelente semana de trabalho. Endereço também os meus cumprimentos a toda equipa do jornal da nova Angola.

Caro Director, a ocupação ilegal de terrenos na zona do Kikuxi está por demais. Muitos espaços cujos proprietários não estão lá em permanência vão sendo ocupados de forma assustadora e revoltante para quem mora, visita ou vai comprar algo no Kikuxi.

O que mais me impressiona é que tudo acontece à luz do dia. A uma velocidade nunca vista. Abrem

cabocos e levantam paredes de bloco e cimento num momento em que a maioria se queixa constantemente da falta de dinheiro. Os invasores e seus clientes depositam inúmeras carradas de areia, burgau e brita. Aonde esta gente consegue tanto dinheiro para de repente construírem em muitos hectares de terra?

São terrenos de 30, 20 e 10 hectares. Alguns dos quais estavam vedados ou cercados de árvores de frutos com portas de entrada que exigem respeito a qualquer um. Só visto O Kikuxi está uma anarquia com pequenos bairros de casebres no seu interior. Seria óptimo a chefia de reportagem do Jornal OPAÍS mandar pra lá uma equipa. A TPA, a TV Zimbo, a Rádio Luanda, Rádio MFM, Eclésia, Lac, Rádio Mais do Man Gomito, Despertar da UNITA, Rádio da Universidade Metodista e todos os jornais públicos e privados devem prestar atenção a este caso e à própria região do Kikuxi, situada no município de Viana. La há muita coisa para reportar. O péssimo acesso a todas as ruas. O mau estado do canal de água que alimenta milhares de vidas humanas. As construções anárquicas. A falta de energia eléctrica. A delinquência e as mortes constantes de banhistas que teimosamente mergulham no canal até completamente nus.

A Polícia destacada no primeiro regulador de água tem conhecimento desta triste situação. Os agentes pertencem ao COPOE, Comando de Protecção de Objectivos Estratégicos. Não tenho a certeza se eles informam aos seus superiores hierárquicos, mas, senão o fazem estão a falhar de forma grave. Os verdadeiros donos dos terrenos ocupados andam diariamente pelas esquadras e outras instituições de Polícia e Justiça para recuperarem o que é seu. Mas é um baile que nem com convite dá para entrar.

Espero não ser mal-entendido, mas na verdade estamos perante uma falta de autoridade afluente. Então, os invasores mandam mais que o Governo Central, provincial, administrações municipais, comunais e a própria Polícia? Façam como já dizia o mais velho Chico de Castro: Se há desordem, falta de cumprimento às leis, dão um pontapé forte no traseiro de um e verão que os restantes ficarão todos de sentido.

7.9 Jornalistas Mariano Brás e Rafael Marques Paulo Sérgio vão a julgamento no dia 5 de Março

Jornal O PAIS

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Paulo Sérgio

Os jornalistas Mariano Brás e Rafael Marques de Morais vão responder em tribunal, aos 5 de Março, por, supostamente, terem cometido os crimes de "injúria contra autoridade pública" e "ultraje a um órgão de soberania".

O processo, com o número 805/17-M^oP^o, foi movido em razão de uma notícia divulgada pelo site Maka Angola, de Rafael Marques, e pelo jornal O Crime, dirigido por Mariano Brás.

"Procurador-Geral da República envolvido em corrupção", assim se intitulava, em 2016, o artigo publicado no site que alertava a sociedade sobre o suposto envolvimento do general João Maria de Sousa na compra de um terreno de três hectares, com vista ao mar, localizado no município do Porto Amboim, província do Cuanza-Sul.

Pelo facto de o jornal O Crime ter publicado o referido artigo no espaço opinião, após o seu director, segundo a acusação, ter tecido "algumas considerações pessoais sobre a mesma", tendo a destacado na primeira página' exibindo a imagem do antigo Procurador Geral da República (PGR), João Maria de Sousa, envergando o seu traje oficial (a beca), sob o título: "Procurador-Geral da República acusado de corrupção", Mariano Brás é arrolado no processo como arguido. a acusação, o Ministério Público junto ao Tribunal Provincial de Luanda diz que em virtude de tais publicações, fez-se a respectiva participação criminal tendo-se, no decurso das diligências efectuadas, apurado junto ao Departamento do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) no Cuanza-Sul que o general requereu "Efectivamente, e foi-lhe deferido o título de concessão de Direito de Superfície com o número 435, sob o processo 144/KS/2011, datado de 25 de Maio de 2011", lê-se no documento.

Seguidamente, explica que passado um ano, por falta de pagamento dos emolumentos, o contrato atrás referido deixou de ter validade, "tendo, deste modo, o ofendido João Maria Moreira de Sousa

perdido o título de concessão do direito de superfície à favor do Estado.

A tipicidade dos supracitados crimes é fundamentada com o facto de, na data de publicação dos referidos artigos, o general exercer a função de PGR, tendo sido nesta qualidade que os arguidos as publicaram, tanto no site, como no jornal. "No mesmo sentido foi mencionado o Presidente da República, que, na qualidade de órgão de soberania, foi tratado de um modo ultrajante pelos arguidos", fundamenta a acusação.

A magistrada do Ministério Público que dirige o processo considera que os jornalistas "agiram de modo livre, consciente e deliberado", na acusação datada de 12 de Maio de 2017.

Jornalista diz-se inocente Mariano Brás declarou a OPAÍS que não se revê na acusação por não ser autor nem co-autor do referido texto e que foi publicado intacto, com excepção do título. "Se assim não fosse, o primeiro a reclamar seria o próprio Rafael, que é o autor", frisou.

Explicou que na manchete, que é da autoria do jornal, optou por substituir "envolvido por acusado, com a clara intenção de salvaguardar a presunção de inocência do antigo Procurador-Geral da República". Seguidamente, acrescentou que "se este não foi o entendimento do queixoso ou de quem quer que seja, é errado. Até porque sinónimo de acusado é suspeito e nunca culpado, já envolvido é comprometido, etc". Em sua defesa, o jornalista recorreu aos cânones da profissão para aclarar que os textos de opinião são da inteira responsabilidade dos seus articulistas, não do órgão em que pública e que não foram os únicos a fazê-lo. "O Rafael Marques diz, no texto, que tentou contactar o general João Maria de Sousa, mas sem sucesso. Fez, inclusive, questão de publicar o questionário no mesmo texto, que achamos desnecessário incluir na nossa edição", frisou.

Este não foi o primeiro texto do jornalista e activista cívico publicado pelo jornal O Crime. Contactado pelo OPAÍS, Quarta-feira, Rafael Marques manifestou-se indisponível no momento, por, alegadamente, encontrar-se reunido, prometendo retornar a chamada assim que estivesse disponível, facto que não aconteceu até ao fecho da presente edição.

Foram arrolados como declarantes João Maria Moreira de Sousa, antigo Procurador-Geral da República, Adriano Henriques Mendes, Bernardo Maneco e Domingos Luís Artur Kalufele.

Refira-se que sobre Rafael Marques de Moraes, a notícia foi publicada no Maka Angola acompanhada pelo questionário alegadamente enviado ao Procurador-Geral da República.

7.10 Revolução à vista nas terras rurais

Jornal Vanguarda

23 De Fevereiro de 2018

Organizações de defesa das comunidades rurais e dos direitos humanos, como a Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), a Acção Solidária e Defesa dos Direitos Humanos (SOS Habitat) e a Associação Construindo Comunidades (ACC) acolheram com entusiasmo, mas também com alguma reserva, a comissão interministerial de registo de terrenos rurais a favor das comunidades locais criada pelo Presidente da República (PR), João Lourenço (JLo).

As atribuições da equipa, que tem dois anos para terminar o trabalho, passam por fazer o levantamento dos terrenos rurais ou comunitários existentes nas comunidades rurais, analisar o seu grau de aproveitamento útil e efectivo, promover o reconhecimento e o registo célere de prédios e terrenos rústicos comunitários em regime do domínio útil consuetudínario, bem como a atribuição de direitos fundiários aos detentores de parcelas de terrenos que reúnam os requisitos legais.

A comissão coordenada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, será apoiada por um grupo técnico integrado por secretários de Estado.

Em reacção a esta medida, a directora da ADRA no Huambo, Maria de La Salette, considera a decisão do PR "ajustada", por responder a uma das lutas travadas pela organização há muito tempo. "A ADRA há muito que vem defendendo a necessidade de se dar mais atenção às questões da terra, no sentido de conferir mais segurança às comunidades", diz ao Vanguarda.

Para Maria de La Salette, o Estado deve assegurar todas as acções relativas à posse da terra, visando a defesa dos direitos humanos, a segurança alimentar, a erradicação da pobreza, a estabilidade social, a segurança da habitação e, fundamentalmente, o desenvolvimento rural. "Esta medida do Presidente João Lourenço vem, exatamente, responder a este leque de responsabilidades do Estado", defende.

Questionada se a comissão agora criada revela o reconhecimento, por parte do Presidente da República, da existência de conflitos pela terra no País, a directora da ADRA no planalto central 'pinta' um quadro dramático. "Os conflitos existem, e muito deles com desfechos trágicos para as comunidades rurais. Mas o Presidente da República, desde o início da campanha eleitoral, deixou bem claros os problemas que o País enfrenta, e é neste domínio que, após a sua investidura, traçou uma lista de prioridades para o seu processo de governação", aponta.

A resolução dos problemas da terra, refere La Salette, faz parte das prioridades do titular do poder executivo, para, por um lado, conferir mais segurança às populações no que toca à posse da terra, mas, por outro lado, no 'pacote' da diversificação da economia, a agricultura ocupa "um lugar de destaque". "A questão da terra não deve apenas ser vista na óptica dos conflitos, mas sim da sustentabilidade, da estabilidade social e da garantia das gerações vindouras", alerta.

Boa ideia, mas vem tarde

Por seu turno, o coordenador da SOS Habitat, André Augusto, defende que a medida peca por tardia, porque, durante vários anos, houve má interpretação da Constituição da República, que consagra a terra como propriedade originária do Estado, permitindo a ocupação desenfreada e violenta por parte de alguns detentores do poder político, militar e económico, em benefício próprio.

O lançamento da comissão representa uma "mudança de paradigma" e mostra o reconhecimento por parte das autoridades de que existem conflitos por causa de terras no País. "Estão os num país onde, até há bem pouco tempo, imperou a lei da selva, a lei do mais forte", afirma.

Para o presidente das Associação Construindo Comunidades (ACC), com sede na Huíla, e da Ame Naame Omunu (ANO), com representação em Ondjiva, no Cunene, Jacinto Pio Wacussanga, a medida do Executivo reveste-se de grande importância para o exercício da cidadania de milhões de angolanos e influenciará o futuro de Angola toda.

"É muito bem-vinda uma iniciativa desta natureza, já que é a primeira vez que um Presidente - o terceiro, desde a independência - se debruça sobre a temática das terras e populações rurais. Sendo a terra parte do sector primário, dela depende a vida e a sobrevivência da maior parte dos angolanos" adianta.

Para o também sacerdote, um trabalho desta natureza, para além da componente técnica, com uso de instrumentos de última geração, deve ser feito de forma participativa. E sugere que as etnias, e os seus usos e costumes, os limites territoriais dos antigos impérios (Bakongo, Ambundo, Lunda-Tshokwe, Mbalundu, Ngangela, Nyaneka, Ovawambo) que mudaram, significativamente, com o impacto da guerra civil, sejam tidos em conta. "Como redefinir esses direitos territoriais, com uma massiva deslocação criada pelo conflito? Isto não é obra de pouca envergadura", antevê.

Expropriação de terras

Para Maria de La Salette, em parte, a decisão do PR visa combater a expropriação de terras, o que, defende, deve assentar não em medidas proteccionistas, mas na massificação da legislação sobre o tema. "É preciso agir perante as situações de expropriação de terras que têm acontecido, não com medidas proteccionistas, mas trabalhando, para que as comunidades conheçam os seus direitos à luz da legislação e saibam quais os caminhos que devem seguir para se protegerem dos invasores", diz, apelando à replicação do modelo implementado pela ADRA, pela ONG DW e outras organizações, que consiste em levar o conhecimento às comunidades, divulgar as leis, promover o diálogo com as administrações locais, e ajudá-las a delimitar e a legalizar as terras comunitárias e a buscar assistência jurídica em caso de conflitos.

André Augusto sugere um conjunto de políticas para a efectivação da medida, incluindo uma

revisão profunda da Lei de Terras com a participação da sociedade civil.

Jacinto Pio Wacussanga, por seu turno, diz que existe uma "enorme confusão" entre os funcionários das administrações municipais e comunais, na atribuição, muitas vezes fora do quadro legal, de terras e de territórios inteiros de comunidades, a empresários, sem se cumprir previsto na Lei de Terras e na Lei de Bases do Meio Ambiente, assim como noutras pautas legislativas.

"Existem, por exemplo, terras alienadas. De acordo com a legislação angolana, a terra não se vende a empresários. Há terras atribuídas, usurpadas localmente, cuja competência deveria ser do ministro da Agricultura ou do Conselho de Ministros. Se o trabalho da referida comissão interministerial concorrer para corrigir essa confusão, seria uma iniciativa a aplaudir", destaca o prelado.

Benefícios e receios

A responsável aponta múltiplos avanços, caso a medida seja "bem aplicada", nomeadamente o facto de poder vir a conferir segurança às comunidades em relação à terra enquanto direito. Depois, será "um antídoto" contra a invasão sem negociação. "O mais importante é que esta medida seja bem implementada. Infelizmente, muitas das políticas do País são bem concebidas, mas pecam no momento da sua execução, e são poucos os casos em que se pára para balancear e avaliar impactos", lamenta.

Segundo Maria de La Salette, em dois anos é possível alcançarem-se resultados satisfatórios, caso todas as partes se envolvam com sentido de responsabilidade na implementação da medida. "Logicamente que não se descarta a possibilidade de alegados aproveitadores tentarem tirar benefício do momento, no quadro de corrupção em que o País está mergulhado. O importante é que actos desta natureza sejam objecto de denúncia por parte da população e que conheçam a mão pesada da lei", pede, acrescentando que o processo em causa é complexo.

"Este processo é complexo. Temos de ser realistas e olhar para a capacidade institucional instalada nos diferentes municípios, que não permite andar a uma velocidade intensa. Outro aspecto

importante é a disponibilidade de recursos para o efeito - materiais e financeiros", sustenta, apelando a que o Executivo valorize a intervenção de todos os actores.

André Augusto considera "sensível" o tema da terra, pois evidencia a vida económica, cultural e social das populações. "Esta medida trará a todas as famílias angolanas enormes benefícios, como a redução da fome e da pobreza. Tendo a posse da terra como garantia, poderão recorrer a empréstimos bancários", sublinha, lembrando, no entanto, que dois anos "passam rápido" e que as autoridades administrativas não dispõem de recursos para, no prazo previsto, trabalharem com todas as comunidades rurais na delimitação e no reconhecimento das suas terras.

"Se não forem criadas as condições de contenção, esta medida poderá provocar turbulência, porque os aproveitadores pretenderão a todo custo legalizar, determinadas parcelas", alerta.

Para o padre Jacinto Pio Wacussanga, este trabalho resultará em maiores e acrescidas responsabilidades por parte do poder local, não sendo aconselhável ligar as tarefas da comissão ao processo de descentralização, com estudos de caso, ensaios, incrustando capacidades e poderes aos vereadores na definição, gestão e atribuição de parcelas.

O missionário manifesta preocupação com a estrutura nomeada, que, na sua óptica, terá de trabalhar com os municípios existentes no País. "Terá de haver muita abordagem científica, sobretudo de natureza qualitativa", diz, lembrando que "muitos administradores, não tendo competências científicas, orientam muitas das suas tarefas com base em paradigmas partidários, pois assim foram preparados durante mais de 40 anos".

A comissão é coordenada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil, e integra cinco ministros (Administração do Território e Reforma do Estado, Finanças, Justiça e Direitos Humanos, Ordenamento do Território e Habitação, e Agricultura e Florestas) e o secretário para os Assuntos Regionais e Locais do Presidente da República.

7.11 Ex-governador Cândida Narciso de expropriação de terra

Jornal O Crime

24 De Fevereiro de 2018

Texto: Belchior Resende

Segundo o director-geral das Organizações Salala Lda., Soares Salala, o litígio começou em 2015, por alegada pretensão de Cândida Maria Guilherme Narciso em retirar a titularidade do espaço de 2500 m², com direito de superfície, passado a favor do queixoso, possuindo licença para exercer a actividade comercial.

"O que se passa é muito simples: a ex-governadora pretende ser sócia da Sonangol, que até há dois anos prestava serviços a minha empresa, e de repente deixou de nos fornecer serviços", atirou e, sem parar, prosseguiu dizendo que "a senhora Cândida Narciso pensou que eu não tinha documentos do espaço onde estão as bombas e, através da sua empresa Petromingas, quer fazer exploração de revenda de combustíveis em propriedade alheia", acusou.

Dizendo-se parceiro da Sonangol desde 1990, conseguindo erguer algumas infra-estruturas, como é o caso da bomba de combustível cujo nome é PA Limitada, acresce que "em 2015, a senhora governadora entendeu criar um artifício para criar uma má relação entre a minha empresa e a Sonangol distribuidora", acusa, adiantando que "o que ela não sabia é que possuo documentos do espaço e fui eu que convidei a Sonangol para investir aí".

Soares Salala ressalva que Cândida Narciso "não conhece bem a história" do espaço Ponto Final de Saurimo, "porque quem conhece o espaço desde a década de 90, conhece quem é o proprietário. Fui eu que pedi à Sonangol para melhorar a imagem das bombas em função do local onde se encontra, melhorando a imagem da cidade. O terreno sempre foi meu e tenho a escritura do espaço. A governadora, sem querer conversar comigo, quer apropriar-se do espaço a força", disse.

O empresário fez saber que, por causa deste problema, as bombas estão paradas há dois anos, com custos de manutenção que já atingem cerca de 25 milhões de kwanzas, para além dos cerca de 50 trabalhadores que foram atirados ao desemprego.

Salala acusa ainda a ex-governadora da Lunda Sul de usar influências para inviabilizar o caso junto da justiça. A alegada influência da actual deputada, segundo o queixoso, fez com que a Sonangol rescindisse o contrato de prestação de serviços com as organizações que dirige.

Contactado por telefone, o vogal da Sonangol EP, Bernardo Vieira, entidade que procedeu a assinatura do contrato a 14 de Janeiro de 2015 para as Organizações Salala e em 23 e 28 de Dezembro de 2015 a favor de Cândida Narciso, disse que o caso anda em tribunal e que tem poucos dados a avançar.

7.12 Ministro Manuel Augusto discursa hoje em Genebra

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2018

O ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, participa hoje, em Genebra (Suíça), na 37ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

De acordo com um comunicado do Ministério das Relações Exteriores, o chefe da diplomacia angolana vai discursar no painel denominado "o Seguimento de Alto Nível" do evento e usará ainda da palavra no painel de Alto Nível sobre o Exame Periódico Universal desta sessão do Conselho de Direitos Humanos da O U.

A secretária de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania' Ana Celeste Januário, integra a delegação angolana chefiada pelo ministro Manuel Augusto.

Miguel Bembe, consultor do gabinete do ministro das Relações Exteriores, e Makiesse Kinkela, peritos da Direcção dos Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores, fazem igualmente parte da comitiva.

Angola foi eleita em Outubro de 2017 para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com mandato entre 2018 e 2020. Angola obteve 187 em 193 votos (o número total de Estados membros da Assembleia - Geral da ONU). A Nigéria com 185 votos, o Senegal com 188 votos e a República Democrática do Congo com 151 votos foram eleitos para os outros três

lugares reservados ao continente africano, sendo a maioria exigida de 97 votos.

Ao todo, a Assembleia Geral da ONU preencheu os 15 lugares do Conselho de Direitos Humanos, que tem um total de 47 membros e sede em Genebra. A diplomacia angolana considerou na ocasião a eleição do país para o Conselho de Direitos Humanos da ONU como um reconhecimento internacional das melhorias em matéria de direitos humanos em Angola.

O Ministério das Relações Exteriores salientou que se tratava de "mais uma vitória" da diplomacia angolana no plano internacional, depois do mandato de dois anos (2015-2016) no Conselho de Segurança da ONU.

Angola pretende encarar este mandato com base na experiência acumulada nas presenças anteriores" no mesmo órgão (dois mandatos, entre 2007 e 2010).

O país vai "tocar" a sua acção na promoção do direito ao desenvolvimento, que constitui premissa para o cumprimento dos direitos económicos, sociais e culturais, sem desprimor para os direitos políticos e civis".

7.13 Moradores do Cabarril vendidos "com" o bairro

Jornal O PAÍS

26 De Fevereiro de 2018

Texto: Maria Texeira

Eram 10 horas da manhã de Sexta-feira, quando a nossa equipa de reportagem decidiu rumar para a localidade do Cabarril, na Barra do Cuanza, município de Belas, com o pretexto de apurar uma informação que dias antes nos havia chegado.

Falava-se que o bairro, habitado por mais de 230 famílias, desde a década de 1980, foi vendido em 2014, sem o consentimento de quem lá constituiu um lar e sonha com um futuro melhor.

Chegados ao local, o ambiente que encontramos, apesar de o "Rei Sol" afastar qualquer preocupação com estragos de possíveis chuvas, era de tristeza profunda. Homens e mulheres de diferentes idades, reunidos debaixo de uma árvore, com semblantes de tristeza e lábios secos.

Cada um, sentado à sua maneira, entre o chão e as salientes raízes da árvore, procurava compreender como foi possível vender um terreno no qual o próprio Estado ergueu uma escola para a comunidade.

O bairro está dentro de um apetecível terreno de 25 hectares e tem como um dos limites a Estrada Nacional 100. De acordo com os documentos a que OPAÍS teve acesso, a repartição de Gestão Urbanística, Construção e Habitação da Administração Municipal de Belas emitiu uma declaração, este ano, na qual atesta que o terreno pertence a um alto dirigente do partido do poder, actualmente deputado à Assembleia Nacional.

Daniel Chambambi, um dos moradores, contou que a apetência por esta parcela de terra é antiga. Na altura em que a Barra do Cuanza pertencia ao município de Viana, o governo local estava a envidar esforços para melhorar as condições sociais dos habitantes.

"Em 1990, os nossos mais velhos foram à administração de Viana e pediram que fosse construída aqui uma escola e a ideia foi aceite. Enquanto a projetavam, o próprio Estado apetrechou a capela feita de capim, onde as crianças estudavam, com carteiras", contou.

Um ano depois; a Escola de construção definitiva, erguida pelo Fundo de Apoio Social (FAS), ficou concluída e está registada no Governo Provincial de Luanda com o número 2070.

Em 2013, Fernanda Baião foi apresentada aos moradores como administradora comunal da Barra do Cuanza, afecta ao município de Belas. Na ocasião, segundo contam, ela aconselhou-os a legalizarem as suas parcelas de terra por estarem numa área turística e que todos que por ali passavam mostravam interesse em investir.

Apanhados desprevenidos

No ano seguinte, isto é, no primeiro trimestre de 2015, foram surpreendidos com uma ordem da pessoa que lhes aconselhara a legalizar as suas parcelas de terra, não só proibindo de o fazer como de construírem qualquer imóvel.

"Posteriormente, apareceu uma equipa de técnicos da administração que mediu os terrenos e o sinalizou com estacas", contou Daniel Chambambi.

Outro morador, vendo na equipa de reportagem de OPAÍS um meio para fazer chegar a quem de direito a sua preocupação, contou que aquando da visita do ex-governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, à comuna, a administradora ordenou que se retirassem as máquinas da empreitada do terreno para supostamente não despertar a atenção dos visitantes.

Algum tempo depois, as residências foram enumeradas com tinta vermelha, alegadamente como parte do processo de requalificação do bairro e foi anunciado que os moradores seriam transferidos para uma área designada de "Cabeça do Boi". Quando menos esperavam, Fernanda Baião foi exonerada e o assunto ficou aparentemente no esquecimento. Entretanto, no dia 20 de Dezembro do ano passado, apareceu um casal que atende pelos nomes de Rui Mateus e Cátia Proença, proibindo as pessoas de construírem, alegando que o terreno era sua propriedade.

Exibiram alguns documentos que tinham em mãos, emitido a favor do alto dirigente do partido no poder, como prova de que eram os proprietários do referido bairro.

Na esperança de estarem em melhores condições de exigir que se respeitem os seus direitos, os munícipes solicitaram o patrocínio jurídico a pessoas entendidas na matéria.

Recordaram que a Constituição da República de Angola é bastante clara, no seu artigo 15º, número 2 e 3, ao estabelecer que o Estado deve respeitar as comunidades locais e só devem ser alvo de expropriação com justa indemnização.

Por esta razão, acreditam que administrador municipal não tem competência para passar a terceiros uma escola pública e um bairro inteiro, que foi reconhecido em 19820.

Munícipes requerem anulação da venda

Os moradores, embalados na frescura proporcionada pela árvore, afirmaram, em unísono, que auguram que o processo de compra e venda celebrado entre o administrador e a entidade politicamente exposta seja anulado.

Manifestaram a pretensão de levar o processo a Tribunal de modo a que seja reposta a legalidade e

se cumpra o estipulado na Lei Constitucional e na Lei de Terra.

A esperança de que poderão vencer esta causa, segundo contam, ganhou maior impulso assim que ouviram o Presidente da República, João Lourenço, prometer, ao discursar na tomada de posse, que "ninguém é rico ou poderoso demais para se furtar a ser punido, nem ninguém é pobre demais ao ponto de não poder ser protegido".

Dona Idalina, residente no bairro desde 1993, diz que a sua preocupação não se resume apenas ao seu local de residência, mas também à lavra, a área onde ela e várias amigas desenvolvem a agricultura, cujos recursos têm servido para o sustento da família. "Não fomos contactados e venderam o bairro como se fôssemos animais. Aqui cultivamos milho, mandioca, batata, melancia, feijão, entre outros", detalhou, exaltada.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Agência francesa assegura financiamento de USD 150 mil milhões para sector das águas

Jornal O PAÍS
01 De Fevereiro de 2018
Texto: José Dias

O Despacho Presidencial nº 6/18, de 26 de Janeiro, a que O PAÍS teve ontem acesso, refere que o montante servirá para dar cobertura ao Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA n) e é cofinanciado pelo Banco Mundial, por via do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Internacional Bank for Reconstruction and Development (IBRD em inglês)).

Executivo aprova medidas de gestão da pescaria marinha

Por outro lado, o Presidente da República exarou igualmente um Decreto que aponta medidas reguladoras adequadas de conservação e renovação sustentável dos recursos biológicos aquáticos e da aquicultura como são os casos do carapau, o atum, a lagosta, o caranguejo e a gamba em toda a costa angolana.

As medidas, segundo o Decreto Presidencial nº13/18, visam essencialmente ajustar a capacidade das capturas ao potencial disponível dos recursos marinhos.

A mesma justifica-se pelo facto de "as políticas de conservação e renovação sustentável dos recursos biológicos aquáticos exigirem do Executivo a adopção de medidas reguladoras adequadas para o acesso ao seu uso e exploração de modo responsável", visando assegurar a protecção e a conservação de algumas espécies em perigo de sustentabilidade e as espécies a elas associadas bem como os respectivos habitats. Neste contexto, para este ano de 2018, os meses de Janeiro e Fevereiro compreenderão os períodos de veda da pesca do camarão de profundidade;

Janeiro, Fevereiro e Setembro para a pesca da gamba costeira em toda a costa angolana, podendo as embarcações utilizar a arte de pesca à linha ou

de emalhar nos meses em que a pesca não for efectuada.

O período de 15 de Julho a 15 de Agosto será interdito a pesca do caranguejo. Os meses de Janeiro, Fevereiro e Março à pesca da lagosta em toda a costa angolana;

Agosto, Setembro e Outubro para a pesca de moluscos bivalves em baías fechadas nomeadamente a de Luanda, Lobito, Tômbwa e outras áreas sensíveis a identificar. Os de Junho, Julho e Agosto para a pesca do carapau em toda a costa angolana com excepção da zona sul, sendo que à pesca da sardinela não foi aplicada qualquer restrição.

O decreto estabelece igualmente um sistema de quotas de acordo com o Total Admissível de Captura (TAC) que fixa para a pesca artesanal um total de 5.500 embarcações e para a pesca de cerco o licenciamento de 90 embarcações.

8.2 Acesso a alimentos, bens e serviços básicos limitado pela inflação

Novo Jornal
02 De Fevereiro de 2018
Texto: Álvaro Victória

De acordo com o PDNA, o crescente défice de água e o agudizar da insegurança alimentar e das condições de nutrição deverão ser tratados de forma urgente, a fim de satisfazer as necessidades mínimas das populações afectadas e atacar as principais causas do abandono escolar, violência doméstica, migração, desflorestação.

Eis as outras conclusões do estudo:

Não obstante a seca afectar as três províncias, as condições parecem especialmente graves na província do Cunene, tendo em conta a já precária situação socioeconómica anterior à seca e a sua situação pós-desastre. Por estas razões, o Cunene deve receber assistência com carácter prioritário e as condições devem ser monitoradas de perto ao longo dos próximos meses.

O acesso a alimentos, bens e serviços básicos é limitado pela elevada inflação e pela redução da despesa pública, o que agrava o impacto da seca. A

elevada taxa de inflação resulta dos cortes nos subsídios aos combustíveis, da menor disponibilidade de alimentos nos mercados locais e da desvalorização da moeda (Kwanza), enquanto as baixas receitas devido à crise petrolífera obrigaram o Governo a reduzir drasticamente a despesa pública. Consequentemente, as autoridades locais não dispõem dos recursos necessários para responder plenamente à seca. Além disso, as interrupções no fornecimento de suplementos nutritivos conduziram ao encerramento de alguns centros de tratamento hospitalar e ambulatorial.

A menor produção alimentar e o acesso limitado aos alimentos estão a influenciar negativamente a segurança alimentar e a agravar a situação alimentar das famílias afectadas.

O consumo alimentar registou uma descida em termos qualitativos e quantitativos (uma ou duas refeições diárias sobretudo à base de papas de massango). As famílias viraram-se para fontes alternativas de alimentos e rendimento, como a produção/venda de carvão e a colecta de alimentos silvestres para consumo e venda.

Muitos relatos confirmaram o aumento dos casos de abandono escolar e o maior absentismo dos alunos devido ao impacto da seca, relacionado directamente com a fome e a falta de água, a maior necessidade de mão-de-obra infantil, a emigração, a transumância mais prolongada, as maiores dificuldades em ir buscar água para consumo familiar e ao encerramento de algumas escolas.

As condições ambientais estão a piorar, sobretudo devido à produção de carvão que tem registado uma trajectória ascendente desde 2012 e que conduziu a uma maior taxa de desflorestação e degradação dos solos.

8.3 Brigadas de conservação entram em acção nas estradas

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Adérito Veloso

Cerca de 160 pessoas, na sua maioria ex-militares e jovens das proximidades integram oito brigadas que vão garantir, a partir de agora, o corte de capim, limpeza das valas de drenagem, taludes,

bermas, operações de tapa-buracos e reposição da sinalização horizontal e vertical nos troços Cabolombo/Cabo Ledo e Muxima/Catete/Maria Teresa, na província de Luanda.

O projecto que é uma iniciativa do Fundo Rodoviário, que através do Programa Nacional de Conservação e Manutenção de Estradas (PNCME) pretende dar resposta aos constrangimentos, nas principais vias do país, depois de serem reabilitadas pelo Instituto Nacional de Estradas.

Em Luanda, o acto do lançamento aconteceu na passada terça-feira, no troço Catete/Muxima, presidido pelo administrador para a área de Engenharia do Fundo Rodoviário, São Tomé, na companhia do administrador do distrito urbano de Catete, Domingos Adão de Azevedo.

Vias a intervir

No troço Cabolombo-Cabo Ledo, numa extensão de 100 quilómetros (km), estarão disponíveis quatro brigadas, com 20 trabalhadores cada, que poderão intervir num percurso de 25 km. O percurso Muxima/Catete/Maria Teresa terá também quatro brigadas.

Falando à imprensa, o administrador para a área de Engenharia do Fundo Rodoviário, São Tomé, disse que os trabalhos serão dirigidos por empresas locais, contratadas, tendo como tarefa gerir as brigadas.

Revelou que os brigadistas vão trabalhar como os "antigos" cantoneiros, terão como missão detectar o surgimento de ravinas, considerado como principal fenómeno de destruição das estradas.

Revelou que o projecto prevê um custo mensal por brigada em torno de cinco milhões de Kwanzas, valor, "relativamente baixo" em relação ao orçamento de reabilitação de uma estrada.

"É importante que depois da construção da estrada existam pessoas que cuidem da conservação para que a sua durabilidade se prolongue", sublinhou.

Por sua vez, o administrador do distrito urbano de Catete, Domingos Adão de Azevedo, mostrou-se satisfeito pelo facto de a localidade ser escolhida para receber o acto de lançamento das brigadas de conservação-e-manutenção das estradas a nível da província de Luanda.

O responsável salientou que as brigadas criadas vão contribuir para a diminuição dos indicadores de desemprego na região, situação que aflige a administração distrital local.

Emprego

Adriano Luís, 28 anos, é morador do bairro da "Barraca", em Catete. Pai de quatro filhos, o jovem brigadista vive com a esposa e os pais. Faz parte de uma das brigadas que vai desenvolver a manutenção no troço Catete/Muxima.

Conta que o emprego será uma mais-valia porque encontrava-se desempregado, fruto do encerramento da empresa onde trabalhava há já alguns anos como ajudante de mecânica. "Vamos limpar os esgotos, as bermas das estradas e repor a sinalização", disse.

8.4 Falta de água deixa em risco mais de 700 mil pessoas

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Álvaro Victória

O alerta vem do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA): perto de 700 mil pessoas no sul de Angola encontram-se em risco devido à falta de água potável no sul de Angola.

O problema, segundo o documento do UNOCHA divulgado durante a semana, deixou milhares de crianças à beira da subnutrição devido a problemas crónicos, motivados pela escassez de chuva e pelo aumento dos preços que dificultam o acesso a bens alimentares de primeira necessidade.

A seca prolongada e a crise financeira que o país enfrenta são apontadas no documento como o conjunto de razões que agudizaram a situação de crise alimentar crónica que se regista em algumas regiões do sul de Angola.

O relatório do UNOCHA sublinha que existem nas zonas mais afectadas uma inoperacionalidade de um terço de todos os pontos de água potável, situação que motivou a que cerca de 700 mil pessoas vissem dificultado o acesso à água.

Entretanto, observa o estudo, a segurança alimentar na região chegou a melhorar nos

últimos tempos; no entanto, o recente aumento dos preços de bens alimentares da cesta básica fez esboroar algumas dessas melhorias, principalmente para milhares de crianças.

Em resposta a algumas das situações mais graves relativamente às crianças em Angola, o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), reportando a Outubro de 2017, tinha apenas 9,9 milhões de dólares dos mais de 20 milhões, refere o relatório do UNOCHA.

Mesmo assim, esta agência das Nações Unidas assistiu mais 180 mil crianças, colocou 25 mil com menos de 5 anos em tratamento, mas estes números ficam muito aquém daquilo que eram os objectivos iniciais, nomeadamente na resposta às situações de subnutrição que afecta milhares de crianças no sul de Angola.

Diante desta situação, a UNICEF está a precisar de pelo menos 14,6 milhões de dólares para responder às necessidades que detectou no país, onde está a trabalhar em permanente colaboração com as autoridades nacionais, nomeadamente o grupo interministerial criado para responder às situações de emergência, liderado pelo ministro do Interior.

Prejuízos de 122,5 mil milhões de Kz entre 2012 e 2016

Os danos e perdas resultantes da seca entre 2012 e o primeiro trimestre de 2016 em cinco províncias do país estão estimados em 12215 mil milhões de Kwanzas. Os dados constam de um estudo realizado entre Julho e Agosto de 2016 pela Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA como abreviatura em inglês), elaborado pela Comissão Nacional da Protecção Civil (CNPC), com o apoio das Nações Unidas, Banco Mundial e União Europeia.

Solicitado pelo Governo angolano, após a seca de 2015/2016 associada ao fenómeno EI Nino, o relatório PDNA traz detalhes da estiagem que assolou províncias situadas a sul do país.

Cunene, Huíla e Namibe, nesta ordem, foram as localidades mais afectadas pelo fenómeno natural. Segundo as estimativas, o total de danos para todos é de 48,5 mil milhões de Kwanzas, enquanto o total de perdas atinge os 74 mil milhões.

Os sectores da agricultura, pecuária e pesca foram os mais afectados pela estiagem, com danos estimados em 40 milhões de Kwanzas, avança o relatório da PDNA a que o Novo Jornal teve acesso.

Relativamente à perda nos referidos segmentos, o relatório da PDNA avalia em 52 milhões de Kwanzas "jogados para "fora". "O total de perdas é muito superior ao total de danos porque normalmente a seca não provoca a destruição física associada a outros tipos de desastres", explica a pesquisa.

As perdas nas três províncias foram calculadas com base na quebra da produção de cereais e outras culturas, de leite e de carne, como descrito ao pormenor no capítulo específico.

Os danos foram calculados com base nas mortes reportadas de animais no Namibe (110.000), na Huíla (150.000), no Cunene (240.000), num total de 500.000 animais mortos.

8.5 Cidade de Menongue “dominada” pelo lixo

Jornal de Angola
05 De Fevereiro de 2018
Texto: Nicolau Vasco

A cidade de Menongue e bairros periféricos registam actualmente grandes amontoados de resíduos sólidos porque as empresas Ekovango, Kalandula e B-52, encarregues pela remoção do lixo, encerraram os seus escritórios na província do Cuando Cubango, por falta de pagamentos.

Numa ronda efectuada pelo Jornal de Angola por várias artérias da cidade de Menongue e arredores constatou-se que a maior parte dos contentores para o depósito de resíduos foram removidos pelas respectivas empresas, como forma de pressionar o governo a pagar a dívida, estando a população a depositar o lixo no chão.

Os poucos contentores ainda existentes encontram-se completamente abarrotados e em

consequência o cheiro nauseabundo tresanda em toda a cidade de Menongue e periferia, sendo notório no rosto dos cidadãos sinais de desagrado e aborrecimento diante de tal cenário triste, que está a deixar as terras de Mwene Vunongue com uma imagem desoladora.

O especialista em saúde pública, Intima Mandawel, disse estar preocupado com os grandes aglomerados de lixo que se registam um pouco por toda a cidade de Menongue e nos bairros que a circundam e apelou às entidades de direito para fazerem um esforço no sentido de eliminarem os focos de lixo que se transformaram em verdadeiros viveiros de multiplicação de mosquitos e vermes.

"Passei por vários bairros e em quase todas as artérias da Cidade de Menongue e concluí que a situação é um verdadeiro atentado à saúde pública, porque muito lixo está exposto no chão, outro nos contentores completamente cheios e abandonados, que, além do mau cheiro que estão a exalar, criam muitos vermes e moscas.

Segundo Intima Mandawel, tendo em conta que nos últimos dias na cidade de Menongue e arredores está a chover bastante, o lixo e o capim são um meio propício para a reprodução de mosquitos, vermes, moscas e outros insectos, razão pela qual urge a necessidade de se cortar o capim na cidade e remover todo o lixo.

Actualmente tem sido notória as enormes enchentes que se registam nos bancos de urgência dos hospitais, centros de saúde e nos postos médicos. Quase que não há espaço porque o número de doentes com malária, problemas intestinais, diarreia, dentre outras patologias, triplicou em relação a outros períodos análogos e as crianças são as principais vítimas, sublinhou Intima Mandawel.

A cidade de Menongue, acrescentou, possui dois rios, designadamente o Kwebe e Luahuca, onde a população realiza às suas actividades domésticas todos os dias e é lá onde vão as águas das chuvas, arrastando consigo muitos dejectos e resíduos sólidos, deixando as pessoas mais vulneráveis às doenças.

O também médico de clinica geral aconselha o governo do Cuando Cubango a criar um plano de emergência para manter a cidade limpa,

envolvendo rodara população e se necessário os órgãos de defesa e segurança, porque a situação tende a piorar a cada dia que passa.

Intima Mandawel explicou que uma outra questão preocupante é dos resíduos sólidos produzidos nos hospitais, que também estão a ser expostos ao ar livre muito tempo e que não têm sido levados em destino apropriado, estando vários materiais clínicos já usados ao alcance das crianças que passam ou brincam ao redor das unidades sanitárias.

Intima Mandawel disse que as unidades sanitárias têm dificuldades em atender por causa do aumento de pacientes que saem de bairros periféricos, onde as condições de saneamento e de higiene são precárias.

Advertiu que, caso não seja feito um plano de emergência para a recolha do lixo em tomo da cidade a população poderá ser surpreendida por um surto epidemiológico, que pode ser de cólera, malária ou qualquer outra doença.

Administração impotente

A administração municipal adjunta de Menongue, Carmem Chamba, reconheceu existirem problemas graves na recolha dos resíduos sólidos no casco urbano da cidade de Menongue e nos bairros periféricos e que a Administração de Menongue está impotente para acudir a situação.

Sem revelar o montante da dívida, Carmem Chamba entende que as operadoras agiram de má-fé, porque, apesar dos atrasos que se verificam nos pagamentos, fruto da situação que o país está viver no capítulo económico, o governo sempre honrou com os seus compromissos.

Carmem Chamba acrescentou que, para minimizar a situação, a Administração Municipal, em parceria com algumas empresas que exploram madeira no Cuando Cubango, vai realizar em breve uma campanha de grande envergadura para a recolha de todos os resíduos sólidos e a partir desta data apelar a população a deixar o lixo em sacos apropriados, que passaram a ser recolhidos pelo tractor da administração, até que a situação volte à normalidade.

A administradora municipal adjunta disse que há muitas outras empresas interessadas em prestar este tipo de serviços na cidade de Menongue, "mas

mandamos aguardar pela realização de um concurso público, que deverá acontecer depois do governo da província liquidar a dívida que tem com as operadoras anteriores".

8.6 Ministério da Energia e Água chamado ao combate ao cancro da bexiga

Jornal O PAÍS

07 De Fevereiro de 2018

Texto: Maria Teixeira

Em declarações à imprensa, por ocasião do Dia Mundial de Luta Contra o Cancro, celebrado a 4 de Fevereiro, o chefe de controlo de doenças do Ministério da Saúde, Luís Peliganga, disse que o acesso à água potável é muito importante, especificamente no nosso país, onde existe uma abundante distribuição fluvial, que contribui para a alta incidência da Schistosomiase, que é uma causa importante do cancro da bexiga.

Embora não tenha avançado dados de quantos casos de cancro da bexiga o país registou, aquele responsável é de opinião que se deve envolver o Ministério da Energia e Águas para que a água potável chegue a casa do cidadão.

Para além do ministério responsável pela distribuição de água potável, o envolvimento a que se referiu o entrevistado deve abranger também as autoridades administrativas e tradicionais, de forma a garantirem a limpeza da vegetação e beira dos rios e, assim, diminuir os hospedeiros da Schistosomiase.

O controlo destes factores não vai acabar com o registo de cancro da bexiga, mas, certamente, irá contribuir para a sua diminuição. As projecções apontam que ocorreu um aumento de casos de cancro em países em desenvolvimento e, se não forem implementadas medidas eficazes de prevenção para a região africana, teremos um problema de saúde pública.

"Estima-se que o número de casos novos diagnosticados duplique em 20 a 30 anos, segundo o Instituto Angolano de Controlo do Cancro (IACC) na proposta da política nacional de prevenção e controlo do cancro Angola 2015-2025", disse. Entre os cancros mais comuns estão o do pulmão, com 1,8 milhões, que representa 13,

0% do total, a seguir o cancro da mama, com 1,7 milhões, 11,9%, e depois o cancro do cólon do útero e do reto com 1,4 milhões, que representa 9,7%. "A prevenção primária ou pré-patogénica é a principal aposta da estratégia do Ministério da Saúde no controlo da doença. Para o sucesso desta estratégia, precisamos de contar com dados nacionais actuais", disse.

Instituto de Controlo do Cancro com apenas 30 especialistas

Já o chefe de secção de doenças crónicas, António Armando, alinhou no mesmo diapasão, de que um dia em Angola o cancro será um dos principais problemas de saúde pública. Só para se ter uma ideia, cerca de 90% das pessoas que têm o cancro do pulmão são fumantes, facto que faz surgir a necessidade de se reduzir a exposição ao fumo.

"O nosso país apenas tem uma unidade sanitária especializada no tratamento do cancro para responder a 25 milhões de habitantes e é complicado dar resposta satisfatória a tanta gente", disse. Actualmente o Instituto Nacional de Controlo do Cancro conta com 30 especialistas.

Três mil novos casos de cancro são registados anualmente no Instituto Nacional de Controlo do Cancro, segundo o director daquela instituição, Fernando Miguel. Alista o estilo de vida pouco saudável, nomeadamente a alimentação desequilibrada, falta de exercícios físico, tabagismo, consumo exagerado de álcool e algumas infecções crónicas' aliadas ao stress, como factores que contribuem para o desenvolvimento do cancro.

O diagnóstico tardio continua a ser um problema, pois que 80% dos pacientes que o referido instituto recebe chega no estado avançado da doença. Sobre este aspecto, aponta a falta de informação e certas crenças como factores que influenciam.

Fernando Miguel realçou que existe um Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PN-DS) que já prevê a construção de cinco centros regionais nas províncias de Cabinda, Malange, Benguela, Huambo e Huíla, mas que, infelizmente, devido à situação conjuntural da crise financeira que o país vive não foi executado.

O Ministério da Saúde (MINSA) está a organizar em todo país actividades de educação e sensibilização com distribuição de preservativos e imunização específica do HPV para a prevenção do cancro do útero.

8.7 Recolha de lixo feita porta a porta

Jornal de Angola

08 De Fevereiro de 2018

Olga Margarida, 41 anos, vive no bairro periférico do Luavur, em Saurimo, Lunda Sul. Há mais de 20 anos. Lembra, com sorriso, a imagem da primeira recolha de lixo, feita recentemente, porta a porta, por uma viatura afecta à administração municipal.

A iniciativa inédita é aplaudida por munícipes, isentes nessa altura de qualquer comparticipação. A interlocutora do Jornal de Angola louva o facto de terem disponibilizado viaturas e tractores acoplados com sistemas afins, que diariamente lidam com o lixo, que é acondicionado em contentores ou sacos baseados em locais definidos na cidade.

O administrador municipal' Daniel Neto, realça as válidas das medidas tomadas para evitar a acumulação de lixo, "um inimigo" que desafia a capacidade de gestão das autoridades administrativas de muitas localidades.

A gestão de resíduos, segundo o administrador, contempla o aumento de contentores e disseminação da cultura urbana para que as operadoras "Paralelo, CCP e o Grupo Sete Cunhas encontrem no exercício da actividade a resposta necessária dos munícipes.

Nessa altura, para se podar e pintar as árvores em várias artérias tem -se recorrido aos recursos captados localmente, enquanto se aguarda a disponibilidade de verbas do Orçamento Geral do Estado (OGE), para outras tarefas. Destaca -se também o envolvimento do governador Ernesto Kiteculo no combate aos focos de resíduos, desde os primeiros dias de governação na província.

8.8 Carlos Cavuquila «mata» munícipes de sede

Jornal Liberdade

09 De Fevereiro de 2018
Texto: Domingos Kinguari

A informação foi prestada ao Jornal Liberdade pelo presidente da Associação de Apoio às Pessoas Carentes de Angola (AAPCA), Samba Guimarães, que disse que já pediram apoios a algumas missões diplomáticas para solidarizarem-se com esta comunidade que precisa de quase todo tipo de ajuda. «A embaixada do Japão prontificou-se em nos apoiar com alguns meios para a construção da escola e de um posto médico e já se encontra aprovada e estamos apenas a espera que o acto se concretize», refere.

O director-geral da referida associação, Pascoal António, esclarece que a população do Tande não consume água potável desde 2016 e, para terem acesso ao precioso líquido, esperam pelas chuvas, além de que «vão buscar nas cacimbas e quando não acontece, passam por muitas dificuldades. Nós como associação tivemos que mobilizar esta população para dizer que esta água tem trazido grandes problemas de saúde pública e temos feito campanhas de sensibilização, dizendo que o precioso líquido é impróprio para o consumo humano. Os mesmos tiveram que recorrer às cisternas de água e tiveram que parar de usar as águas das cacimbas», esclarece.

«Somos uma associação filantrópica sem fins lucrativos e realizamos acções sociais para benefício daquelas pessoas mais carentes, sobretudo as senhoras, velhos e crianças, e pretendemos criar escolas, postos médicos para estas populações vulneráveis que vivem nas áreas periféricas das nossas cidades. Neste preciso momento temos em carteira construir escolas para as pessoas desfavorecidas na zona do Tande, porque as escolas estão muito distante para que a comunidade tenha acesso, chegando a percorrer cerca de 10 quilómetros», disse.

8.9 Cobrança de lixo é um roubo organizado

Jornal Liberdade
09 De Fevereiro de 2018
Texto: Ana Mendes

Segundo o Soba, a empresa "ROTA AMBIENTAL" de recolha de lixo na província de

Luanda é do ex-governador Higinio Lopes Carneiro e questiona como é que um dirigente faz negócio consigo mesmo, logo a fiscalização não funciona a cem por cento.

Neste sentido, chama-se a atenção ao governo provincial de Luanda para rever a lei sobre a cobrança do lixo, porque os cidadãos pagam todos os meses a taxa da recolha de lixo, enquanto as ruas da capital do país estão cheias de resíduos em todos os cantos. O melhor será revogar esta lei para não continuarem a extorquir o bolso do cidadão que, para comer, pensa duas vezes, disse Mário Katapi.

"Eu não sou de Luanda mas conheci esta cidade em 1979, era limpa; portanto, deve-se rever as políticas para administrar os recursos que são orçados para o desenvolvimento das infra-estruturas para que possamos ter uma capital boa para se viver" alertou.

Eu sou Soba e estou para defender todos os cidadãos angolanos e não só os das Lundas, e o que estamos a ver aqui é o mesmo. Nas Lundas matam o povo por causa dos diamantes e aqui em Luanda por causa dos terrenos. O Presidente da República deve ficar mais atento para que possa tomar conta do que se passa nas comunidades, elucidou o Soba Mário.

De acordo com Mário Katapi, nos últimos dias o vice-Presidente da República Bornito de Sousa disse ao governador Adriano Mendes de Carvalho que Luanda não tem sobas, isso não condiz com a verdade porque eu conheço vários sobas com um povo e um território. Agora Luanda tem estado a crescer bastante e suponho que as áreas que não eram habitadas é que não têm sobas, e eu questiono onde é que viveram os pais do mais velho André Mendes de Carvalho "Wanhenga Xito", pai do actual governador?

No princípio do contraditório, este semanário contactou o general e deputado do MPLA, Higinio Lopes Carneiro, que a princípio decretou o pagamento do lixo e segundo a nossa fonte a empresa Rota Ambiental, que se responsabiliza da recolha dos resíduos na capital do país, Luanda, é sua propriedade, mas sem sucesso.

8.10 PR constata obras de valas de drenagem em Luanda

Jornal Liberdade
09 De Fevereiro de 2018

A informação foi avançada durante a visita de campo que o Presidente da República realiza a infra-estruturas sociais, viárias e de saneamento em Luanda.

O director-geral da unidade técnica de saneamento de Luanda, Manuel Van-Dúnem, disse que é essencial o cadastro actualizado do número de famílias que habita ao logo da vala, por considerar ultrapassados os dados de há três anos que indicavam a existência de 32 agregados familiares a realojar.

Informou que as obras de construção da vala, iniciadas há seis anos, estão avaliadas em 136 milhões de dólares e que foram já executadas 93 por cento da empreitada com 264 quilómetros de rede de saneamento.

Manuel Van-Dúnem lamentou o facto de as obras terem sido retiradas do Programa de Investimentos Públicos de 2018, por alegada exiguidade financeira. O Presidente João Lourenço manteve um encontro de cortesia com o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, e o programa inclui visitas a escolas, obras de requalificação do Futungo de Belas e da Península do Mussulo.

O estadista deve passar também pelas centralidades do Kilamba, Sequele, 44, Zango O, entre outros pontos da capital angolana.

8.11 Surto de cólera continua a provocar a morte de cidadãos na província do Uíge

Jornal A República
09 De Fevereiro de 2018

O surto de cólera que desde dezembro afecta a província do Uíge já atingiu mais de 500 pessoas e fez mais de 10 mortes, segundo fonte da autoridade provincial de Saúde. Contrariando, desse modo, os pronunciamentos da titular do Ministério da Saúde, Sílvia Lutukuta, que assegurou a 18 de Janeiro do ano em curso que a situação estava controlada.

O surto teve início a 21 de Dezembro do ano passado e tem atingido cerca de uma centena de habitantes por semana. "Nos últimos dias temos uma redução significativa de casos, isso só quer dizer que as medidas que estão a ser tomadas estão a ser adequadas", disse a governante.

Estão em curso campanhas de sensibilização da população para cuidados de higiene e com o consumo de água, mas também no sentido de recorrerem às unidades sanitárias ao primeiro sinal daquela doença.

As medidas de combate à doença levada a cabo pelas autoridades incluem ainda a distribuição de água potável à população, bem como cloro e comprimidos para o tratamento da água.

O surto de cólera que assola a província cafeeícola do Uíge, desde Dezembro último, deve-se ao facto de uma parte da população viver em zonas com deficiência de saneamento básico e de consumir água imprópria, afirmou o governador naquela província, Mpinda Simão em Janeiro deste ano.

De outro modo, o surto já obrigou ao reforço das equipas locais de assistência, com médicos das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional de Angola, do Ministério da Saúde e de organizações não-governamentais.

Os casos de cólera foram registados nos bairros Orlando Fonseca, Gai e Candombe Novo, nos arredores da cidade capital da província do Uíge, no Norte do país, tendo sido criado um centro de tratamento no hospital provincial e uma unidade de tratamento no hospital municipal de Candombe Velho.

Outra epidemia, ocorrida entre Dezembro de 2016 e Janeiro de 2017, tinha atingido mais de 150 pessoas nas províncias de Luanda, Cabinda e Zaire, provocando uma dezena de mortos, o que levou na altura o Governo a aprovar um plano para tentar travar a propagação da doença.

Deste plano constava o tratamento da água potável, o reforço da recolha do lixo, a informação e educação das comunidades, formação de pessoal, a organização e mobilização de serviços clínicos, assina como o aprovisionamento de meios médicos e medicamentos e a biossegurança nas unidades sanitárias.

8.12 Municípios de Cacuaco insatisfeitos com a distribuição de água no município acusam a administração de praticar injustiça

Jornal A República
9 De Fevereiro de 2018

Uns felizes e outros tristes é o cenário que se constata no município de Cacuaco quando o assunto é a distribuição de água potável nas residências.

O jornal A REPÚBLICA efectuou uma ronda naquele município, tendo visitado vários bairros e constatado um clima controverso, por um lado, os moradores que se sentem lesados, e, por outro, os beneficiários, que agradecem o trabalho levado a cabo pela administração local, liderada por Carlos Alberto Cavuquila.

Na comuna do distrito urbano do Kicolo, os moradores da Boa esperança-centro sentem-se satisfeitos com o surgimento da água nas torneiras.

"Desde o mês de Maio nunca compramos mais água no tanque, diferente dos anos anteriores em que comprávamos a banheira de água de 25 litros cada 50 ou 100 Kwanzas". Disse uma senhora.

Anteriormente, os moradores reservavam parte do salário para a compra de água, pelo que hoje se sentem aliviados.

"Antigamente reservava no meu salário seis mil Kwanzas para comprar água e hoje sinto-me aliviado porque a despesa reduziu e espero que o governo possa trabalhar mais para que este bem não termine agora" Disse Adolfo.

Quem também beneficiou da distribuição da água potável foram os moradores dos Mulenvos de baixo, que dizem ser os primeiros a beneficiar desta iniciativa do governo.

"Para ser sincero, beneficiamos de água potável há oito anos, acho que fomos os primeiros. Não pagamos nada" Revelou sorridente Domingas Zua.

Já Garcia de Azevedo disse que as dores no peito reclamadas por quem carregava bacias de água na

cabeça já não se fazem sentir devido ao surgimento da água nas torneiras."Anteriormente, todos os meses as mulheres se queixavam de dor do peito por carregar quase todos os dias banheiras de água e hoje essa dor quase não existe no bairro".

Os bairros Calomana e Pedreira beneficiam de água potável há um ano. Mas, como diz o adágio, "enquanto um ri, há quem chore!": A verdade é que a iniciativa não abrangeu toda a população de Cacuaco, tendo ficado de fora a maior parte dela. Os moradores daquela zona consideram "separatista" a atitude da administração local. Os descontentes residem nos bairros Kifangondo, Balumuca, Iba, Funda e Paraíso, respectivamente.

Os moradores do Kifangondo estão tristes devido à forma como está a ser distribuída a água no município e não entendem porquê não beneficiam da mesma já que vivem ao pé do rio. "Estamos tristes com a maneira como estão a distribuir a água em Cacuaco. Nós que vivemos próximo do rio estamos sem água enquanto os moradores do Kicolo têm-na em abundância" Disse uma moradora do bairro Kifangondo.

Na área do Balumuca, o cenário também é de descontentamento, sendo que houve mesmo quem se arrependesse de votar no MPLA. "Nós votamos no MPLA e não se entende a forma como está a se distribuir a água. Quer dizer, outras pessoas têm torneiras que não passam a água e outros nem mangueira têm, mas no outro lado do bairro têm. O que estamos a notar aqui é separatismo, há pessoas que merecem e os outros não. A administração, ou o director municipal de energia e água, deveria pensar duas vezes antes de distribuir a água. Ou dá para todos, ou não dá para ninguém. Se soubesse que a situação seria a mesma, preferia não votar" disse exaltado Franco Teixeira.

O bairro Iba é considerado o bastião de tanques e mangueiras à deriva privados. Nove em cada dez casas possuem um tanque ou uma torneira, para qual é desviada a água das condutas. A nossa equipa de reportagem foi ao encontro de alguns moradores e questionou-os por que razão não tinham água do Estado ou mangueiras colocadas por chineses, dos cinco entrevistados, quatro afirmaram que "tudo se processa em forma de negócio e que não há água porque os proprietários

dos tanques têm acordos com a administração local”.

No Bairro Catarina de cima, na Vidrul, os moradores dizem que estão desde 2015 sem água, aqueles munícipes contam que foi feita uma canalização em 2014, tendo a água jorrado durante duas semanas, em 2015, depois, nunca mais foi vista, a preocupação daqueles moradores prende-se ao facto de a coordenação do bairro mandar construir tanques em vez de encaminhar o problema à administração local.

“A canalização foi feita em 2014, e, em 2015, saiu água durante duas semanas, mas saía turva, faremos quatro anos sem água. A nossa maior preocupação é que ao invés do coordenador do bairro solicitar a administração de Cacucaco que resolva o nosso problema, mandou construir tanques”.

Comprometido com as normas que regem o exercício do jornalismo, na busca incessante pela verdade, o semanário A REPÚBLICA contactou o director municipal de energia e água de Cacucaco, Josué dos Prazeres, que entre outras coisas disse que o problema está a ser resolvido.

“É normal que quem ainda não beneficiou fique insatisfeito. Resta-nos a consolação de que o trabalho vai continuar este e ano e ninguém ficara de fora. Temos conhecimento de alguns problemas que foram reportados, o bairro Vidrul, concretamente na Catarina, tem um problema de subida e as máquinas estão a ter dificuldade em fazer subir a água, mas será resolvido. Quanto ao Iba, como sabem, é um bairro com muitas pedras, mas isso não impedirá o trabalho da EPAL. Nós lá chegaremos, porque a nossa missão é servir os cidadãos”, Disse o responsável municipal de energia e água.

8.13 Bié sem empresas de recolha de lixo

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2018

A escassez de contentores e a existência de focos de lixo no município do Culto, província do Bié, está a preocupar os moradores, que temem pelo surgimento de doenças, principalmente nessa fase em que chove quase sempre.

A administradora municipal adjunta para Área Social e Económica, Ângela Ucueianga, disse que o Culto conta apenas com os funcionários dos serviços básicos, para os serviços de limpeza na zona urbana.

Ângela Ucueianga explicou que a empresa "Ambído África" tem contrato com a administração municipal do Culto para efectuar apenas a recolha de lixo e não para a limpeza total da localidade.

A administradora municipal adjunta do Culto reconheceu que o número de funcionários dos serviços básicos da administração não é suficiente. A existência de focos de lixo na zona periférica e a sua recolha é uma das dificuldades enfrentadas pela administração local, assegurou a administradora para a Área Social e Económica do Culto.

Ângela Ucueianga salientou que a actual situação económica está a condicionar a contratação de empresas para a limpeza completa da zona urbana e arredores. Para manter o saneamento básico, a administração municipal do Culto está a utilizar o mecanismo de participação dos moradores.

8.14 Oito mil casos de malária em sete dias em Benguela

Jornal O PAÍS

11 De Fevereiro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Um surto de malária na província de Benguela, associado ao débil saneamento básico, provocou cerca de oito mil casos nos últimos sete dias, período em que as autoridades sanitárias registaram mais de quarenta mortes.

Preocupadas sobretudo com a proliferação de focos de lixo, que colocam a província exposta à cólera, as autoridades acreditam na existência de mortes extra-hospitalares. O município da Ganda, com 2.760 casos e 20 mortes, é o que inspira mais cuidados, tendo provocado a deslocação ao local, há três dias, do secretário de Estado para a Saúde Pública, José Cunha, com o intuito de se informar sobre a situação vigente e traçar a estratégia para se inverter o quadro.

A debilidade no saneamento básico, agravada com a irregularidade na recolha de resíduos sólidos, por causa da dívida do Governo para com as operadoras, avaliada em 16 mil milhões de Kwanzas, é apontada como a principal causa da doença.

Outro aspecto a ter em conta é a escassez de medicamentos, o que obriga os pacientes a adquiri-los em farmácias privadas. "O hospital, aqui no Chongoroi, não tem medicamentos", lamentara dona Bibiana, depois de um dos filhos ter sido diagnosticado com malária.

O Gabinete Provincial da Saúde lamenta o facto de muitos casos de malária terminarem em óbito. a província, a Ganda é o município que inspira cuidados. "Só numa semana, nós registámos 2.760 Casos, dos quais 20 terminaram em óbito. Com o município do Bocoio, nós temos 931 e 7 termina (ra)m em óbito; Balombo 2.286 e 7 termina (ra)m em óbito. Temos ainda o município do Lobito com 588,3 terminando em óbito. O município de Benguela com 470, 3 terminou em óbito; Cubal e o Caimbambo têm um óbito cada um, onde o Cubal tem 341 casos, o Caimbambo com 901. De realçar aqui que também a Baia - Farta tem 203 casos", revelou a porta-voz do Gabinete Provincial da Saúde, Rosalina Cassissa.

Aparentemente impotente perante tal cenário, o Gabinete Provincial da Saúde, no âmbito das suas prerrogativas, avança o seu responsável, Manuel Cabinda, vai accionando medidas de prevenção com a distribuição de mosquiteiros para conter a vaga de transmissão pelo vector causador da doença. O responsável refere que, nesta altura, há um surto de malária que afecta fundamentalmente as crianças menores de 5 anos e salienta que o ministério baixou orientações para a direcção que dirige trabalhar junto com as administrações municipais na melhoria do saneamento do meio e a intensificar as actividades de fumigação anti-larval, "e adiantar com o diagnóstico precoce das crianças", assevera.

Por seu turno, o secretário de Estado para a Saúde Pública manifesta-se preocupado com a situação da malária nos municípios do Cubal e da Ganda, assim como com a falta de enfermeiros e médicos nas unidades hospitalares.

José Cunha trabalhou recentemente em Benguela com o propósito de avaliar o quadro do surto de

malária que está, de certo modo, a alarmar as autoridades locais.

O quadro actual não é muito bom", reconhece o governante, apontando a deficiência do saneamento básico como factor.

As medidas anti-retrovirais não estão a ser tomadas na sua plenitude, por razões conhecidas. Em relação ao tratamento, nós consideramos que a situação não é assim tão grave, há medicamentos, no entanto, há uma grande falta de médicos e enfermeiros", disse, garantindo que o seu Ministério já tem estudos equacionados visando colmatar o défice que, além de Benguela, afecta outras províncias.

8.15 Mais água potável na vila da Quilenda

Jornal de Angola

12 De Fevereiro de 2018

As comunidades de Mbanza e Cassamba, na vila da Quilenda, município com o mesmo nome, na província do Cuanza -Sul, contam com mais água potável, com a inauguração, na semana finda, de sistemas de captação, tratamento e distribuição.

Os empreendimentos foram construídos num período de três meses, com valores não revelados pelo empreiteiro.

Os sistemas vão beneficiar, nas duas localidades, mais de três mil habitantes.

O corte da fita coube à administradora municipal da Quilenda, Maria Caimboa Monteiro, na presença do governador Eusébio de Brito Teixeira. Maria Monteiro considerou que a entrada em funcionamento dos sistemas de distribuição de água potável nas duas localidades constitui um grande ganho na região, por se tratar dos primeiros sistemas daquela dimensão. "Estamos satisfeitos pelo facto de o empreiteiro ter executado as obras dentro dos prazos contratuais, mas também porque as populações deixam de percorrer longas distâncias para a obtenção da água para o consumo", disse, acrescentando que com a disponibilidade de água potável nas comunidades vão diminuir as doenças de origem hídrica.

O governador Eusébio de Brito Teixeira aproveitou a ocasião para apelar aos habitantes no sentido de evitarem a vandalização dos empreendimentos sociais.

Participaram nos actos das inaugurações membros da administração municipal da Quilenda, autoridades tradicionais e população em geral.

8.16 Malária mata 4 crianças por semana na pediatria do Huambo

Jornal O PAÍS

15 De Fevereiro de 2018

Texto: Norberto Sateco

Os casos de malária grave associados à anemia, dispararam na única unidade hospitalar do Huambo. A unidade vocacionada para o tratamento de crianças enfrenta sérias dificuldades, desde a falta de espaço e de outros meios de trabalho.

Pacientes, com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos de idade, são os que mais solicitam os serviços do banco de urgência. Diariamente internam acima de 60 crianças por malária grave. O director clínico, Nicolau Sachobongue, afirma que este aumento deve-se à epidemia que assola a província desde os últimos dois anos.

Entre os casos registados, os que mais têm "tirado o sono aos serviços hospitalares" são aqueles em que os pacientes apresentam um quadro clínico avançado, com desidratação severa, dispneia e outras disfunções, daí requererem uma atenção especial.

Face a este quadro, o índice de mortalidade tem-se agravado de forma assustadora, numa média de "3 a 4 falecimentos, sobretudo naqueles casos que apresentam um quadro clínico crítico. Há aquelas crianças que só fazem trinta minutos e acabam logo por falecer", revelou o responsável da pediatria, Nicolau Sachobongue, para quem a falta de medicamentos essenciais também constitui um dos factores que concorrem para o quadro actual.

"Os familiares são obrigados a recorrer às farmácias privadas. A maioria das famílias são de renda baixa e nem sempre têm disponibilidade financeira", frisou o médico.

Entretanto, as autoridades sanitárias consideram a situação como crítica e recomendam o reforço das medidas de prevenção' pela via da adopção de medidas multidisciplinares que visam conter a propagação do vector da doença.

Sachobongue exortou a população a fazer uso de mosquiteiros impregnados, não reservar água em tanques e evitar cultivar o milho em quintais de residências, prática muito habitual no planalto central, visando conter a multiplicação do mosquito.

Paralelamente, o interlocutor ressaltou a importância do diagnóstico precoce para evitar que os pacientes cheguem ao hospital em estado grave e em risco de vida. Para si, o Ministério da Saúde na província deve reforçar a sua intervenção multidisciplinar com equipas de destruição de larvas, sensibilização no âmbito do programa educação para Saúde e também com campanhas de fumigação intra-domiciliar.

Sobre lotação dá lugar ao fenómeno 'cama-chão'

A unidade com capacidade de 160 camas para internamento, triplicou para uma taxa de ocupação de 300 por cento. Várias crianças internadas encontram-se deitadas no chão por falta de espaço e camas. "Hoje temos 397 doentes, o que significa que estamos com uma taxa de ocupação, superior a 300 por cento", referiu Sachobongue, tendo justificado que a taxa normal de ocupação deveria rondar os 80 por cento.

Como alternativa, explicou, são obrigados a depositar quatro crianças na mesma cama, mesmo conscientes de que a prática constitui perigo quando as mesmas padecerem de doenças infecto-contagiosas.

OPAÍS apurou que só no mês passado, acima de 600 casos de malária deram entrada no banco de urgência, quando está em perspectiva a criação de um espaço alternativo para enfrentar os casos de "cama-chão". "Temos enfrentado muitas dificuldades sobretudo no manuseio. Mas, não temos muitas alternativas" salientou.

Faltam médicos e enfermeiros

Outra preocupação prende-se com a falta de recursos humanos. O número actual de médicos e enfermeiros que a unidade possui é insuficiente para a demanda. Dispomos de pouco menos de 13

médicos para atender centenas de pacientes por dia.

Embora existam alguns técnicos especializados, a pediatria tem contado com o reforço de estudantes estagiários, que ao concluírem a formação, regressam às suas zonas de origem. "Precisamos de mais 25 médicos", enumerou o director.

Este cenário, que se assiste um pouco em todo o país, verifica-se numa altura em que o Presidente da República, João Lourenço, acaba de orientar a titular da Saúde, Sílvia Lutukuta, no sentido de se efectuar um novo concurso público no sector ainda este ano visando minimizar este défice no país.

8.17 Município da Chibia ganha novo sistema

Jornal de Angola
15 De Fevereiro de 2018

Mais de mil pessoas que vivem nas localidades de Tchituto e Matemba, no município da Chibia, província da Huíla, passam, agora, a consumir água potável, com a entrada em funcionamento de dois sistemas de captação e distribuição do precioso líquido. O projecto, construído no âmbito do programa "Água para todos", custou aos cofres do Estado cerca de 50 milhões de kwanzas.

O furo de Tchituto é constituído por um sistema de captação de água com 31 metros de profundidade e um caudal de 4 mil litros hora. Conta, ainda, com urna infra-estrutura colectiva com urna bica de duas torneiras, quatro tanques de lavar, um reservatório plástico com 10 metros cúbicos de capacidade e um bebedouro para o gado. Por outro lado, o de Matemba, por seu turno, tem urna capacidade de captação com 63 metros de profundidade e 2 mil litros de água por hora, estando equipado com um sistema bombagem solar.

Tem, ainda, uma infra-estrutura colectiva que dispõe de quatro tanques de lavar, uma bica para o consumo de água, um bebedouro para o gado e bem assim como um reservatório metálico com capacidade de armazenar 10 metros cúbicos do precioso líquido.

Thenguilaci Kavivi, falando em nome dos beneficiários, disse que a população está satisfeita e que estes sistemas "vão minimizar as doenças causadas pelo consumo de água imprópria". Face à gritante escassez de infra-estruturas nos sectores da Educação e da Saúde, a população dessas localidades soltou o manifesto de socorro para atenuar a situação.

Nesse sentido, solicitaram às autoridades a construção de uma escola e de posto médico, para permitir, por um lado, a inserção de centenas de crianças que se encontram fora do sistema de ensino e, por outro, para garantir assistência médica e medicamentosa à população.

O director provincial da Energia e Águas, Abel João da Costa, disse que é compromisso permanente do Governo ir melhorando cada vez mais as condições de vida da população. Apelou, ainda à comunidade a estar vigilante com os empreendimentos colocado à sua disposição. O administrador da Chibia, João Tichitocota, disse que além da população contemplada com os novos furos, existem outras comunidades há a espera dos mesmos serviços.

8.18 Chibia aumenta oferta no fornecimento de água potável

Jornal Economia & Finanças
16 De Fevereiro de 2018

Mais de vinte mil pessoas residentes nos diferentes bairros do município da Chibia, província da Huíla, passam, desde a passada quarta-feira, a beneficiar de água potável, com a inauguração de dois sistemas de captação e fornecimento, pelo director do gabinete provincial do sector da Energia e Águas, Abel João da Costa.

As infra-estruturas custaram 10 milhões de Kwanzas, cada uma e foram erguidas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA).

Em declarações à Angop, o responsável sublinhou que os sistemas estão devidamente equipados com placas solares, para a captação deste produto em 24 horas e possui dois tanques banheiros considerou que estes investimentos vão melhorar a qualidade e quantidade no fornecimento do líquido aos munícipes, prevenindo-os de eventuais

doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

"O governo vai continuar a atrair investimentos visando a extensão da rede de distribuição de água potável em todos municípios da Huíla, principalmente em zonas apontadas como as que mais sofrem com a escassez deste produto", disse.

A Chibia situa-se a 42 quilómetros a Sul do Lubango e conta com uma população composta por 190 mil 670 habitantes que vive, sobretudo, da agropecuária, fixados em quatro comunas, nomeadamente Capunda Cavi longo, Jau e Quihita e sede.

8.19 Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

A Linha de Crédito da China (Lcc) vai financiar 29% dos projectos de reabilitação de estradas e 20% das obras de construção de infra-estruturas do sector da energia e águas inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) em 2018, de acordo com cálculos do Expansão com base no Orçamento Geral do Estado para 2018.

Contas feitas, o crédito chinês vai financiar 13% dos 894,9 mil milhões Kz (4,3 mil milhões USD) do total do PIP, o equivalente a 117 mil milhões Kz (565 milhões USD).

A Linha de crédito chinesa vai financiar 29% do total da verba destinada aos projectos do Ministério da Construção e Obras Públicas, ou seja, o equivalente a 47,1 mil milhões Kz (227,6 milhões USD) dos 165 mil milhões Kz. Os projectos deste ministério financiados pela Lcc são somente para reabilitação de estradas um pouco por todo o País (ver página 4). Este tipo de intervenção nos municípios do Cuanza Norte é o projecto mais caro deste ministério a ser financiado pela China, com um custo de 3,1 mil milhões Kz.

O Ministério da Energia e Águas vai receber a segunda maior fatia dos financiamentos chineses em 2018, um total de 20% dos 350,1 mil milhões

Kz disponíveis a este ministério, correspondendo a 70,5 mil milhões Kz. Entre os projectos, estão a reabilitação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e electrificação nas províncias do Bengo, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Luanda, Lunda Norte, Malanje, Huíla, Huambo e Namibe.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, considera que as dotações ao sector da construção são cruciais e vão animar o sector. No entanto, o 'patrão dos patrões' alerta que o recurso a financiamento chinês é uma porta aberta às empresas de construção do gigante asiático, em detrimento das operadoras nacionais.

Severino reconhece as limitações dos empreiteiros nacionais, mas apela ao Governo para que proteja as construtoras angolanas dentro do Sistema Nacional de Contratação Pública, bem como defende a necessidade de ampliar a abertura de concursos públicos para a adjudicação destas obras.

O presidente da AIA considera ainda que deve ser reforçada a fiscalização para que as obras tenham o tempo de execução planeado e evitar a repetição dos investimentos nos mesmos projectos, em cada dez anos.

Ministério da Energia e Águas é o campeão do PIP

O Ministério da Energia e Águas, com uma dotação de 350,9 mil milhões Kz é o órgão do Estado que recebe a maior fatia das verbas disponibilizadas para o PIP 2018. É também o ministério que vai 'gerir' os projectos mais caros, nomeadamente a construção do sistema de transporte de electricidade da barragem da Laúca, que custará 27,8 mil milhões Kz, seguindo da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, obra orçada em 25,2 mil milhões Kz. O sistema de transporte de electricidade da Central do Ciclo Combinado do Soyo completa o top 3 dos projectos mais caros do PIP 2018, com um valor total de 21,9 mil milhões Kz (ver página 4).

O Ministério da Construção e Obras Públicas, com 165,1 mil milhões Kz, é o segundo com maior peso no programa de investimentos públicos deste ano. A Defesa e os Transportes com 44,3 mil milhões e 40,4 mil milhões, vêm na terceira e quarta posição, respectivamente.

Luanda domina destino das verbas por província

A capital do País lidera o investimento do PIP em 2018, ao receber 241,9 mil milhões Kz. Malanje vem na posição imediata com 66,1 mil milhões Kz para a reabilitação de projectos naquela região. O Zaire vai receber 60,5 mil milhões Kz.

Por outro lado, o Namibe é a província que será menos abrangida por verbas do PIP, ao receber 9,1 mil milhões Kz, menos 800 milhões que a Lunda Sul.

O consultor Galvão Branco afirma que "temos decididamente de fazer recurso a outras modalidades" de execução de projectos e infra-estruturas "que não façam apelo a fontes próprias do OGE e/ou ao endividamento externo, como é o caso do recurso intensivo às parcerias público-privadas" e outras formas de financiamento privado. "É também importante otimizar a despesa pública, assegurando melhores padrões de qualidade das empreitadas, impondo regras de fiscalização e supervisão mais rigorosas e qualificadas", defende o consultor.

Por seu lado, o Ceo da MotaEngil Angola, Francisco Franca diz que a quebra de verbas do PIP 2018 em 7,4% face ao ano anterior é o reflexo das políticas do Governo. O responsável sublinhou que a crise não pode ser factor de "receio" de trabalhar com o Estado, porque "com maior ou menor dificuldade, o Estado sempre foi cumprido" das suas obrigações.

"Nesse sentido a redução de 7,4% reflecte um esforço dos diversos sectores que no futuro permitirá um maior investimento no sector público", refere o gestor.

8.20 Governo reclama perda do património imobiliário

Jornal Economia & Finanças

16 De Fevereiro de 2018

Texto: António Eugénio

Os activos patrimoniais imobiliários mais valiosos da província foram entregues a custo zero, a gabinetes de desenvolvimento que não dependem do Governo Provincial de Luanda (GPL), o que está a dificultar no pleno funcionamento das estruturas.

A informação é do governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, durante um encontro com o Presidente da República, João Lourenço que manteve na sede da província, na sexta-feira passada, e que visou fazer o balanço da actividade de campo, realizada em vários pontos da província no dia anterior.

Na sua intervenção, onde o governante fez o diagnóstico da província, Adriano Mendes de Carvalho disse ser "incompreensível" que a Zona Económica Especial (ZEE), detentora de grandes extensões do território do município de Icolo e Bengo e de Viana, algumas das receitas de impostos e taxas arrecadadas e comparticipações não dão retorno aos cofres do Gp1.

Num encontro concorrido, - acrescentou que a gestão da rede de semáforos não está sob o controlo do Governo local, e indica que o actual sistema de recolha de lixo e resíduos sólidos está desadaptado para o actual momento, o que motivou a reactivação de uma comissão criada para a redefinição de novos modelos operacionais e eficientes.

Uma outra aflição das autoridades locais prende-se com a ocupação ilegal de terrenos, por um lado, e o abandono de terrenos pelos proprietários, que também originam as ocupações ilegais, criando problemas para as administrações.

Problemas

Adriano Mendes de Carvalho enumerou algumas "disfunções" que estão a comprometer o desenvolvimento socioeconómico da província.

Para ele, à fragilidade das infra-estruturas já em estado de exaustão, ao estado precário das vias secundárias e terciárias, à falta de água potável e energia eléctrica, à ineficiência na prestação de serviços encravam o progresso de Luanda.

Em relação ao abastecimento de água potável, o Gpl quer trabalhar em parceria com o departamento ministerial encarregue desta pasta, no sentido de se tirar proveito da proximidade dos rios Kwanza e Bengo.

Neste segmento, Adriano Mendes de Carvalho, apontou mesmo os constrangimentos, com destaque ao baixo consumo per-capita de água potável, nas zonas urbanas, peri-urbanas e sobretudo rurais, onde as populações estão a

contrair doenças graves devido a má qualidade da água consumida.

A meta do Gpl é atingir, nos próximos dois ou três anos, um índice de distribuição de 80 por cento, através da intensificação do investimento no sector.

Consta do programa a aplicação de medidas pontuais de melhoria do trânsito na cidade, com o aumento dos operadores de transportes colectivos urbanos (autocarros e táxis), além de melhorar a iluminação e garantir a segurança pública.



8.21 Viana não há combate aos mosquitos

Jornal O PAÍS
19 De Fevereiro de 2018
Texto: Lemos Ganga

Desde já o meu grande abraço à equipa do jornal O País.

Sou morador de Viana e funciono na baixa de Luanda. Neste período de fortes quedas pluviométricas que assola a nossa Luanda, aumenta também o surgimento de mosquitos por causa das águas paradas. Seria pois nesta fase em que os serviços de Saúde de todos os Municípios deveriam colocar em circulação as viaturas destinadas ao combate dos mosquitos. Felizmente moro no bairro do Capalanga, verdade seja dita, só vejo os carros de fumigação na tv quando reportam a entrega destes meios, mas nunca pude vê-los nos bairros a fazer o respectivo combate. Vejo sim, apenas e algumas vezes ali nos arredores do 10 de Maio, largo das heroínas, dos ministérios etc. Será que a nível de Luanda não foram distribuídas essas viaturas para a mesma finalidade, por cada Município? Ou será que as instituições sanitárias aguardam por um eventual surto de malária para substituir a prevenção pelo combate?

8.22 Cartoon

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2018

8.23 Cartas dos Leitores

Jornal de Angola
21 De Fevereiro de 2018
Texto: Armanda Luís, Gervásio António e Conceição Lucas

Limpeza dos bairros

Não percebo por que razões as operadoras de limpeza não retiram os resíduos das vias secundárias e terciárias dos diferentes bairros da cidade de Luanda. Eu penso que as operadoras de limpeza não deviam a limpar, apenas, as vias principais asfaltadas. Elas deviam entrar pelos bairros ali onde for possível, para retirarem de lá o lixo. As pessoas pagam a taxa de lixo, mas têm de limpar as suas ruas. Espero que, se discutir um novo modelo de limpeza de Luanda, que se considere a possibilidade de as operadoras de limpeza, fazer recolha de lixo em vias secundárias e terciárias. Que não se coloquem nessas vias contentores para não dificultar ainda mais a circulação rodoviária. Os cidadãos dessas ruas secundárias e terciárias só tinham de acondicionar bem o lixo para facilitar a sua recolha. Acho que é justo que quem paga uma taxa (e muitas pessoas neste país ganham muito mal) deve ter direito a um serviço de recolha de lixo eficiente. Acho que se devia rever o montante da taxa do lixo. Penso que a taxa de lixo é muito elevada, tendo em conta que há milhares de famílias que têm rendimentos de trabalho muito baixos. Apelo às autoridades

para reverem o montante da taxa do lixo. Deve haver, quanto a mim, maior sensibilidade em relação à vida das pessoas mais carenciadas.

Merenda escolar

Gostava de saber o que se vai fazer em termos de merenda escolar nos nossos estabelecimentos públicos de ensino de base. Eu penso que a merenda escolar deveria estar entre as prioridades das nossas autoridades ligadas à Educação e a outros organismos que têm também responsabilidades ao nível do ensino. As nossas crianças precisam de ter uma merenda nas escolas públicas em que estudam para se evitar a desistência e o mau desempenho escolar.

É preciso que se tenha consciência de que há um universo de muitos milhares de crianças que e só têm uma refeição por dia. O Estado deve estar atento a esta realidade e tomar medidas imediatas. Deve ser missão do Estado assegurar que as nossas crianças comam alguma coisa ao longo do tempo que ficam na escola. Muitas das crianças que vão à escola não comem absolutamente nada nas suas residências, porque os pais são pobres e só lhes podem dar o jantar. É necessário que se conheça o país real que se aja com rapidez para proteger as camadas vulneráveis da nossa população. Os governantes devem dispor de informação sobre o que realmente se passa ao nível do nosso ensino público, em particular nas escolas primárias.

Eleições autárquicas

Fiquei satisfeita com o facto de o Presidente da República, João Lourenço, ter anunciado a realização de eleições autárquicas antes de 2022. A experiência mostrou que os países que mais se desenvolvem são os que têm um elevado grau de descentralização. Não devemos ter medo da descentralização. Acredito que se tivéssemos descentralizado há mais tempo muitos dos problemas que temos hoje nos municípios não teriam ocorrido. Acho que foi um erro não se ter implantado o poder autárquico há mais tempo. Se a vida se faz nos municípios, como se costuma dizer, então que se passe para o processo de descentralização, com ou sem gradualismo.

Não se justificam o receio que ainda há em relação à descentralização. A descentralização administrativa tem mais vantagens do que desvantagens. A descentralização administrativa

gera progresso. Por que razão não imitamos o que há de bom noutros países, mesmo os que estão próximos de nós? Queremos ser diferentes dos outros, mas não avançamos em muitos domínios. Isto de querermos estar orgulhosamente sós não funciona.

8.24 Saneamento

Jornal O PAÍS

21 De Fevereiro de 2018

Texto: William Carvalho

Oiço dizer com frequência que Luanda não está preparada para receber cargas pluviométricas, facto que gera em mim certa tristeza decoração.

A melhoria no trânsito feito em Luanda, passa não só pela mudança de consciência dos condutores, mas também pela reparação das vias terciárias como meio para descongestionar o tráfego rodoviário.

Bairro Popular, Palanca, Terra Nova, Nelito Soares, São Paulo, Precol, Bairro Operário, Petrangol, Pedreira, Cerâmica, Cefopesca, Vidrul, Golf I e II, Capolo I e II, Calemba II, Camama, Fubú, Sapú I e II, Rasta, Iraque, Bitá, Robaldina, Grafanil, Estalagem, Km30, Zango I, II, III e IV, Rocha Pinto, Gamek, Kifica, Morro Bento, Zonas Verdes, Ramiro, Samba etc., são alguns bairros e zonas que sem saneamento, com águas, lama, lixo, ratos, baratas e cheiros nauseabundos, fazem de Luanda em época chuvosa um verdadeiro "curral de porcos" '.

Em muitos deles, os pedestres se convertem por vezes em homem-aranha por trepar paredes ou pular entre pedras para se deslocar, e "o mais caricato é que ricos, governantes e modestos cidadãos, retiram das garagens os Lexus, V8 e Patrol para circular em charcos e poças d'água porque quando chove, safa-se quem tem um 4x4.

Desse modo, como se vai evitar e combater a febre-amarela, a malária, as doenças diarreicas agudas e tantas outras que a ela se associam?

Estamos independentes há 43 anos, gozando uma paz efectiva há 16 e só há 4 anos surgem os primeiros sinais de urbanização com as centralidades. Por que razão até à data presente não é requalificada os bairros herdados da era

colonial que tão bem podem contribuir para a melhoria das condições sanitárias da cidade?

E, agora que estamos com esse orçamento que vai todo para pagar a dívida pública, não sei quando é que se fará tal requalificação! Sena capital está assim, que dizer das restantes províncias!

8.25 Cartoon

Jornal de Angola
22 De Fevereiro de 2018



8.26 Falta milhão de contadores no sistema pré-pago de luz

Jornal Economia & Finanças
23 De Fevereiro de 2018
Texto: *Isaque Lourenço*

O subsector eléctrico angolano controla, neste momento, um milhão e 300 mil clientes dos quais 300 mil estão já conectados à rede pré-pago, e isso nas províncias de Luanda, Malanje e Namibe.

O desafio imediato é conseguir financiamento para a produção e instalação de 900 mil novos contadores.

Para o ministro João Baptista Borges, que recentemente falou em entrevista à Tv Zimbo, o plano de universalização do acesso à energia eléctrica em Angola não acontece antes de 2030, mesmo que se façam todos os investimentos necessários. Não existindo investimentos, disse, muito menos se podem apontar datas para a concretização de tão grande objectivo.

O titular da Energia e Águas disse que embora nos últimos dias se registem perturbações no fornecimento eléctrico às cidades, e muito por culpa das fortes chuvas, com a entrada em final de Março da terceira turbina de Laúca, com 300 megawatts de energia, juntando-se aos actuais 600 gerados pelas duas turbinas em funcionamento, vai-se sentir muito menos restrições.

João Baptista Borges disse ainda que Laúca, cuja fase de enchimento da albufeira é atingida também já agora em Abril, permitirá que a luz eléctrica deste aproveitamento presente nas províncias de Luanda, Malanje, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Uíge possa estender-se ao centro de Angola, concretamente ao Huambo e ao Bié.

Além dessas cifras, que abonam em favor do sector, Baptista Borges explica que Laúca permitiu ainda poupar-se diariamente um milhão de litros de diesel (gasóleo) gastos com as centrais térmicas, expressando, segundo cálculos do JE, uma cifra numérica de 135 milhões de kwanzas/dia.

PT's à margem da lei

Uma garantia que o ministro deixou é que os preços praticados pelos fornecedores privados de serviços de electricidade por via dos Postes de Transformação (PT) vão ser regulados, pois eles agem à margem da lei. Contudo, disse que estes ainda são necessários, uma vez que o sector não pode assumir já a distribuição em toda a parte do território nacional.

Conforme disse, de momento, só 40 por cento da população tem acesso à electricidade. Destes, 90 por cento vive nas cidades, sendo também esta uma razão da necessidade de retirada dos subsídios do Estado à tarifa eléctrica, cenário que faz antever, para breve, ajustes nos preços que são cobrados.

De todas as formas, a periferia de Luanda deve ganhar, brevemente, novas 300 mil ligações, assegurando um cumprimento rigoroso do plano de segurança energética que estabelece 2011 a 2025 como o prazo de implementação das metas do Executivo.

Vida na água

Quanto ao subsector das águas, o andamento do programa "Água para todos", com uma execução de 67 por cento e que previu dar acesso ao bem a

sete milhões de famílias nas zonas rurais, a meta é que ao menos 80 por cento deste seja concretizado, isto é 5,6 milhões de famílias acedam à água tratada.

O governante lembrou, nesse capítulo, que ainda 80 por cento do preço de luz e água é pago pelo Estado em subsídios. Daí que, o plano de criação e revitalização de 19 empresas provinciais de água (uma vez que Benguela e Lobito têm cada uma) é prioridade. Estas terão de permitir, também no quadro da municipalização dos serviços, que as populações tenham acesso a água e, mais do que isso, paguem aquilo que consomem de forma justa (proporcional ao que gastam) e regular.

8.27 JLo cria comissão para rever contratos de 365 milhões de dólares na limpeza de Luanda

Jornal Visão

23 De Fevereiro de 2018

Em causa está o despacho presidencial de 10/18, de 08 de Fevereiro, a que a Lusa teve acesso e que refere a necessidade de se actualizar os contratos celebrados entre o Estado e as empresas que prestam serviços de higiene pública e limpeza urbana na província de Luanda', criando para o efeito uma comissão de trabalho intersectorial.

A limpeza pública é considerada um dos maiores problemas de Luanda, metrópole com cerca de sete milhões de habitantes, por constituir um dos principais focos de transmissão de doenças.

A comissão criada pelo decreto assinado pelo chefe de Estado, João Lourenço, fica encarregue da preparação das condições necessárias para a melhoria do modelo de gestão de resíduos urbanos" na capital, coordenada pelo governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho.

Integra ainda os secretários de Estado do Ambiente e das Finanças e Tesouro, bem como o vice-governador provincial para a área económica, o presidente do conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos, o Director Nacional do Ambiente e o Director Geral do Instituto Nacional de Gestão do Ambiente, entre outros responsáveis, nomeadamente dos ministérios das Finanças e da Energia e Águas.

Com 30 dias para apresentar conclusões ao Presidente da República, esta comissão deverá analisar e propor soluções visando actualizar o Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda, sugerir "procedimentos, mecanismos céleres e exequíveis" para promover a construção de unidades de tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos, bem como estudar formas de "alargar e melhorar" as fontes de financiamento dos custos com as operadoras de limpeza.

A imprensa noticiou em Agosto de 2016 que o novo modelo de limpeza então aplicado em Luanda iria custar naquele ano 365 milhões de dólares (292 milhões de euros), segundo despachos assinados pelo então Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

As empresas em causa, incluindo a Vista Waste/Suma, do grupo português Mota - Engil, iniciaram as operações de limpeza e saneamento básico da capital angolana no final de Abril de 2016, enquanto os contratos com a adjudicação dos trabalhos foram feitos em Julho do mesmo ano.

A contratação, lê-se nos cinco despachos a que a Lusa teve acesso na altura, envolvia igual número de operadoras "especializadas" em limpeza, saneamento e gestão de resíduos sólidos, "visando elevar os níveis de salubridade com vista à melhoria do ambiente urbano': contratadas para todo o ano de 2016.

Entretanto, o Presidente angolano, João Lourenço, exigiu a 09 de Fevereiro último que seja alterado o atual modelo de recolha de resíduos sólidos, para o transformar num novo negócio do qual a população possa se beneficiar dos seus subprodutos, nomeadamente energia, adubos e fertilizantes.

A recomendação de João Lourenço consta de um comunicado final saído da reunião que realizou naquele dia na sede do Governo da Província de Luanda, com o governador da capital angolana, Adriano Mendes de Carvalho, membros do executivo e administradores.

8.28 Lixo e venda ambulante

Jornal Manchete

23 De Fevereiro de 2018

Na ponte pedonal da Vila da Gamek a agitação começa logo às primeiras horas do dia. As vendas decorrem mesmo nas barbas dos agentes da Polícia que ali são colocados para impedir esta prática. Os comerciantes estendem tudo que têm para vender no solo da ponte e deixam apenas uma pequena passagem para as pessoas. Cenário idêntico verifica-se na pedonal do Golf II, a confusão começa logo na entrada, onde estão engraxadores, vendedores de jornais e mulheres a confeccionar alimentos. Enquanto isso, os outros vendedores colocam-se ao longo dos corredores apregoando os seus produtos aos megafones. Um cidadão queixando-se a uma rádio sobre a desordem que se verifica nas pontes pedonais, sugere que as empresas de limpeza e saneamento devam regularmente "visitar" as pedonais no sentido proporcionar limpeza e saneamento.

Quanto a Polícia Nacional, segundo a fonte, devia igualmente providenciar segurança na medida em que muitas passadeiras passaram igualmente a ser ocupadas por potenciais criminosos.

8.29 Recomendado novo plano para melhorar saneamento

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2018

Texto: Augusto Cuteta

Luanda poderá contar, em breve, com um plano director municipal metropolitano, uma sugestão apresentada por um grupo de engenheiros, arquitectos e urbanistas ao governador, para ajudar as autoridades a controlar de forma mais eficaz as obras de carácter urbanístico a serem realizadas na província.

O engenheiro Resende Oliveira, o primeiro ministro da Construção do então governo da República Popular de Angola, e um dos participantes ao encontro com o governador Adriano Mendes de Carvalho, referiu que o plano vai permitir que se autorize; acompanhe, fiscalize melhor a ocupação dos solos.

"A ocupação de terrenos tem de ser realizada com responsabilidade e discernimento. Não se pode admitir que cada um chega e ocupe os solos", disse o antigo ministro da Construção do Governo de Agostinho Neto.

Para tal, os peritos em engenharias e arquitectura recomendaram ainda ao governo a criação de uma estrutura para as autoridades provinciais acompanhar, fiscalizar e autorizar ou não a forma de ocupação e utilização dos solos.

Enquanto isso, explicou Resende Oliveira, os engenheiros e arquitectos deverão aconselhar as autoridades da província a proceder urgentemente à desobstrução de todas as linhas de água, valas de drenagens de Luanda, no sentido de permitir que as casas mal construídas e lixo mal colocados sejam retirados, para que essas infra-estruturas funcionem em pleno.

Outro participante ao encontro com o governador provincial é o engenheiro civil António Venâncio, que defendeu uma maior fiscalização profissionalizada e de rigor nas obras, principalmente na rede rodoviária e de drenagem na capital, para se evitarem os grandes erros de engenharia que se verificam nalgumas artérias.

António Venâncio deu exemplo de várias obras ao nível do tráfego rodoviário e de drenagem e colecta de águas residuais, com destaque para as avenidas Ngola Kiluanje, 21 de Janeiro, Deolinda Rodrigues e a vala da Senado da Câmara, que considera serem "trabalhos com grandes erros de palmatória".

Com um total de oito milhões de habitantes, a província de Luanda tem outros problemas, que também foram criticados pelo engenheiro. Um deles tem a ver com as obras das cidades do Kilamba e do Sequele, que têm edifícios que apresentam muitas fissuras.

Para o engenheiro civil, estas edificações tiveram muitos problemas na sua construção, principalmente nos seus assentamentos que vinham dos solos, avançando que as fundações terão falhado nalguns locais, daí as fissuras.

António Venâncio realça que estas obras são igualmente um exemplo de que a falta de fiscalização é um dos factores que fez com que se chegasse à actual situação dos prédios das duas

pequenas centralidades, uma terminologia da qual discorda plenamente.

Kilamba não é centralidade

Com mais de 20 mil apartamentos, a Cidade do Kilamba é habitada, há quase cinco anos, mas grande parte dos seus edifícios apresentam já muitos problemas, que o engenheiro acredita que ainda podem ser solucionados.

"É preciso que as pessoas admitam os erros e chamem os técnicos para que ajudem a corrigir as falhas actualmente detectadas", alerta António Venâncio, para quem as obras do Kilamba e do Sequele podem ter tido problemas com os assentamentos diferenciais resultantes da má compactação dos solos ou de um péssimo estudo dos terrenos.

O engenheiro civil afirma que as obras em causa podem ter alguma qualidade, mas seriam melhor executadas se houvesse uma fiscalização profissionalizada.

Questionado sobre a designação das mais novas cidades de Luanda, António Venâncio considera ignorância daqueles que decidiram considerar Kilamba e Sequele de centralidades. "Uma centralidade não tem nada a ver com um conjunto de casas, mas algo relacionado com memórias, urbanismo e comportamento das pessoas, como era a zona da Gajajeira e a Mutamba".

O especialista em fiscalização e obras públicas diz que as centralidades no Kilamba e Sequele podem surgir em função do desenvolvimento dessas localidades e do comportamento dos seus moradores.

"Alguém criou esse termo de centralidade, que não é, de certeza, um engenheiro, urbanista ou arquitecto, mas uma obra da mesma pessoa, se calhar, que inventou erradamente o termo autoestrada, à actual avenida Fidel Castro Ruz", remata.

8.30 A chuva é obra da natureza

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2018

Nas grandes cidades, onde é visível a pressão demográfica com ela a degradação de algumas das

condições, nomeadamente o saneamento, a época de chuva vem como que destapar todos os outros males. Linhas de águas obstruídas, obras públicas mal concebidas, construções privadas que lesam o ordenamento do território, que acabam descobertas pelas chuvas. Como alguém, inoportuna ou adequadamente até a apelidou de "fiscal das obras", um epíteto metafórico que, concordemos ou não, se aplica bem ao fenómeno natural.

Mas a chuva é obra da natureza e contra ela pouco ou nada os humanos podem fazer, restando sobretudo a ampla margem de manobra para adaptação aos seus efeitos. E mais do que nos queixamos sobre os eventuais danos causados pelas chuvas, facto incompreensível atendendo a sua previsibilidade, é fundamental que saibamos criar as melhores condições para os bairros periféricos.

Não podemos continuar a assistir ao crescimento dos bairros em Luanda e de outras grandes cidades de Angola, com todos os males que acentuam os efeitos prejudiciais provocados pelas chuvas.

Um destes, que constitui um grande desafio para cidades em expansão como Luanda, é sem sombra de dúvidas a inexistência de uma funcional, eficiente e viável rede de esgotos.

Os bairros periféricos, grande parte deles vindos à existência por acção directa e indirecta de construções anárquicas, acentuaram os desafios no que ao estabelecimento de redes de esgotos e drenagem das águas domésticas e pluviais dizem respeito.

As autoridades da província, por via das suas unidades técnicas de limpeza e saneamento, com o concurso de empresas de construção, realizaram alguns projectos estruturantes para viabilizar a drenagem das águas. Mas estamos aindalongo de uma ampla estrutura que viabilize a drenagem de águas sobretudo na época das chuvas. A carga de água das chuvas que se abateu há dias sobre a cidade foi, o bastante para inviabilizar a mobilidade de pessoas, inundar escolas ao ponto das mesmas ficarem sem aulas e, como se não bastasse, causar mortes. Todas estas situações podem ser evitadas se formos capazes de materializarmos um plano estruturante, a médio ou longo prazo, para definitivamente ninguém deixar de ir trabalhar, ir à escola, irão médico, vender num mercado por causa da chuva.

As valas de drenagem, em muitas vias da cidade de Luanda, ajudaram significativamente a drenagem das águas, mas não há dúvidas de que muitas linhas de água acabaram obstruídas por construções anárquicas.

Urge a apresentação de um plano vasto, pragmático e exequível que sirva para fazer face aos desafios de falta de redes de esgotos em todos os bairros de Luanda para que passemos a encarar a chuva como mal menor. Luanda tem apenas cinco a seis milhões de habitantes, com uma densidade populacional ainda sustentável e não faz sentido que não tenha um projecto virado para um futuro com redução substancial dos efeitos nefastos das chuvas. Não podemos perder de vista que existem cidades africanas que possuem quase do dobro da população de Luanda, mas que apostaram muito no estabelecimento de redes de esgotos e valas de drenagem.

A ocupação dos solos, as obras de construção civil, apenas para mencionar estas duas acções humanas, devem ser permanentemente concebidas em função das cargas pluviométricas. Urge sensibilizar as famílias e pessoas singulares sobre uso correcto das valas de drenagem, sem descurar a eventual penalização daqueles que persistem em fazer das valas de drenagem locais para a colocação de lixo. Porque, de resto, a chuva é obra da natureza, cabendo aos seres humanos a ter capacidade de adaptação.

8.31 Conselho de Aguas reunido em Luanda

Jornal de Angola
27 De Fevereiro de 2018

O Vice - Presidente da República. Bornito de Sousa, orienta hoje. Na Cidade Afta, a primeira sessão ordinária do Conselho Nacional de Águas. O Conselho é um órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo. Coordenado pelo Vice presidente da República.

Ao Conselho compete assegurar a compatibilização das políticas de gestão de recursos hídricos com as de ordenamento da orla costeira. Promovendo a participação das comunidades locais na gestão dos recursos hídricos através dos conselhos regionais de bacias

hidrográficas. Integram ainda o Conselho os ministros da Energias Águas. Ambiente.

Administração do Território e Reforma do Estado. Agricultura e Florestas. Recursos Minerais e Petróleos. Pesca e do Mar. Hotelaria e Turismo, Transportes. Indústria. Interior. Construção e Obras Públicas. Ordenamento do Território e Habitação. Economia e Planeamento. Relações Exteriores, Finanças, justiça e Direitos Humanos e da saúde.fazem. igualmente. Parte do Conselho as secretários do Conselho de Ministros e para os assuntos Regionais e Locais do Presidente da República, bem como representantes das comunidades locais e das associações de utilizadores dos recursos hídricos.

8.32 Conselho Nacional de Águas define medidas para gestão de recursos hídricos Neusa Filipe

Jornal O PAÍS
28 De Fevereiro de 2018
Texto: Neusa Filipe

O Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, orientou, ontem, em Luanda, a primeira Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Águas, que apreciou o projecto de Diploma sobre o Regime Jurídico da Taxa de Captação de Água no domínio hídrico e que define as condições jurídicas necessárias à aplicação, à luz do Direito angolano, da taxa de captação de água.

No seu discurso de abertura, na primeira reunião, Bornito de Sousa considerou o Conselho Nacional de Águas um mecanismo para a aplicação de importantes instrumentos reguladores da gestão nacional e internacional partilhada dos recursos aquáticos, como são, a título exemplificativo, o Plano Nacional de Águas e a Lei das Águas.

O vice-presidente apelou, na ocasião, à gestão correcta dos recursos hídricos, no sentido de se assegurar o acesso das famílias e comunidades angolanas à água potável e ainda municipalizar a

prestação da assistência técnica aos equipamentos de energia e águas, introduzir tecnologias inteligentes de medição e cobrança do consumo, assegurar a sustentabilidade financeira das empresas prestadoras de serviços e promover o adequado tratamento das águas residuais.

No encontro foi ainda apreciado o Projecto de Regulamento do Fundo Nacional de Recursos Hídricos, em que serão definidas as regras e procedimentos inerentes ao estabelecimento, operacionalização, gestão, administração e controlo do referido Fundo.

Por outro lado, o Conselho apreciou o Regulamento dos Conselhos de Bacias Hidrográficas, que têm como missão assegurar a coordenação e articulação entre os diferentes sectores, públicos, privado e comunitário, no processo de planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

Por último, o Conselho apreciou os Planos Gerais de utilização e desenvolvimento das Bacias Hidrográficas dos rios Cuanza e Zambeze, em que se destaca a protecção e conservação dos meios hídricos condicionando o seu uso e exigindo áreas de protecção das águas superficiais e subterrâneas.

O Conselho Nacional de Águas foi informado sobre os projectos estruturantes relacionados com a estiagem nas províncias do Sul de Angola.

Relativamente a esta situação de seca e escassez de recursos hídricos que afetam o centro e o Sul de Angola, o vice-presidente da República referiu que as mesmas requerem soluções estruturantes que acabam por ser, a prazo, mais económicas do que o recurso repetido a soluções de emergência.

8.33 Índices de cólera afligem habitantes de Mbanza Calumbo

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

Texto: Alberto Bambi

Os moradores da localidade de Mbanza Calumbo, município de Viana, em Luanda, revelaram, Terça-feira, 27, a O PAÍS, que, de algum tempo a esta parte, estão a registar casos isolados de cólera, fruto da água não tratada que consomem.

Segundo a coordenação do bairro, no final do ano passado reportaram a situação às entidades superiores do sector da Saúde local que, num encontro de concertação com os responsáveis da Administração local, manifestaram tal preocupação, perante os mandatários da comuna.

"Em Dezembro de 2017, o senhor Daniel, administrador do Centro Médico de Calumbo, disse, na nossa presença, ao administrador municipal, que uma das principais preocupações do sector eram os casos de cólera que estavam a surgir no Mbanza Calumbo, por causa da má qualidade da água que o povo dessa área usa para beber, confeccionar os alimentos e para outros fins domésticos", relatou o coordenador, Faustino Modesto.

O líder do subúrbio em causa não entende, por isso, como é que a administração do centro médico e da comuna, com quem disse ainda ter mantido contacto sobre o assunto na manhã da reportagem de OPAÍS, não tomaram qualquer iniciativa para inverter quadro.

"Mas quando tocamos em assuntos que envolvem, directa ou indirectamente, a necessidade de projecção de água potável no Mbanza Calumbo, os responsáveis da Administração Comunal se limitam a ouvir-nos, não dizem se vão ou não resolver", desabafou o coordenador do bairro situado próximo do rio Cuanza. Recordou que a única tentativa de minimizar a situação desta carência, por parte dos responsáveis comunais, aconteceu em 2008, quando houve a entrada em funcionamento de um chafariz que, de acordo com os habitantes, só funcionou por alguns meses.

Ainda em Julho do ano passado, na única visita que o actual administrador municipal de Viana fez ao Mbanza Calumbo, prometeu resolver os problemas expostos pela comissão de moradores, principalmente o da água, energia eléctrica, bem como de serviços de saúde.

"A situação do transporte foi ponderada com a falta de uma estrada asfaltada ou devidamente terraplanada", recordou Isabel Pedro Razão, que encontrou no calor da disputa eleitoral a razão para a referenciada visita de campo do administrador Jeremias Dumbo.

Importa referir que a comissão de moradores dessa área de Luanda já remeteu uma informação sobre

o assunto ao Governo da Província de Luanda (GPL), que acusou a entrada da mesma, por via de uma rúbrica na cópia do mesmo documento.

Continuando no uso da palavra que, oportunamente, havia retirado do seu coordenador, a moradora e nativa da localidade ribeirinha, serviu-se da função de conselheira, que ocupa há mais de cinco anos, para dizer que as promessas vãs feitas aos populares de Mbanza Calumbo se justificavam pelo facto de alguns dirigentes da localidade não sentirem a sua e a dor dos seus vizinhos.

Relativamente aos invocados casos de cólera, Isabel Razão contou que a sua filha, Maria Neto, de 19 anos de idade, foi, recentemente acometida de dores na região do estômago que, rapidamente, se fizeram acompanhar por vômitos, diarreia e dor de cabeça.

Ao buscar os serviços médicos na sede da comuna, ela foi aconselhada a levar a filha para o hospital do Zango, em função da gravidade, mas Isabel Razão optou por levá-la ao Hospital Municipal de Capalanga, de onde a paciente foi transferida para uma unidade hospitalar de Luanda com mais capacidade técnica e humana.

"Depois do tratamento, aconselharam-me a assentar a convalescente numa área onde, pelo menos, há água canalizada, a fim de não voltar a acontecer o fenómeno", referiu Isabel, adiantando que a sua filha poderá não regressar mais ao bairro.

8.34 Negócio de água em alta

Jornal O PAÍS
28 De Fevereiro de 2018

Pelo facto de ser gritante a necessidade de água tratada, alguns motoristas de camiões-cisterna que têm as girafas de Calumbo como a fonte de carregamento dos seus depósitos, viram na referida necessidade a oportunidade de fazer negócio.

Coincidentemente, no momento em que ainda ocorria esta reportagem, um cidadão estrangeiro, invocado como cubano por alguns moradores presentes no local, estacionou o seu camião-cisterna a cerca de 50 metros, projectou o tubo

para a bacia de 30 litros, enquanto cobrava os correspondentes 200 Kwanzas.

Os condutores de motorizadas de três rodas também entraram em cena no negócio da água, por constituírem o último recurso de certos moradores, que, por via do aluguer dos serviços dos únicos detentores de táxi, nas deslocações Mbanza Calumbo-sede comunal e vice-versa, aceitam transportar bidões de água para os encher, em troca de menos de 100 Kwanzas por cada um dos recipientes referenciados.

Outra alternativa criada pelos populares da zona para encher os seus recipientes tem a ver com a troca de produtos agrícolas com os préstimos dos peregrinos que possuem viaturas. Porém, tal prática acontece mais nas ocasiões em que a Igreja Católica celebra um grande evento religioso.

8.35 Pavilhões rodeados de lixo

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2018
Texto: Sampaio Júnior

Os pavilhões para uso desportivo devem ter um conjunto de características muito específicas e não devem, de maneira alguma, estar a coabitar com resíduos sólidos, mau cheiro, moscas, baratas e ratos que invadem o recinto onde jogadores e espectadores correm sérios riscos de contrair doenças. Este é o actual momento que vivem as duas unidades de referência para a prática de desporto em Benguela, constatou o Jornal de Angola

O Pavilhão das Acácias Rubras esteve sob gestão da Associação de Basquetebol de Benguela e o Matrindindi sob responsabilidade da congénere de Andebol, tutela que lhes foi retirada por razões que não mereceram uma justificação fundamentada' e as infra-estruturas desportivas estão nesta situação triste, afirmou o presidente da Associação de Andebol de Benguela, Rui Ferreira.

O presidente da associação considerou que estes pavilhões têm tido uma elevada capacidade para acolher partidas de "sala", e são empreendimentos construídos com a perspectiva de aumentar a vitalidade das actividades desportivas na província, retirar a juventude da ociosidade. É triste que não se consiga ter um pavilhão à altura das

necessidades, lamenta o dirigente, ressaltando que o que falhou foi a falta de manutenção e rentabilização que se esperava, com a realização intensiva de actividades desportivas.

" os últimos anos deixámos de ter em Benguela a realização de campeonatos de monta em ande boI. Tudo devido ao actual momento de degradação que os dois pavilhões se encontram. Urna situação complicada para Benguela, que é o viveiro do ande boI no pais", disse.

Rui Ferreira acrescentou que o investimento efectuado, na construção de infra-estruturas desportivas de diferentes níveis, era uma mais-valia, e apontou que devia haver um plano de manutenção dos equipamentos, o que não aconteceu com os pavilhões públicos construídos na cidade Benguela.

"E lamentável olhar para o Pavilhão das Acácias e Matrindindi e registar que estão votados ao abandono. Sem uma correcta gestão aos investimentos, a unidade desportiva deixou de ter as melhores condições para proporcionar aos utentes um serviço de qualidade, adequado à sua tipologia e funções", acrescentou.

Um modelo de gestão adequado, se fosse implementado, rentabilizaria e permitiria o funcionamento das instalações desportivas com a qualidade que se determinou, por altura da sua concepção, que é oferecer aos utilizadores funcionamento e animação desportiva do espaço, defendeu Rui Ferreira.

"Devíamos ter cuidado bem destas infra-estruturas desportivas, para delas tirar bastante proveito, com a realização de eventos direccionados para a formação, treino desportivo, uso escolar ou realização de competições oficiais de diferentes modalidades, o que não está acontecer. Estamos a deixar estragar as duas únicas unidades desportivas com carácter público. Isto não é correcto, precisa-se uma intervenção urgente da Direcção dos Desportos de Benguela", salientou.

Competir perto do lixo Montanhas de lixo, moscas e um cheiro nauseabundo são os vizinhos do Pavilhão das Acácias Rubras em Benguela. A infra-estrutura foi construída junto de uma zona residencial e os populares escolheram a parte frontal da unidade desportiva para o depósito de lixo, por considerarem ser o sitio onde a

operadora de recolha de resíduos sólidos mais rapidamente pode fazê-lo, revelou cidadão Marcos Tchipilica.

" Nos vivemos aqui no bairro dos Navegantes com grandes montanha de lixo, e a solução encontrada foi depositar aqui defronte ao pavilhão, por merecer alguma atenção das operadoras de recolha ou da Administração Municipal. As populações clamam há muito por um ambiente mais sadio", disse.

Os espectadores, que se deslocam ao Pavilhão para assistir a uma partida de andebol, basquetebol ou futebol salão, queixam-se do cheiro nauseabundo resultante da decomposição do lixo depositado a céu aberto, num autêntico atentado à saúde pública e ao direito a uma vida em ambiente são.

"Sentimo-nos sufocados com o mau cheiro. Moscas, baratas e ratos invadem as nossas casas. Corremos sérios riscos de contrair doenças' e outros bichinhos encontram albergue no próprio pavilhão", desabafou João António. O morador das redondezas acrescentou que já foram feitas reclamações junto da coordenação do bairro, no sentido de prevenir as autoridades sobre os perigos com a saúde pública, tanto para os moradores quanto para os desportistas ou espectadores.

João António acrescentou que, com o Início da época das chuvas, o quadro epidemiológico vai piorar, destacando as diarreias, doenças respiratórias agudas, malária e febre tifóide.

8.36 Surto de malária causa vários óbitos

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2018

Texto: Domingos Mucutal

O surto de malária que assola município de Chipindo, Norte da província da Huíla, já matou mais de 20 pessoas, de Janeiro a Fevereiro do corrente, confirmou ontem no Lubango, o director provincial da Saúde.

Eleutério Hivilikwa disse ao Jornal de Angola, que a situação sanitária do município que se situa a cerca de 450 quilómetros do Lubango, capital da província, é preocupante porque dos 2.173 casos registados, 13 resultaram em óbitos.

A Direcção Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros confirma, no relatório periódico que de Janeiro a 20 de Fevereiro foram registados 25 óbitos, dos mais de 3.029 casos diagnosticados. Eleutério Hivilikwa explicou que a avaliação da equipa de técnicos da direcção provincial destacada no município mostra que o número de 20 mortes representa o número de casos registados nas unidades sanitárias.

"Pode haver casos de mortes fora dos hospitais. As constatações confirmam realmente que o município está assolado por uma epidemia de malária. Visitamos todas as comunas e as mortes mais frequentes aconteceram em crianças, devido a complicações de malária e anemia", afirmou.

Por falta de condições para tratamento, muitas crianças são transferidas em estado grave para a província do Huambo, que dista a cerca de 150 quilómetros da sede do Chipindo. Porém, por resistência de muitas Famílias, ocorrem algumas mortes.

O director provincial da Saúde da Huíla disse, por outro lado, que a instituição que dirige mobilizou médicos intervencionistas para avaliação correcta de casos graves, organizar os serviços de pediatria e formar médicos residentes.

Acrescentou que foram mobilizados mais equipamentos para o banco de sangue e viaturas de fumigação, mosquiteiros, medicamentos e pessoal clínico para assegurar o cumprimento das medidas de combate à doença.

Eleutério Hivilikwa disse que a situação do Chipindo é preocupante. A região, que conta com quatro médicos especializados em clínica geral, os casos ascendem ao número médio de ocorrências registadas, comparativamente aos períodos anteriores.

Salientou que a situação sanitária da província está controlada, todavia, inspira cuidados, sobretudo devido ao aumento de casos nos municípios da zona norte e leste, designadamente, Matala, Jamba, Kuvango, Quilungues e Caluquembe.

8.37 Titulares de licença de utilização de recursos hídricos passarão a pagar uma taxa

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Siva, informou que os titulares de licença de utilização de recursos hídricos, designadamente os produtores de energia hidrelétrica, as empresas de distribuição de água, empresas ligadas à agropecuária, as indústrias e outros sectores que consomem água, passarão a pagar ao Estado uma taxa de utilização desses recursos hídricos. Apesar de não ter avançado o valor exacto a ser pago, Luís Filipe da Siva esclareceu que a referida taxa vai apenas incidir sobre os detentores de licença de consumidor e que não vai encarecer o que já tem sido praticado pelo pequeno consumidor. Disse tratar-se de um valor unitário que vai recair sobre o metro cúbico de água que é consumido ou reutilizado.

"Fizemos uma apreciação no geral deste documento que ainda vai ser submetido à apreciação do Conselho de Ministros antes da sua aprovação pelo Titular do Poder Executivo", disse, o secretário.

O Conselho Nacional de Águas é considerado o órgão de consulta do Titular do Poder Executivo, no domínio do planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos nacionais, criado por Decreto Presidencial número 76/17, de 05 de Abril.

Coordenado pelo vice-presidente da República, tem como atribuições assegurar a compatibilização da política de gestão de recursos hídricos como as políticas de ordenamento da orla costeira e promover a participação das comunidades locais na gestão de recursos hídricos, através dos Conselhos Regionais de Bacias Hidrográficas.

8.38 Três casos de aviso

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

Alberto Afonso asseverou dizendo que as duas ocorrências recentes que acometeram duas crianças de menos de seis anos, em Mbanza Calumbo, deviam servir de aviso às entidades de direito da comuna, ao invés de minimizarem a situação. "O que costuma acontecer é que, enquanto a situação está no início, os dirigentes

fazem vista grossa, até dizem que não se trata de cólera, mas, depois de a comunidade estar a ser afectada, e aparecer na televisão, aí é que já há vontade de assumir o caso e dar o grito de socorro aos seus superiores hierárquicos", considerou Alberto Afonso' reiterando o apelo aos líderes da comuna para resolverem as inquietações dos moradores.

No vizinho bairro de Kakila houve problemas do género, porque um dos casos, que deixou incapacitado o posto de saúde local, passou pelo Mbanza Calumbo, segundo contou o morador deste último subúrbio, que vê o problema como o próximo fenómeno das zonas ribeirinhas sem água potável se não houver intervenção do Estado, no sentido de dirimir a situação.

Alberto falou do projecto de carro comunitário que a Administração Comunal de Calumbo tinha, ao ponto de ter referido que havia mesmo um camião cisterna que procurava minimizar a carência de água, abastecendo, inicialmente, a população dessa área com o precioso líquido, uma vez por dia. "Só que, passados alguns dias, o carro passou a aparecer apenas uma vez por semana, para, antes de desaparecer totalmente, marcar uma presença mensal", realçou o entrevistado.

8.39 Cartoon

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2018



8.40 Indústrias passam a pagar taxa de utilização da água

Jornal De Angola

28 de Fevereiro de 2018

Texto: José Bule

Os concessionários ou detentores de lisença de exploração de recursos hídricos vão passar a pagar uma taxa de utilização de recursos hídricos, anunciou ontem o secretário de Estado para Águas.

Luís.Fílpe da Silva, que falava no final da I sessão ordinária do Conselho Nacional de Águas (CNA) na condição de porta - voz, avançou que o Regime Jurídico da Taxa de captação de Aguano Domínio Hídrico, apreciado na reunião de ontem, vai agora ser submetido à apreciação do Conselho de Ministros, antes de ser aprovado pelo Titular do Poder Executivo.

"O valor indicativo merecera ainda algum aprofundamento. Mas os utilizadores com direito de concessões ou titulares de licenças para utilização de recursos hídricos, como as empresas de distribuição de agua, irrigação e as indústrias serão mesmo obrigadas a pagar uma taxa sobre o metro cúbico de água consumido", sustentou.

o secretário de Estado para Águas explicou que os membros das comunidades rurais, como os camponeses , que vivem junto aos cursos de água ou nas zonas ribeirinhas' e que fazem uso do produto nas suas actividades diárias, nos campos agrícolas, estão isentos do pagamento de qualquer tipo de taxa.

A taxa de captação de água, uma das modalidades impostas para utilização dos recursos hídricos, constitui um instrumento económico de valoração da água, como recurso natural finito, escasso, limitado e não renovável cuja protecção, conservação, preservação e valorização impende sobre os Estados, através da adopção de políticas próprias, incluindo as de natureza tributária.

Além do Projecto de Diploma sobre o Regime Jurídico da Taxa de Captação de Água no Domínio Hídrico, a sessão ordinária do Conselho Nacional de Águas, orientada pelo Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, analisou o Projecto de Regulamento do Fundo Nacional de Recursos Hídricos, tendo

estabelecido as regras e procedimentos inerentes à sua operacionalização, gestão, administração e controlo.

Outro documento analisado é o Regulamento dos Conselhos de Bacias Hidrográficas, para assegurar a coordenação e articulação entre os diferentes sectores públicos, privado e comunitário, no processo de planeamento' gestão e utilização dos recursos hídricos.

O diploma visa a conciliação e compatibilização de interesses entre os diferentes sectores e utilizadores dos recursos hídricos, além de prevenir e arbitrar os conflitos, no âmbito de uma bacia ou região hidrográfica, nomeadamente' os órgãos da administração, agentes económicos e as comunidades rurais, no quadro da elaboração e execução dos Planos Gerais de Utilização e Desenvolvimento de Bacias Hidrográficas.

Gestão dos recursos

Na abertura da reunião, o Vice- Presidente da República exigiu a gestão correcta dos recursos hídricos, para assegurar o acesso das famílias e comunidades angolanas à água potável, bem como municipalizar a prestação de assistência técnica aos equipamentos de energia e águas.

Bornito de-Sousa defendeu a introdução de tecnologias inteligentes de medição e cobrança do consumo para assegurar a sustentabilidade financeira das empresas prestadoras de serviços, promovendo o tratamento mais adequado das águas residuais.

O Vice-Presidente lembrou que o país possui 77 bacias hidrográficas, das quais 47 principais e 30 secundárias, incluindo aquelas que partilha com outros países, designadamente as cinco bacias hidrográficas transfronteiriças dos rios Cunene, Cuvelai, Cubango/Okavango, Zaire ou Congo e Zambeze.

A título de exemplo, o rio Zambeze'exige uma gestão partilhada com pelo menos cinco outros países por onde passa, ou seja, a Zambía, Namíbia, Botswana, Zimbabwe e Moçambique", sublinhou o Vice- Presidente da República.

Bornito de Sousa disse que Angola é dos poucos países do mundo, abençoado com uma grande

rede de rios, lagoas, lagos, águas subterrâneas e uma longa costa marítima de aproximadamente 1.650 quilómetros de extensão, em largura, e um afastamento da costa que procura estender até 350 milhas náuticas, no quadro de uma facilidade proporcionada pelas Nações Unidas.

O Vice-Presidente reconheceu que, apesar da riqueza hídrica de Angola, o país continua a registar, sobretudo no centro e sul do país, situações de seca e escassez de recursos hídricos que afectam a qualidade de vida das pessoas, culturas, animais e indústrias, às quais requerem soluções estruturantes que acabam por ser, a prazo, mais económicas do que o recurso repetido à soluções de emergência.

"Não é por acaso que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis para 2030 assinalam, com prioridade, garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos. Só que a água é um bem escasso", concluiu o governante.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Policiamento insuficiente e falta de iluminação facilitam assaltos

Jornal de Angola
05 De Fevereiro de 2018
Texto: Fula Martins

A famosa "Via Expressa" que liga Cacucaco ao Benfica, continua a ser palco de roubos, sobretudo de viaturas. Geralmente, os assaltantes recorrem à armas de fogo para intimidar as vítimas e" como resultado, em muitas ocasiões, registam-se mortes ou ferimentos graves dos ocupantes ou proprietários dos meios rolantes.

Depois de testemunhos de várias pessoas, assaltadas nos táxis, vulgo candongueiras, pelos condutores e cobradores dos mesmos, a polícia garantiu ter reforçado a segurança em toda extensão da via Expressa, por meio do patrulhamento.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia de Luanda, Intendente Mateus Rodrigues, disse, em entrevista ao Luanda, Jornal Metropolitano, que o reforço de vigilância é visível em toda extensão da Avenida Comandante Fidel de Castro. "Quem circula nesta via constata a presença dos agentes da polícia", destaca Mateus Rodrigues, assegurando que os marginais são detidos e as viaturas recuperadas.

Por sua vez, o nosso Jornal, fez uma reportagem na via em questão, a semana passada, e constatou que o reforço propalado pela polícia verifica-se, apenas, no período diurno, onde efectivos da Polícia Nacional e da Brigada Especial de Trânsito cumprem os seus papéis. Porém, no período nocturno, registamos ausência total de policiamento.

MOMENTOS DE PANICO

Relatos de quem já aí viveu momentos de pânico, por assalto ou rapto, com arma de fogo apontada à cabeça, ilustram a premência de garantir a

segurança dos cidadãos que circulam, tanto naquela importante via, como noutros locais.

Já se passaram três anos desde que o senhor Gabriel Lopes foi raptado. Estava nas imediações da bomba de combustíveis da Pumangol, em Viana, as 21h00, quando foi abordado por dois elementos armados. Não reagiu, parou a sua viatura de marca Hyundai Tucson. De seguida, os homens entraram para o carro, retiraram-no do lugar do conductor e um dos meliantes assumiu o controlo.

Sentado no banco ao lado do condutor, com o carro em andamento e uma arma apontada, pelo outro bandido que se instalou no banco de trás, o proprietário da viatura foi questionado sobre os cartões multicaixa, dinheiro, família e trabalho.

Naquele dia, o senhor Gabriel Lopes resolvera sair mais cedo para passar por uma padaria. Esta alteração da rotina foi fatal. Os meliantes pouparam-lhe a vida, mas "fui obrigado a dar o dinheiro da empresa que estava comigo. Eram 1.234.000,00 de Kwanzas que tinha para pagar salários aos meus funcionários e dois telemóveis", contou com semblante triste. O assalto sofrido pela automobilista, Josefa Luís do Nascimento, na noite de quarta-feira, 27 de Dezembro 2017, nas imediações do Inter-Viana, veio aumentar o sentimento de insegurança que diariamente assola os luandenses. A senhora conta que foi tudo muito rápido; "Só deu tempo para descer da viatura", disse. A vítima agradeceu a Deus pelo facto dos assaltantes não terem cometido nenhuma violência contra ela.

Josefa Nascimento, na altura do assalto conduzia uma viatura de marca Toyota Prado. Ia em direcção ao Cemitério de Viana, quando percebeu que estava a ser seguida por uma viatura de marca Suzuki, modelo Swift, na qual seguiam dois homens.

Optou por entrar num supermercado, onde fez compras. Após sair da loja, perto do Centro de Reabilitação Física de Viana, numa zona com vários buracos na via, teve que reduzir a velocidade, o que foi suficiente para os assaltantes consumarem o roubo.

"Mandaram-me descer e levaram a viatura com todos os meus pertences. Entrei em pânico porque não conhecia a área. Alguns minutos depois,

apareceu um taxista que parou e levou-me à esquadra de Viana, onde fiz a participação", narrou Josefa Nascimento.

A vítima encontrou, no dia seguinte, a sua viatura intacta nas imediações da fábrica Refriango. "Somente levaram as compras, os telemóveis e os cartões multicaixas", detalhou.

FALTA DE ILUMINAÇÃO AJUDA BANDIDOS

A falta de iluminação pública nas vias é apontada como uma das causas para alta taxa de crimes na província de Luanda. Este problema pode ainda estar longe de ser resolvido.

O Intendente Mateus Rodrigues assegurou ao Luanda, Jornal Metropolitano que a iluminação pública contribui significativamente para a segurança pública. Acrescentou que, onde existir iluminação a probabilidade de ocorrência de crimes é reduzida. O director esclareceu ainda que existem estruturas responsáveis pela iluminação pública, cabendo à polícia especificamente as "tarefas de redobrar a vigilância e procurar respostas céleres aos casos que possam ocorrer".

Sobre a "Via Expressa", sabe-se que a mesma deveria estar totalmente iluminada mas, tal não acontece porque foram roubados os transformadores e materiais eléctricos.

DIMINUIÇÃO NO ROUBO DE VIATURAS

A cidade de Luanda registou, em 2017, uma diminuição de 385 roubos ou furtos de viaturas, comparativa- mente ao ano anterior. Sob ameaça de arma de fogo, nos últimos três trimestres de 2017, centenas de viaturas foram roubadas ou furtadas, na capital do país. Em entrevista ao Luanda, Jornal Metropolitano, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, da Delegação Provincial do Ministério do Interior em Luanda, Intendente Mateus Rodrigues, disse que, de Janeiro a Novembro, foram roubadas ou furtadas 405 viaturas, o que dá, em média, mais de um caso por dia. Comparando com o mesmo período do ano anterior, Mateus Rodrigues afirma que houve uma diminuição, na ordem de 385 roubos de viaturas.

O nosso interlocutor garantiu que, pela acção policial, foram recuperadas 405 viaturas das quais 173 foram devolvidas aos legítimos proprietários e

232 viaturas estão por entregar. Ainda de acordo com indicação do Intendente Mateus Rodrigues, as viaturas de marca Mitsubishi, Toyota, Suzuki, Kia e Hyundai estão entre as mais visadas pelos assaltantes, sendo as mulheres, as principais vítimas.

9.2 Marginais controlam Samba Pequena

Jornal O PAÍS

12 De Fevereiro de 2018

Director do jornal O PAÍS obrigado pela oportunidade que me concede neste espaço. Sou cidadão angolano nascido na província de Benguela, vivo no Distrito Urbano da Samba, província de Luanda.

Aproveito este espaço para mostrar a minha inquietação quanto aos constantes assaltos que se têm verificado aqui no meu bairro, concretamente na Samba Pequena, junto ao Motel Sunsent.

No local, os marginais, com idade compreendida entre 18 e 19 anos, realizam as suas acções a qualquer hora do dia. Não têm medo de ninguém, assaltam residências, cantinas dos cidadãos estrangeiros e nacionais.

Por este motivo, eu e os meus vizinhos já demos participação à esquadra da Polícia Nacional na Camuxiba e a resposta que nos é dada é: "vamos reforçar o patrulhamento naquela localidade". Mas não serviu para nada. A verdade é que os assaltantes continuam a aterrorizar os moradores.

Por isso, peço ao comandante da Polícia da Samba para colocar mais agentes na rua para que possamos viver com alguma tranquilidade. Aliás, alguns vizinhos estudantes deixaram de ir à escola com o medo de serem assaltados.

No Sábado passado, cortaram o braço do meu vizinho defronte ao Motel Sunset, porque não queria entregar o telefone, cuja marca não interessa neste momento porque estamos a sofrer.

Quero que a Polícia Nacional detenha aqueles bandidos...

9.3 Moradores da Boa-fé pedem armas de fogo

Jornal Visão
16 De Fevereiro de 2018
Texto: António Sacurvaia

Em entrevista ao Correio da Kianda, um dos moradores que não quis se identificar, disse que só esta semana, no quarteirão em que o mesmo vive, mais de cinco casas foram assaltadas numa única noite.

"De anteontem para ontem cinco casas foram assaltadas, outros assaltos aconteceram do outro lado, mas no nosso quarteirão, pelo menos, cinco casas foram assaltadas, outras mães de cinquenta e dois anos foram partidas as cabeças e cortadas as orelhas", denunciou, garantindo que até meninas de nove anos estão a ser violadas e que são mesmo moradores do bairro que praticam estas acções.

Segundo disseram, quando ligam para a Polícia a informação que recebem é que não podem ir porque também têm vida.

Por outro lado, denunciam também a falta de energia eléctrica, outra causa que faz com que os 'amigos do alheio' cometam os crimes a seu bel-prazer sem a intervenção da Polícia.

"Os vizinhos estão a abandonar as casas, porque quando anoitece, por volta das 19 horas, os bandidos atiram pedras nas casas, onde até sentimos as paredes a estremecerem", lamentou.

Alguém viu ali a Policial?

Os moradores contaram que a solução para se mudar o actual quadro é pedir armas de fogo as autoridades. "Desta maneira, poderemos estancar a criminalidade no nosso bairro e punir os malfeitores, já que nem mesmo a Polícia consegue enfrentar os marginais que actuam na zona", sublinharam.

Outra interlocutora ouvida, pela nossa reportagem, disse que até as 19 horas já se torna difícil circular pelo bairro, e como exemplo, contou que o seu marido terá sido espancado, assaltado, e posteriormente foi-lhe retirado tudo o que trazia, inclusive a roupa.

E foi assim que ele chegou em casa, "só de cuecas". Tudo aconteceu por volta das 20 horas, numa das valas daquele bairro.

Os assaltos acontecem a mão armada segundo contam, e poucas vezes tem havido intervenção da Polícia.

Por estarem constantemente a serem alvos de assaltos, foi daí que surgiu a ideia de pedirem armas de fogo à Polícia no sentido de enfrentarem os delinquentes.

"Nós queremos ajuda, por isso pedimos a quem de direito que nos ajude porque estamos mesmo mal. Saímos das casas de aluguer em vários bairros de Luanda para viver em casas próprias, aqui na Boa-fé, mas infelizmente não temos sossego", afirmaram, garantindo que não têm outro lugar para ir, caso contrário, fariam como os outros "que estão mesmo a abandonar o bairro para fugir a criminalidade", denunciou.

9.4 A criminalidade

Jornal O PAÍS
20 De Fevereiro de 2018
Texto: George Gabriel

Podemos perceber que o direito de ir e vir está cada vez mais limitado em Angola. Porque acontece isso? Nota-se uma situação lamentável, aonde a criminalidade vem sendo um caso de preocupação, pois o que se presencia são vidas tiradas inocentemente como quem se toma um objecto sem valor.

Além disso, o número de vítimas do crime cresce notavelmente, não só nos grandes bairros como era antes associado, mas também em lugares simples e pequenos, factos que puderam ser notados no ano de 2013 com as ondas de assassinatos principalmente em Luanda, sendo executadas pessoas que saíam em busca de diversão para sentirem-se muitas vezes revitalizadas para mais um dia de trabalho e infelizmente o esforço de uma vida toda termina pelas mãos de quem não sabe o que é ter amor pela vida e tão pouco a grandiosidade dos sonhos.

Tudo isso ocasiona um refúgio aos cidadãos que temem o contacto social, sendo obrigados a deixar seus momentos de lazer devido à tamanha violência.

Não podemos esquecer que hoje a participação de jovens menores em crimes está se tornando algo

comum, uma vez que as leis não determinam punições.

Mas, ainda assim acreditamos que existe solução para tal situação, através da educação de qualidade, no reforço à segurança pública e privada e na conscientização pelo respeito ao próximo. Contudo, a sociedade Angolana clama por socorro que será atendida quando a busca pela paz passar a ser uma missão de todos.

9.5 Moradores criam malícia para combater criminalidade

Jornal O Crime

24 De Fevereiro de 2018

Texto: Manuel Camalata

Antigamente, aqui era bom, mas agora está mal. Ninguém consegue andar pelo bairro a partir das 19 ou 20h, principalmente se você vive mais lá, ao fundo do bairro", disse o nosso primeiro entrevistado, Joaquim Castelo Branco, na zona da Robaldina.

O mesmo conta que, no dia em que fez o pedido de noivado à namorada, encontrou a casa dele arrombada e os meliantes levaram todos os bens que ali havia, situação que o obrigou a mudar de residência e arrendar outra em quintal comum, onde diz sentir-se mais seguro.

A fonte conta ainda que há duas semanas houve uma rixa entre dois grupos rivais, que resultou em dois mortos. "Há alguns dias, os miúdos assaltaram uma cantina às 18h e levaram muita coisa. Graças a Deus, não mataram ninguém", acrescentou, enquanto morador da zona da Robaldina há três anos.

Silvano Afonso vive no bairro desde 1992, na rua principal da Robaldina. Segundo ele, os primeiros grupos de marginais que existiram ali eram formados por jovens adultos, mas que, com o passar do tempo, desapareceram. Porém, a sua preocupação está relacionada com o facto de adolescentes se juntarem a grupos para cometer os mais diversos crimes no bairro. Ele recorda que há duas semanas, quando saía de casa às 19h para ir trabalhar, recebeu uma ligação dos irmãos, informando-lhe de que o pai tinha sido vítima de um assalto à mão armada, bem na porta de casa, diante dos filhos. Segundo conta, os quatro

meliantes que assaltaram o seu pai levavam consigo duas "estreling" e uma pistola do tipo "Starbucks". Mas, para o seu conforto e com ajuda da Polícia, apanharam-nos.

O mesmo revela ainda que, antes da chegada da nossa equipa de reportagem ao local, dois jovens adolescentes roubaram o telemóvel de uma jovem que acabava de descer do táxi, bem à frente de um agente regulador de trânsito, que pediu auxílio à população, mas não foi capaz de deter os meliantes, por isso é que agora há aí um "patrulhar". "Aqui é mesmo assim, meu irmão. Todos os dias há assaltos. Esses grupos praticam todo tipo de acções", sublinhou.

Este jovem que vive na travessa entre a Rua dos Fiéis (conhecida como Rua da Robaldina) e a Rua da Vaidade revela que para contrapor a onda de crimes cometidos na zona os moradores criaram as "uniões dos vizinhos a cada sector do bairro, que quando se deparam com uma acção criminosa nele, alertam-se entre si e todos saem em socorro de quem estiver a ser assaltado. Felizmente, com isto temos apanhado muitos meliantes aqui no bairro e levamos à Polícia, mas só que depois eles os soltam", lamenta.

Quando questionado sobre a proveniência dos meliantes que tiram o sono aos moradores, o mesmo responde: "são mesmo os miúdos do bairro. Todos nós conhecemos e sabemos quem são os seus pais e suas casas, só que, quando vamos à esquadra queixar-nos deles, o meliante é capturado, mas depois é mesmo na esquadra que dizem ao meliante para ter cuidado com os vizinhos Fulano e Sicrano, pois são eles que vieram aqui queixar". O jovem justifica essa sua acusação dizendo que maior parte dos meninos delinquentes que fazem assaltos e roubos à mão armada na Robaldina são filhos de agentes da Polícia e que vivem também no bairro.

Outro jovem, na mesma rua, junto à igreja Católica, mormente na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, contou que, no dia anterior, sua vizinha regressou a casa traumatizada, pois quando ia ao supermercado, situado na famosa zona do Coelho, assistiu uma viatura Toyota Hiace que fazia o serviço de táxi a ser assaltada, às 9h, por dois meliantes que se faziam transportar em uma motorizada.

Munidos de duas pistolas, ameaçaram e receberam o dinheiro do cobrador e dos passageiros, bem como os telemóveis, tendo, de seguida, se posto em fuga pela Rua do Sol Dourado. A jovem que estava na companhia do nosso entrevistado acrescentou que "os meliantes pretendiam mesmo levar a viatura e só não a levaram por saber que não podiam demorar muito aí, até porque há seguranças da loja e do banco nas imediações, e também porque havia muita gente a assistir. Eles colocaram todos junto à parede para ninguém gritar, até nós que só estávamos de passagem", recorda a jovem ainda traumatizada.

Além deste, o jovem disse ter assistido, há uma semana, na zona das Cinco Curvas, dois meliantes, que também se faziam transportar em uma motorizada, a imobilizar um jovem com urna arma de fogo do tipo AKM, a quem receberam a sua mochila e, de seguida, se puseram em fuga.

Enquanto decorriam as entrevistas, um jovem, que se identifica por Anacleto Júnior, aproximou-se e manifestou-se para também prestar declarações. Segundo ele, a noite é muito perigosa, sair ou regressar ao bairro. "Sempre que o relógio bate 19h, se ainda não estou em casa, prefiro mesmo não mais chegar ao bairro. Vou à casa de um parente no Cazenga ou nas imediações do ISTA, porque aqui é mesmo muito perigoso", teceu.

9.6 Especialistas analisam presumíveis razões

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

Na tentativa de identificar e esclarecer os crimes, muito dos quais também lesivo à moral e à religião, como o caso do incesto, o psicólogo diz que em alguns casos, os indivíduos que praticam actos do género padecem de perturbações de fórum psico-psiquiátrico. Nalgumas vezes, o problema é de índole cultural, fundada em rituais tradicionais e noutras, deriva das carências sociais que a sociedade enfrenta.

"Hoje, falta quase tudo para a satisfação das pessoas, e como tal, elas vão à busca de um estímulo como forma de encontrar resposta para as suas frustrações que nem sempre são as mais

correctas aos olhos da sociedade e do Estado", frisou.

Já o sociólogo Abreu Dala Gongga, também chamado a apresentar o seu ponto de vista, considera que essas situações que colocam em causa a dignidade, o respeito, a moral das pessoas e da sociedade podem, em alguns casos, estar associados ao período conturbado que o país viveu durante décadas. Outrossim, o elevado índice de pobreza e a falta de emprego, tornam muitos indivíduos vulneráveis a condutas socialmente desabonatórias, e ainda, a falta de interação entre as instituições e os cidadãos, leva a que estes, por livre arbítrio, sigam caminhos errantes. "É preciso um compromisso interativo e corporativo entre as instituições e os cidadãos, no sentido de o Estado conceber uma orientação dos seus desígnios", advoga.

Além disso, o sociólogo considera que nos dias de hoje verifica-se uma ruptura muito grande nas relações familiares reflectidas na falta de diálogo, que acaba por retirar a possibilidade de haver uma sociedade sã e comprometida com uma consciência moral e digna em sociedade.

"A família tem uma responsabilidade moral fundamental para a construção da sociedade, assim como o Estado tem a responsabilidade defender os valores que fundamentam a própria sociedade".

Na mesma linha, o activista social Paulo Jorge, afirma que a sociedade está muito agressiva por conta da desestruturação familiar, a fuga à paternidade, a pobreza, as influências negativas da globalização. "Hoje grande parte das famílias enfrenta problemas sociais bastante acentuados. Há um conjunto de bens indispensáveis, e os pais e encarregados de educação que não conseguem prestar alimentos e outros benefícios básicos às suas famílias, vêem -se inibidos de impor ordem no seio familiar", sublinhou.

Por outro lado, o activista aponta muitos casos que envolvem o incesto e a pedofilia que estão por detrás de doenças do fórum psicológico, assim como práticas de feitiçaria. "Ora, não encaro como normal adultos violarem crianças de tenra idade, muito menos pessoas com a mesma linhagem familiar, directa, manterem contacto sexual com os seus descendentes. Isso é uma grande vergonha!", protestou.

9.7 Onda de criminalidade em Malanje inspira socorro social

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

Texto: Miguel José

Mil e 340 crimes e natureza diversa, 653 dos quais contra propriedade e 558 crimes contra pessoas, foram registados nos últimos quatro meses na província de Malanje, segundo informação prestada pelo director local do Serviço Provincial de Investigação Criminal (SPIC), Samuel Ramos Peso, no encontro de auscultação com a sociedade civil realizado recentemente no município sede.

Em consequência desses crimes, as autoridades detiveram 674 cidadãos em igual período. Segundo os dados apresentados pelo oficial, dos delitos praticados contra as pessoas, constam crimes de violações de menores, violações diversas, ofensas corporais e violações domésticas.

Em relação aos crimes de violação de menores, o chefe de Investigação Criminal, disse que do trabalho efetuado pelo SPIC se verificou que, normalmente, tais acções são praticadas por pessoas conhecidas, como vizinhos e familiares. Já os crimes de violência doméstica, são alegadamente provocados por carências sociais, relações extra conjugais, ciúmes, fuga à paternidade e falta de prestação de alimentos aos filhos.

Foram registados ainda 37 casos decorrentes de agressão física, abuso de uma pessoa contra outrem, envolvendo crianças e adultos, quer no relacionamento de âmbito conjugal, assim como, de ambiente familiar ou afim.

Segundo Samuel Peso, alguns casos referem-se à crença na feiticismo e à ingestão excessiva de bebidas alcoólicas, que resultam no cometimento de violações em locais de convívio e em praça pública.

"Geralmente, nos casos que envolvem a crença na feitiçaria, os seus autores recorrem a terapeutas tradicionais e kimbandas, que por sua vez aconselham os mesmos a praticarem relações com as filhas, sobrinhas e netas, a fim de alcançar seus objectivos, tais como, a obtenção de empregos, ascensão profissional, até a hipotéticos benefícios materiais", apontou.

Menor de sete anos violada pelo pai e o avô

Assim, entre as várias ocorrências delituosas, as que mais indignam aos habitantes da terra da Palanca Negra Gigante, são por exemplo: o caso de violação de menor, ocorrida no bairro Azul, em que uma menor de sete anos foi abusada pelo pai e o avô. Outra violação ocorreu na comuna do Lombe (município de Cacuso), em que o vizinho, adulto, realizava coito anal com uma criança de três anos.

Apontou também o caso de uma menina de 13 anos que foi abusada sexualmente pelo padrasto a engravidá-la, ambos residentes no bairro Kanâmbwa. Nos registos da Polícia, consta ainda que um kimbanda, no bairro Kizanga, violou sexualmente uma jovem com problemas de infertilidade, sob promessa da mesma vir a engravidar.

Estes casos, em seu entender, não só espelham a tendência criminal, mas, também, atestam a crise de valores que enfermam as famílias e a sociedade em geral.

Em função das sucessivas ocorrências a sociedade é chamada a interpretar a natureza dos fenómenos à sua volta e contribuir para a sua solução. Deste modo, o padre Manuel Caueto, abordado sobre o assunto, diz que sociedade está doente, porquanto, não é normal que o avô se envolva com a sua própria neta e, ao mesmo tempo, o pai com a filha.

"É necessário que haja responsabilização por actos abusivos à integridade moral, por aqueles que os praticam. Precisamos de educar as pessoas a olharem para as filhas no real sentido e não como mulheres", desaprovou.

O sacerdote católico acrescenta ainda que os crimes que envolvem parentes próximos são sórdidos e devem merecer, veementemente, a reprovação da sociedade, pois, além de gerarem conflitos e separar as famílias, podem provocar marcas indeléveis na vida das vítimas. "Esse tipo de actos são condenáveis, quer pela lei civil quer pela lei religiosa, porque desestabilizam as famílias. No entanto, é um mal que desonra a sociedade", repudiou.

10. AMBIENTE

10.1 Inundações deixam estradas intransitáveis

Jornal de Angola

01 De Fevereiro de 2018

Texto: Alberto Coelho

A cidade de Cabinda tem estado a registar nos últimos dias chuvas intensas que têm causado danos consideráveis à cidade e aos seus bairros periféricos, bem assim como na vida normal da população.

Como consequência, sempre que chove com intensidade a região fica incarácterística e além das inundações tem provocado a destruição de casas e criando-se, em muitos casos, ravinas que dificultam a livre circulação dos cidadãos.

A escassez de esgotos e valas de drenagem provoca o acumular de areias, lama e lixo quer na cidade, quer nos bairros periféricos localizados nas zonas baixas. 1º de Maio, Lombo-Lombo, Chiweca, 4 de Fevereiro, Comandante Gika e A Vitória é Certa são os bairros mais afectados pelas enxurradas que se abatem sobre a região.

A última chuva que caiu sobre a cidade, há dias, inundou a maior vala localizada no bairro 12 de Maio, facto que provocou a intransitabilidade da via que liga a sede capital de Cabinda e o aeroporto Maria Mambo Café.

A referida vala clama por uma intervenção urgente para evitar que as águas das chuvas que escorrem do morro do Tchizo não afectem a pista, uma situação que inúmeras vezes impede a aterragem de aeronaves no aeroporto de Cabinda.

De acordo com os populares que vivem junto à vala, a inundações deveu-se a acumulação de lixo e outros detritos na manilha que serve de canal de drenagem das águas pluviais provenientes das zonas altas do morro do Tchizo.

Aliás, a inundações dessa vala, situada debaixo da avenida Duque de Chiazzi, que liga o centro da cidade e o aeroporto, torna-se frequente quando chove e deixa apreensiva a população que pede às autoridades uma intervenção urgente para debelar o problema.

Para prevenir possíveis danos, quer humanos quer materiais, a administração municipal de Cabinda tem já traçado uma estratégia de actuação para inverter a situação.

O administrador Arnaldo Puati Tomás garantiu que vão ser retirados todos os resíduos colocados na vala e que estão a impedir a passagem das águas e apelou a população no sentido de não voltar a deitar lixo nas valas de drenagem.

No bairro Simulambuco, a equipa técnica da administração de Cabinda que avalia os danos causados pelas chuvas constatou que as areias invadiram a linha de passagem das águas pluviais, causando a inundações das casas construídas em zonas de risco.

A regedoria do Liambo também ficou afectada significativamente com as chuvas que se abatem sobre a cidade.

O regedor Tiago Simba, preocupado com os estragos registados, disse ao Jornal de Angola que a chuva está a inquietar os moradores da área e um levantamento está a ser feito para identificar as pessoas afectadas e os danos causados.

Nessa localidade, as chuvas ameaçam cortar a circulação rodoviária devido ao crescimento de ravinas em vários pontos, sobretudo da estrada que liga as aldeias de Buco-Ngoio e Nzôngolo, o que tem estado a causar dificuldades aos automobilistas.

Em relação à situação, o administrador de Cabinda já está ao corrente do problema e promete avançar com um plano urgente de desassoreamento das valas de drenagem para permitir a evacuação das águas acumuladas.

"Algumas casas ficaram inundadas e torna-se necessário fazer se um trabalho de limpeza das valas que há muitos anos não beneficiam de manutenção", referiu Arnaldo Puati Tomás.

Quanto a ravina que ameaça cortar a circulação entre as localidades do Buco-Ngoio e Nzôngolo, Arnaldo Puati assegurou que o projecto que visa instalar no local um ponteco está já inscrito no Programa de Investimentos Públicos (PIP) do município.

"Essa ravina requer uma intervenção melhor e já temos planificado construir aí uma ponte que vai

facilitar a circulação de pessoas e não só", concluiu.

10.2 “Devastação da floresta deixa Angola mais pobre”

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: António Eugénio

O director executivo da Fundação Kissama para a área Ambiental e Administração, Vladimir Russo, faz uma incursão real e actual da economia verde e azul em Angola, No centro da conversa estão o reforço à fiscalização para evitar que muitas empresas contaminem a água, a captura de espécies marinhas em extinção e o abate de animais e de florestas que levam o Estado a perder milhões de dólares.

Afinal o que é economia verde?

Os princípios da economia verde assentam na economia que a entrada são sustentáveis e têm retorno, além dos negócios que são ambientais e seguros, cujas saídas também apresentam menos resultados negativos para o ambiente. Por exemplo, ao invés de deitar o vidro deve ser reciclado, até o vidro normalmente é deitado fora. E através de um processo de transformação são feitas novas garrafas. Porém, há um processo de reciclagem dos resíduos que normalmente é considerado como lixo e passam a ser matéria-prima.

E no sector da agricultura?

Outro exemplo é o desenvolvimento da agricultura não intensiva com produtos orgânicos onde não há o uso de pesticidas, pois há um processo de irrigação de gota a gota e uma poupança considerável de água e os produtos quando saem transformam-se em não agrotóxicos e não vão fazer mal à saúde daquelas pessoas que não lavam os alimentos com cuidado.

Fala-se muito de economia verde em Angola. Já há esta prática entre nós?

Não! Em Angola ainda temos algumas ideias. Há empresas que tentam se aproximar de alguns dos princípios, particularmente no que diz respeito à gestão de recursos. Esta gestão de recursos é mais liderada pela componente de viabilidade económica de sustentabilidade. Não conheço nenhuma empresa angolana efectivamente a fazer este negócio. Alguns vão tentando caminhar por aí. O sector dos petróleos é um deles e tem cuidado alguma parte da cadeia de produção numa perspectiva de sustentabilidade ambiental e depois há pequenas empresas que vão tentando adoptar práticas que sejam ambientalmente sãs particularmente àquelas que estão no processo de certificação da ISO, uma norma internacional de padronização internacional que define um conjunto de normas que as empresas deveriam seguir, se querem ser certificadas para garantir o negócio. Imaginemos que uma empresa produz parafusos todos têm de ser iguais. Para uma empresa que produz batata, o processo produtivo seja o mesmo, uma vez que produz leite ou uma empresa que fornece serviços de qualquer ordem tenha a qualidade do produto, mas também a qualidade da gestão ambiental.

Quais os passos que o Executivo deve dar para que a economia verde seja um facto em Angola?

Há muita coisa a ser feita a nível do Executivo. Um dos aspectos importantes é transformar a matriz energética que neste momento tem uma forte dependência e sobre a biomassa e os combustíveis fósseis e transformá-la numa matriz energética limpa. E para ser matriz limpa terá de ser sustentável pela hidroenergia, energia hídrica pelas eólicas e pelos painéis solares. E isso, é um processo que pode ser dado para transformar esse sector. Outro aspecto importante tem a ver com a gestão de resíduos, mas neste momento tentamos de uma forma geral que os resíduos que vão para o contentor de casa e depois para o aterro em alguns casos lixeiras.

Somente estes factores é que concorrem para desenvolver a economia?

É preciso que o país tenha um programa estratégico de gestão de resíduos sólidos urbanos que prevê faseadamente a instalação de aterros sanitários a nível de capitais de províncias e depois

municipais. Portanto, se isso, for executado, se houver uma gestão efectiva dos bens com recurso à reciclagem, a produção de energia através da matéria orgânica e utilização, poderemos estar a dar caminho para a economia verde. E isso faz-se a longo prazo e não no lucro imediato. E para o privado, é necessário investimento em termos de recursos financeiros, equipamentos e formação do pessoal, isto a curto prazo. A longo prazo, as perdas que terão as empresas serão muito reduzidas, comparando com o sistema actual que muitas delas utilizam.

Como especialista conhece algumas empresas que estio a dar passos seguros nesta actividade?

Lembro que há dois anos uma empresa fez uma espécie de concurso sobre a sustentabilidade ambiental e um questionário a várias empresas e em algumas delas foram premiadas, sobretudo para o sector petrolífero, serviços, sector das telecomunicações com base nos critérios definidos de sustentabilidade ambiental. Porém, já se está a dar algum passo.

Não temos economia verde?

A economia verde deve ser um princípio a ser implementado transversalmente no país e não temos.

Fala-se que daqui a 20 anos Angola pode atingir essa meta. Quer comentar?

A economia verde e a circular e o desenvolvimento sustentável estão assentes a um conjunto de princípios, muitos destes não são mensuráveis e muitos objectivos. Portanto, não vamos alcançar 100 por cento, porque há uma série de aspectos que não dependem de uma determinada empresa ou Governo. Contudo, estamos na direcção certa.

O sector florestal está incluso na economia verde e a ser devastado em grande escala?

Sim. É um sector crítico neste momento no qual há muitas reclamações, na medida em que há corte abusivo ilegal de florestas. É preciso aplicar-se as políticas que estão a ser preconizadas nesse momento face à situação actual. Deve haver cuida o no licenciamento dos processos e aproveitamento do produto da madeira e da serradura, criando programas do quadro do repovoamento florestal quer para a indústria do

papel no futuro, quer para a lenha, carvão e o sector madeireiro do ponto de vista de sustentabilidade económica. É necessário que sejam gizados mais planos, e aquilo que está no papel seja implementadora prática. É muito dinheiro que devia ajudar a combater a pobreza em Angola. Aliás, os que vivem nas áreas rurais são pobres.

Há muito prejuízo com o derrube de árvores?

Há. Angola é um país em franco desenvolvimento, e o saque dos recursos naturais pode trazer muitos problemas. A tendência de exploração dos recursos florestais é desordenada. As pessoas e as empresas tentaram fazer o uso abusivo dos recursos sem pagar taxas e cuidar do ambiente. Digamos que é um problema que a Europa teve no passado e teve que estancar. Fizeram isto nas suas colónias em África para se desenvolver rápido, hoje de forma lenta há países a cooperarem com Angola e no fim dão cabo da riqueza fora do contrato assinado, e deixam ainda mais pobres estes países.

Conhece algum país africano que conseguiu bons resultados com a implantação da economia verde?

Não há nenhum país africano que no seu todo conseguiu atingir a economia verde embora haja sectores que estão a trabalhar para isso, mas de uma forma geral, não existe. Há muito conluio com os que exploram e os habitantes de um determinado país.

A poluição marinha, a pesca industrial por parte de navios de outros países sem autorização é outro atentado à economia azul...

Este é um problema gravíssimo. Além do saque dos recursos estão a ser delapidadas todas as espécies marinhas, que depois se reflecte à ausência do peixe à nossa mesa. O pior é que muitas espécies com o tempo não existirão. Há m verdadeiro saque das larvas (peixe em crescimento) e espécies reprodutivas. Carregam tudo. Por exemplo, agora o marisco está raro e caro por todas estas acções que já acontecem faz tempo. É preciso travar isto com urgência.

Há também uma contaminação ambiental no mar em grande escala, isto é um grave problema?

Este mal somente acontece porque a fiscalização é muito fraca. E muitas empresas viradas à produção

de farinha de-peixe são as mesmas que atiram a farinha, e os fiscais ficam a olhar a farinha ser atirada ao mar e a exterminar o peixe como aconteceu recentemente no Namibe. Há muitos casos destes. É preciso punir os infractores com multas altas para que mudem de atitude. O sector petrolífero reduziu em termos de poluição marinha.

Já agora comente um pouco sobre o negócio de animais selvagens no âmbito da conservação das espécies...

Certamente muitas espécies estão a extinguir-se, pois o elefante por causa do marfim tornou-se no negócio apetecível para muitos, o leopardo por causa da pele é outro problema sério. Tem de haver medidas enérgicas para terminar com esta prática, pois Angola perde milhares de dólares com este acto, não bastam chamadas de atenção.

Então há necessidade de se estabelecer prazos para aplicação de medidas ou as datas são uma utopia?

As autoridades devem estabelecer prazos, senão não teremos como cumprir, basta recordar que todas as grandes cimeiras estabelecem datas, mas em alguns casos os intervenientes não cumprem. As datas servem como "barómetro" para que as pessoas envolvidas façam um esforço em cumprir.

Implica que com os oceanos, mares e rios constituem fontes de riquezas do mundo?

Geram biliões de dólares em bens e serviços, além de criarem empregos. Há estimativas de que em 2020 as actividades marítimas possam atingir um avultado valor financeiro.

E as estimativas da Agência Internacional de Energia apontam para um potencial energético renovável, oriundo dos oceanos de 400 por cento relativamente à actual demanda global de energia. Estas perspectivas indicam que o potencial azul africano está fora. A "Economia azul" do continente africano é composta por marés e oceanos, de águas subterrâneas, de rios e de vastos lagos dos quais os Grandes Lagos representam cerca de 17 por cento de água fresca à superfície, a maior percentagem a nível mundial. Dos 54 Estados africanos, 38 são costeiros e mais de 90 por cento das importações e exportações são efetuadas por via marítima. Juntando-se às actividades portuárias um dos acessos, mais

estratégicos para o comércio internacional em África. As zonas marítimas sob a jurisdição do continente totalizam cerca de 13 milhões de quilómetros quadrados, área subaquática equivalente a dois terços da superfície terrestre africana. Se explorado e bem gerido, vai alavancar as fortunas do continente.

Neste momento qual é o proveito que Angola tira na economia aquática?

Vão mas para a pesca, aquacultura, turismo, transportes, portos, energia e exploração mineira costeira. Associam-se aos recursos bióticos que permitem uma expansão nos sectores da pesca, aquacultura e a maricultura, e um investimento na indústria farmacêutica, química e cosmética.

Fale um pouco do nosso continente em relação ao aproveitamento da "economia azul"?

A África ao invés de ser o fornecedor habitual de matéria-prima bruta está em posição de partir para uma industrialização assente em recursos e de se tornar o centro do comércio mundial dos produtos de muito valor. Vários países africanos já estão a conceber estratégias que destaquem a economia azuis nos planos nacionais de desenvolvimento, mas neste momento a economia azul em África é fraca.

10.3 “Mãe pesada” pronta para proteger a madeira

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Arão Martins

O Ministério da Agricultura e Florestas começa, a partir de segunda-feira (5), a implementar, a nova regra na exploração e exportação da madeira no país, anunciou, no Lubango, o ministro Marco Nhunga Alexandre, quando falava no final do primeiro encontro com os empresários que actuam nos mais variados ramos do sector.

O governante assegurou que o Executivo aprovou a Lei que vai "disciplinar e tornar" a exploração da madeira sustentável.

Referiu que o fenómeno da extracção da madeira está a ser acompanhado por todos e o assunto tem sido amplamente abordado nas redes sociais e há

quem diga que o Executivo está a olhar pávido e sereno, sem reacção.

Disse que além das províncias do' Moxico e Cuando Cubango, a exploração da madeira é também assente, embora não tanto como no Leste, também acontece nas províncias do Uíge, Cuanza Norte, Bengo e Cabinda.

O ministro garantiu que novas medidas vão ser tomadas na exploração da madeira, ressaltando as medidas contidas na Lei das Florestas e Fauna Selvagem.

Disse que as medidas que vão ser tomadas não têm nada de dureza, mas sim vão ter o cunho de repor a ordem.

Marcos Alexandre Nhunga ressaltou que a primeira medida é o facto de já estar aprovada a... Lei das Florestas e Fauna Selvagem. Acrescentou que na mesma senda, também já foi aprovada a estratégia de povoamento e repovoamento florestal.

Explicou que é importante que o empresário que actua na área da pecuária, florestal, agrícola ou vegetal, tenha conhecimento da legislação do país relativamente as áreas.

Esclareceu que, o que se quer é o facto de que haja maior interacção para irem tomar já conhecimento das medidas a serem tomadas na exploração da madeira, porque, a partir do próximo ano florestal a situação da madeira vai ser disciplinada.

Exploração de madeira

O Ministério da Agricultura e Florestas recebeu, no ano passado, das províncias do Cuando Cubango e Moxico, 670 pedidos de empresários interessados a explorar madeiras nas duas províncias.

"Recebemos no ano passado da província do Moxico cerca de 350 pedidos de empresários interessados em explorar a madeira e 320 no Cuando Cubango. É impossível. Nem na província do Moxico e Cuando Cubango têm áreas para legalizar mais de 300 empresas a trabalharem na exploração da madeira", justificou o ministro, depois de frisar que no próximo ano iniciará o processo das concessões.

Entrepasto comercial

Quanto a comercialização da madeira em Angola, Marco Nhunga Alexandre, anunciou que vai passar a ser feita por intermédio de entrepostos.

"Os moldes de venda da madeira também vai ser feita noutras modalidades ao contrário do que se assiste actualmente, camiões a andar de um lado para outro, mas sim, vai se criar entrepostos de madeira", explicou.

O entreposto, disse, é o único lugar que servirá para a fiscalização da madeira, sendo que funcionarão estruturas ligadas ao sector do Comércio, Agricultura e Florestas, bem como da Administração Geral Tributária.

A intenção do Executivo, destacou, é de criar uma "espécie de bolsa, servindo de um local para se saber todos os detalhes sobre, a compra ou comercialização da madeira para diferentes fins".

10.4 Acesso a alimentos, bens e serviços básicos limitado pela inflação

Jornal O PAÍS

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Álvaro Victória

De acordo com o PDNA, o crescente défice de água e o agudizar da insegurança alimentar e das condições de nutrição deverão ser tratados de forma urgente, a fim de satisfazer as necessidades mínimas das populações afectadas e atacar as principais causas do abandono escolar, violência doméstica, migração, desflorestação.

Eis as outras conclusões do estudo:

Não obstante a seca afectar as três províncias, as condições parecem especialmente graves na província do Cunene, tendo em conta a já precária situação socioeconómica anterior à seca e a sua situação pós-desastre. Por estas razões, o Cunene deve receber assistência com carácter prioritário e as condições devem ser monitoradas de perto ao longo dos próximos meses.

O acesso a alimentos, bens e serviços básicos é limitado pela elevada inflação e pela redução da despesa pública, o que agrava o impacto da seca. A elevada taxa de inflação resulta dos cortes nos

subsídios aos combustíveis, da menor disponibilidade de alimentos nos mercados locais e da desvalorização da moeda (Kwanza), enquanto as baixas receitas devido à crise petrolífera obrigaram o Governo a reduzir drasticamente a despesa pública. Consequentemente, as autoridades locais não dispõem dos recursos necessários para responder plenamente à seca. Além disso, as interrupções no fornecimento de suplementos nutritivos conduziram ao encerramento de alguns centros de tratamento hospitalar e ambulatorial.

A menor produção alimentar e o acesso limitado aos alimentos estão a influenciar negativamente a segurança alimentar e a agravar a situação alimentar das famílias afectadas.

O consumo alimentar registou uma descida em termos qualitativos e quantitativos (uma ou duas refeições diárias sobretudo à base de papas de massango). As famílias viraram-se para fontes alternativas de alimentos e rendimento, como a produção/venda de carvão e a colecta de alimentos silvestres para consumo e venda.

Muitos relatos confirmaram o aumento dos casos de abandono escolar e o maior absentismo dos alunos devido ao impacto da seca, relacionado directamente com a fome e a falta de água, a maior necessidade de mão-de-obra infantil, a emigração, a transumância mais prolongada, as maiores dificuldades em ir buscar água para consumo familiar e ao encerramento de algumas escolas.

As condições ambientais estão a piorar, sobretudo devido à produção de carvão que tem registado uma trajectória ascendente desde 2012 e que conduziu a uma maior taxa de desflorestação e degradação dos solos.

10.5 Brigadas de conservação entram em acção nas estradas

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Adérito Veloso

Cerca de 160 pessoas, na sua maioria ex-militares e jovens das proximidades integram oito brigadas que vão garantir, a partir de agora, o corte de capim, limpeza das valas de drenagem, taludes, bermas, operações de tapa-buracos e reposição da

sinalização horizontal e vertical nos troços Cabolombo/Cabo Ledo e Muxima/Catete/Maria Teresa, na província de Luanda.

O projecto que é uma iniciativa do Fundo Rodoviário, que através do Programa Nacional de Conservação e Manutenção de Estradas (PNCME) pretende dar resposta aos constrangimentos, nas principais vias do país, depois de serem reabilitadas pelo Instituto Nacional de Estradas.

Em Luanda, o acto do lançamento aconteceu na passada terça-feira, no troço Catete/Muxima, presidido pelo administrador para a área de Engenharia do Fundo Rodoviário, Sião Tomé, na companhia do administrador do distrito urbano de Catete, Domingos Adão de Azevedo.

Vias a intervir

No troço Cabolombo-Cabo Ledo, numa extensão de 100 quilómetros (km), estarão disponíveis quatro brigadas, com 20 trabalhadores cada, que poderão intervir num percurso de 25 km. O percurso Muxima/Catete/Maria Teresa terá também quatro brigadas.

Falando à imprensa, o administrador para a área de Engenharia do Fundo Rodoviário, Sião Tomé, disse que os trabalhos serão dirigidos por empresas locais, contratadas, tendo como tarefa gerir as brigadas.

Revelou que os brigadistas vão trabalhar como os "antigos" cantoneiros, terão como missão detectar o surgimento de ravinas, considerado como principal fenómeno de destruição das estradas.

Revelou que o projecto prevê um custo mensal por brigada em torno de cinco milhões de Kwanzas, valor, "relativamente baixo" em relação ao orçamento de reabilitação de uma estrada.

"É importante que depois da construção da estrada existam pessoas que cuidem da conservação para que a sua durabilidade se prolongue", sublinhou.

Por sua vez, o administrador do distrito urbano de Catete, Domingos Adão de Azevedo, mostrou-se satisfeito pelo facto de a localidade ser escolhida para receber o acto de lançamento das brigadas de conservação-e-manutenção das estradas a nível da província de Luanda.

O responsável salientou que as brigadas criadas vão contribuir para a diminuição dos indicadores de desemprego na região, situação que aflige a administração distrital local.

Emprego

Adriano Luís, 28 anos, é morador do bairro da "Barraca", em Catete. Pai de quatro filhos, o jovem brigadista vive com a esposa e os pais. Faz parte de uma das brigadas que vai desenvolver a manutenção no troço Catete/Muxima.

Conta que o emprego será uma mais-valia porque encontrava-se desempregado, fruto do encerramento da empresa onde trabalhava há já alguns anos como ajudante de mecânica. "Vamos limpar os esgotos, as bermas das estradas e repor a sinalização", disse.

10.6 Brigadas de conservação entram em acção nas estradas

Jornal Economia & Finanças

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Adérito Veloso

Cerca de 160 pessoas, na sua maioria ex-militares e jovens das proximidades integram oito brigadas que vão garantir, a partir de agora, o corte de capim, limpeza das valas de drenagem, taludes, bermas, operações de tapa-buracos e reposição da sinalização horizontal e vertical nos troços Cabolombo/Cabo Ledo e Muxima/Catete/Maria Teresa, na província de Luanda.

O projecto que é uma iniciativa do Fundo Rodoviário, que através do Programa Nacional de Conservação e Manutenção de Estradas (PNCME) pretende dar resposta aos constrangimentos, nas principais vias do país, depois de serem reabilitadas pelo Instituto Nacional de Estradas.

Em Luanda, o acto do lançamento aconteceu na passada terça-feira, no troço Catete/Muxima, presidido pelo administrador para a área de Engenharia do Fundo Rodoviário, São Tomé, na companhia do administrador do distrito urbano de Catete, Domingos Adão de Azevedo.

Vias a intervir

No troço Cabolombo-Cabo Ledo, numa extensão de 100 quilómetros (km), estarão disponíveis

quatro brigadas, com 20 trabalhadores cada, que poderão intervir num percurso de 25 km. O percurso Muxima/Catete/Maria Teresa terá também quatro brigadas.

Falando à imprensa, o administrador para a área de Engenharia do Fundo Rodoviário, São Tomé, disse que os trabalhos serão dirigidos por empresas locais, contratadas, tendo como tarefa gerir as brigadas.

Revelou que os brigadistas vão trabalhar como os "antigos" cantoneiros, terão como missão detectar o surgimento de ravinas, considerado como principal fenómeno de destruição das estradas.

Revelou que o projecto prevê um custo mensal por brigada em torno de cinco milhões de Kwanzas, valor, "relativamente baixo" em relação ao orçamento de reabilitação de uma estrada.

"É importante que depois da construção da estrada existam pessoas que cuidem da conservação para que a sua durabilidade se prolongue", sublinhou.

Por sua vez, o administrador do distrito urbano de Catete, Domingos Adão de Azevedo, mostrou-se satisfeito pelo facto de a localidade ser escolhida para receber o acto de lançamento das brigadas de conservação-e-manutenção das estradas a nível da província de Luanda.

O responsável salientou que as brigadas criadas vão contribuir para a diminuição dos indicadores de desemprego na região, situação que aflige a administração distrital local.

Emprego

Adriano Luís, 28 anos, é morador do bairro da "Barraca", em Catete. Pai de quatro filhos, o jovem brigadista vive com a esposa e os pais. Faz parte de uma das brigadas que vai desenvolver a manutenção no troço Catete/Muxima.

Conta que o emprego será uma mais-valia porque encontrava-se desempregado, fruto do encerramento da empresa onde trabalhava há já alguns anos como ajudante de mecânica. "Vamos limpar os esgotos, as bermas das estradas e repor a sinalização", disse.

10.7 Corte e transporte de madeira em Angola proibido a partir de 1 de Fevereiro

Jornal A República
02 De Fevereiro de 2018

A informação consta de um comunicado do ministério liderado por Marcos Alexandre Nhunga, enviado à agência Lusa, explicando que a medida surge em "cumprimento ao Decreto Presidencial N° 274/17, de 10 de Novembro de 2017".

Nos últimos meses avolumaram-se denúncias públicas, com vídeos e fotografias sobre o abate indiscriminado de madeira, sobretudo no leste do país, inclusive o transporte de toros entre províncias, que é proibido por lei, alegadamente por cidadãos estrangeiros.

A campanha florestal de 2017 tinha sido prolongada, excepcionalmente, até 31 de Janeiro, cessando toda a actividade às 00:00 (menos uma hora em Lisboa).

"Alerta-se aos operadores do sector florestal licenciados que o não cumprimento do Decreto Presidencial n.º 274/17 levará a apreensão e confisco a favor do Estado do produto e dos meios e equipamentos utilizados na sua transportação, o pagamento de multas e a não renovação da licença', refere o Ministério da Agricultura e Florestas, assumindo o "compromisso em trabalhar para o desenvolvimento da economia de forma sustentável a médio e longo prazo".

Em declarações à Lusa, a 10 de Janeiro, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, classificou como uma "pilhagem" dos recursos nacionais o facto de apenas um quinto do valor da madeira exportada ficar no país.

"É uma verdadeira pilhagem da riqueza nacional, porque é muito mais do que aquilo que está anunciado", afirmou o líder dos industriais angolanos, reagindo aos números revelados dias antes, pelo Governo angolano, segundo os quais o país exportou 220.801 toneladas de madeira em 2016, no valor de 35.162.298 dólares (29,5 milhões de euros).

Segundo o secretário de Estado do Ministério do Comércio angolano, Amadeu Nunes, a China lidera a lista dos países de destino da madeira (107.000 toneladas), seguida do Vietname (35.000 toneladas) e de Portugal (26.000 toneladas).

Nas contas de José Severino, as mais de 200.000 toneladas exportadas por Angola em 2016, equivalentes a 300.000 metros cúbicos de madeira, deveriam ter rendido 150 milhões de dólares (125 milhões de euros), a um preço médio de 500 dólares por metro cúbico.

"Acredito que nesta questão da madeira há uma pilhagem da riqueza nacional porque estão a fazer a 120 dólares o metro cúbico. Quando se diz 35 milhões de dólares [valor exportado em 2016], então estamos a ser roubados cinco vezes mais': criticou o presidente da AIA.

O Governo angolano revelou ainda que as exportações angolanas de madeira atingiram no primeiro semestre de 2017 as 60.000 toneladas, no valor de 21,2 milhões de dólares (17,7 milhões de euros), tendo como destino principalmente países asiáticos.

O secretário de Estado para os Recursos Florestais, André Moda, revelou a 09 de Janeiro, face a dados provisórios do exercício da campanha florestal 2017, que o setor madeireiro arrecadou a favor do Estado, 1.522.866.018 Kwanzas (7,6 milhões de euros), resultantes de processos de emissão de licenças, taxas, emolumentos e multas diversas.

Angola possui uma superfície florestal avaliada em 69,3 milhões de hectares, que representam 55,6% da sua superfície territorial, e reservas de madeira comercial estimadas em 4,5 mil milhões de metros cúbicos.

André Moda atribuiu ainda responsabilidade a cidadãos nacionais pela exploração desmedida de madeira por estrangeiros, maioritariamente chineses, aliada ao número insignificante de fiscais para o efeito.

"Infelizmente, estamos a gerir situações como este comportamento de fazer uso ilegal, mesmo a presença dos estrangeiros na posse dos nossos recursos, é devido ao comportamento do próprio cidadão nacional': disse André Moda, referindo-se

à violação da lei para a exploração florestal pelos cidadãos nacionais.

A lei de exploração florestal estabelece que apenas pode ser detentor de uma licença para o efeito, o cidadão nacional ou empresas de direito angolano, sendo proibido o seu trespasse.

10.8 Falta de água deixa em risco mais de 700 mil pessoas

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Álvaro Victória

O alerta vem do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA): perto de 700 mil pessoas no sul de Angola encontram-se em risco devido à falta de água potável no sul de Angola.

O problema, segundo o documento do UNOCHA divulgado durante a semana, deixou milhares de crianças à beira da subnutrição devido a problemas crónicos, motivados pela escassez de chuva e pelo aumento dos preços que dificultam o acesso a bens alimentares de primeira necessidade.

A seca prolongada e a crise financeira que o país enfrenta são apontadas no documento como o conjunto de razões que agudizaram a situação de crise alimentar crónica que se regista em algumas regiões do sul de Angola.

O relatório do UNOCHA sublinha que existem nas zonas mais afectadas uma inoperacionalidade de um terço de todos os pontos de água potável, situação que motivou a que cerca de 700 mil pessoas vissem dificultado o acesso à água.

Entretanto, observa o estudo, a segurança alimentar na região chegou a melhorar nos últimos tempos; no entanto, o recente aumento dos preços de bens alimentares da cesta básica fez esboroar algumas dessas melhorias, principalmente para milhares de crianças.

Em resposta a algumas das situações mais graves relativamente às crianças em Angola, o Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), reportando a Outubro de 2017, tinha apenas 9,9 milhões de dólares dos mais de 20 milhões, refere o relatório do UNOCHA.

Mesmo assim, esta agência das Nações Unidas assistiu mais 180 mil crianças, colocou 25 mil com menos de 5 anos em tratamento, mas estes números ficam muito aquém daquilo que eram os objectivos iniciais, nomeadamente na resposta às situações de subnutrição que afecta milhares de crianças no sul de Angola.

Diante desta situação, a UNICEF está a precisar de pelo menos 14,6 milhões de dólares para responder às necessidades que detectou no país, onde está a trabalhar em permanente colaboração com as autoridades nacionais, nomeadamente o grupo interministerial criado para responder às situações de emergência, liderado pelo ministro do Interior.

Prejuízos de 122,5 mil milhões de Kz entre 2012 e 2016

Os danos e perdas resultantes da seca entre 2012 e o primeiro trimestre de 2016 em cinco províncias do país estão estimados em 12215 mil milhões de Kwanzas. Os dados constam de um estudo realizado entre Julho e Agosto de 2016 pela Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA como abreviatura em inglês), elaborado pela Comissão Nacional da Protecção Civil (CNPC), com o apoio das Nações Unidas, Banco Mundial e União Europeia.

Solicitado pelo Governo angolano, após a seca de 2015/2016 associada ao fenómeno EI Nino, o relatório PDNA traz detalhes da estiagem que assolou províncias situadas a sul do país.

Cunene, Huíla e Namibe, nesta ordem, foram as localidades mais afectadas pelo fenómeno natural. Segundo as estimativas, o total de danos para todos é de 48,5 mil milhões de Kwanzas, enquanto o total de perdas atinge os 74 mil milhões.

Os sectores da agricultura, pecuária e pesca foram os mais afectados pela estiagem, com danos estimados em 40 milhões de Kwanzas, avança o relatório da PDNA a que o Novo Jornal teve acesso.

Relativamente à perda nos referidos segmentos, o relatório da PDNA avalia em 52 milhões de Kwanzas "jogados para fora". "O total de perdas é muito superior ao total de danos porque normalmente a seca não provoca a destruição

física associada a outros tipos de desastres", explica a pesquisa.

As perdas nas três províncias foram calculadas com base na quebra da produção de cereais e outras culturas, de leite e de carne, como descrito ao pormenor no capítulo específico.

Os danos foram calculados com base nas mortes reportadas de animais no Namibe (110.000), na Huíla (150.000), no Cunene (240.000), num total de 500.000 animais mortos.

10.9 Fim da campanha florestal de 2017

Jornal Economia & Finanças
02 De Fevereiro de 2018

Desde ontem (1 de Fevereiro) foi proibido o corte, a circulação e transportação de madeira em toro e serrada, em todo território nacional.

Segundo um comunicado do Ministério da Agricultura e Florestas, a que o TE teve acesso, cessou no dia 31 de Janeiro, a campanha de exploração florestal referente ao ano de 2017.

A fonte alerta os operadores do sector florestal licenciados que o não "cumprimento do Decreto Presidencial nº 274/17 levará a apreensão e confisco a favor do Estado do produto e dos meios e equipamentos utilizados na sua transportação, o pagamento de multas e a não renovação da licença".

No comunicado, o Ministério da Agricultura e Florestas ressalta que ao abrigo do Decreto Presidencial nº 274/17, de 10 de Novembro, a campanha florestal de 2017, tinha sido prorrogada até 31 de Janeiro de 2018.

"O Ministério da Agricultura e Florestas reafirma o seu compromisso em trabalhar para o desenvolvimento da economia de forma sustentável a médio e longo prazo", destaca a nota.

Dados do Ministério da Agricultura e Florestas indicam que em 2017 foram produzidos cerca de 171 mil metros cúbicos (m³) de madeira em toro e exportados 108.740 m³ de madeira em toro e 43 mil m³ de madeira serrada.

10.10 Ministério da Agricultura reduz para 100 as licenças para abate florestal

Jornal Expansão
02 De Fevereiro de 2018
Texto: Martins Chambassuco

O Ministério da Agricultura vai reduzir o número de licenças concedidas aos operadores que exploram a madeira em Angola para aumentar o controlo da fiscalização da actividade, apurou o Expansão.

Das 200 autorizações que o Ministério da Agricultura emitiu no último ano, apenas metade vai poder trabalhar em 2018. O objectivo é de facilitar o controlo da exploração da madeira em todo o País e criar uma fileira de produção madeireira que contribua para a diversificação da economia.

Uma fonte ligada ao processo disse ao Expansão que a forma desordenada com que é feita a exploração da madeira, por insuficiência da Lei de Florestas e Fauna, obriga as autoridades a optar por reduzir o número de licenças, medida que visa estimular a competência e ética dos operadores privados.

Com este posicionamento, apesar da aprovação no ano passado da nova legislação sobre floresta e fauna em Angola, pretende-se mudar o sistema de exploração da madeira e fiscalizar mais a actividade devido ao aumento das denúncias sobre actividade ilegal, sobretudo no leste do País.

A mesma fonte refere que foram acumulados vários metros cúbicos de madeira em toro em quase todo o País com destaque para a região leste. Explica, por outro lado, que é preciso olhar para a exploração da madeira e das florestas como um meio para diversificar a economia e criar riqueza nacional. O Ministério da Agricultura estabeleceu, através da Direcção Nacional de Flores, que cada licença de 200 metros cúbicos de exploração de madeira para os nacionais pode custar ao operador privado entre 10 a 15 milhões Kz.

A Agricultura avançou que a gestão das florestas é quase inexistente e para inverter o quadro está em curso a instalação de entrepostos a nível de todas as províncias, um programa que visa estabelecer regras e acompanhar os operadores que muitas

vezes se juntam aos empresários vietnamitas e chineses na exploração indevida de madeiras.

A nova medida inclui também restrições na exportação da madeira. Serão exigidas licenças e para completar o processo, a madeira apenas sai do País, depois que o cliente ou o comprador no estrangeiro depositar o dinheiro no Banco Nacional de Angola.

No início de Janeiro, surgiram várias denúncias sobre a exploração ilegal de madeiras no País, sobretudo por cidadãos chineses.

Nessa altura, o secretário de Estado para os Recursos Florestais, André Moda, atribuiu responsabilidade a cidadãos nacionais pela exploração desmedida de madeira por estrangeiros, maioritariamente chineses, aliada ao número insignificante de fiscais para o efeito.

"Infelizmente, estamos a gerir situações como este comportamento de fazer uso ilegal, mesmo a presença dos estrangeiros na posse dos nossos recursos, é devido ao comportamento do próprio cidadão nacional", disse André Moda, referindo-se à violação da lei para a exploração florestal pelos cidadãos nacionais.

10.11 Ministério quer travar degradação de solos

Jornal Economia & Finanças
02 De Fevereiro de 2018

O Ministério do Ambiente elegeu como desafio a contenção do desmatamento, a desertificação e a degradação dos solos para conter o aumento das ravinas no país.

Numa conferência de imprensa sobre a situação ambiental do país, a ministra do Ambiente, Paula Cristina Francisco Coelho, alertou para o agravamento de ravinas "um pouco por todo o país", tendo em conta as más práticas no manuseio dos solos.

Na actividade, realizada em prol do 31 de Janeiro, "Dia Nacional do Ambiente", a ministra alertou igualmente para o perigo da caça furtiva, responsável pelo abate indiscriminado de animais, às vezes em risco de extinção.

Indicou que esta prática, muitas vezes, se alarga aos parques nacionais, resultando em desequilíbrio para a biodiversidade, e apelou ao uso de todos os meios para a protecção da "rica diversidade biológica" do país, visando a melhoria de vida das populações.

Numa fase em que se escasseiam os recursos financeiros para satisfação das necessidades cada vez mais urgentes das populações, disse, colocam-se também grandes desafios para conservação da biodiversidade e elevação da qualidade de vida nos centros urbanos, nas áreas peri-urbanas e no meio rural.

Saneamento ambiental

Segundo a ministra, as questões ligadas ao saneamento ambiental com destaque à gestão de resíduos, à qualidade do ar e ao tratamento das águas residuais, conformam as grandes preocupações ambientais das cidades e outros assentamentos humanos do país, por condicionar directamente a qualidade de vida das pessoas.

Para 2018, de acordo com a governante, serão prestadas acrescidas atenções à valorização do património natural e promoção do eco turismo, à preservação e aumento da Palanca Negra, às águas térmicas, às dunas, à exploração de madeira e a multiplicação de espécies animais e vegetais.

10.12 Ministério suspende exploração de madeira

Novo Jornal
02 De Fevereiro de 2018

O abate de árvores e o transporte de madeira em toro ou serrada em todo o território angolano, no âmbito da campanha florestal de 2017, foi suspenso no último dia de Janeiro, informou o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural em comunicado.

O Ministério alertou os operadores do sector florestal licenciados que o não cumprimento desta decisão levará à apreensão e confisco a favor do Estado do produto e dos meios e equipamentos utilizados no transporte, bem como pagamento de multas e a não renovação da licença.

O comunicado informa ainda que a medida, inserida ao abrigo do Decreto Presidencial nº

274/17, de 10 de Novembro, que prorroga a campanha florestal de 2017 até 31 de Janeiro de 2018, deriva do facto de os operadores florestais não cumprirem a orientação de exploração sustentável dos recursos, "optando por práticas que provocam impactos negativo ao meio ambiente, bem como a degradação progressiva da flora."

Angola terá a partir deste ano um novo modelo de licenciamento, baseado em contractos de concessão de exploração florestal, que vai conferir maior segurança jurídica e abolir as actuais licenças de exploração.

Este modelo visa promover o maior grau de controlo e fiscalização dos recursos florestais e, conseqüente mente, a redução do número de empresas intervenientes no processo de exploração florestal.

A proibição de abate de árvores e o transporte de madeira em toro ou serrada será auxiliada com o fim da exportação bruta deste produto previsto na nova pauta aduaneira.

10.13 Chuvas causam danos incalculáveis em Porto Amboim

Jornal O PAÍS
03 De Fevereiro de 2018
Texto: Maria Teixeira

A chuva que no dia 31 de Janeiro se abateu à cidade de Porto Amboim, quebrando um "jejum" que vinha desde o último trimestre do ano passado, provocou danos incalculáveis aos habitantes locais.

Mais de cinco horas, segundo os seus moradores, foi a duração da chuva que deixou a pequena cidade destrozada. Mesas, cadeiras, fogões e árvores bloquearam a passagem da água que devia dirigir-se ao mar.

Os moradores dizem que nunca testemunharam tanta água na cidade como desta vez. Leandro Paulino, residente na rua 4 de Fevereiro, da zona B, a O PAÍS, declarou que em todo o lado as águas pluviais estagnaram, pelo facto de o bairro não dispor de um sistema de drenagem funcional.

"As pessoas acabam por deitar lixo nas montanhas, e isso faz com que as nossas valas de

drenagem sofram alterações. Por outra, são as construções por cima das próprias valas e em locais onde há pequenas tubagens", explicou. Segundo ele, este é um dos factores que levam com que a água da chuva arraste o lixo do bairro para o interior das residências, uma vez que as tubagens estão obstruídas, e, como a água leva muito tempo a infiltrar-se, provoca a proliferação de mosquitos.

Gilberto Alfredo, outro morador, também lamentou a inexistência de um sistema de saneamento eficaz. A título de exemplo, referiu que muitas casas de banho e as fossas de sua casa ficaram submersas.

"Esta foi a pior chuva que acompanhei aqui. Tudo transbordou, o que acabou sendo um problema para os moradores", acrescentou. Por seu turno, Isabel Camilo, que vive há mais de 40 anos no bairro 4 de Fevereiro, também não perdeu a oportunidade para expor, por via do jornal O PAÍS, os problemas que o seu bairro enfrenta, esperançado que as autoridades competentes invertam o quadro.

"Antigamente, tínhamos um esgoto que facilitava o escoamento da água, mas com o passar do tempo, arranjaram a estrada e esqueceram-se dele. Desde então, o problema mantém-se", apontou.

A empreiteira, segundo ela, tentou resolver o problema, porém sem sucesso, pelo facto de terem aplicado anilhas pequenas em condomínios, que não têm capacidade suficiente para escoar o lixo que a água arrasta.

"A lama vem do bairro que está num nível superior à cidade. Se isso continuar, teremos muitos problemas de saúde. A situação tem que melhorar porque a nossa rua é a mais afectada", desabafou.

A prática desportiva na comunidade também está condicionada. O campo de futebol lá existente está inundado. Além dos problemas de saneamento do local revelados pelos moradores, o bairro também enfrenta o dilema da criminalidade.

10.14 Autoridades travam tráfico de madeira

Jornal de Angola
06 De Fevereiro de 2018

Os fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Namibe apreenderam sábado, em Moçâmedes, 1.880 toros de madeira, equivalentes a 540 metros cúbicos, provenientes do Cuando Cubano, em cumprimento de um instrutivo do Ministério da Agricultura e Florestas que proíbe o corte, circulação e transportação da matéria-prima em todo território nacional, revelou porta-voz do Serviço de Investigação Criminal (SIC) no Namibe.

André Marcelino disse à Angop que a madeira foi apreendida na estação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes e deveria ser exportada pelo Porto do Namibe para a China, principal destino do contrabando.

Indicou que, tal como noutras províncias, tio Namibe, as autoridades accionaram todos os mecanismos para tornar efectivo o cumprimento deste instrutivo governamental.

O Namibe é o principal ponto de passagem da madeira extraída ilegalmente no Sul de Angola para a Ásia, uma prática que conta com a colaboração de cidadãos estrangeiros, sobretudo chineses, e angolanos detentores de licenças de exploração.

“Vamos continuar a apertar o cerco a todos os infractores, sendo que o Namibe tem servido de ponto de exportação de madeira através do seu porto comercial”, salientou o oficial da Polícia.

Desde que começou a vigorar essa medida, multiplicam-se as apreensões de camiões transportando elevadas quantidades de madeira em todo o país pelos fiscais do IDF, em colaboração com os efectivos da Polícia nacional, a sexta-feira, 36 camiões carregados de madeira provenientes do Cuando Cubano e Huambo foram apreendidos em Waku Kungu (Cuanza-Sul), quando iam alcançar Luanda ou Porto do Lobito para exportar para a China.

Um dia depois, em mais uma acção dos fiscais do IDF em colaboração com as forças da Polícia Nacional, foram apreendidas no território da província do Huambo 160 metros cúbicos de madeira da espécie mussivi - considerada preciosa - proveniente do Cuando Cubano e que tinha, igualmente, como destino o Porto do Lobito.

As autoridades das províncias angolanas com mais recursos florestais disponíveis - Cabinda, Huambo e Cuando Cubano -, queixam-se frequentemente da falta de fiscais para cobrir os vastos territórios em que se desenrola a acção dos madeireiros ilegais.

10.15 Novas medidas na exploração florestal

Jornal Economia & Finanças

09 De Fevereiro de 2018

Texto: André Sibi

O Ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Alexandre Nhunga, disse nesta terça-feira, que o Governo vai colocar ordem na exploração, transporte e comercialização de madeira em toda extensão do território nacional. Marcos Alexandre Nhunga que falava à imprensa durante a cerimónia de tomada de posse dos novos directores e chefes de departamento do Ministério da Agricultura disse que o objectivo é evitar o abate indiscriminado das árvores e por outro, rentabilizar a exploração florestal.

Reservas Florestais

Por sua vez o director nacional de Recursos Florestais, Domingos Veloso, disse recentemente ao JE que as reservas florestais do país estão estimadas em 69 milhões de hectares.

Domingos Veloso disse na ocasião que o relatório do sector divulgado em Janeiro do ano passado mostra que o país dispõe de uma considerável reserva florestal estimada em 69 milhões de hectares e uma disponibilidade de madeira comercial avaliada em 4.5 mil milhões de metros cúbicos de madeira.

De acordo com o responsável do sector o país precisa aproveitar da melhor forma o elevado manancial de florestas que dispõe para elevar as cifras do sector não petrolífero no Orçamento Geral do Estado.

Licenças

Durante o ano florestal 2017, a Direcção Nacional de Exploração Florestal recebeu mais de 600 solicitações de emissão de licenças para exploração de madeira em todo o território nacional, dos quais apenas 330 foram consideradas válidas.

10.16 PR constata obras de valas de drenagem em Luanda

Jornal Liberdade

09 De Fevereiro de 2018

A informação foi avançada durante a visita de campo que o Presidente da República realiza a infra-estruturas sociais, viárias e de saneamento em Luanda.

O director-geral da unidade técnica de saneamento de Luanda, Manuel Van-Dúnem, disse que é essencial o cadastro actualizado do número de famílias que habita ao longo da vala, por considerar ultrapassados os dados de há três anos que indicavam a existência de 32 agregados familiares a realojar.

Informou que as obras de construção da vala, iniciadas há seis anos, estão avaliadas em 136 milhões de dólares e que foram já executadas 93 por cento da empreitada com 264 quilómetros de rede de saneamento.

Manuel Van-Dúnem lamentou o facto de as obras terem sido retiradas do Programa de Investimentos Públicos de 2018, por alegada exiguidade financeira. O Presidente João Lourenço manteve um encontro de cortesia com o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, e o programa inclui visitas a escolas, obras de requalificação do Futungo de Belas e da Península do Mussulo.

O estadista deve passar também pelas centralidades do Kilamba, Sequele, 44, Zango O, entre outros pontos da capital angolana.

10.17 Madeira do Bengo vendida na Europa

Jornal de Angola

11 De Fevereiro de 2018

A província do Bengo exportou no ano transacto, para Europa, 347,3 metros cúbicos de madeira serrada, revelou, em Caxito, a chefe de Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Francisca Segunda Mande.

Em declarações à Angop, a responsável disse que dessa quantidade 37,1 metros cúbicos foram exportados para Portugal e 310,3 m³ de madeira serrada para a Turquia. Neste mesmo período foram explorados 25 mil quilogramas de carvão vegetal, tendo arrecadado para os cofres do Estado 77 milhões 432 mil, 362 kwanzas e noventa cêntimos, contra 66 milhões 671 mil 998 kwanzas obtidos em 2016.

A província do Bengo exportou em 2016 para China e Turquia, um total de 1.026, 422 metros cúbicos de madeira em toro.

Já em 2015 foram exportadas para a Itália 209,160 metros cúbicos (mê) em toro, Portugal 109, 909 m³ de madeira serrada, Emiratos Árabes Unidos com 4.160,207 m³ de madeira em toro e pata Espanha 49,348 m³ de madeira serrada.

Francisca Mande disse que quem for actuado a transportar madeira, a mesma será apreendida e confiscada a favor do Estado.

10.18 Aperta o cerco aos crimes ambientais

Jornal O PAÍS

13 De Fevereiro de 2018

OS crimes ambientais estão a merecer, cada vez mais, a atenção das autoridades, com acções de combate concretas, apertando o cerco aos criminosos. De acordo com a informação dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), a que o nosso jornal teve acesso, cerca de 20 quilos de marfim resultantes de crimes ambientais foram catalogados pelo Ministério do Ambiente (MINAMB), e o mais recente feito no pretérito dia 18 de Janeiro de 2018. Este documento alude que as peças, algumas já trabalhadas em esculturas e outras em bruto, foram apreendidas em Novembro último pelos Serviços de Investigação Criminal (SIC) no Porto de Luanda, com dois indivíduos de nacionalidade chinesa, que tentavam transportá-las para o exterior do País. Estes, já estão a contas com a Justiça angolana.

O produto apreendido, após catalogação por este Ministério, seguiu as normas estabelecidas da resolução da Convenção sobre o Comercio Internacional de Espécies ameaçadas da Fauna e Flora Selvagem (CITIE, na sigla em inglês).

O procedimento obedece às disposições do Memorando de Entendimento, assinado com a Stop Ivory, no âmbito do Projecto de Inventário de Stocks e Combate ao Tráfico de Marfim em Angola.

A Stop Ivory é uma Organização Não-Governamental britânica que combate o tráfico de marfim e, com a qual, o Ministério do Ambiente assinou em Dezembro passado um acordo para salvaguarda da população de elefantes em Angola.

Além do marfim, a delegação da SIC no Porto de Luanda apreendeu ainda peças de madeira já esculpidas provenientes de diversas árvores, sendo uma delas o conhecido Pau de Cabinda, cujo abate está proibido por lei, e escamas de Pangolim em saco, produtos já inventariados pelo MINAMB, o fiel depositário dos mesmos.

Mão pesada

Na última semana, mais precisamente na Quinta-feira, 8, dois cidadãos angolanos foram presentes ao Tribunal de Polícia, julgados e condenados a um ano de prisão efectiva por crime ambiental, além do pagamento de uma multa ao Estado angolano no valor de AKZ 700 mil. Ambos foram detidos no dia 3 do corrente mês pela Unidade de Crime Ambiental do MINAMB, quando se aprestavam a vender duas tartarugas marinhas a um restaurante chinês, na Ilha de Luanda. A celeridade no julgamento dos infratores é uma forma de desencorajar os caçadores furtivos e mostrar à sociedade que as autoridades vão continuar agir em conformidade, segundo disse fonte do MINAMB a OPAÍS.

O jornal apurou ainda que a tartaruga marinha é uma das espécies que nos últimos tempos tem merecido a preferência dos criminosos e caçadores furtivos.

10.19 Milhares de árvores plantadas em Benguela

Jornal de Angola
13 De Fevereiro de 2018

A Associação Jovens Defensores do Ambiente (AJDA) desenvolve uma campanha de plantação de árvores em todas as zonas do município de Benguela, uma acção que decorre em parceria com

as administrações comunais e a Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente.

De acordo com Martins Domingos, coordenador-geral das actividades, a iniciativa visa a preservação da biodiversidade na região e realiza-se no âmbito das jornadas alusivas ao 31 de Janeiro, Dia Mundial do Ambiente.

Em entrevista ao Jornal de Angola ontem, Martins Domingos avançou que a campanha de plantação de árvores decorre a bom ritmo e vai se estender até 15 de Fevereiro.

Martins Domingos lembrou que se pretende, ao todo, plantar 1.500 árvores de diversos tipos a nível das várias localidades que compõem o município de Benguela.

O coordenador da campanha acrescentou que já foram plantadas 525 árvores, facto que vai melhorar a qualidade ambiental nos bairros periféricos do município.

Martins Domingos informou que a campanha decorre em simultâneo com acções de sensibilização às comunidades sobre os mecanismos de tratamento do saneamento básico, sobretudo no que concerne ao tratamento do lixo e a prevenção de doenças. Disse ainda que a acção de sensibilização e educação ambiental às comunidades é assegurada pelas diferentes denominações religiosas da província, com acompanhamento das autoridades tradicionais e coordenadores de zonas.

10.20 Chuvas destapam falhas em Luanda

Jornal O PAÍS
15 De Fevereiro de 2018
Texto: António Vula

Caríssimo director do OPAÍS, agradeço a oportunidade neste espaço dedicado aos problemas do leitor. Sem mais delongas, começo por dizer que a chuva que caiu nesta Terça-feira, na província de Luanda, destapou as falhas nas obras públicas.

Por esta razão, não tive como ir ao serviço. Vivo, ali, na zona do Catinton, entre o Golfe e a Maianga.

Quando a chuva aumentou, fui obrigado a abandonar a minha residência, porque a inundação já nos tinha tomado a todos.

No dia seguinte, isto é, ontem a coisa foi pior. Casas destruídas. Bens desaparecidos, mas no governo provincial anterior, muitas valas foram construídas e feita a manutenção. Depois, os vizinhos estavam à rasca, porque os danos materiais eram demais e nesta fase da crise fica complicado substituir e reparar em tempo útil.

Depois da chuva, no dia seguinte, de manhã, mantive-me ligado à Rádio Luanda. As reclamações chegavam aos montes à cabine do jornalista Paulo Miranda Júnior.

Em Viana, muitos bairros estão inacessíveis, por isso gostaria que os serviços municipais movimentassem meios para acudir a esta situação.

De outro modo, as águas ficarão-estagnadas e depois os mosquitos vão fazer das suas, portanto o paludismo e a malária vão alojar-se no organismo do pobre cidadão.

Por isso, as medidas de segurança devem ser frequentes, uma vez que mais chuvas vão abater-se sobre a província de Luanda e arredores.

Na Petrangol, ali, o cenário é o mesmo, porém o novo governador, Adriano Mendes de Carvalho, é obrigado a ter mais desdobra técnica e administrativa para fiscalizar os seus subordinados. Se ignorar os novos passos da gestão pública, poderá cair no esgoto das águas negras como tem sido habitual com os anteriores governadores.

Luanda precisa de meios técnicos e máquinas para acudir aos bairros. É verdade que se vive uma crise, mas, com organização e sem o cabritismo é possível fazer algo.

Ninguém gosta de viver no lixo, por isso existem as comissões de moradores. Tenho dito.

10.21 Chuvas fustigam Luanda, Bengo e Malanje

Jornal O PAÍS

15 De Fevereiro de 2018

Texto: Domingos Bento

Na capital Luanda, os municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacucaco foram das zonas mais afectadas pelas enxurradas desta Terça-feira que destruiu e inundou residências, alagou ruas, locais públicos e dificultou a circulação automóvel e de peões. Algumas zonas ficaram igualmente privadas de energia eléctrica por conta do perigo de cabos eléctricos soltos e descamados por populares que insistem em fazer "puxadas" anárquicas.

Sem precisar o número exacto de residências destruídas, Faustino Sebastião, porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), fez saber que as populações que vivem em zonas de elevados riscos como montanhas, valas e em terrenos acidentados foram as que mais sofreram com as últimas enxurradas que durou cerca de cinco horas. Tal como explicou, por conta da forte invasão das águas, muitos moradores, temendo pelas suas vidas, viram-se obrigados a abandonar os seus domicílios para se abrigarem em casas de familiares e de vizinhos.

"Em Luanda o problema continua a ser o despreparo das infra-estruturas para receber as chuvas. Por isso é que, sempre que chove, temos os mesmos problemas dos anos e períodos anteriores. Mas as nossas forças estiveram em prontidão para dar auxílio as populações bem como evitar que danos maiores fossem registados. E até aqui tivemos um trabalho positivo", frisou. De acordo com o responsável, apesar dos danos materiais causados pelas chuvas, não há registo de vítimas humanas. Até ontem, ao final do dia, Faustino Sebastião disse que ainda se esteve a fazer o balanço de toda a situação, devendo os dados ser apresentados ainda nas primeiras horas de hoje. "As nossas forças continuam no terreno a recolher todos os dados. Como sabe, é um trabalho de responsabilidade e devemos avançar com números exactos tão logo seja possível para evitar a dispersão de informação". O porta-voz do SNPCB avançou, igualmente, que o seu órgão está a trabalhar com as administrações municipais na identificação e na sensibilização das pessoas que insistem em viver em zonas de riscos de forma a evitar danos futuros, já que o país ainda tem pela frente um longo período de chuvas por enfrentar.

"Ao longo de todo esse tempo temos vindo a alertar para a necessidade das pessoas deixarem de construir em zonas consideradas de riscos. Esse apelo tem-se estendido a nível de todos os

municípios do país para evitar que, sempre que chove, haja danos. E nesse processo é importante a participação das administrações municipais porque são estas que têm a missão de definir a melhor zona para se construir", notou. Além de Luanda, Faustino Sebastião disse que as províncias de Malange, Cuanza-Norte e Bengo registaram igualmente fortes chuvas que causaram danos materiais ainda por calcular. À semelhança da capital do país, a fonte atestou que nestas províncias as zonas suburbanas foram também as mais afectadas com inundações e destruições de residências e outros danos.

Só no município de Quirima, província de Malanje, segundo apurou OPAÍS, cerca de 300 famílias foram desalojadas devido às fortes enxurradas desta Terça-feira.

10.22 Luanda acordou inundada e famílias ficaram desalojadas

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2018

Texto: Nhuca Júnior e César

Esteves

Ontem, dia consagrado aos namorados, veio, certamente, à memória de muitos apaixonados de Luanda a música de Luís Visconde, com o título "Chauffeur de praça", cuja letra fala de um jovem que pediu a um taxista que o levasse ao subúrbio para poder estar com o seu amor.

O taxista respondeu que, no tempo chuvoso ao subúrbio não iria porque era "chauffeur de praça" e não barqueiro. Depois de o apaixonado por uma mulher de subúrbio lhe ter implorado que o levasse até ao seu amor, que não tinha culpa de morar no subúrbio, o "chauffeur", dominado pela lábria do apaixonado' decidiu fazer a corrida até ao subúrbio, mas trombudo ficou depois de lhe ter sido pedido que colasse o acelerador ao tapete.

"Se você quer ver seu amor, atravesse a lagoa a pé! Não vou partir meu popó só porque você quer dar show!". A resposta do ficcionado "chauffeur de praça" pode ser transportada para a realidade de uma Luanda que continua a não estar preparada para receber água da chuva, tendo sido mais uma vez testada desde a noite de terça-feira até à madrugada de ontem.

A chuva alagou as ruas da cidade de Luanda, causando um rastro de destruição, constatado pelo governador da província de Luanda que, na companhia do vice-governador para o Sector Económico, Júlio Bessa, percorreu, até à madrugada de ontem, vários bairros para ter uma noção do volume de estragos causados pela chuva torrencial, que destapou as fragilidades da província de Luanda.

O governador da província de Luanda, segundo a Rádio Luanda, abandonou, debaixo de chuva, o local, na Baixa de Luanda, onde decorria o desfile central do Carnaval, que acabou por ser interrompido quando faltavam três grupos carnavalescos para desfilarem.

Quem esteve fora de casa, peão ou automobilista, teve grandes dificuldades em chegar à sua moradia porque todos os acessos estavam encharcados devido ao grande volume de água que Luanda recebeu.

Na Baixa de Luanda, a água teimava em não desaparecer rapidamente das vias e ficou acumulada durante algum tempo, devido à falta de desassoreamento das sarjetas, uma realidade existente em quase toda a Luanda.

Num dia de Carnaval, já era esperada uma intensa circulação rodoviária, no regresso dos foliões a casa, mas, em algumas áreas da cidade de Luanda, o trânsito esteve literalmente caótico e insuportável para os cardíacos. A marcha das viaturas, algumas das quais ficaram avariadas, era lenta porque a água engoliu as vias que ficaram como se fossem autênticos rios.

É o caso da Avenida Deolinda Rodrigues. Quem passou por lá a partir das 21h00 de terça - feira deve ter ficado com os nervos à flor da pele em alguns trechos desta importante via de escoamento de viaturas de e para a cidade de Luanda.

Em frente ao Supermercado Jumbo, a água acumulada na via esteve ao nível do passeio, o que provocou uma condução cuidadosa, mas mesmo assim alguns motoristas viram a marcha interrompida porque as suas viaturas ficaram afogadas, cenário observado também desde a fábrica FTU até às instalações do Instituto Nacional de Estradas de Angola (I EA). O volume de água acumulada na Avenida Deolinda Rodrigues é reflexo da falta de desassoreamento

das sarjetas ou de um provável mau trabalho executado nas redes técnicas para o escoamento das águas pluviais numa via por onde passam duas importantes valas de drenagem - a de Senado da Câmara e do Cariango.

Do pensamento de peões e automobilistas que utilizam a Avenida Deolinda Rodrigues mesmo em dias de chuva saem reacções nada abonatórias para a imagem do Instituto Nacional de Estradas de Angola que, mesmo no seu nariz, está o resultado de um trabalho que precisa de ser melhorado nas vias em que, quando se chove, a inundação faz sempre morada. A chuva que caiu entre a noite de terça-feira e a madrugada do dia seguinte esteve também na origem da interrupção do abastecimento de energia eléctrica a vários bairros de Luanda, tendo o fornecimento sido reposto, em alguns bairros, depois das duas horas da manhã, e, noutros, depois das cinco horas da manhã.

10.23 Autoridades policiais retêm sete camiões de madeira ilegais

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

As autoridades policiais da província de Benguela prenderam sete camiões com madeira ilegal, depois de o Ministério da Agricultura e Florestas ter suspenso o corte de árvores e o transporte de madeiras em toro e serrada em todo território nacional.

De acordo com o responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na Ganda, Henriques Bupas, a apreensão dos camiões com madeira ilegal visa cumprir o Decreto Presidencial nº 274/17, que suspendeu, no dia 1 de Fevereiro, toda a actividade de exploração e transporte de madeira em toro, no quadro da campanha florestal 2017.

Sem revelar a quantidade em metros cúbicos em toros retida, o responsável adiantou que a madeira em questão, explorada nas florestas da província

do Cuando Cubango, dirigia-se para a cidade do Lobito para exportação, através do porto local.

Segundo o IDF, os madeireiros oriundos do Cuando Cubango alegaram terem tido conhecimento tardio da vigência do Decreto Presidencial, uma vez que já seguiam para o Lobito.

Entretanto, Henrique Bupas tranquilizou os exploradores de madeira de eucalipto, pinheiro e cedro, visto que o actual decreto não abrange estas espécies florestais, podendo, por isso, transitar com normalidade.

O Ministério da Agricultura e Florestas proibiu, no dia 1 de Fevereiro, em todo o território nacional, o corte, circulação e o transporte de madeira em toros e serrada.

De igual forma, o ministério da tutela determinou a cessação da campanha de exploração florestal, iniciada em 2017.

O incumprimento da proibição por parte dos operadores do sector florestal leva à apreensão e confisco, a favor do Estado, do produto e dos meios e equipamentos utilizados no transporte, além do pagamento de multas e a não renovação da licença, segundo o Ministério da Agricultura e Florestas.

A exploração da madeira foi suspensa porque os operadores florestais não cumpriam a orientação que indica uma exploração sustentável, optando por práticas que provocam impactos nocivos ao meio ambiente, assim como a degradação progressiva da flora.

10.24 Calemas paralisam operações no Porto de Cabinda

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

As operações de carga e descarga no Porto de Cabinda, empresa que em 2017 movimentou 254.760 toneladas, estão paralisadas devido às fortes calemas. De acordo com o presidente do conselho de administração, Samuel Sambo, em 2017, o Porto de Cabinda movimentou 254.760 toneladas e 11.672 contentores e um tráfico de 125 petroleiros e 190 navios de médio porte e de cabotagem, contra 301.611 toneladas de carga e

486 navios de longo curso, entre petroleiros e de cabotagem registados no ano de 2016.

10.25 Camponeses apostam no cultivo da mandioca para combater a fome

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

O sector da agricultura e desenvolvimento rural distribuiu sete toneladas de estacas de mandioca a famílias camponesas do município de Caimbambo, província de Benguela, para combater a fome causada pela estiagem que assola a região.

De acordo com o administrador municipal, José Cambiente, o objectivo é incrementar o cultivo da mandioca de crescimento rápido para assegurar a produção alimentar das populações, reduzindo assim a fome e a pobreza.

A experiência-piloto, que está sob coordenação do sector da agricultura e desenvolvimento rural, contemplou uma área de 15 hectares com a plantação de estacas de mandioca distribuídas às comunidades.

O programa abrange as famílias camponesas mais afectadas pela falta prolongada de chuvas, de forma a protegê-las da fome, num quadro, agravado ainda mais, pelo facto de a campanha agrícola estar comprometida em Caimbambo.

Com a implementação deste programa denominado "Multiplicação da Mandioca", cujas estacas constituem uma doação da Associação da Hanha, no município do Cubal, prevêem-se resultados positivos.

Entretanto, os exemplos das autoridades de Caimbambo estão a ser replicados no vizinho município do Chongoroi, onde 8. 900 estacas de mandioca estão a ser entregues a famílias camponesas dentro da estratégia de luta contra a fome, resultante da estiagem que devasta a região nos últimos meses.

Neste município (Chongoroi) o programa de cultivo de mandioca arrancou com três mil plantas, numa área de 15 hectares, sendo beneficiários na primeira fase 25 famílias

localizadas na comuna do Sanje, apontadas como as mais vulneráveis.

A campanha de plantação das 900 estacas de mandioca vai estender-se a outras nove povoações, para fazer face às consequências da estiagem.

A administradora municipal do Chorigorói, Idalina Carlos, referiu que o cultivo da mandioca deverá chegar às povoações sem chuvas regulares há vários meses, tais como, Vandome 2, Hanha Primária, Hanha Mulai, Chiriu, Bolonguera, Chitembo e Canchivirite.

10.26 Chuva matou duas pessoas em Luanda

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2018

Duas pessoas mortas, duas feridas e uma desaparecida estão entre os danos causados pela chuva torrencial que caiu em Luanda na noite de terça-feira, de acordo com o balanço ainda provisório do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

O balanço já incluiu também a inundação de três mil moradias, o desabamento de quatro outras e o desalojamento de 300 famílias, em quase todos os municípios da província de Luanda.

O porta-voz em Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, informou que as vítimas mortais viviam nos municípios do Kilamba Kiayi e Cazenga e perderam a vida na sequência do desabamento das moradias em que viviam, levadas pela correnteza. A inundação de escolas, de sete centros de saúde e de uma igreja, nos municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana, e a queda de árvores nos distritos urbanos da Maianga, Sambizanga e Ingombota, constam também do balanço provisório.

Faustino Minguês alertou para a possibilidade de enchimento e transbordo de bacias de retenção de águas das chuvas e o alagamento da maior parte das ruas secundárias e terciárias dos bairros periféricos, podendo a situação criar grandes dificuldades ao trânsito automóvel.

A Protecção Civil e as unidades técnicas municipais trabalham na abertura de valas, para a

rápida evacuação das águas, e na limpeza de sarjetas, colectores e valas de drenagem.

10.27 Chuvas fazem duas mortes em Luanda

Jornal O PAÍS

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Maria Teixeira

As últimas chuvas que assolaram a cidade capital do país, Luanda, causou a morte a duas pessoas, dois feridos e um desaparecimento, no distrito do Sambizanga, segundo o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês.

Registou-se também a inundação de 2 mil e 218 residências, 400 centros médicos, cinco bancos comerciais, 4 viaturas danificadas (em consequência da queda de árvores), sendo que as mesmas obstruíram também a via pública nos distritos urbanos da Maianga e Ingombotas.

"Tivemos o deslizamento de terra na Boavista, as bacias de reten o do Zango que encontravam-se cheias e transbordaram para as residências vizinhas e a via pública", referiu.

O porta-voz do SNPCB avançou que apesar destes registos negativos, hoje, o cenário da capital, em rela o aos registos anteriores,   diferente devido às ac oes desencadeadas pela Protec o Civil e Bombeiros.

As comissões municipais e unidades técnicas de protec o civil já começaram a dar resposta, fazendo a suc o de  guas, a remo o de árvores caídas, a abertura de valas (para descongostamento das águas nas ruas e residências) e   limpeza em valas de drenagem e sarjetas.

Na capital de Luanda vivem mais de 6 milhões de habitantes, cuja maioria na periferia da cidade, distribuídos pelos municípios de Luanda, Belas, Talatona, Kilamba-Kiaxi, Cazenga, Viana, Cacucaco, Icolo e Bengo e Qui ama.

10.28 Chuva faz quatro mortes numa semana em Luanda

Jornal O PAÍS

18 De Fevereiro de 2018

Texto: Afrodite Zumba

Em declara es a OPA S, o porta-voz provincial do SPCB, Faustino Minguens, disse tratar-se de uma menor de quatro anos, que faleceu em consequência do desabamento de uma residência no bairro Zangi, no distrito urbano da Maianga, e um rapaz de 19, que deslizou numa caixa de deriva o da Bacia do Coelho, no município de Viana. Mas salientou tratar-se ainda de dados provisórios.

A par destas, destaca-se também o desaparecimento de duas outras pessoas, a inunda o de 1950 residências, sete igrejas, 16 escolas, cinco centros médicos, quatro bancos comerciais, um PT (posto de transforma o de energia) submerso e oito residências descobertas, em Mbanza Calumbo, no Zango.

Em alguns pontos, a enxurrada começou por volta das 8h00 e num curto espaço de tempo registou-se uma enchente nas vias, tanto primárias quanto secundárias, dificultando o trânsito de veículos e peões, conforme constatou a equipa de reportagem deste jornal.

Na zona do Antigo Controlo, por exemplo, na Avenida Fidel de Castro, popularmente conhecida por "auto-estrada", a água atingiu o limite do lancil, transpondo o passeio, e condicionou o trânsito de peões, que andavam nas "pontas dos p s", na tentativa de se esquivarem das poças de água que se formavam.

Já no Kifica, no distrito urbano do Benfica, por volta das 15 horas, a ponte que d  acesso ao mercado ficou inundada ao ponto de condicionar a passagem de veículos, tendo esvaziado por volta das 18 horas.

As chuvas que caíram na capital do país, Luanda, na Terça-feira, 13, para além de provocarem a morte de duas pessoas, fizeram dois feridos e um desaparecido no distrito do Sambizanga, segundo o Serviço acional de Protec o Civil e Bombeiros (SNPCB).

Registou-se também a inundação de 2 mil e 218 residências, 4 centros médicos e cinco bancos comerciais 4 viaturas ficaram danificadas em função da queda de árvores, sendo que as mesmas obstruíram também a via pública nos distritos urbanos da Maianga e da Ingombota.

As chuvas continuam a causar estragos na cidade de Luanda. Além dos já referenciados, o deslizamento de terras na Boavista, as enchentes da bacias de retenção do Zango que transbordam para as residências vizinhas e via pública, são as outras ocorrências registadas.

Em Luanda vivem mais de seis milhões de habitantes, na sua maioria na periferia da cidade, distribuídos pelos municípios de Luanda, Belas, Talatona, Kilamba-Kiaxi, Cazenga, Viana, Cacuaco, Icolo e Bengo e Quiçama.

10.29 Várias zonas de Luanda castigadas pela chuva

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2018

Texto: Nhuca Júnior

A chuva, considerada por muitos o maior "fiscalizador" das obras do Governo, por testar a sua qualidade, voltou a cair ontem em alguns bairros da província de Luanda, uma previsão acertada pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

A chuva de ontem começou em áreas onde foram construídas novas urbanizações, em cujas localidades o céu já estava, ao princípio da manhã, nublado ou pouco nublado, um indício de que as quedas pluviais ocorreriam a qualquer momento.

Quem saiu de uma das centralidades, por volta das sete horas da manhã, e passou por Viana, nesta área recebeu pingos de água da chuva e viu o céu totalmente nublado, tendo deixado possivelmente já atrás de si chuva grossa, à medida que caminhava para a cidade de Luanda, onde, em qualquer ponto em que se encontrasse, se via o céu totalmente fechado.

Na Baixa de Luanda, a chuva caiu durante horas, não tendo deixado, desta vez, as ruas engolidas pela água, porque o volume de água foi de pouca

monta. Mas a condução era feita com precaução, porque o pavimento estava escorregadio.

Na Samba, houve também chuva, podendo o fenómeno natural ter ocorrido noutras zonas do mesmo distrito e também em bairros periféricos do distrito urbano da Maianga, devido à proximidade que há entre as duas áreas do município de Luanda.

Na noite de terça-feira, a província de Luanda recebeu chuva torrencial, tendo o volume de água que caiu sido de 28,3 milímetros, considerado pelo INAMET uma quantidade moderada.

No balanço, até hoje ainda provisório, está a informação de que houve dois mortos, dois feridos e um desaparecido. As vítimas mortais viviam nos municípios do Kilamba Kiaxi e Cazenga e estavam em moradias que desabaram e arrastadas pela correnteza.

O balanço incluiu também a inundação de três mil moradias, o desabamento de quatro outras e o desalojamento de 300 famílias, em quase todos os municípios da província de Luanda.

A inundação de escolas, de sete centros de saúde e de uma igreja, nos municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana, e a queda de árvores nos distritos urbanos da Maianga, Sambizanga e Ingombota constam também do balanço provisório.

Faustino Minguês, porta-voz em Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, alertou para a possibilidade de enchimento e transbordo de bacias de retenção de águas das chuvas e o alagamento da maior parte das ruas secundárias e terciárias dos bairros periféricos. O governador da província de Luanda saiu sexta - feira do seu gabinete de trabalho para verificar os estragos provocados pela chuva de terça-feira à noite em vários bairros da capital angolana.

Adriano Mendes de Carvalho já havia feito o mesmo no dia em que choveu, tendo abandonado o local da realização do desfile central do Carnaval, na Nova Marginal, para, em companhia do vice-governador para o sector Económico, Júlio Bessa, se deslocar a bairros mais afectados da província de Luanda.

Nas duas visitas de campo, o governador viu praticamente o mesmo cenário de destruição,

tendo manifestado a preocupação com a existência de moradias em linhas de águas, o que tem obstruído a sua passagem, provocando inundações e até mortes.

A segunda visita de campo do governador de Luanda começou na paróquia de Nossa Senhora do Carmo, que foi inundada. No local, o governador prometeu que uma avaliação de peritos vai ser proximamente feita, a fim de extinguir a bacia de água ali existente, há mais de dez anos. Depois da paróquia, o governador seguiu para a Ilha do Cabo, distrito urbano da Ingombota, de onde saiu para o Mercado da Mabunda, distrito urbano da Samba. Adriano Mendes de Carvalho esteve ainda no KK - 5000, um segmento da Centralidade do Kilamba, no Zango e no distrito urbano do Rangel.

A entrada do Zango 3, no sentido Viana/Calumbo, o governador observou a presença de água parada na via, tendo, por esta razão, orientado o Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) a efectuar uma intervenção urgente.

10.30 Chuva provoca mortes e inunda residências

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2018

Texto: Cristina da Silva

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros confirmaram a morte de duas pessoas e igual número de desaparecidos na sequência das fortes chuvas que atingiram a capital, no último sábado.

As vítimas são uma menor de quatro anos de idade que, perdeu a vida, pelo desabamento de uma parede de sua residência, no bairro Catinton, Distrito Urbano da Maianga e um jovem de 24 anos, que morreu afogado na Bacia de Retenção do Coelho, em Viana, quando nadava no local, após à limpeza da lagoa, efectuada por moradores.

A chuva que teve duração de aproximadamente cinco horas, inundou mil e 950 residências, 16 escolas, sete igrejas, cinco centros médicos, quatro bancos comerciais e um Posto de Transformação.

De acordo com o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, oito residências, na

comuna Banza Calumbo, no Distrito do Zango, ficaram descobertas.

Faustino Minguês informou que várias bacias de retenção e contenção de águas pluviais encontravam-se cheias, o que levou ao transbordo da água para as residências adjacentes, bem como para a via pública. "Está situação permitiu o alagamento das ruas, criando dificuldades à passagem de pessoas e viaturas, principalmente nas ruas secundárias e terciárias", contou.

O responsável, chamou atenção para o facto de em muitos bairros, principalmente os da periferia, serem afectadas pelas águas, em tempo chuvoso, pelo facto de terem sido construídos nas vias de passagem de águas pluviais. "Existem várias zonas caracterizadas e identifica das como sendo de risco em Luanda", alertou Faustino Minguês.

Até ontem, às 13 horas, o cenário em alguns bairros de Luanda, já se apresentava diferente. Alguns populares, tiveram mesmo que se juntar e utilizar eletrobombas para a retirada das águas que chegaram a penetrar nas residências. Numa das ruas da Samba, por exemplo, bem perto da sede distrital, famílias inteiras, estiveram de alerta para o efeito. "É preocupante. Já não sabemos o que fazer", lamentou Maria Filipe.

Moradora há mais de 20 anos, conta que a situação repete-se todos os anos, principalmente em tempo chuvoso. "Temos vizinhos que abandonaram as casas. Nós não temos por onde ir, por isso suportamos a calamidade", disse.

De recordar que, a chuva que caiu na noite de terça-feira e madrugada de quarta, deixou dois mortos, dois feridos e um desaparecido. As vítimas mortais viviam nos municípios do Kilamba Kixi e Cazenga e estavam em moradias que desabaram e arrastadas pela correnteza.

As autoridades relataram também a inundações de três mil moradias, o desabamento de quatro outras e o desalojamento de 300 famílias, em quase todos os municípios da província de Luanda.

A inundações de escolas, sete centros de saúde e de uma igreja, nos municípios do Cazenga, Cacucaco e Viana, e a queda de árvores nos distritos urbanos da Maianga, Sambizanga e Ingombota constam do balanço.

10.31 Madeira retida na Estrada nacional 230

Jornal O PAÍS

19 De Fevereiro de 2018

Texto: Alberto Bambi

Segundo alguns agentes da Polícia de Trânsito destacados no desvio para o Dondo-N'Dalatando, Cuanza-Norte, os automobilistas que saíam da sede da referida província para Luanda tentaram passar na madrugada do primeiro dia do mês de Fevereiro, mas foram obrigados a estacionar por ordem de polícias em serviço dirigido.

"Naquela de pensar que a lei só seria aplicada dias depois de ser anunciada como efectiva, os motoristas terão sido orientados para fazer o último carregamento e nós os retivemos aqui, porque já tínhamos esta orientação superior", disse o agente que falou sob anonimato, tendo acrescentado que os mais de 15 camiões e indivíduos se encontravam aí, desde a referida data até à semana finda, da reportagem de O PAÍS.

Vale lembrar que na localidade de Cassoneca (Luanda) também se encontravam entre cinco e seis camiões, alguns dos quais de marca Volvo e Shackman. O que, no entender do nosso interlocutor, demonstra que alguns automobilistas ainda conseguiram ludibriar a vigilância, no perímetro que liga N'Dalatando, Cuanza-Norte, Maria Teresa, uma localidade afectada à capital do país.

O agente regulador de trânsito revelou que, próximo da estação ferroviária da sede da então Cidade Jardim, historicamente conhecida por Salazar, também existiam veículos com madeiras apreendidas. Aliás, foi isso que a reportagem deste jornal constatou ao chegar à capital da província, há dias.

Alguns funcionários do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) contaram que certos condutores abandonaram as viaturas, enquanto outros se encontram temporariamente no sítio onde os camiões estão estacionados, à espera de ordens dos seus patrões.

A tentativa de contacto com um dos motoristas não foi bem-sucedida, pois, segundo o agente ferroviário, mal eles avistam alguém com movimentos indicativos de um certo interesse de

questionamento sobre a madeira, afastam-se imediatamente do local. A julgar pelos camiões com madeiras, retidos nas três paragens referenciadas, estão impedidas mais de 25 viaturas pesadas, já que, a dedo, O PAÍS contou cinco no município-sede da Cidade Jardim, 16 no desvio para Dondo e N'Dalatando e nove na região de Calomboloca.

10.32 Exploradores de madeira querem descentralização

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2018

Texto: Weza Pascoal

A Associação de Madeireiros do Cuando Cubango diz que deve ser da responsabilidade do Governo Provincial o licenciamento do exercício da actividade dos seus integrantes e não do Ministério da Agricultura e Florestas, como ocorre até agora.

Nessa conformidade, o presidente da associação, João Santana, disse que actualmente se nota um certo estrangulamento da parte do Ministério de tutela na atribuição das licenças de exploração da madeira.

João Santana disse que o Ministério da Agricultura e Florestas "leva uma eternidade a conceder o documento em alusão", pelo que se fosse da competência do Governo da província "a coisa seria outra".

Os membros da associação do Cuando Cubango que reuniram sábado, na sua primeira sessão ordinária, dizem ser oportuno que o Ministério dê autonomia aos Governos Provinciais, por estes conhecerem melhor a realidade de cada região.

"A medida permitira o maior controlo na arrecadação de receitas para os cofres do Estado, bem como das acções de responsabilidade social que cada empresa de exploração de madeira deve efectuar nas zonas de trabalho", disseram.

"Actualmente o licenciamento é feito em Luanda, mas os técnicos do Ministério da Agricultura actuam sem um conhecimento em tempo real e se o local autorizado reúne as condições necessárias ou não", explicou João Santana.

João Santana frisou, por outro lado, que por essa via, os Governos Provinciais não podem também

contrariar as actividades superiormente emanadas por um departamento ministerial, daí que as coisas se tomam ainda mais complicadas. Por esse motivo, de acordo ainda com o presidente da Associação de Madeireiros do Cuando Cubango, durante o exercício florestal de 2017 quer as empresas nacionais, quer as estrangeiras, exploraram os recursos a seu dispor a bel-prazer.

"Não houve, todavia, um acompanhamento dos fiscais do Governo e como resultado disso assistiu-se a uma devastação sem precedentes", acrescentou João Santana, Joaquim Santana disse, ainda, que os madeireiros do Cuando Cubango têm enfrentado enormes dificuldades para exercer as suas actividades, tendo em conta o excesso de burocracia que enfrentam para o licenciamento das suas empresas.

Outro factor que tem embaraçado a actividade, de acordo com Joaquim Santana, está relacionado à ausência de reuniões de concertação e auscultação entre as instituições do governo local e as empresas ligadas a exploração de madeira.

Por essa razão, os madeireiros reiteram que o licenciamento das empresas seja feito localmente e que o Estado dê autonomia aos Governos Provinciais para se evitar o excesso de burocracia e para que haja maior diálogo e concertação entre os operadores.

Joaquim Santana frisou que a associação do Cuando Cubango vai manter contactos com o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e com a Direcção da Agricultura no sentido de elucidar os associados a apresentarem um projecto de repovoamento da flora.

Acrescentou que a associação vai primar ainda, na formação dos seus membros para que estes estejam bem informados sobre a actividade que exercem, por existirem empresas bem constituídas que surgiram para se manter no mercado.

A primeira acção de formação e capacitação dos seus membros está agendada para os finais do mês de Abril do corrente ano, isto para que todos os membros estejam munidos de conhecimentos sobre a actividade madeireira.

Consta ainda do plano de acção da associação solicitar à Sonangol a indicação de um concessionário para atendimento exclusivo aos

seus associados, a criação de um entreposto e a constituição de um gabinete de apoio jurídico e económico.

Podem fazer parte da associação todas as empresas ou pessoas que exercem a actividade madeireira devidamente legalizados e desde que residentes ou filiados na província.

Na cerimónia de Sábado foram empossados o presidente de direcção, Joaquim Santana, o secretário da mesa de direcção, Francisco Domingos, e o secretário para os assuntos constitucionais Martins Rodrigues.

Durante a campanha florestal de 2017, iniciada a 12 de Junho e com término a 31 de Janeiro de 2018, à luz do Decreto Presidencial número 6/17 de 24 de Janeiro, a província do Cuando Cubango tinha sido contemplada com uma quota de 15,5 mil metros cúbicos. A mesma foi considerada irrisória pelos madeireiros locais.

10.33 Sobe para seis o número de mortos ados pela chuva em Luanda

Jornal O PAÍS

20 De Fevereiro de 2018

Esta informação foi avançada, ontem, pela portavoz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), Faustino Minguês, ao apresentar a balança provisório das estragas causadas pelas chuvas.

Esclareceu que as vítimas mortais, com idades compreendidas entre as 4 e 17 anos, afagaram-se nas valas de drenagem e nas bacias de retenção das águas pluviais e residuais, enquanto os desaparecimentos aconteceram nos municípios da Cazenga e Cacuaco.

Faustino Minguês, em declarações à imprensa, esclareceu que as ocorrências, envolvendo menores e adultas, foram registadas nos municípios de Viana, Luanda (Maianga), Belas e Cacuaco.

A chuva com a duração de aproximadamente cinco horas causou ainda, a derrube de árvores em algumas zonas da cidade, tendo danificado parcialmente algumas viaturas e painéis publicitários de tapumes.

Ainda ontem, a província de Luanda registou fartes chuvas acompanhada de trovoadas, com a precipitação entre 30 e 50 milímetros, em algumas zonas. As previsões da INAMET apontam que poderá acorrer a mesma na capital do país hoje e amanhã (ver página 32).

O balanço provisório aponta ainda que mais de mil residências ficaram inundadas e oito destruídas parcialmente, bem como submersas 14 escalas, sete pastas de saúde, cinco, agências bancárias, uma pasta de transformação, de electricidade e vários estabelecimentos comerciais.

De referir que na Domingo, as mergulhadores das SNPCB retiraram a corpo de um cidadão de 25 anos de idade que afogou-se na Lagoa da Coelho, na Km-9, Distrito da Estalagem, município de Viana. A vítima em companhia de amigas pulou a cerca colocada recentemente e mergulhou no buraco. Em Cacucuo, uma ponte desabou ontem.

10.34 “A madeira é um recurso estratégico do Estado e contribui para o PIB”

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2018

Texto: Alberto Coelho

Quais as razões que levaram à suspensão da exploração florestal no país?

É uma medida excepcional que foi tomada por causa de alguns constrangimentos que fomos tendo na aplicação da nova Lei que foi promulgada a 24 de Janeiro de 2017. Tínhamos uma série de medidas a cumprir depois dada Lei e daí começámos a sensibilização dos diferentes ministérios, dos governos provinciais e da própria sociedade e depois organizámos a Conferência Nacional das Florestas.

O sector conta com quadros suficientes?

Com os poucos quadros profissionais que temos no sector, tivemos um atraso no cumprimento daquilo que foi estipulado na concepção das normas e do regulamento florestal. Porque não se pode aplicar a Lei sem um regulamento. E a questão do regulamento atrasou-nos. Foi exarado um Decreto Presidencial que permitiu a abertura da campanha florestal a 14 de Junho de 2017.

Tivemos um atraso na emissão das licenças e só começámos a distribuir as licenças em Setembro. A nova Lei estipula que a exploração florestal devia começar no dia 1 de Maio para terminar a 31 de Outubro e como começámos tarde não havia hipótese de a campanha terminar na data estabelecida pela Lei. Logo, pedimos uma derrogação ao Presidente da República que exarou o Decreto 274/17 de 10 de Novembro que prorroga para até 31 de Janeiro de 2018 o período da campanha florestal. O prazo estipulado pelo Decreto cessou e é óbvio que tudo.

E o regulamento já foi elaborado?

Os técnicos estão a trabalhar desde o dia 15 de Janeiro e podem apresentar o texto do regulamento em breve. Estamos a trabalhar no sentido de cumprirmos os prazos para que a partir de Maio possamos trabalhar em conformidade com a nova Lei.

E essa suspensão vai vigorar até quando?

A medida vigora até ao momento em que nos sentirmos confortáveis em abriremos a campanha de exploração florestal. O Estado, como pessoa de bem, não pode penalizar os empresários e estes devem entender que estamos numa fase de transição entre a antiga e a nova Lei. É um trabalho muito complexo que exige trabalho. Quer o Executivo, quer os empresários têm todas as dificuldades e todos vamos ter sacrifícios. Acreditamos que os próximos momentos vão ser melhores. Depois desta suspensão, os empresários devem organizar - se para concorrerem à próxima campanha de acordo com aquilo que a nova Lei estipula.

Quais são as medidas a ser aplicadas aos incumpridores?

O Estado é uma pessoa de bem e estão a ser acauteladas medidas concretas onde todos vão ter de trabalhar no sentido de cumprir. Primeiramente, o Estado vai criar entrepostos localizados em áreas estratégicas onde não há nenhuma alternativa de passagem. Todo e qualquer madeireiro vai ter de passar por aí, e o entreposto vai ser como uma espécie de funil onde estão presentes todas as estruturas de controlo como o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), os representantes dos ministérios das Finanças e do Comércio, a Polícia Nacional, a Administração

Geral Tributária (AGT) e todos os que participam no processo de importação e exportação. Se a madeira não for explorada legalmente fica retida a favor do Estado. Se for legal devem-se cumprir os trâmites de exportação porque o produto não pode sair do país sem termos constatado a entrada das divisas.

Os técnicos já trabalham neste dossier?

Os nossos técnicos estão a trabalhar no sentido de fiscalizarem o preço mínimo de referência que vai ser estabelecido por cada espécie e aí temos o controlo da movimentação da madeira. Neste período em que a medida entrou em vigor até à data da abertura da próxima campanha quem não cumprir arrisca-se a sanções muito graves. Primeiramente essa pessoa perde o direito à licença durante um período de dois ou três anos. Depois a madeira é retida e revertida a favor do Estado e o seu equipamento também é confiscado. Estamos em sintonia com os órgãos de Defesa e a Polícia e outras entidades para que a medida seja cumprida.

Há meios técnicos suficientes para permitir a execução dessas medidas?

O problema da fiscalização foi uma das questões debatida na última conferência nacional sobre florestas que realizámos em Luanda. Os recursos humanos em todos sectores são escassos, quer do ponto de vista de quantidade, aptidões e qualidade quer de condições de trabalho. Mas para contornarmos isso, sensibilizámos a população, porque o bom cidadão é aquele que sabe respeitar a Lei, proteger o seu espaço territorial e sobretudo os recursos naturais.

Os actuais níveis de abate ou de desflorestação do país são preocupantes?

Temos um estudo sobre o inventário florestal que diz que crescemos. O crescimento das florestas para o nosso país é de três a quatro por cento. Os volumes de 40 por cento explorados hoje são muito inferiores em relação ao que está estipulado. Angola tem uma quota de 500 mil metros cúbicos por ano para a exploração, mas somente são explorados cerca de 200 mil metros cúbicos ao nível de todo país. Isto é para dizer que a situação não é tão alarmante como se costuma dizer. O inventário florestal feito em 2015 diz que Angola tem 69 milhões de hectares de floresta. A floresta é

um recurso dinâmico que está sempre a crescer. Devido ao conflito armado que tivemos não permitiu uma exploração substancial desses recursos. O que preocupa o Executivo é tão-somente o abate de ordenado de algumas espécies.

Há denúncias do abate indiscriminado de madeira em várias províncias do país realizado sobretudo por estrangeiros de nacionalidade chinesa. Já foram tomadas medidas para contornar a situação?

A situação está a ser divulgada de forma exagerada. Os estrangeiros estão em parceria com o empresário nacional. Não vemos um estrangeiro ir até onde estão os nossos recursos sem a colaboração do cidadão nacional. É óbvio que ele tem a tecnologia e equipamentos.

Quer dizer que há um apoio relevante de cidadãos nacionais?

É assim que nós entendemos a presença dos estrangeiros em certas zonas de exploração. Não é verdade que o estrangeiro vai e corta. Já fizemos o nosso trabalho de verificação e fomos a áreas onde encontramos estrangeiros, como chineses, vietnamitas e portugueses que estão a auxiliar os nacionais em termos de maquinaria, e quando são vistos nessas áreas são tomados como indivíduos que estão a assaltar os nossos recursos. Não é verdade. Sabemos que há algumas anomalias nas parcerias entre os nacionais e os estrangeiros. Já tomámos medidas para que todas as parcerias com estrangeiros devam ser monitorizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). A parceria é livre para qualquer que cumpra as normas estabelecidas pelo Estado. Não podemos ceder os nossos recursos a qualquer um e de qualquer maneira. O Estado tem normas que regulam esta questão, por isso todos os contratos a ser celebrados no sector entre nacionais e estrangeiros vão ter de ser monitorizados pelo IDF. Aliás, a nova Lei abre a questão das concessões florestais e temos a empresa nacional Madang, que vai trabalhar nesse sentido. O cidadão nacional deve trabalhar com o estrangeiro dentro das normas estabelecidas pelo Estado. Certos critérios na formulação dos contratos de parceria devem ser seguidos pelo sector para evitar essas situações.

Em Cabinda há denúncias de que empresas chinesas vieram a título de empresas construtoras e de repente tornaram-se empresas de exploração e

exportação de madeira. Tem conhecimento desses factos?

Não é só em Cabinda. É um assunto nacional. Sabemos que logo que houve o problema de escassez de divisas no país, os empresários que estavam a trabalhar na área de construção e em outras áreas sentiram-se em baixo e todos entraram no sector florestal e nós demos conta disso. Mas não entraram sozinhos, entraram com conivência de cidadãos nacionais.

Mas entraram de forma legal ou ilegal?

Houve contratos mas não foram bem-sucedidos. O cidadão nacional só estava a perder porque não conseguia acompanhar o produto até ao mercado internacional, onde se vendia. O estrangeiro ditava o preço de compra e a forma de exploração. O nosso empresário está muito fraco nesta matéria. O Estado já deu conta dessa situação e estamos a trabalhar no sentido de repor a legalidade.

Qual tem sido a contribuição financeira do sector para a economia nacional?

O sector florestal é um sector estratégico do Estado. A madeira passou a ser um recurso estratégico do Estado na mesma linha do petróleo e dos diamantes devido a sua importância económica e social. Contribuiu com receitas consideráveis para o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Os dados que temos revelam que em 2017 foram arrecadados 1.522.866.018,00 Kwanzas para os cofres do Estado. Não acha esse valor pouco para um país que possui uma superfície florestal avaliada em 69,3 milhões de hectares e reservas de madeira comercial estimadas em 4,5 mil milhões de metros cúbicos?

Esse foi um dado que obtivemos naquele momento em que realizámos a conferência nacional sobre florestas. Mas aquilo que está previsto para a próxima campanha vai ultrapassar esses dados e está estimado em dois mil milhões de Kwanzas. Os dados que referiu são lineares porque a exploração é anual. Com o preço mínimo de referência a ser estipulado para cada metro cúbico, o Estado vai arrecadar muito mais do que aquilo que arrecadou nos anos anteriores.

Quais são os preços praticados neste momento no mercado?

Estamos a organizar o sector empresarial. Os acordos que os empresários fizeram com os seus parceiros são débeis. Há quem vendeu por 30 mil Kwanzas o metro cúbico e há indivíduos que venderam menos do que disso. O cidadão nacional, pela sua ignorância, julga que ganhou, mas perdeu. E quem perde mais com isso tudo é o Estado que é o detentor dos recursos. Já sensibilizámos os empresários do sector para que se organizem em associações e apelamos que cada um esteja legal. Nos próximos exercícios só terão licenças as pessoas que vão obedecer aos critérios ora impostos. Deve ter uma mini -serração na área de exploração. Nem todos devem exportar. A partir dos entrepostos temos o máximo de controlo da venda e da própria exploração da madeira.

Os preços vão-se aproximar aos do mercado internacional?

Os técnicos estão a trabalhar nesse sentido. Há espécies de madeira que custam no mercado internacional cerca de 1.200 dólares o metro cúbico e outras o mínimo são 600 dólares. Não vamos estabelecer um preço que prejudique o empresariado. Vamos dar uma margem de benefício para os poder potenciar economicamente. São obrigados a exportar pelos preços a ser estipulados e vamos trabalhar na certificação do produto para correspondermos às exigências do mercado internacional.

Que benefícios trazem a nova lei para o Estado e para os operadores do sector?

Quando o sector não é organizado isso facilita a exploração ilegal e com a nova Lei já não há concorrência desleal entre o empresário. Outro ganho tem a ver com a capitalização das próprias empresas. A Madang vai trabalhar para captar investimentos e enquadrar as empresas organizadas para trabalhar e ganhar. A Lei vai proteger os recursos. Os empresários vão ter a capacidade de trabalhar numa zona de exploração que lhes for atribuída num período de exploração de 20 a 25 anos. Os empresários que não têm capacidade de exploração vão ser encaminhados para o sector de povoamento florestal.

É necessário conservar as nossas florestas naturais. A partir de agora só vamos atribuir licenças de exploração de madeira aos empresários que podem fazer o repovoamento, porque como está a situação, o empresário tem dificuldade em encontrar o produto de que necessita e muitas vezes não consegue honrar os compromissos com os clientes. Às vezes, no momento de vender, o cliente recusa e o produto fica desvalorizado, com isso o Estado perde e o próprio empresário nacional perde. A Lei vai ajudar a pôr ordem, a organizar O sector, a organizar os empresários e a estarmos nos mesmos patamares com os outros países.

Em relação aos garimpeiros que não têm licença, quais são as medidas a tomar?

Com as medidas rígidas que estamos a tomar vão desaparecer voluntariamente porque elas vêm mesmo para disciplinar. O seu produto não vai circular no país devido à presença dos entrepostos. Quem estiver a explorar à margem da lei não vai ter sucesso porque o seu produto quando cortado na mata não vai poder circular para ir ao encontro do consumidor. Qualquer movimento dos garimpeiros vai cair sempre no radar dos entrepostos, que são um verdadeiro crivo para fazer funcionar a lei. Também estamos a formar uma polida florestal com o auxílio da Polícia Nacional e podemos absorver os efectivos dispensados das FAA. A futura polícia florestal tem como tarefa fiscalizar a actividade de exploração florestal. Os próximos momentos são diferentes do passado. Vamos tentar pôr ordem e acreditamos que não vai haver tantos empresários a exportar. Só exporta quem tem capacidade e condições e for aceite pelo Estado.

10.35 Cartoon

Jornal de Angola
21 Fev 2018



10.36 Chuva mata duas crianças em Cacuaco

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2018

Texto: José Bule e Cristina da Silva

Duas crianças, de dois e quatro anos, foram encontradas mortas no interior de uma residência, no bairro Belo Monte e, no mesmo dia, um camião de recolha de lixo provocou a destruição da ponte que liga os bairros Paraíso e Augusto Ngangula, em Cacuaco.

O administrador do Distrito Urbano de Mulenvos de Baixo, Luís Vicente, que confirmou o facto, disse que a chuva provocou a inundação da residência onde se encontravam as crianças sozinhas e a ponte desabou depois de o camião derrapar e tombar sobre a mesma.

Com ajuda dos populares, efectivos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros levaram cerca de seis horas para resgatar os corpos do local. "Foi difícil remover os cadáveres. A chuva não parava de cair e as vias de acesso à residência estavam intransitáveis", disse.

As chuvas obstruíram as obras de construção da passagem hidráulica, que vai facilitar a ligação entre os bairros da Cerâmica e da Pedreira. Os trabalhos iniciados em finais de 2017 devem ser concluídos até Março deste ano.

O director municipal do Ambiente e Serviços Comunitários de Cacuaco, Martinho Jerónimo, avançou que, em todas as localidades do município, as chuvas provocaram a inundação de centenas de residências e dezenas de escolas e unidades sanitárias.

Martinho Jerónimo disse que as valas de drenagem do Paraíso, Forno do Cal, Vidrul, Calumana, Iba, Pescadores e dos sectores 5 e 6 da localidade de Moma passam pelo Distrito Urbano de Cacucaco com destino ao mar.

Explicou que a vala de Calumana recebe a água que vem dos municípios do Cazenga e do Sambizanga, enquanto a do Paraíso facilita a passagem das águas provenientes do município de Viana.

"Essas valas entram em carga sempre que a chuva cai com alguma intensidade", disse, para acrescentar que a maioria das populações afectadas pelas chuvas construiu a menos de 30 metros das valas de drenagem e em linhas de água.

Mortes por afogamento

Na terça - feira, 13, duas pessoas perderam a vida, igual número, no sábado, um deles por negligência ao nadar na Bacia de Retenção do Coelho, em Viana, no momento em que chovia na zona.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda chama atenção para a necessidade de a população acatar os apelos feitos pelas entidades, por forma a evitar as ocorrências por inundações.

"Temos alertado a população para não depositar resíduos sólidos nas valas de drenagem, nas linhas de passagem das águas, de modos a permitir que as águas tenham o seu percurso normal e não o retorno para as residências", alertou Faustino Minguês.

"Infelizmente Luanda no seu todo apresenta risco de inundações. Hoje não existe bairro na capital em que não verifique esta situação quando chove", explicou.

Os municípios de Viana e de Cacucaco foram os mais afectados pela chuva de segunda-feira, tendo como consequência, além das duas mortes, cerca de três mil residências inundadas.

Faustino Minguês garantiu que estão a ser feitas sucções nas bacias a nível dos municípios e distritos de Luanda.

Na segunda-feira, depois da chuva, as paragens estavam "repletas" de passageiro por falta de

transportes públicos, obrigando os cidadãos a percorrer quilómetros a pé.

Os que conseguiram apanhar táxi, desistiram ao longo do percurso, preferindo caminhar, por causa da lentidão dos carros, a julgar pela presença de água no asfalto e buracos.

Nos bairros periféricos, os moradores tiveram que se juntar em grupos para retirar as águas com recurso a baldes e eletrobombas. As chuvas causaram a queda de árvores em algumas zonas da cidade, tendo danificado parcialmente algumas viaturas e painéis publicitários.

10.37 Chuva em Saurimo desaloja famílias

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2018

Texto: João Salvo

O cenário em que vivem 16 membros de duas famílias, desabrigadas pelas chuvas no bairro Candembe, arredores da cidade de Saurimo, há duas semanas, é deveras desolador e impõe apoios imediatos por parte das autoridades da Lunda Sul.

António Constantino, 51 anos, é chefe de uma família de oito membros. O desabamento da sua humilde casa, situada: numa zona que constitui ponto de passagem das águas em tempo chuvoso, fez com que se refugiasse em casa de um irmão. Sobre o sucedido o director provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente (OTUA), Francisco Txiqedja considerou que os desalojamentos reflectem a ignorância aos conselhos e instruções no sentido de se desencorajar o "velho hábito" de construir em zonas perigosas e, muitas delas, notificadas como sendo de risco.

O balanço de prejuízos apresentado pelos serviços de Protecção Civil e Bombeiros feito pelo chefe interino da área de Comunicação e Institucional e Imprensa, Felito Raimundo, acrescenta a destruição parcial de uma outra casa no bairro Txicumina, assim como a destruição de salas de aula nas escolas do ensino primário do bairro Luavur e Camahundjo, na periferia da cidade.

10.38 Consulta pública à sociedade civil

O Ministério do Ambiente promove até hoje, em Luanda, uma conferência sobre auscultação às instituições do Estado e da sociedade civil, para a recolha de contribuições para o desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PNAAC).

A conferência é promovida pelo Gabinete de Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), da qual Angola é parte signatária desde 2000.

O Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas visa caracterizar as vulnerabilidades do país aos impactos deste fenómeno, e facilitar a integração da adaptação às alterações climáticas em programas de desenvolvimento sectoriais.

No evento são aguardados representantes dos Ministérios da Economia e Planeamento, Transportes, Pescas e do Mar, Urbanismo e Habitação, Construção, Energia e Águas, Saúde, Agricultura e Florestas, Fundo de Apoio Social (FAS), Development Workshop (DW) e Juventude Ecológica Angolana (JEA).

Angola, em particular a região Sul (província do Cunene), é vulnerável à estiagem e cheias, em consequência das alterações climáticas.

O fenómeno das alterações climáticas provoca um impacto negativo a agricultura, pecuária, recursos hídricos, desenvolvimento rural, segurança alimentar, erosão dos solos, infra-estruturas e meios de subsistência das famílias afectadas.

10.39 Chuvas desalojam mais de 200 pessoas

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2018
Texto: André Brandão

Pelo menos 246 pessoas encontram-se ao relento nos municípios de Samba Caju e Lucala, na província do Cuanza-Norte, em consequência do desabamento de 49 residências, devido às chuvas que se abatem na região nos últimos dias,

informaram, ontem, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros local através de uma nota.

Os Serviços de Bombeiros dizem ainda no documento que notificaram, nos últimos dias nos mesmos municípios oito desaba mantos de tectos de um total de 34 famílias, para além de dois incêndios de pequenas proporções nos bairros Banga e Kilamba Kiaxi, município de Cazengo, causados por presumível fogo-posto e curto-circuito, "afectando o meio ambiente e residencial, propriedades públicas e privada em zona periférica, com danos materiais estimados em 50 mil Kwanzas".

As 49 famílias sinistradas pelas chuvas no município de Samba Caju e Lucala, refere o comunicado, "foram já apoiadas com bens alimentares de primeira necessidade e roupa usada". Na última semana, segundo o documento dos Serviços de Bombeiros, ocorreram dois acidentes de viação, resultado em uma vítima mortal e outra encarcerada.

10.40 Chuvas provocam constrangimentos

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2018

As chuvas acima da média que se registam no país e a deficiente macro drenagem estão na base de situações de alagamento e inundações que têm afectado tanto o sector residencial como as infra-estruturas socioeconómicas e a morte de pessoas, considerou ontem, em Luanda, o comandante do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Bênção Abilio disse que em Luanda as últimas chuvas provocaram a morte de oito pessoas, a inundação de três mil residências, o desabamento de quatro outras e 300 famílias desalojadas em quase todos os municípios. "O efectivo tem conseguido dar resposta satisfatória às inúmeras solicitações dos cidadãos."

Bênção Abilio disse que a situação mais preocupante regista-se na região centro do país, onde há grande incidência de descargas atmosféricas e, por isso, aconselhou a população a afastar-se das lagoas quando está a chover.

"A nossa maior preocupação reside na província do Huambo, pois o Alto Hama é o ponto mais

elevado do nosso país em termos de relevo e regista muitas descargas eléctricas, pelo que mais uma vez, apelamos à população a não se abrigar debaixo de árvores quando chove e que procurem locais seguros", alertou.

Em termos de meios técnicos o comissário reconheceu haver algum défice, mas com os existentes consegue-se dar resposta às inúmeras solicitações da população.

Entretanto, para o ano de instrução 2018, o director da Escola Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Valentim Xavier, informou estarem programadas 20 acções formativas que vão beneficiar 1.390 efectivos, nos domínios de combate a incêndios, salvamento e resgate terrestre, em altura, superfície aquática e em águas profundas.

Bênção Abílio disse que o atendimento pré-hospitalar em sinistros, intervenção em acidentes com materiais perigosos, superação em direcção e mando, assim como formação pedagógica de formadores, são outros cursos a serem ministrados no corrente ano.

Com as acções programadas ressaltou Bênção Abílio, espera-se a aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e formas de comportamento exigidos dos efectivos para o exercício das funções da referida actividade profissional.

Plano de contingência

O Comando de Luanda do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) está a implementar acções para o reforço do plano de contingência, com vista a acudir as populações, frente aos perigos das chuvas que caem na capital do país.

Fazem parte dos trabalhos do efectivo, a sucção de águas, em residências, instituições públicas e privadas, a retirada de terra arrastada pelas águas em diversas superfícies, limpeza das valas e sarjetas, remoção de árvores e outros objectos que dificultam o trânsito na via pública.

O porta-voz da corporação, Faustino Minguês, disse à Angop que a par destes trabalhos decorrem o de sensibilização, virado para as famílias residentes em zonas consideradas de risco, no sentido de abandonarem o local, a não utilizarem as bacias de retenção, valas de drenagem, o canal

do Kicuxi e terem maior precaução com os sistemas de electricidade na via pública e no interior de suas residências.

Emergência no Cazenga

Um programa de emergência para a retirada da água da chuva a nível do município do Cazenga, em Luanda, está a ser executado desde terça-feira, principalmente nas escolas e unidades sanitárias, numa iniciativa da área técnica desta municipalidade.

O administrador municipal adjunto em exercício do Cazenga para Área Técnica e Infra-estruturas, Eduardo Gomes, deu a conhecer que, para além das zonas de impacto social, também estão a limpar as vias mais afectadas das áreas consideradas estratégicas do município.

Neste momento, prosseguiu, trabalham na sucção das águas da rua da Lama, Auto-Kito, Peças, Bacia do tio Kimbundu, Porto-Santos, Largo de Maio, bem como nas escolas Dois, Borracheira, Poli técnico do Cazenga, Centro de Saúde ex-Calaboca e em algumas residências submersas.

Sucção de águas no Rangel

Uma motobomba e igual número de jumper para a sucção das águas são os únicos meios disponíveis para suprimir as enchentes existente em algumas mas e escolas, do distrito urbano do Rangel, município de Luanda.

Em declarações à Angop, o administrador do referido distrito, Francisco Domingos, explicou que a zona conta apenas com os referidos meios para a retirada das águas nos locais considerados mais críticos, com vista a minimizar o sofrimento dos munícipes, embora ter já entregado o plano de necessidades às estruturas superiores.

Disse que neste momento, os pontos mais preocupantes são os da rua do Alentejo na Terra Nova, Vaidade, Sêngulas, 225, as administrações do bairro do Marçal, Rangel e áreas adjacentes, assim como a escola do Primeiro Ciclo Imperial Santana, no Ntunga Ngó.

10.41 Dois mortos e dois desaparecidos em novo dia de chuvas Fortes em Luanda

Jornal Visão
23 De Fevereiro de 2018

Segundo Faustino Minguêns, porta-voz do comando provincial de Luanda do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, um dos corpos foi resgatado, de um homem de 25 anos.

A criança, de 4 anos, morreu na sequência do desabamento da casa, no distrito urbano da Maianga [centro de Luanda] ‘: explicou Faustino Minguêns.

Entre os dois desaparecidos identificados pela protecção civil está uma criança de 9 anos, que foi arrastada pelas águas de uma vala de drenagem.

Há ainda registo de 1.950 casas e algumas igrejas inundadas em Luanda, estradas intransitáveis e árvores derrubadas na sequência das fortes chuvas que caíram no sábado, a segunda ocorrência do género em quatro dias.

Entre 13 e 14 de Fevereiro, uma noite de fortes chuvadas provocou igualmente dois mortos e um desaparecido, em Luanda, além de inundações em 2.200 residências e em vários postos de saúde e escolas.

10.42 Época das chuvas já fez 47 mortes no Huambo

Jornal Vanguarda
23 De Fevereiro de 2018

A actual época das chuvas está a ser particularmente forte e já provocou, desde Setembro do ano passado, só na província do Huambo, um total de 47 mortos e 38 feridos, informou a Protecção Civil. Foram igualmente destruídas pelas chuvas, na província do Huambo, quatro escolas, 12 igrejas e uma ponte.

10.43 Fevereiro é apenas um "aviso à navegação" Março e Abril "Chuvas Mil"

Jornal Manchete
23 De Fevereiro de 2018
Texto: Leonardo Lemos

Todos os anos o cenário se repete, sendo que os municípios mais afectados são os do Cazenga, Cacuaco e Viana. Os outros também têm levado por tabela. Segundo os munícipes contactados pelo Manchete, os administradores destas circunscrições são tidos como mentirosos compulsivos, faltando sempre a palavra. Pouco ou nada fazem em prol dos municípios e munícipes que dirigem, não se compreendendo, até agora, por que razão o governador provincial os mantém nos lugares quando há muito vêem exibindo os seus certificados de incompetência.

NO CAZENGA

O administrador Tany Narciso disse, em tempos, que estava em curso um plano de asfaltagem, e que, toda a extensão do município sobre a sua jurisdição estaria asfaltada até o final de 2017. Tudo falácia, as vias continuam totalmente esburacadas, com realce para as 5^a, 6^a e 7^a Avenidas, enquanto outras vão se degradando de forma acelerada devido as chuvas que se abatem sobre Luanda.

As zonas da 5^a Avenida, Kalawenda, Papá Simão, assim como da Reolixo (Aterro Sanitário) e a das Bananeiras transformaram-se em valas de depósitos de lixo, para não falarmos o de trás, do Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, junto a famosa requalificação do Cazenga que agora estão transformadas em obras abandonadas e entregues à sua sorte, a estrada que liga da Comarca Central de Luanda (Petrangol), passando pelo Nguanhã, Campismo, Nocal até a Cuca o cartão de visitas são os buracos e quando chove tornam-se intransitáveis, tal como as vias de acesso do bairro Hoje-ya-Henda.

Victor Nataniel Narciso, no ano passado, dizia que, já estavam criadas todas as condições para que a equipa técnica do Ministério da Construção e Obras Públicas, interviesse nas zonas já identifica das como sendo críticas quando chovesse. Mas, até agora, nada que se vê.

Dizia ainda que, as zonas identificadas eram: Petrofina, Avó Kitoco, Camacong e do Hospital Municipal Somague. Segundo o administrador, foi feito um levantamento e verificou-se que, existiam mais 32 pontos críticos no município, mas foram escolhidos os quatro já referenciados, porque abrange as Ruas dos Comandos, Rua dos Românticos e Esquadras. Disse também que, havia

necessidade do desassoreamento das principais valas de drenagem do Cazenga/Cariango, Soroca e Rio Seco, bem como a Rua da Combal, Estrada dos Mulenvos, Sétima Avenida, Rua da Sonef, etc.

Fez igualmente referência as bacias de retenção de água no "Tio Kimbundu" "Tio Jingongo", Catumbela e Mabululu, que também iriam merecer a atenção na época das chuvas. "O que foi feito até hoje?": questionam-se os municípios, ao mesmo tempo que respondem "Nada! Tudo falácia".

VIANA

A administração local, dirigida por Geremias Dombo, parece não ter nenhum plano estratégico para o desenvolvimento e controlo do município que lhe foi dado para a sua gestão.

Acredita-se mesmo que, não conhece onde fica localizado o Aterro Sanitário de Luanda sobre seu Município, Tanto o administrador, quanto o próprio governador da província de Luanda, nenhum deles uma vez sequer, antes das últimas enxurradas, preocupou-se em fazer uma visita para saber o estado das vias e como é tratado o lixo depositado naquele aterro que é o único que acolhe o lixo proveniente de toda a cidade de Luanda. Jeremias Dumbo Tchilelevike, desde que assumiu o cargo de administrador municipal de Viana, as suas visitas são, direcionadas somente nas localidades dos Zangos 1,2,3,4 etc.; onde há terrenos baldios para possíveis vendas. E, a sua contundente petulância para embargar e ameaçar demolir obras erguidas sem acompanhamento ou acautelar o começo. O mesmo vai ao mercado do 30 para saber da colheita de dinheiros! Quanto ao encontro com os munícipes e visita aos bairros, isso não faz parte do seu ADN. Até mesmo as cartas de denúncias enviadas pelos munícipes, não responde, relega a simples ignorância. Encontrou uma parte da Vila já asfaltada pelo antigo administrador Zeca Moreno, mas nada de manutenção, quando chove, as valas entopem e a Vila fica inundada. No seu mandato, nada tem feito para melhorar a imagem do município. Para este administrador, Viana começa apenas da Vila aos Zangos e Zona Industrial. Capalanca, Caop, Mulenvos de Cima, Estalagem, Quilómetros 12 e 14, Sapú, Belo Horizonte e outros bairros e comunas, para si, não fazem parte do município de Viana.

AS "chuvas mil" já estão a dar o ar da sua graça, a política de asfaltagem e a contenção das valas de drenagem é uma miragem, todas as vias que ligam ao Aterro Sanitário estão com acesso deficitário, é só lembrarmos dum passado recente, quando o surto de Febre-amarela, malária e cólera e outras doenças que assolaram a cidade de Luanda, um dos factores foi a dificuldade de acesso para a evacuação do lixo, e isso, deveu-se ao mal estado das vias que ligam a Reco-lixo, E, mesmo assim os governantes de Luanda não se emendaram.

A energia eléctrica naquela circunscricção é outro calcanhar daqueles munícipes, felizmente esteve recentemente o Director Provincial de Luanda da ENDE, Eng. Omar João, que inaugurou a subestação de energia dos Mulenvos de Cima que aí se construiu no ano passado, e, pela sua infelicidade, disse estar já a fornecer energia para mais de 25 mil residências, segundo a população daquela zona, é tudo mentira, a subestação foi sim inaugurada, mas a energia não está ainda à ser distribuída, nem os postes implantados.

CACUACO NÃO FOGE À REALIDADE

Carlos Alberto Cavukila, a exemplo ao administrador de Viana, não têm plano nenhum para o desenvolvimento do município por si acometido. Diz-se estar mais preocupado em encher os seus bolsos que resolver os problemas que afligem os munícipes.

Aquando da campanha eleitoral, com vista às eleições gerais de Agosto de 2017, convidou o antigo governador Higinio Carneiro para inaugurar algumas pontes em fazes de reabilitação da estrada que liga a Via Expresso, Belo Monte ao Aterro Sanitário, desde então; não mais avançou, simulou ainda a reabilitação da estrada do troço que liga o Kikolo, Malueca as 500 casas, (Mulenvos de Baixo), que também dá acesso à Reco-lixo, e até hoje ficou tudo parado, segundo os moradores, a obra foi reprovada e nada de responsabilizar o construtor, transformando-o numa outra estrada com terra batida, e quando chove, todo o lodo e as águas escorrem para a estrada do Aterro, criando aí uma bacia e impossibilitando a passagem de viaturas ligeiras que vêm dum lado e do outro, do mesmo modo, encontra-se a estrada que liga a própria Vila de Cacucaco, Funda ao Eco-Campo, o do Bairro dos Pescador e a Estrada da parte baixa da

Administração, (Vila de Cacucaco), junto ao BPC, BFA aos quiosques e tantas outras...

O antigo Cemitério dos Mulenvos de Baixo, transformou-se num mato onde se pode encontrar todas as espécies de bichos, até hoje, não é apresentado um projecto sequer para o aproveitamento daquela zona...

ALERTA DOS MUNICÍPIES.

Os luandenses pedem ao governador provincial de Luanda, Mendes de Carvalho, no sentido de remover estas "pedras" governamentais que torpedeiam o desenvolvimento dos municípios e que na sequência disso fizeram o seu pé-de-meia, em detrimento dos governados. A situação calamitosa em que se encontram os municípios, distritos e outros bairros de Luanda, são passos dados para o retorno das epidemias da cólera, febre-amarela e outras doenças, devido à falta de condicionalismo das vias que dão acesso ao único aterro existente em Luanda, a única estrada improvisada por uma construtora amadora e sem fiscalização, com asfalto apenas na extensão que liga a estrada de Catete, passando pela Ex-Clínica do Gamek, Papá Simão ao Aterro Sanitário, e já está a degradar-se, quando chove, o asfalto desaparece do Papá Simão ao Aterro Sanitário num espaço onde fez-se bacia e acolhe as águas provenientes de ambas as partes, cima e baixo, sem uma vala no mínimo, e no interior dos bairros está a se criar ravinas, uma boa parte do asfalto não existe mais. E isso foi um dos motivos da inundação do lixo em muitos bairros de Luanda, as operadoras se furtavam de ir ao aterro, alegando ou justificando a falta de condições das vias, porque criavam avultadas despesas na manutenção das viaturas e até mesmo soterravam e por vez tombavam. Dentro de dias, Março e Abril, começam as famosas "Chuvas Mil": O melhor é prevenir do que remediar.

CONSELHOS

Sendo os municípios do Cazenga, Viana e Cacucaco, os únicos que têm estradas que estão ligadas de forma fronteiriças, deviam ser realizados com frequência encontros Tri-Administrativo, onde pudessem juntar os três administradores municipais e estudarem ou criarem estratégias comuns a fim de verem a questão das vias já enumeradas acima, e que, dão acesso ao único Aterro Sanitário em Luanda, e

evitem desculpas futuras das operadoras em justificarem as dificuldades de escoamento do lixo em todas as artérias da cidade de Luanda por falta de condições das vias em tempos de chuvas.

ENCONTRO TRI-ADMINISTRATIVO

PORQUE?

Porque, para quem vem da estrada de Catete ao Aterro Sanitário, as fronteiras estão delimitadas da seguinte forma:

A direita (Sul), está o bairro dos Mulenvos de Cima (Município de Viana). A esquerda, (Norte), está o bairro do Kalawenda (Município do Cazenga). Na frente e a direita, também a (Norte), está o bairro dos Mulenvos de baixo (Município de Cacucaco), que os separa é apenas a estrada dum lado e do outro.

VIAS QUE DEVERIAM FACILITAR ACESSO

CAZENGA, Recuperando as vias das 5^a, 6^a, 7^as, Avenidas, Kalawenda, Malueca, Bananeiras para o Papá Simão, 500 Casas para o Reco-lixo, facilitaria a fluidez e o escoamento dos lixos provenientes dos Distritos do Sambizanga, Rangel, Hoje-ya-Henda e outros pontos próximos.

VIANA, Recuperando as vias como as da Exponte da Comarca de Viana, Rua da Brasileira, do Caop, do Millenium, Subestação ao Aterro, facilitaria a fluidez de transportes dos lixos vindos da Vila de Viana, Calemba 2, Benfica, Zona Industrial, Zangos, Belas, Kilamba, Km's 12, 14, etc.

EX-CLÍNICO DO GAMEK, esta que é a única onde todas as viaturas têm o único acesso, incluindo o dos moradores, seria assoreada com as viaturas que trouxessem os lixos do Futungo, Parte Baixa e Alta da Cidade, Ingombotas, Maianga, Kilamba Kiaxi, etc.

CACUACO, Seria recuperado o acesso da Via Expressa, entrando pelo Rio Seco, Kikolo, 500 Casas, facilitariam a locomoção dos veículos de lixos, vindos do Kifa Ngodo, Vila de Cacucaco, Sequel e outros pontos adjacentes.

10.44 Pesca por arrasto está proibida este ano para garantir longevidade das espécies

Jornal Economia & Finanças
23 De Fevereiro de 2018
Texto: António Eugénio

A partir deste ano fica limitada a pesca por arrasto, também designada de "banda-banda", desenvolvida em águas nacionais assim como ajustar o volume das capturas ao potencial disponível dos recursos biológicos aquáticos e da aquicultura.

O Decreto Presidencial, datado de 22 de Janeiro de 2018, onde estão expressas as medidas, diz que o projecto estabelece igualmente, as novas regras de gestão das piscarias marinhas, da pesca continental e da aquicultura.

O Decreto realça que a pesca por arrasto é uma prática realizada pela indústria do sector em todo o mundo, onde uma grande parte da rede é arrastada no fundo do oceano para recolher tudo o que estiver no "seu caminho".

Consta que pesquisas anteriores associaram o arrasto a impactos ambientais relevantes, como a captura de grandes quantidades de espécies não visadas, denominadas colectivamente de 'capturas acessórias', incluindo a destruição de leitos de águas rasas.

Mais proibições

O diploma, proíbe também o trânsito e a pesca num raio de mil metros das plataformas petrolíferas em toda a costa marítima nacional, determina ainda igual tratamento para outros tipos de capturas.

Está proibida também a captura dirigida às fêmeas de lagostas e de caranguejos ovados, bem como a de moluscos e bivalves em áreas fechadas como as baías de Luanda, Lobito (Benguela), Tômbwa (Namibe) e outras áreas comprovadas de risco.

Até à realização de novos estudos determina o Decreto Presidencial é proibida a exportação de espécies de lagosta e carapau", assim como fica também proibida a "utilização de carapau, cavala e sardinha do reino para a produção de farinha de peixe".

O Decreto, assinado pelo Presidente da República, estabelece ainda períodos de proibição de pesca,

sendo que nos meses de Janeiro e Fevereiro, fica vedada a pesca de camarão de profundidade.

Nos meses de Janeiro, Fevereiro e Setembro, está proibida a pesca da Gamba costeira, em toda a costa nacional, "podendo as embarcações utilizar a arte de pesca à linha ou de emalhar nos meses em que a pesca não for efectuada".

No período entre 15 de Junho e 15 de Agosto, não é permitida a pesca do caranguejo em toda a costa nacional, enquanto para o carapau foi determinado, como período de impedimento os meses de Junho, Julho e Agosto, devendo a medida ser extensiva a toda a costa angolana, com excepção da zona Sul, a partir dos 13 graus de Latitude Sul, até à fronteira marítima com a Namíbia.

O diploma não estabelece qualquer restrição à pesca da sardinela.

Embarcações

O Decreto Presidencial determina que o número de embarcações a operar em 2018 é fixado em 5.500 para a pesca artesanal, sendo que para a pesca com arte de cerco estão autorizadas apenas 90 embarcações.

A lista integra igualmente a pesca pelágica, na qual poderão ser licenciadas até 10 embarcações, pesca demersal industrial (40 embarcações), demersal semi-industrial (15), palangre (sete) e a de emalhar, com 15 embarcações.

Em Angola, estima-se que um terço da proteína animal é proveniente do pescado e que cerca de 90 por cento deste, é vendido localmente, com realce para as espécies como a sardinha, carapau, cachucho e corvina.

O país conta com uma extensão de 1.650 quilómetros de costa e 518.433 quilómetros quadrados de zona económica exclusiva.

I.0.45 Recomendado novo plano para melhorar saneamento

Jornal de Angola
23 De Fevereiro de 2018
Texto: Augusto Cuteta

Luanda poderá contar, em breve, com um plano director municipal metropolitano, uma sugestão apresentada por um grupo de engenheiros, arquitectos e urbanistas ao governador, para ajudar as autoridades a controlar de forma mais eficaz as obras de carácter urbanístico a serem realizadas na província.

O engenheiro Resende Oliveira, o primeiro ministro da Construção do então governo da República Popular de Angola, e um dos participantes ao encontro com o governador Adriano Mendes de Carvalho, referiu que o plano vai permitir que se autorize; acompanhe, fiscalize melhor a ocupação dos solos.

"A ocupação de terrenos tem de ser realizada com responsabilidade e discernimento. Não se pode admitir que cada um chega e ocupe os solos", disse o antigo ministro da Construção do Governo de Agostinho Neto.

Para tal, os peritos em engenharias e arquitectura recomendaram ainda ao governo a criação de uma estrutura para as autoridades provinciais acompanhar, fiscalizar e autorizar ou não a forma de ocupação e utilização dos solos.

Enquanto isso, explicou Resende Oliveira, os engenheiros e arquitectos deverão aconselhar as autoridades da província a proceder urgentemente à desobstrução de todas as linhas de água, valas de drenagens de Luanda, no sentido de permitir que as casas mal construídas e lixo mal colocados sejam retirados, para que essas infra-estruturas funcionem em pleno.

Outro participante ao encontro com o governador provincial é o engenheiro civil António Venâncio, que defendeu uma maior fiscalização profissionalizada e de rigor nas obras, principalmente na rede rodoviária e de drenagem na capital, para se evitarem os grandes erros de engenharia que se verificam nalgumas artérias.

António Venâncio deu exemplo de várias obras ao nível do tráfego rodoviário e de drenagem e colecta de águas residuais, com destaque para as avenidas Ngola Kiluanje, 21 de Janeiro, Deolinda Rodrigues e a vala da Senado da Câmara, que considera serem "trabalhos com grandes erros de palmatória".

Com um total de oito milhões de habitantes, a província de Luanda tem outros problemas, que também foram criticados pelo engenheiro. Um deles tem a ver com as obras das cidades do Kilamba e do Sequele, que têm edifícios que apresentam muitas fissuras.

Para o engenheiro civil, estas edificações tiveram muitos problemas na sua construção, principalmente nos seus assentamentos que vinham dos solos, avançando que as fundações terão falhado nalguns locais, daí as fissuras.

António Venâncio realça que estas obras são igualmente um exemplo de que a falta de fiscalização é um dos factores que fez com que se chegasse à actual situação dos prédios das duas pequenas centralidades, uma terminologia da qual discorda plenamente.

Kilamba não é centralidade

Com mais de 20 mil apartamentos, a Cidade do Kilamba é habitada, há quase cinco anos, mas grande parte dos seus edifícios apresentam já muitos problemas, que o engenheiro acredita que ainda podem ser solucionados.

"É preciso que as pessoas admitam os erros e chamem os técnicos para que ajudem a corrigir as falhas actualmente detectadas", alerta António Venâncio, para quem as obras do Kilamba e do Sequele podem ter tido problemas com os assentamentos diferenciais resultantes da má compactação dos solos ou de um péssimo estudo dos terrenos.

O engenheiro civil afirma que as obras em causa podem ter alguma qualidade, mas seriam melhor executadas se houvesse uma fiscalização profissionalizada.

Questionado sobre a designação das mais novas cidades de Luanda, António Venâncio considera ignorância daqueles que decidiram considerar Kilamba e Sequele de centralidades. "Uma centralidade não tem nada a ver com um conjunto de casas, mas algo relacionado com memórias, urbanismo e comportamento das pessoas, como era a zona da Gajajeira e a Mutamba".

O especialista em fiscalização e obras públicas diz que as centralidades no Kilamba e Sequele podem surgir em função do desenvolvimento dessas

localidades e do comportamento dos seus moradores.

"Alguém criou esse termo de centralidade, que não é, de certeza, um engenheiro, urbanista ou arquitecto, mas uma obra da mesma pessoa, se calhar, que inventou erradamente o termo autoestrada, à actual avenida Fidel Castro Ruz", remata.

10.46 A chuva é obra da natureza

Jornal de Angola
24 De Fevereiro de 2018

Nas grandes cidades, onde é visível a pressão demográfica com ela a degradação de algumas das condições, nomeadamente o saneamento, a época de chuva vem como que destapar todos os outros males. Linhas de águas obstruídas, obras públicas mal concebidas, construções privadas que lesam o ordenamento do território, que acabam descobertas pelas chuvas. Como alguém, inoportuna ou adequadamente até a apelidou de "fiscal das obras", um epíteto metafórico que, concordemos ou não, se aplica bem ao fenómeno natural.

Mas a chuva é obra da natureza e contra ela pouco ou nada os humanos podem fazer, restando sobretudo a ampla margem de manobra para adaptação aos seus efeitos. E mais do que nos queixamos sobre os eventuais danos causados pelas chuvas, facto incompreensível atendendo a sua previsibilidade, é fundamental que saibamos criar as melhores condições para os bairros periféricos. Não podemos continuar a assistir ao crescimento dos bairros em Luanda e de outras grandes cidades de Angola, com todos os males que acentuam os efeitos prejudiciais provocados pelas chuvas.

Um destes, que constitui um grande desafio para cidades em expansão como Luanda, é sem sombra de dúvidas a inexistência de uma funcional, eficiente e viável rede de esgotos.

Os bairros periféricos, grande parte deles vindos à existência por acção directa e indirecta de construções anárquicas, acentuaram os desafios no que ao estabelecimento de redes de esgotos e drenagem das águas domésticas e pluviais dizem respeito.

As autoridades da província, por via das suas unidades técnicas de limpeza e saneamento, com o

concurso de empresas de construção, realizaram alguns projectos estruturantes para viabilizar a drenagem das águas. Mas estamos aindalongo de uma ampla estrutura que viabilize a drenagem de águas sobretudo na época das chuvas. A carga de água das chuvas que se abateu há dias sobre a cidade foi, o bastante para inviabilizar a mobilidade de pessoas, inundar escolas ao ponto das mesmas ficarem sem aulas e, como se não bastasse, causar mortes. Todas estas situações podem ser evitadas se formos capazes de materializarmos um plano estruturante, a médio ou longo prazo, para definitivamente ninguém deixar de ir trabalhar, ir à escola, irão médico, vender num mercado por causa da chuva.

As valas de drenagem, em muitas vias da cidade de Luanda, ajudaram significativamente a drenagem das águas, mas não há dúvidas de que muitas linhas de água acabaram obstruídas por construções anárquicas.

Urge a apresentação de um plano vasto, pragmático e exequível que sirva para fazer face aos desafios de falta de redes de esgotos em todos os bairros de Luanda para que passemos a encarar a chuva como mal menor. Luanda tem apenas cinco a seis milhões de habitantes, com uma densidade populacional ainda sustentável e não faz sentido que não tenha um projecto virado para um futuro com redução substancial dos efeitos nefastos das chuvas. Não podemos perder de vista que existem cidades africanas que possuem quase do dobro da população de Luanda, mas que apostaram muito no estabelecimento de redes de esgotos e valas de drenagem.

A ocupação dos solos, as obras de construção civil, apenas para mencionar estas duas acções humanas, devem ser permanentemente concebidas em função das cargas pluviométricas. Urge sensibilizar as famílias e pessoas singulares sobre uso correcto das valas de drenagem, sem descurar a eventual penalização daqueles que persistem em fazer das valas de drenagem locais para a colocação de lixo. Porque, de resto, a chuva é obra da natureza, cabendo aos seres humanos a ter capacidade de adaptação.

10.47 A chuva esteja convosco, ela esta no meio de nós!

Jornal Folha 8

24 De Fevereiro de 2018

Sacos de areia à porta e m o t o bombas marcam, por estes dias, a realidade dos fiéis da Igreja da Nossa Senhora do Cabo, na ilha de Luanda, uma das mais antigas igrejas da capital angolana, constantemente inundada devido às chuvas.

A realidade daquela igreja, que conta pelo menos 350 anos, agrava-se a cada ano desde a construção de um muro na base naval que existe nas imediações e que provoca o surgimento de Uma bacia de água na via pública sempre que chove.

Após três grandes chuvadas, com fortes enxurradas, em menos de uma semana, a realidade do templo está à vista, Conforme explica o padre António Barbosa Rodrigues, pároco da igreja da Nossa Senhora do Cabo.

"As preocupações são muitas porque nos impede de celebrar. Quando ela está inundada não conseguimos celebrar a nossa eucaristia", começa por explicar o padre, que lidera aquela paróquia há cinco anos.

As constantes inundações, a última das quais no fim-de-semana, provoca danos sobretudo ao nível das madeiras do templo secular da ilha de Luanda, das portas aos bancos onde se sentam os fiéis para ouvir a missa. "Tem os bancos já todos remendados, porque incham e desincham [com água]. A nossa sorte é que é uma boa madeira, mas se fosse essa nova, prensada, já não teríamos bancos", desabafa.

Construída por colonos portugueses ainda no século XVI, o templo foi reconstruído em 1669, após a reconquista de Luanda à ocupação holandesa, passando a denominar-se igreja de Nossa Senhora do Cabo, devido à sua localização no extremo daquela ilha, que na verdade tem estreita ligação ao resto da cidade.

As chuvas fortes que têm caído em Luanda na última semana levaram a ministra da Cultura, Carolina Cerqueira, e o governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, a visitar o templo. O padre conta que foi mesmo necessário disponibilizar, novamente, moto-bombas para retirar a água do interior e permitir a realização, atrasada, da missa.

"A água invade a igreja em minutos, basta a intensidade da chuva para encher", lamenta o pároco, que se habituou, na época chuvosa, que em Angola vai de Setembro a Maio, a ter sacos de areia à porta, corno protecção. "Fizemos aí uns diques, para ver se água não entra, e isso junta-se ao que já temos feito. a resolução tem sido paliativa e é necessário mesmo urna intervenção grande, a nível das instâncias superiores, do Governo", conta.

É que além dos problemas na igreja, a bacia que é criada no exterior, a água da chuva também escorregue para as casas à volta, pelo que o padre admite ter que vir a construir, embora conta vontade, um muro à porta da igreja, para conter a água "Como a água não tem para onde ir, ela espalha-se pelo bairro e o que as pessoas têm feito é levantar o muro nas suas entradas", explica, enquanto assume o desejo por obras definitivas no local.

"Tenho esperança que isso seja resolvido", atira.

10.48 Bairros fustigados pela chuva recebem do governador

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2018

Texto: João Dias

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Fátima Viegas, defendeu ontem, em Luanda, o ressurgimento da figura do assistente social com vista ao reforço da sensibilização e educação das populações rurais e das zonas periféricas da cidade.

Fátima Viegas lançou o repto durante a visita à família que viu os filhos gémeos falecerem em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre Luanda, na última segunda - feira. "Já somos tão poucos para existirem mortes deste género", lamentou Fátima Viegas, apelando para o reforço das campanhas de sensibilização às famílias que residem em zonas de risco, como as do Belo Monte, município de Cacuaco.

Fátima Viegas também pediu o reforço da formação dos munícipes para a cidadania, e endereçou palavras de encorajamento ao pai dos meninos falecidos.

"O Chefe de Estado está preocupado com situações deste tipo e com as últimas ocorrências", disse a secretária do PR. O governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, anunciou que Diogo Miguel António, pai das crianças mortas pela chuva, vai beneficiar em breve de um terreno com a respectiva documentação' numa zona segura e urbanizada, uma acção que pode estender - se, igualmente, às 50 famílias que vivem ao longo da linha de água do Belo Monte.

Os terrenos estão preparados, mas o governador não precisou o local nem a data para a entrega aos sinistrados. "O objectivo é retirá-los do local o mais breve possível para evitar que as próximas chuvas provoquem mais vítimas", garantiu Adriano Mendes de Carvalho, que aproveitou a ocasião para apelar aos presentes sobre o perigo das construções em zonas de risco.

Durante a sua estada no Belo Monte, Adriano Mendes de Carvalho e Fátima Viegas prestaram solidariedade a duas outras famílias, que viram seus filhos de 6 e 8 anos morrerem num tanque reservatório de água. O facto ocorreu na quinta-feira, mas os corpos dos dois petizes foram encontrados ontem.

Ainda ontem, no quadro das visitas de constatação, o governador de Luanda e a secretária do PR para os Assuntos Sociais visitaram o Hospital do Capalanga, onde está internada a esposa de Diogo Miguel António com o bebé de oito meses, irmão dos gémeos, que sobreviveu às enxurradas.

No hospital estão também outras vítimas da chuva. A visita de Fátima Viegas terminou no Hospital do Capalanga. Mas Adriano Mendes de Carvalho prosseguiu, tendo visitado o município do Cazenga e de Icolo e Bengo.

Belo Monte. O local do sinistro, "Belo Monte" já é apelidado de bairro do lodo, pois é constituído por um terreno de areias movediças. Basta uma chuva para torná-lo num extenso "vale lamacento".

No bairro 50 famílias construíram casas precárias na linha de água. Diogo Miguel António, pai dos gémeos, construiu a sua casa no vale lamacento. No dia em que aconteceu o infortúnio, uma das paredes da casa cedeu à pressão das águas. Isto por volta das 14 horas. E o inesperado aconteceu: a

morte das crianças. Quando os vizinhos se aperceberam já o casal de gémeos estava morto e só foram a tempo de socorrer o bebé de oito meses e a irmã de 20 anos, que cuidava dos mesmos.

Os pais na altura do sinistro encontravam-se ausentes de casa.

10.49 Ode a São Pedro

Jornal O PAIS

24 De Fevereiro de 2018

São Pedro, nós sabemos que és o padroeiro da chuva. Sabemos mesmo que esta é a época em que chove. Sabemos mesmo que a terra precisa de água para brotar...

Mas chega já!

É que deves entender que quando te fazes sentir, pontos da nossa capital inundam.

Quando te fazes sentir, pessoas perecem. Quando te fazes sentir, o trânsito fica caótico e as estradas ficam ainda mais esburacadas, ficando um indivíduo sem perceber por que paga a Taxa de Circulação

São Pedro desculpa-nos esta prece, mas coloca-te na nossa situação. Se sem ti já é difícil!

Imagina quando dás o ar da tua graça... Estas noites, o povo já nem dorme. Fica de balde em punho e músculos prontos para retirar as águas que destroem os seus poucos pertences.

E os que vivem em locais escarpados, rezam para que as enxurradas não lhes abocanhem o seu bocado de terra.

São Pedro, nós sabemos que és o padroeiro da chuva.

Sabemos mesmo que esta é a tua época, e tem que chover.

Sabemos mesmo que a terra precisa de água para brotar, Mas olhai por nós!

É que os locais com águas paradas são propícios aos mosquitos e estamos com um surto de Malária e outro de Tuberculose também...

E já nem sabemos se queremos que vás ou fiques, porque pode ser que se continuares a piorar as coisas, talvez o tal OGE já aprovado ainda pingue um bocadinho mais para a saúde...

São Pedro, desculpa-nos este canto, prece e lamento, mas quando o terreno não ajuda, recorremos ao divino, porque a esperança, esta deve ser sempre a última a morrer.

10.50 Chuvas impedem as crianças de assistir as aulas no Cazenga

Jornal de Angola
25 De Fevereiro de 2018
Texto: José Bule

Desesperados. o período normal de aulas, dois alunos, Filipe Baião e Paulo Rodrigues, estão sentados no chão, no passeio da escola do ensino primário n2 3015, na zona 18 presente. Não pode dar aulas. As salas estão inundadas.

Ambos estudam a 3ª classe na sala 7. O primeiro tem dez anos e o segundo apenas oito. Chegam às 7 horas à escola e saem às 12h00.

Estão descalços. Despem as batas e colocam - nas no interior das mochilas, encostadas a parede. Passam o tempo conversando b desenhos ou bonecos animados disponíveis nos pacotes de Televisão por satélite.

"Descalçamos os sapatos para não se estragarem na água da lagoa. Quando chove, fica difícil sair de casa para escola. Muitas vezes não estudamos, como hoje, porque entrou muita água nas salas", afirma Baião.

Há uma lagoa mesmo à entrada da escola. Na rua do Kima Kieza, as águas pluviais correm em direcção ao estabelecimento de ensino, que funciona desde 1985. Sempre que chove, o átrio fica completamente alagado e as salas ficam inundadas.

Sentado à entrada da sala 4, o professor Domingos Oliveira tem as calças dobradas até aos joelhos. Atravessou várias lagoas antes de chegar à escola.

Não há alunos. As salas não oferecem condições para aulas. As carteiras estão afundadas na água. "Assim não é possível trabalhar", lamenta o professor Domingos Oliveira. Outro professor,

Silvino Miguel, defende maior intervenção da Administração Local do Estado na resolução de problemas como estes. "É uma situação que enfrentamos há alguns anos. Mas, infelizmente, até agora não há sinais de melhoria. Parece que a situação piora de ano para ano", queixa-se.

João Pedro Quiassungo, chefe da secretaria da escola, calça botas de borracha. Olha para a barreira construída no portão com apoio dos encarregados de educação e abana a cabeça para lamentar o triste cenário.

"Quando a chuva cai com grande intensidade essa barreira não serve para nada. Temos de encontrar outra solução", diz o responsável. Na escola 3015 os alunos mais afectados estudam no mesmo bloco onde funcionam as salas 4 até a 10, as que mais sofrem com as inundações.

Com mais de mil e 400 alunos matriculados da 1ª à 6ª classe, a escola necessita de cinco professores. Tem 25, no total, três dos quais são do Módulo 3 do Ensino de Adultos. "Se continuar a chover, não vamos atingir os objectivos do trimestre", sublinha o subdirector pedagógico da escola, Tomás Cassua.

Constrangimentos

Logo à saída da escola, um grupo de jovens reflecte sobre os estragos provocados pelas chuvas no Cazenga.

Arsénio Romeu e Osvaldo da Fonseca estão sentados a poucos metros do local onde funciona a Administração Comunal. Os jovens afirmam que a estrada de betão construída nos últimos anos, na 7ª Avenida, dificulta o escoamento das águas que antes iam parar à lagoa de São Pedro, nas imediações da Igreja Católica de Santo António, no bairro Hoji ya Henda.

"A estrada não tem valas de drenagem. Por isso não facilita a passagem das águas que ficam paradas em quase todas as ruas da zona 18. Aqui as lagoas estão em todo lado. Já não sabemos mais que fazer", lamentam.

O cenário é idêntico nas ruas da Sonéf, Maia Loureiro, 11 de Novembro (Luz) e 7ª Avenida. Com as chuvas, os grandes montes de lixo estão ensopados, submersos nas lagoas. Cheira mesmo muito mal. Um verdadeiro atentado à saúde humana. Torna-se cada vez mais impossível

combater a malária e as doenças diarreicas, por exemplo.

Automobilistas com viaturas com tracção às quatro rodas recuam. Os que andam em camiões parecem perdidos à procura de melhores caminhos para passar. Pautino da Cruz coloca os pneus da viatura de marca Toyota Fortuner, de caixa automática, no sítio certo. Atravessa as grandes lagoas do Cazenga sem aplicar a tracção ao veículo. Está sempre tranquilo. Até mesmo quando a água atinge o nível do capô. Coloca a cabeça fora da viatura. Tenta olhar para o fundo da lagoa.

Nada vê. Continua a marcha. "Conheço bem essas ruas. Passo por elas com e sem água. Vivo neste bairro há mais ou menos 40 anos. Tinha apenas um ano quando os meus pais vieram viver aqui", conta.

O Cazenga está mesmo mal. A população reza para que a chuva não volte a cair, enquanto as ruas da localidade não são asfaltadas e construídas valas de drenagem para o escoamento das águas residuais e pluviais.

Administração inundou

A menos de 300 metros da escola 3015, há um pântano que cobre boa parte do território que envolve o edifício da Administração Comunal. A água transbordou para o interior da instituição e, neste momento, ninguém está lá a trabalhar.

Todos os serviços da Administração Local do Estado foram transferidos, provisoriamente, para a rua Maia Loureiro, num edifício que pertence à Organização da Mulher Angolana (OMA). Também é impossível atravessar a rua onde está localizado o posto de Registo Civil da zona 17 do Cazenga.

"A administração não faz nada. A instituição tem um tractor com uma cisterna de cinco mil litros que só fica mesmo ali parada. Será que não dá para fazer nada com aquilo?", questiona André Miguel. O jovem coordena o grupo de voluntários que, com enxadas e pás, abrem as valas que permitem escoar as águas das moradias para as ruas e destas para bem longe dos seus locais de residência. "Com aquele tractor e uma motobomba é possível minimizar o problema", sugere.

10.51 Os camiões não podem ficar retidos por tempo indeterminado

Jornal O PAÍS

26 De Fevereiro de 2018

Texto: Jocelino dos Santos

Caro Director, obrigado pela oportunidade que me concede para expor mais um problema no vosso jornal sobre um assunto que preocupa muitos cidadãos do país.

O convite de um colega de escola viajei para Ndalatando, capital da província do Cuanza-Norte, no último fim-de-semana, para um problema relacionado como enquadramento de um dos seus irmãos numa instituição de ensino local.

Porém, ao longo do caminho, começando por Catete, no município de Icolo e Bengo, chamounos à atenção a quantidade de camiões parados carregados de madeira onde os motoristas faziam das cabines autênticos dormitórios.

Postos em Ndalatando, a curiosidade falou mais alto, fomos ter com alguns camionistas e ficamos a saber que boa parte deles já se encontravam parados há mais de um mês, dias antes de o Executivo implementar a lei que proíbe o abate, circulação e venda da madeira.

Estou de acordo com esta proibição, mas acho que se deve criar condições para que o material fique e os camionistas sigam o seu caminho e vão ao encontro das suas famílias.

Há queixas de motoristas que estão há semanas sem ver os filhos à espera da "sentença" do caso que tarda a chegar reclamam que não podem abandonar as viaturas sob pena deserem sancionados pelos proprietários das empresas.

Os camiões não podem ficar retidos por tempo indeterminado. Há que se dar solução ao caso.

10.52 Cartoon

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2018



10.53 Começa inspeção de madeira apreendida

Jornal O PAÍS

27 De Fevereiro de 2018

O processo de inspeção da madeira apreendida pelas autoridades em vários municípios do país, no âmbito da cessação da campanha florestal/2017, que foi prorrogada até o dia 31 de Janeiro de 2018, teve início ontem. "A acção está a ser conduzida pela comissão ministerial criada na última Sexta-feira pelo Ministério da Agricultura e Florestas e visa aferir a legalidade da madeira retida e fazer o balanço ao cumprimento do Decreto Presidencial n.º 274/17, de 10 de Novembro, que prorrogou a campanha florestal/2017 até 31 de Janeiro de 2018, ao invés de Novembro ou Dezembro, época em que habitualmente termina o ano florestal que tem início no mês de Maio de cada ano", lê-se num documento oficial.

A comissão constituída pelos ministérios da Agricultura e Florestas, Defesa, Indústria, Interior, Comércio, bem como pelo Banco Nacional de Angola (BNA) e a Administração Geral Tributária (AGT), tem 30 dias a contar desta Segunda-feira, para apresentar um relatório ao ministro da Agricultura. Estão retidas e apreendidas grandes quantidades de madeira, 12 caminhões na província do Moxico, 3S no Cuanza-Norte, três no Huambo, 14 em Benguela, 28 no Cuanza-Sul, 36 em Malanje, 87 no Cuando Cubango, 21 na Lunda-Sul, um caminhão no Uíge e 14 vagões no Namibe, além da madeira que está nas zonas de exploração.

Em média, cada caminhão transporta cerca de 30 metros cúbicos de madeira.

10.54 Seca e fome levam deputados do 'M' aos municípios do Cunene

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

O segundo secretário do MPLA na província do Cunene disse que o fenómeno da seca de que a sua província tem sido vítima, nos últimos tempos, tem causado inúmeras dificuldades às populações do interior.

Segundo Elias Satyhomba, que falava em representação do primeiro secretário provincial dos camaradas na província mais a Sul do país, Kundi Paihama, estas dificuldades consubstanciam-se na falta de alimentos para as famílias, bem como na escassez de pastos, obrigando muitas crianças à transumância, abandonando desta forma o processo de formação académica.

Segundo disse, em 15 anos inventariados pelo Governo Provincial do Cunene, a província já registou 10 anos de estiagem, com prejuízos incalculáveis às populações, acrescentando que a solução passa por um estudo ambiental de profundidade.

"Os problemas que se vive nesta parcela do território angolano afligem as populações. A solução carece de estudos ambientais, talvez com especialização tecnológica, no que tange à vulnerabilidade da província aos ciclos de secas e cheias", disse o responsável.

O segundo secretário garantiu ainda que o Cunene tem registado nos últimos anos fenómenos de seca e situações de escassez de água. Foram estes e outros problemas que levaram os deputados do MPLA que se encontram no Cunene, divididos em seis grupos, cada um dos quais com 25 políticos, a visitarem os seis municípios, nomeadamente Cuanhama, Ombandja, Namacunde, Cahama, Cuvelai e Curoca.

Nestes municípios, os legisladores do partido maioritário constataram in loco as reais condições dos seus habitantes. O secretário-geral do MPLA, Paulo Kassoma, disse que "as suas soluções só

serão conhecidas depois dos relatórios a serem produzidos pelos deputados".

Paulo Cassoma informou ainda que a visita dos deputados aos seis municípios do interior da província do Cunene consta igualmente nos objectivos das segundas jornadas parlamentares.

"Três razões objectivas levaram a direcção do partido a escolher a província do Cunene para acolher as primeiras Jornadas Parlamentares do MPLA em 2018: primeiro, homenagear esta heroica província, agradecer, sentir o pulsar e anseio das suas populações e acarinhar os militantes, os simpatizantes e amigos do MPLA, sendo justo pelo seu contributo inequívoco na vitória do nosso partido. Segundo, constatar in loco a situação económica e social e particularmente ter uma percepção realista dos efeitos negativos, quer pela estiagem e seca persistentes nesta parte de Angola", afirmou.

As primeiras jornadas parlamentares da VI legislatura do MPLA na província do Cunene, iniciadas no dia 26 deste mês, decorrem sobre o lema "Com Organização e Disciplina, defendamos as ideias do MPLA". A actividade encerra amanhã, Quinta-feira, 1 de Março.

10.55 Vítimas das chuvas assistidas com bens

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2018
Texto: Alfredo Ferreira

As dez famílias de Caxito, capital da província do Bengo, afectadas pelas inundações resultantes das fortes chuvas que se abateram sobre a região nos últimos dias e devido a ruptura no dique de protecção do rio Dande, beneficiaram de apoio do Governo local. O apoio das autoridades consistiu, fundamentalmente, em bens de primeira necessidade.

As famílias sinistradas receberam das mãos da governadora provincial do Bengo, Mara Quiosa, na semana finda, roupas, mosquiteiros, bens alimentares, no sentido de minimizar as consequências que as chuvas provocaram na circunscrição.

Em declarações ao Jornal de Angola, Mara Quiosa fez saber, a quando da sua visita de constatação, que Governo do Bengo, através do seu Gabinete de Infra-estrutura, Serviços de Protecção Civil e Bombeiro, e a própria Administração do Dande, trabalharam no sentido de repor muitos dos haveres perdidos pelas famílias afectadas.

A governante lembrou, ainda, que as famílias afectadas não estão ao relento, mas sim dentro de suas casas. "As pessoas afectadas pelas chuvas apenas perderam alguns bens de primeira necessidade, daí o facto de Governo solidarizar - e com as mesmas", disse.

Luzia Nunes, uma das beneficiadas, louvou a iniciativa das autoridades da província e particularmente da governadora Mara Quiosa.

"A ajuda prestada foi muito rápida e estou feliz, porque os membros do minha família já não tinham sequer o que vestir", desabafou.

II. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Os 35 anos das relações sino-angolanas

Novo Jornal

02 De Fevereiro de 2018

Texto: Eugénio de Almeida

Estão a decorrer os 35 anos a relações sino-angolanas, que se têm pautado, essencialmente, mais pelo predomínio das relações económicas e financeiras, que políticas.

E isso foi visível num recente artigo de opinião, no Jornal de Angola, do embaixador chinês em Angola, senhor Cui Aimin, quando relevou os empréstimos que a República Popular da China já fez a Angola, principalmente depois de 2002, com o fim da guerra civil, e que ascendem a cerca de 60 mil milhões (ou biliões na versão norte-americana) de dólares (ou cerca de 50 mil milhões de euros).

Sabendo-se que estes empréstimos estão caucionados pelos fornecimentos de petróleo e que este está a preços pouco satisfatórios para que o País possa cumprir na resolução desta dívida a curto-médio prazo, ou podemos inferir que os chineses não foram nada simpáticos nesse contrato leonino que fizeram connosco. Erro nosso na percepção de custos do crude, uma providencial visão capitalista chinesa? A dívida está cá e é colocada em causa pelos economistas.

O certo é que da visita fio ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, a Luanda ocorrida entre 13 e 14 de Janeiro passado, esperava-se que a mesma tivesse trazido melhores condições de cumprimento ou reformulação da dívida, como Aimin sublinha, do "segundo maior parceiro comercial, o maior fornecedor dos petróleos da China em África, um dos maiores mercados ultramarinos de obras empreitadas".

Nada transpirou que isso o indique, excepto talvez a assinatura de um acordo para a facilitação de vistos em passaportes ordinários ou a continuidade do financiamento chineses a Angola, como atestou o nosso ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, ainda que este tenha sublinhado que teria sido decidido que equipas

técnicas dos dois países iriam "trabalhar no âmbito da preparação da segunda sessão da comissão orientadora de cooperação económica e comercial" entre os dois países; ou seja, fortalecer o mecanismo que coordena e supervisiona a cooperação económica bilateral, com todos os aspectos/critérios económico-diplomáticos que isso possa envolver.

E se considerarmos que aqueles financiamentos tiveram como contra partidas - outra das condições leoninas que Angola teve de aceitar - que as empresas chinesas, assim como funcionários e materiais de construção eram de proveniência chinesa ou, em alternativa, se as matérias-primas fossem angolanas, estas seriam produzidas pelas empresas chinesas como e nas condições que as mesmas impusessem.

Foram-nas nas áreas das infra-estruturas nacionais; estradas e obras de arte (vulgo pontes e viadutos), vias férreas, vias aeroportuárias, infra-estruturas hospitalares, escolares e governativas, foram, na sua maioria - para não dizer, quase totalidade - construídas por empresas chinesas ou sob coordenação e supervisão chinesa. Também os estádios que foram construídos para o CAN 2010 foram, em grande parte, de concepção e construção chinesa.

Naturalmente que muitas destas situações não foram - e continuam a não ser - bem vista por muitos angolanos, nomeadamente na persistência que as empresas chinesas mantêm de deixar funcionários chineses para trás; ou seja, manterem os seus antigos funcionários em território nacional sem que, não muitas vezes, haja alguma justificação para isso.

Haverá alguma alternativa mais interessante, dado que, como constatamos, muitas das obras chinesas estão em clara deterioração ou em péssima conservação; algumas das quais exigem quase uma nova obra? E quem pagará? Nós, de novo? Esperamos que haja uma garantia e que as obras sejam feitas por quem as efectuou antes, sem custos para o erário público angolano e com claro, efectivo e forte controlo das nossas autoridades.

O problema é se haverá coragem política para isso!

Penso que tudo irá depender de como o Governo do Presidente João Lourenço, assentando no

"melhorar o que está bem e corrigir o que está mal", e na vontade de "construir um futuro melhor para Angola e os angolanos" se posicionará nas relações com a China.

Mudar agulhas para outras actividades económicas, como agricultura, indústria de construção metalomecânica (montagem ou produção de viaturas, motorizadas, eletrodomésticos, etc.) ou pescas? São hipóteses que se podem colocar desde que, no caso da agricultura, não haja invasão indisciplinada de terrenos de agricultores nacionais, ou nas pescas não se verifiquem casos ilícitos como os da pesca ilegal de tartarugas.

Veremos o que irá dar um eventual e possível encontro, em Davos, entre João Lourenço e Xi Jinping. Seria interessante que isso viesse a acontecer.

13.2 Banco chinês e Deutsche Bank lideram segunda emissão de "eurobonds" angolanas

Jornal Expansão

16 De Fevereiro de 2018

Texto: Joaquim José Reis

O Deutsche Bank e o ICBC (China) integram o consórcio de bancos que vão liderar a operação de 'eurobonds' que permitirá ao Estado arrecadar 437,40 mil milhões Kz, cerca de 2.000 milhões USD, naquela que será a segunda emissão de dívida soberana em moeda estrangeira, anunciou o ministro das Finanças, Archer Manguera, esta semana.

Esta operação vai contar ainda com o apoio do Goldman Sachs e, de acordo com Archer Manguera, deverá arrancar ainda este mês.

"O processo de emissão de 'eurobonds' está previsto ainda para o mês de Fevereiro. Há um conjunto de bancos que estão a trabalhar com o Ministério das Finanças na preparação dessa emissão", disse o ministro, que falava após a aprovação final, no parlamento, da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2018.

Esta emissão surge numa altura em que a dívida pública governamental (que exclui a contraída pelas empresas públicas angolanas), já ultrapassou

o equivalente a 67% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, segundo dados de Janeiro do Ministério das Finanças.

O Estado estreou-se na emissão de 'eurobonds' em Novembro de 2015, angariando então, no mercado externo, cerca de 1.500 milhões USD através de um consórcio de bancos liderado pelo norte-americano Goldman Sachs International e que incluiu ainda o alemão Deutsche Bank e os chineses da ICBC International. Os juros da primeira emissão de 'eurobonds' foram confirmados em 9,5%, a liquidar aos dias 12 de Maio e 12 de Novembro de cada ano, a partir de 2016, com uma maturidade a 10 anos.

Actualmente as 'yields' angolanas (rendimento até à maturidade) estão nos 7,296%. Em regra as 'yields' representam a taxa de juro a que os investidores estariam dispostos a financiar o Estado.

No final de Janeiro, a unidade de estudos da revista britânica "The Economist" alertou que se Angola emitir nova dívida no mercado internacional arrisca-se a pagar uma taxa de juro ainda maior do que os 9,5% que suporta anualmente pela emissão de 2015.

"As preocupações em curso sobre os fundamentais da economia angolana significam que uma emissão deve provavelmente atrair cupões mais elevados" do que a última emissão de dívida pública, segundo peritos da unidade de análise económica da revista britânica "The Economist".

De acordo com o Plano Anual de Endividamento para 2018 da Unidade de Gestão de Dívida a que o Expansão teve acesso, a emissão de 'eurobonds' corresponde a 28% do total de 1,5 biliões Kz em financiamentos externos em fase de enquadramento, ou seja, ainda em contratação. O restante do valor será financiado através do ICBC (42%), cerca de 630 mil milhões, Banco Africano de Desenvolvimento (11%), cerca de 165 mil milhões Kz, e Exibank da China (9%), aproximadamente 135 mil milhões Kz. Mais de metade deste valor, 51% será obtida na China, cerca de 765 mil milhões Kz.

13.3 Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018

Jornal Expansão
16 De Fevereiro de 2018
Texto: Martins Chambassuco

A Linha de Crédito da China (Lcc) vai financiar 29% dos projectos de reabilitação de estradas e 20% das obras de construção de infra-estruturas do sector da energia e águas inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) em 2018, de acordo com cálculos do Expansão com base no Orçamento Geral do Estado para 2018.

Contas feitas, o crédito chinês vai financiar 13% dos 894,9 mil milhões Kz (4,3 mil milhões USD) do total do PIP, o equivalente a 117 mil milhões Kz (565 milhões USD).

A Linha de crédito chinesa vai financiar 29% do total da verba destinada aos projectos do Ministério da Construção e Obras Públicas, ou seja, o equivalente a 47,1 mil milhões Kz (227,6 milhões USD) dos 165 mil milhões Kz. Os projectos deste ministério financiados pela Lcc são somente para reabilitação de estradas um pouco por todo o País (ver página 4). Este tipo de intervenção nos municípios do Cuanza Norte é o projecto mais caro deste ministério a ser financiado pela China, com um custo de 3,1 mil milhões Kz.

O Ministério da Energia e Águas vai receber a segunda maior fatia dos financiamentos chineses em 2018, um total de 20% dos 350,1 mil milhões Kz disponíveis a este ministério, correspondendo a 70,5 mil milhões Kz. Entre os projectos, estão a reabilitação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e electrificação nas províncias do Bengo, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Luanda, Lunda Norte, Malanje, Huíla, Huambo e Namibe.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, considera que as dotações ao sector da construção são cruciais e vão animar o sector. No entanto, o 'patrão dos patrões' alerta que o recurso a financiamento chinês é uma porta aberta às empresas de construção do gigante asiático, em detrimento das operadoras nacionais.

Severino reconhece as limitações dos empreiteiros nacionais, mas apela ao Governo para que proteja as construtoras angolanas dentro do Sistema Nacional de Contratação Pública, bem como

defende a necessidade de ampliar a abertura de concursos públicos para a adjudicação destas obras.

O presidente da AIA considera ainda que deve ser reforçada a fiscalização para que as obras tenham o tempo de execução planeado e evitar a repetição dos investimentos nos mesmos projectos, em cada dez anos.

Ministério da Energia e Águas é o campeão do PIP

O Ministério da Energia e Águas, com uma dotação de 350,9 mil milhões Kz é o órgão do Estado que recebe a maior fatia das verbas disponibilizadas para o PIP 2018. É também o ministério que vai 'gerir' os projectos mais caros, nomeadamente a construção do sistema de transporte de electricidade da barragem da Laúca, que custará 27,8 mil milhões Kz, seguindo da construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, obra orçada em 25,2 mil milhões Kz. O sistema de transporte de electricidade da Central do Ciclo Combinado do Soyo completa o top 3 dos projectos mais caros do PIP 2018, com um valor total de 21,9 mil milhões Kz (ver página 4).

O Ministério da Construção e Obras Públicas, com 165,1 mil milhões Kz, é o segundo com maior peso no programa de investimentos públicos deste ano. A Defesa e os Transportes com 44,3 mil milhões e 40,4 mil milhões, vêm na terceira e quarta posição, respectivamente.

Luanda domina destino das verbas por província

A capital do País lidera o investimento do PIP em 2018, ao receber 241,9 mil milhões Kz. Malanje vem na posição imediata com 66,1 mil milhões Kz para a reabilitação de projectos naquela região. O Zaire vai receber 60,5 mil milhões Kz.

Por outro lado, o Namibe é a província que será menos abrangida por verbas do PIP, ao receber 9,1 mil milhões Kz, menos 800 milhões que a Lunda Sul.

O consultor Galvão Branco afirma que "temos decididamente de fazer recurso a outras modalidades" de execução de projectos e infra-estruturas "que não façam apelo a fontes próprias do OGE e/ou ao endividamento externo, como é o caso do recurso intensivo às parcerias público-privadas" e outras formas de financiamento

privado. "É também importante otimizar a despesa pública, assegurando melhores padrões de qualidade das empreitadas, impondo regras de fiscalização e supervisão mais rigorosas e qualificadas", defende o consultor.

Por seu lado, o Ceo da MotaEngil Angola, Francisco Franca diz que a quebra de verbas do PIP 2018 em 7,4% face ao ano anterior é o reflexo das políticas do Governo. O responsável sublinhou que a crise não pode ser factor de "receio" de trabalhar com o Estado, porque "com maior ou menor dificuldade, o Estado sempre foi cumprido" das suas obrigações.

"Nesse sentido a redução de 7,4% reflecte um esforço dos diversos sectores que no futuro permitirá um maior investimento no sector público", refere o gestor.

13.4 Serão estes os chamados "negócios da China"?

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2018

Texto: Rosalina Mateta

Desde 2003, altura em que Angola começou por firmar acordos com a China, no âmbito da reconstrução nacional, os luandenses vêm testemunhando ou ouvindo histórias, cujos protagonistas são cidadãos daquele país asiático. A criatividade dos angolanos permitiu que se fizesse piada com "dois Cuca", dada a dificuldade dos nossos "ajudadores" pronunciarem o número 1, sendo, por isso, forçados a pedir duas cervejas Cuca, mesmo quando quisessem beber apenas uma.

Guardamos a triste memória das vidas que foram ceifadas por camiões "made in China", conduzidos por homens da mesma proveniência, que, por visível imperícia, fartaram-se de matar angolanos nas estradas deste país. Vimos chineses a fazer bicos em obras de construção civil de particulares, prática tão corriqueira que Matias Damásio fez questão de enfatizar, na sua composição "Kwanza Burro". Há chineses a zungar, a vender em mercados e a fazer muito mais.

Mas também testemunhámos e registamos com agrado os inúmeros benefícios trazidos por este povo, que conserva conhecimentos milenares. As

centralidades habitacionais certamente foram o ganho desta cooperação que mais salta à vista e se reflecte na melhoria da qualidade de vida de muitos de nós. Por isso e outros bons feitos, uma salva de palmas à cooperação com a China!

Porém, não nos esqueçamos que a cognominada ajuda tem um preço muito alto. Em Janeiro deste ano, foi noticiado que Angola, de modo global, já devia à China 60 mil milhões de dólares. Estamos e vamos continuar a pagar esta dívida que, por certo, vai aumentar. Também estamos cientes de que já onerámos as gerações vindouras. Portanto, devemos deduzir que haverá balizas bem definidas nos acordos firmados entre as partes e que tudo foi selado com muita lisura. Por esta razão, quero acreditar que terão ficado claros os limites de actuação dos cooperantes chineses. Então, poderá um cidadão chinês desmatar as nossas florestas e vir exhibir em camião os toros de madeira como troféus? Também pode um chinês, ainda que tendo imunidades oficiais ou oficiosas, pretender embarcar para o seu país com mais de 300 quilos de marfim, camuflados em 12 malas? É permitido a uma empresa chinesa, que veio ao abrigo da cooperação existente, construir, no condomínio Vida pacífica, uma grande escola e duas creches e mantê-las fechadas por cinco anos, sob pretexto de estar à procura de comprador, quando centenas de crianças em Luanda não estudam por falta de escolas? Como entender estes factos e explicá-los aos nossos filhos? Será que estes é que são os tão famosos negócios da China, que desde crianças ouvimos falar?

Não sei como se vão quebrar estes laços iníquos.

O meu alívio, enquanto jornalista, é que todos estes factos foram denunciados pela imprensa angolana e as provas postas à vista de todos e as apreensões confirmadas pela Polícia Nacional. Esperamos pelos próximos capítulos.

13.5 China garante metade dos 1,5 biliões de Kwanzas, de financiamento

Novo Jornal

23 De Fevereiro de 2018

O Governo angolano está a negociar a contratação de financiamentos externos de 1,556 biliões de kwanzas (6.000 milhões de euros), dos quais mais

de metade proveniente da China, segundo o plano Anual de Endividamento (PAE) para 2018.

De acordo com o documento, a que a Lusa teve acesso, entre estes financiamentos, que estão "em fase de enquadramento", 42% desse total, equivalente a 653 mil milhões de kwanzas será proveniente do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC).

O Governo, segundo o PAE 2018, elaborado pelo Ministério das Finanças, prevê ainda contratar 9% desse total - 140 mil milhões de kwanzas junto do Eximbank da China.

"Os financiamentos em fase de enquadramento serão maioritariamente alocados para os sectores da Energia e Águas, Construção e Defesa", esclarece documento.

Só o projecto de aproveitamento hidroeléctrico de Caculo Cabaça, no rio Kwanza e que será a maior barragem de Angola, a construir por empreiteiros chineses e financiado pelo ICBC, contará com desembolsos de 160 mil milhões de kwanzas.

Na lista de financiamento em enquadramento para 2018 consta ainda 28% através da emissão de "eurobonds" - títulos da dívida pública em moeda estrangeira - neste caso equivalente a 435 mil milhões de kwanzas e um apoio do Banco Africano de desenvolvimento (BAD), de 11% do total, que deverá ascender a mais de 171 mil milhões de kwanzas.

O Governo prevê captar 6,721 biliões de kwanzas de dívida pública em 2018, totalizando 55.200 milhões de euros de endividamento até final do ano, para "colmatar as necessidades de financiamento" do Orçamento Geral do Estado (OGE) igualmente de acordo com o PAE.

"O 'stock' da dívida governamental deverá permanecer com a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores, que se fundamenta numa maior participação da dívida titulada", refere o documento, apontando um crescimento de 18% face a 2017.

A cumprir-se, por outro lado, a previsão governamental de crescimento económico de 4,9% em 2018, o rácio da dívida pública angolana deverá ascender no final do ano a 60% do Produto Interno Bruto (PIE).

Desta forma, Angola deverá chegar ao final de 2018 com um volume da dívida pública de 14,302 biliões de kwanzas.

13.6 Dinheiro chinês paga um quinto das estradas e das obras de energia e águas do OGE 2018

Jornal A República

23 De Fevereiro de 2018

Este ano os investimentos inscritos no Programa de Investimentos Públicos rondam os 894,9 mil milhões Kz (4,3 mil milhões USD), uma quebra de 7,4%, face a 2017. Os ministérios da Energia e Águas e da Construção e Obras Públicas têm a maior fatia, enquanto Luanda é a província que mais verbas recebe.

A Linha de Crédito da China (Lcc) vai financiar 29% dos projectos de reabilitação de estradas e 20% das obras de construção de infra-estruturas do sector da energia e águas inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) em 2018, de acordo com cálculos do Expansão com base no Orçamento Geral do Estado para 2018.

Contas feitas, o crédito chinês vai financiar 13% dos 894,9 mil milhões Kz (4,3 mil milhões USD) do total do PIP, o equivalente a 117 mil milhões Kz (565 milhões USD).

A Linha de crédito chinesa vai financiar 29% do total da verba destinada aos projectos do Ministério da Construção e Obras Públicas, ou seja, o equivalente a 47,1 mil milhões Kz (227,6 milhões USD) dos 165 mil milhões Kz. Os projectos deste ministério financiados pela Lcc são somente para reabilitação de estradas um pouco por todo o País. Este tipo de intervenção nos municípios do Cuanza Norte é o projecto mais caro deste ministério a ser financiado pela China, com um custo de 3,1 mil milhões Kz.

O Ministério da Energia e Águas vai receber a segunda maior fatia dos financiamentos chineses em 2018, um total de 20% dos 350,1 mil milhões Kz disponíveis a este ministério, correspondendo a 70,5 mil milhões Kz. Entre os projectos, estão a reabilitação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e electrificação nas províncias do Bengo, Bié, Cabinda, Cuando

Cubango, Luanda, Lunda Norte, Malanje, Huíla, Huambo e Namibe.

13.7 China leva ao colo as finanças do país

Jornal Folha 8

24 De Fevereiro de 2018

Entretanto, o Governo está a negociar a contratação de financiamentos externos de 1,556 biliões de kwanzas (6.000 milhões de euros), dos quais mais de metade provenientes da China, segundo o Plano Anual de Endividamento (PAE) para 2018.

De acordo com o documento, entre estes financiamentos, que estão "em fase de enquadramento", 42% desse total, equivalente a 653 mil milhões de kwanzas (2.525 milhões de euros) será proveniente do Industrial and Commercial Bank of China (ICSC).

O Governo, segundo o PAE 2018, elaborado pelo Ministério das Finanças, prevê ainda contratar 9% desse total -140 mil milhões de kwanzas (540 milhões de euros) junto do Eximbank da China. "Os financiamentos em fase de enquadramento serão maioritariamente alocados para os sectores da Energia e Águas, Construção e Defesa", esclarece o documento.

Só o projecto do aproveitamento hidroeléctrico de Caculo Cabaça, no rio Kwanza e que será a maior barragem de Angola, a construir por empreiteiros chineses e financiado pelo ICBC, contará com desembolsos de 160 mil milhões de kwanzas (618 milhões de euros). Na lista do financiamento em enquadramento para 2018 consta ainda 28% através da emissão de 'eurobonds' - títulos da dívida pública em moeda estrangeira -, neste caso equivalente a 435 mil milhões de kwanzas (0.680 milhões de euros) e um apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, de 11% do total, que deverá ascender a mais de 171 mil milhões de kwanzas (661 milhões de euros). O Governo angolano prevê captar 6,721 biliões de kwanzas (25.900 milhões de euros) de dívida pública em 2018, totalizando 55.200 milhões de euros de endividamento até final do ano, para "colmatar as necessidades de financiamento" do Orçamento Geral do Estado (OGE), igualmente de acordo com o PAE.

"O 'stock' de dívida governamental deverá permanecer com a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores, que se fundamenta numa maior participação da dívida titulada", refere o documento, apontando um crescimento de 18% face a 2017.

A cumprir-se, por outro lado, a previsão governamental de crescimento económico de 4,9% em 2018, o rácio da dívida pública angolana deverá ascender no final do ano a 60% do Produto Interno Bruto (PIB).

Desta forma, Angola deverá chegar ao final de 2018 com um volume de dívida pública governamental (excepto empresas públicas) de aproximadamente 14,302 biliões de kwanzas (55.200 milhões de euros).

13.8 Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo à China

Jornal O PAÍS

28 De Fevereiro de 2018

Rússia e Angola foram os dois principais fornecedores de petróleo à China, tendo colocado neste país mais de 10 milhões de toneladas de um total importado superior a 40 milhões de toneladas, indicam dados das alfândegas chinesas citados pela agência financeira Bloomberg. A Rússia vendeu à China 5,6 milhões de toneladas de petróleo, liderando a lista dos fornecedores, surgindo em segundo lugar Angola, com 4,6 milhões de toneladas e em terceiro lugar o Iraque, com 4,4 milhões de toneladas.

Em Dezembro, os principais fornecedores de petróleo da China foram por ordem de grandeza a Rússia, Arábia Saudita e Angola, com quotas de 15%, 14% e 9%, respectivamente, segundo o Relatório Mensal do Mercado Petrolífero da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) relativo a Janeiro.

O documento refere que as importações chinesas de petróleo caíram 1,1 milhões de barris por dia em Dezembro em termos mensais para 8, 0 milhões de barris/dia, tendo em termos anuais registado uma contração de 634 mil barris/dia.

As importações chinesas de petróleo da Rússia e de Angola caíram em Dezembro 61 mil e 178 mil

barris/dia, respectivamente, ao passo que as da
Arábia Saudita aumentaram 53 mil barris/dia.